

Relatório Anual de
Sustentabilidade

2013

endesa
brasil



Índice

Principais indicadores 5	Fornecedores 84
Perfil 6	Seleção
Missão, Visão e Valores	Apoio ao desenvolvimento e reconhecimento
Linha do tempo	Cientes 88
Reconhecimentos externos	Atendimento
Mensagem da Administração 14	Satisfação do cliente
Negócios 16	Qualidade
Ampla	Uso seguro de energia
Coelce	Sociedade 99
Endesa Cachoeira	Programa Enabling Electricity no Brasil
Endesa Cien	Projetos socioambientais
Endesa Fortaleza	Inclusão e acesso
Prátil	Gestão de impactos
Apresentação do relatório 22	Eficiência energética 112
Estratégia e gestão 28	Meio ambiente 118
Ferramentas de gestão	Gestão de impactos
Crescimento	Consumo de recursos
Interação e comunicação	Mudanças climáticas
Compromissos	Efluentes
Relacionamento com as partes interessadas	Resíduos
Governança corporativa 44	Biodiversidade
Comportamento ético	Desempenho econômico-financeiro 136
Gestão de riscos	Distribuição
Inovação 56	Geração
Pesquisa e desenvolvimento	Transmissão
Pessoas 62	Serviços energéticos
Emprego	Ambiente regulatório
Diversidade	Resultados
Remuneração e benefícios	Práticas alinhadas ao Pacto Global 147
Treinamento e desenvolvimento	Balanço Social Ibase 150
Saúde e segurança	Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI 152
Relações com a empresa	Relatório de asseguração 153
	Sumário remissivo GRI 156
	Informações corporativas 165
	Créditos 166
	Demonstrações Financeiras 167

A Endesa Brasil é uma empresa do Grupo Enel.

Enel é uma das principais companhias de energia do mundo.

O Grupo produz, distribui e comercializa energia sustentável, respeitando as pessoas e o meio ambiente. A energia de Enel atende mais de 60 milhões de clientes residenciais e empresariais em 40 países e cria valor para 1,3 milhão de investidores.



Principais indicadores | GRI 2.8 |

	2009	2010	2011	2012	2013	Var. (%)
ECONÔMICO-FINANCEIROS (R\$ MIL) ¹						
Receita operacional líquida	6.151.279	6.702.540	6.579.272	7.485.085	7.635.755	2,0%
EBITDA ²	2.246.344	2.227.035	2.237.167	2.330.047	2.139.905	-8,2%
Lucro líquido	1.128.618	1.085.433	1.203.521	1.470.636	1.253.641	-14,8%
Dívida bruta	3.176.025	2.653.974	2.862.019	2.450.353	2.559.287	4,4%
Dívida líquida	1.976.838	1.550.915	1.860.027	1.020.398	736.759	-27,8%
Dívida líquida/EBITDA (vezes)	0,88	0,70	0,83	0,44	0,34	-27,8%
MARGENS						
Margem líquida	18,4%	16,2%	18,3%	19,7%	16,4%	-3,2p.p.
Margem EBITDA	36,5%	33,2%	34,0%	31,4%	28,0%	-3,1p.p.
OPERACIONAIS						
Distribuição						
Energia vendida e transportada (GWh)	16.887	18.641	18.891	20.694	21.767	6,1%
Número total de clientes (mil)	5.431	5.665	5.868	6.047	6.298	4,1%
Energia fornecida por cliente (MWh)	2,95	3,22 ²	3,16	3,42	3,46	1,0%
Perdas técnicas e comerciais (%)	17,7%	16,8%	16,2%	17,9%	19,2%	1,3p.p.
Produtividade (MWh/colaborador – próprios)	6.233	7.417	7.561	7.788	8.146	4,6%
Nº de clientes/colaborador próprio	1.992	2.281	2.351	2.275	2.357	3,6%
Nº de clientes/total de colaboradores	325	319	351	381	425	11,5%
Geração						
Energia gerada (GWh)	3.464	5.183	5.875	5.176	5.109	-1,3%
Energia vendida (GWh)	6.490	6.790	6.828	7.300	6.891	-5,6%
Energia transmitida (GWh)	-	-	-	-	1.195,6	-
Energia exportada para a Argentina (GWh)	1.277	1.270	2.245	77	0,27	-
COLABORADORES						
Total de colaboradores	16.709	17.731	16.721	15.879	14.831	-6,6%
Próprios ³	2.768	2.731	2.761	2.657	2.672	0,6%
Parceiros	13.546	14.525	13.448	12.580	11.611	-7,7%
Estagiários	359	390	438	614	494	-19,5%
Jovens-aprendizes	36	85	74	28	54	92,8%
SOCIOAMBIENTAIS (R\$ MIL)						
Investimentos em meio ambiente ²	43.568	86.254	169.067	77.456	72.865	-5,9%
Investimento social externo ²	142.962	252.540 ²	163.488	146.337	345.061	135,8%

¹ Dados a partir de 2009 seguem o padrão internacional de contabilidade (IFRS)

² Dado de 2012 reapresentado

³ Exclui CTM, Tesa e Ingendesa do Brasil

Obs.: Houve mudança de critério na apuração de investimento social externo e em meio ambiente de Ampla

Perfil

Uma das cinco maiores empresas privadas do setor elétrico brasileiro, a Endesa Brasil S. A. é uma *holding* de companhias que atuam em distribuição, geração, prestação de serviços, conversão e transmissão de energia. Detém 8,5% de participação no mercado brasileiro em número de clientes e 5,3% em volume de energia distribuída. Com sede em Niterói (RJ), a empresa mantém operações em quatro estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul. [|GRI 2.1, 2.2|](#)

A companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária da Endesa España S.A., empresa controlada pelo grupo italiano Enel SpA. A Endesa Brasil detém controle acionário em duas geradoras de energia (Endesa Cachoeira – CDSA e Endesa Fortaleza – CGTF), duas distribuidoras (Ampla e Coelce), uma empresa de transmissão (Endesa Cien) e uma prestadora de serviços para o setor energético (Prátil). Em parceria com a Enel Green Power, possui participação minoritária em sociedades com propósito específico (SPEs) para a construção de usinas eólicas na Região Nordeste do país. Além disso, mantém a empresa Eólica Fazenda Nova, uma sociedade de propósito específico da qual é acionista e que detém projeto de construção de um parque eólico no Estado do Rio Grande do Norte. Atualmente,

a sociedade não possui qualquer atividade operacional.

[|GRI 2.3, 2.5, 2.6|](#)

Em geração, presta serviços a distribuidoras, comercializadoras e clientes livres de diversos pontos do Brasil. Com capacidade instalada de 984,6 MW, as usinas têm fonte hidráulica (658 MW) e térmica, em ciclo combinado de gás e vapor (326,6 MW). No ano, a energia comercializada no negócio de geração totalizou 5.109 GWh. [|GRI EU1|](#)

Em transmissão e interconexão entre os sistemas energéticos do Brasil e da Argentina, apresenta capacidade de 2.200 MW.

No segmento de distribuição, a Endesa Brasil atende consumidores residenciais, rurais, comerciais, industriais e do setor público, e fornece energia a 6,3 milhões de clientes no Ceará e no Rio de Janeiro. No exercício, o volume total de venda e transporte de energia foi de 21.767 GWh, 5,2% acima do registrado em 2012.

A Prátil atua em três frentes – Afinidades, Corporativo e Geração Distribuída – na prestação de serviços especializados no setor de energia, como instalações elétricas e efficientização energética para pessoas físicas e jurídicas no Ceará e no Rio de Janeiro.

Desenvolve também negócios a partir dos contratos de arrecadação com distribuidoras. [|GRI 2.7|](#)

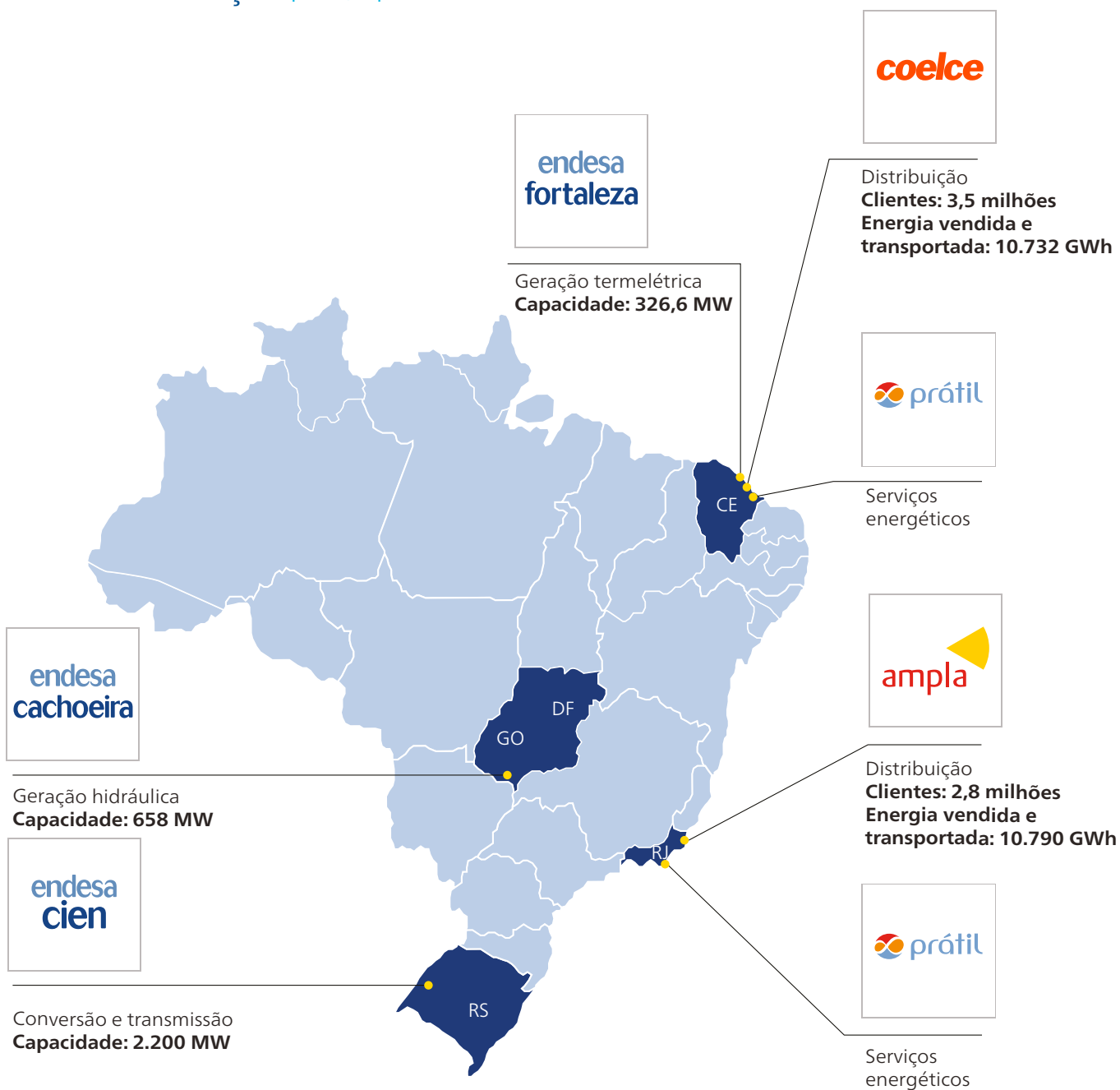
Em novembro de 2013, a Endesa Brasil incorporou as empresas Investluz e Ampla Investimentos e Serviços, que tinham como objetivo a participação no capital de outras sociedades e eram consolidadas nas demonstrações financeiras. [|GRI 2.9|](#)

A Endesa Brasil encerrou 2013 com 14.831 colaboradores, sendo 2.672 próprios, 11.611 parceiros/terceiros, 494 estagiários e 54 jovens-aprendizes. Registrou receita líquida de R\$ 7,6 bilhões, EBITDA de R\$ 2,1 bilhões e lucro líquido de R\$ 1,3 bilhão. [|GRI 2.8|](#)

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Empresa Nacional de Eletricidad	35,29%
Cono Sur Participaciones	27,71%
Enersis	21,46%
Chilectra	4,53%
Chilectra Inversud	4,23%
Edegel	4,07%
Ações em Tesouraria	2,70%

Área de atuação [GRI 2.3, 2.5]



Missão, Visão e Valores |GRI 4.8|

Missão

Nossa energia para um mundo melhor

Visão

Em curto e médio prazos: Ser um agente protagonista no mercado brasileiro. No longo prazo (2020): Ser o maior grupo privado de energia do Brasil



Valores

Somos simples

Por meio das atitudes:

- Simplicidade nas ações
- Transparência e confiança nas relações

Respeitamos a vida

Por meio das atitudes:

- Segurança em tudo que fazemos
- Compromisso com a sociedade e o meio ambiente
- Respeito às pessoas

Criamos valor

Por meio das atitudes:

- Inovação em processos e negócios
- Compromisso e profissionalismo
- Parcerias sustentáveis

Linha do tempo

- 1996** Início das operações da Endesa S.A. no Brasil, com a aquisição da Ampla (antiga Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro) por meio de leilão.
- 1997** Aquisição da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, em leilão realizado pelo governo de Goiás. | Constituição da Companhia de Interconexão Energética S.A. (Cien), no intuito de facilitar o intercâmbio de energia entre Argentina e Brasil.
- 1998** Formado por Endesa S.A., Enersis S.A., Chilectra S.A. e Ampla, o Consórcio Distriluz Energia Elétrica S.A. vence leilão de privatização da Companhia Energética do Ceará (Coelce).
- 1999** Início da operação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional, em leilão realizado pelo governo do Paraná.
- 2000** Início da operação da Endesa Cien-Garabi, com capacidade total de transferência de energia de 1.100 MW.
- 2001** Início da construção da Central Geradora Termelétrica Fortaleza (Endesa Fortaleza), no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE).
- 2002** Inauguração da Endesa Cien-Garabi II, que duplica a capacidade total de transferência de energia para 2.200 MW.
- 2003** Início da operação da Endesa Fortaleza.
- 2004** Inauguração da Endesa Fortaleza.
- 2005** Criação da *holding* Endesa Brasil.
- 2006** Ações da Coelce passam a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa.
- 2007** Ampla e Coelce passam a integrar o *ranking* das 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, do *Guia Você S/A – Exame*.
- 2008** 50 anos de operação da Endesa Cachoeira.
- 2009** Pela primeira vez, Coelce é eleita a melhor distribuidora de energia do país pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). | Endesa Fortaleza vence o Prêmio Top Energia, da Petrobras, como Empresa Destaque entre as termelétricas brasileiras. | Enel SpA passa a deter 92% do capital da Endesa S.A.
- 2010** Criação da Prátil. | Endesa Cachoeira recebe da Enel o *Safety Recognition Award* 2010, na categoria Zero Acidente.
- 2011** Endesa Cien é equiparada pela Aneel à concessionária de serviço público de transmissão.
- 2012** Ampla, Coelce e Endesa Geração integram os *rankings* das melhores empresas para trabalhar no Brasil do Great Place to Work/revista *Época* e do *Guia Você S/A – Exame*. | Coelce é destacada, pelo quarto ano consecutivo, como melhor distribuidora de energia do Brasil e da América Latina, pela Abradee e pela Comissão de Integração Energética Regional (Cier), além de também receber o Prêmio Ibero-Americano de Qualidade pela excelência na gestão.
- 2013** Projeto de gestão Distribuição Brasil visa compartilhar as melhores práticas nas operações das distribuidoras de energia Ampla e Coelce. | Prátil inicia operação no segmento de geração distribuída. | Ampla e Coelce integram o *Guia Exame de Sustentabilidade*.





Reconhecimentos externos

PESSOAS

Melhores empresas para trabalhar no Brasil – Ampla, Coelce e Endesa Geração foram incluídas em dois *rankings* de melhores empresas para trabalhar do Brasil: As 100 melhores, organizado por Great Place to Work e revista *Época*, e 150 melhores, da revista *Você S/A*.

Prêmio Fundação Coge 2013 – A Endesa Brasil foi a vencedora da premiação, na categoria Segurança do Trabalho, com o projeto Monitoria de Segurança – Um Novo Modelo de Gestão e Gerenciamento de Riscos. Em quatro anos de participação, foi a terceira vez que o grupo se consagrou vencedor do prêmio.

Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV) – A Endesa Brasil conquistou o primeiro lugar no reconhecimento da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV). A premiação destaca práticas de excelência desenvolvidas em qualidade de vida.

Concurso Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho – O programa *Check List* em Família da Coelce conquistou o primeiro lugar do prêmio concedido pelo Sesi/Senai, na categoria Contribuição Técnica III, etapa estadual Ceará.

Medalha Eloy Chaves – A Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE) concedeu à Endesa Fortaleza a Medalha Eloy Chaves. A termelétrica foi considerada a terceira melhor do setor na categoria Grupo IV (Empresas Geradoras/Transmissoras, independentemente do número de empregados), tendo mantido índices elevados de segurança e prevenção de acidentes de trabalho no ano de 2012.

CLIENTES

Melhor Empresa do Setor Elétrico em Atendimento ao Cliente

– Pelo segundo ano consecutivo, o Atendimento Personalizado e a Central de Relacionamento da Ampla conquistaram os selos de Loja e SAC Amigos do Cliente, respectivamente, conferidos pelo Instituto Ibero-Brasileiro de Relacionamento com o Cliente (IBRC).

Prêmio Abradee 2013 – Pelo oitavo ano consecutivo, a Coelce conquistou o prêmio de Melhor Distribuidora do Nordeste e se manteve entre as quatro melhores do Brasil, ficando também em 4º lugar no prêmio de Responsabilidade Social. A companhia se manteve entre as quatro melhores do Brasil. A Ampla foi finalista na categoria Qualidade da Gestão.

As Melhores Empresas para o

Consumidor 2013 – Ampla conquistou o segundo lugar na premiação, promovida pela revista Época e pelo site Reclame Aqui. Após ter sido classificada como finalista na primeira fase, a Ampla foi para a segunda etapa, em que os consumidores cadastrados no Reclame Aqui votaram nas melhores de cada categoria.



RESPONSABILIDADE SOCIAL

Empresas-modelo em Sustentabilidade

– Ampla e Coelce integraram a relação do Guia Exame de Sustentabilidade de 61 empresas-modelo em 20 setores da economia, dentre eles o elétrico. Ampla foi destaque pelo programa de combate aos furtos de energia, especialmente com as iniciativas Consciência Ampla Eficiente e Consciência EcoAmpla. Coelce foi reconhecida por incorporar aspectos socioambientais nos resultados econômico-financeiros, tendo como exemplo o programa Luz Solidária.

Prêmio Aberje 2013 – A campanha Vote Consciente, realizada em 2012 pela Endesa Brasil, foi eleita a melhor iniciativa do país, na categoria Comunicação e Relacionamento com a Sociedade, no Prêmio Aberje 2013, concedido pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial. A campanha foi elaborada para incentivar os colaboradores e as comunidades a praticarem o voto responsável.



Prêmio Top Energia 2013 - A Endesa Fortaleza foi finalista, na categoria Responsabilidade Social, com o Programa de Voluntariado Rede do Bem desenvolvido na usina. O prêmio é destinado a todas as geradoras de energia do país, com participação acionária ou que têm contrato vigente de suprimento de gás natural com a Petrobras, e tem como objetivo estimular a troca de melhores práticas entre as usinas participantes.

4º Cannes Corporate Media & TV Awards

– A Endesa Brasil recebeu o troféu de prata no 4º Cannes Corporate Media & TV Awards, na França. Venceu na categoria Filmes e Vídeos Corporativos – Comunicação Interna, com o vídeo que lançou a Missão da Endesa Brasil (*Nossa energia para um mundo melhor*), que contou com a participação de centenas de colaboradores das empresas.

ECONÔMICO-FINANCEIRO

ISE Bovespa – Pelo oitavo ano consecutivo, a Coelce foi considerada uma das ações mais confiáveis para se investir no Brasil, de acordo com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que analisa o desempenho das empresas listadas na BM&FBovespa.

Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) 2013 – A Ampla foi finalista do PNQ, com avanços em Qualidade da Gestão. No ano, a empresa alcançou 640 pontos, com destaque para o Critério de Resultados, com alta de 40 pontos, o que é considerado um grande progresso.

Prêmio Qualidade Rio (PQRio) – Em razão de seu desempenho no Prêmio Nacional da Qualidade (PNQ) 2013, do qual foi finalista, a Ampla obteve o reconhecimento máximo no PQRio.

Prêmio Contribuintes 2013 – A Coelce foi reconhecida entre as maiores empresas em arrecadação de ICMS no segmento de serviços do Estado do Ceará, em premiação promovida pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará em parceria com o Jornal Diário do Nordeste. A companhia foi uma das agraciadas na categoria Serviços de Comunicação, Energia, Combustíveis e Transportes. O prêmio representa o reconhecimento ao retorno social que a distribuidora dá ao Estado.

Prêmio Destaque Empresarial – A Coelce foi reconhecida como uma das melhores empresas de 2013. Também foi destaque industrial no setor de eletricidade e reconhecida como parceira do Projeto Primeiro Passo na modalidade Jovem Aprendiz.

Suppliers Awards Latin America 2013 – A Endesa Cachoeira foi premiada na categoria Serviço e Equipamento Industrial. O reconhecimento foi outorgado pela Peugeot Citroën, um dos clientes da Endesa Cachoeira no mercado livre, devido ao seu alto desempenho em qualidade, competitividade, custos, iniciativa, flexibilidade e resultados globais. Com o emprego de critérios mundiais do Grupo PSA Peugeot Citroën, a premiação para a América Latina foi dividida em cinco categorias (Qualidade, Logística, Serviço e Equipamento Industrial, Qualidade de Serviço de Peças de Reposição e Excelência Industrial), além de um Prêmio Especial do Júri.

Excelência Operativa – A Endesa Cachoeira recebeu em 2013 o Prêmio Excelência Operativa 2012, categoria Central Hidrelétrica, outorgado pela Linha de Negócio Geração Latam, com destaque para os resultados em segurança laboral, disponibilidade e meio ambiente.

INOVAÇÃO

Prêmio Innovating Innovation Challenge – Por meio do Programa Deu Certo, desenvolvido pelas áreas de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, a Coelce ficou entre as 10 iniciativas mais inovadoras do mundo nos processos de gestão. A premiação é uma iniciativa da Management Innovation Exchange (MIX), respaldada pela revista *Harvard Business Review* e pela McKinsey Quarterly.

Prêmio CNI de Inovação – A Coelce conquistou o terceiro lugar no reconhecimento concedido pela Confederação Nacional da Indústria. A iniciativa é desenvolvida pela Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI) e visa o reconhecimento de empresas brasileiras que contribuem para o aumento da competitividade do país por meio da utilização de sistemas e técnicas voltados para o aprimoramento da gestão da inovação.

Prêmio Best Innovator – A Coelce alcançou o 11º lugar no *ranking* organizado pela revista *Época Negócios* em parceria com a consultoria A. T. Kearney, reconhecida por seus programas de Gestão da Inovação, e destacou as ferramentas do Inspire: Deu Certo e a Bolsa de Inovações.

Mensagem da administração

|GRI 1.1|

O ano de 2013 trouxe importantes progressos nas perspectivas dos públicos que são determinantes para os nossos resultados. Os destaques foram o comprometimento com a segurança e o bem-estar de nossos colaboradores e parceiros; o relacionamento com os nossos clientes associado ao crescimento da nossa base; a continuidade dos nossos diversos projetos com as comunidades; as iniciativas de inovação que deram origem a um novo programa, o Inspire; e nossos ganhos de eficiência.

A redução de 11,8% no número de acidentes de trabalho reflete nosso progresso no entendimento de que o problema de segurança está relacionado à gestão e deve ser corrigido de todas as formas. Para isso, investimos em iniciativas para reforçar comportamentos e ambientes de trabalho seguros. Essa prioridade explica também parte do resultado positivo que temos obtido com as nossas empresas em integrar dois *rankings* de melhores empresas para se trabalhar no Brasil, do *Great Place to Work* e revista *Época* e da revista *Você S/A*. Somos também o país de melhor ambiente de trabalho do Grupo Enel em todo o mundo. Acreditamos que o mais positivo em todos esses reconhecimentos é ter a satisfação de nossos colaboradores associada ao bom desempenho, estabelecendo uma conexão entre os interesses individuais e os da empresa.

Na perspectiva de pessoas, outro fato relevante em 2013 está relacionado à meritocracia e ao aumento da produtividade. No ano, cerca de 80% de posições abertas nas empresas foram preenchidas pelos próprios candidatos internos. E o indicador de número de clientes por colaboradores aumentou 12,1% em Ampla e Coelce, na comparação com o ano anterior. Atrás desse fato, há um esforço enorme de melhora nos processos.

Registramos importantes conquistas na perspectiva de clientes, com a conexão de 251 mil novas unidades consumidoras às redes de Ampla e Coelce, o que representa acréscimo de 4,2% em relação a 2012, e o crescimento de 6,1% no consumo de energia vendida e transportada. Pelo oitavo ano consecutivo, a Coelce conquistou o prêmio de Melhor Distribuidora do Nordeste pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), mantendo-se entre as quatro melhores do Brasil. Já a Ampla ficou em segundo lugar no Prêmio Época Reclame Aqui – As Melhores Empresas para o Consumidor.

Nas atividades de Geração, o ano de 2013 foi de bons resultados. A termelétrica Endesa Fortaleza, que completou dez anos de atuação, bateu recorde de geração e manteve disponibilidade de 98,45%. A Endesa Cachoeira deu continuidade às obras de modernização, operando com disponibilidade de 94,7%. Também as instalações da Endesa Cien estiveram plenamente disponíveis durante todo o ano para a transmissão de energia. Esses resultados demonstram o compromisso de atender às exigências de um serviço regulado, com excelência na gestão da operação e manutenção dos ativos.

A responsabilidade pelo entorno de onde trabalhamos e de promoção da sustentabilidade são diferenciais da Endesa Brasil. Nosso objetivo é investir prioritariamente em projetos de educação, cultura, geração de renda e conscientização sobre o uso eficiente e seguro de energia, e beneficiamos 3,4 milhões de pessoas em 2013 nessas ações. Contribuímos diretamente para a formação de uma sociedade informada e responsável e que utilize a energia de forma sustentável. São todas ações alinhadas também ao nosso compromisso com o Pacto Global e seus dez princípios relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, meio ambiente e anticorrupção.



Colocamos um grande foco na criatividade e em soluções inovadoras para vencer os desafios do setor. As iniciativas passaram a ser alinhadas em torno do novo Programa Inspire, que promove o envolvimento direto dos colaboradores para as inovações e a sinergia de boas práticas em todas as empresas do grupo, desenvolvendo projetos que aumentem a produtividade e reduzam os custos de forma significativa. Destaque ainda à continuidade do projeto Cidade Inteligente de Búzios, no Rio de Janeiro, cidade que passa por transformações tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais relacionadas ao uso de energia e tem a conexão com a comunidade como um diferencial.

Sempre na busca por processo de melhoria e eficiência, demos prosseguimento a um novo planejamento estratégico, com a criação de uma gestão unificada para o negócio. O objetivo é promover o intercâmbio de melhores práticas entre as duas distribuidoras da Endesa Brasil – Coelce e Ampla – e reforçar a atuação das empresas, deixando-as ainda mais preparadas para o futuro.

Em um ano marcado por desafios no cenário macroeconômico, impactos de mudanças regulatórias que reduziram a tarifa de energia para o consumidor final e início de um novo

ciclo de revisão tarifária das distribuidoras, nossa receita líquida totalizou R\$ 7,6 bilhões, 6,3% inferior à de 2012. O EBITDA totalizou R\$ 2,1 bilhões, 8,2% abaixo do ano anterior, e o lucro líquido foi de R\$ 1,3 bilhão, menos 14,8%.

Por meio da Enersis, fazemos parte do Grupo Enel, uma das mais importantes empresas do setor elétrico do mundo, que gera, distribui e comercializa energia para mais de 60 milhões de clientes, em 40 países. O apoio em processos, conhecimentos e tecnologias de um grande grupo global é diferencial importante para o desenvolvimento dos negócios. O compartilhamento de valores como conduta ética, respeito ao meio ambiente e responsabilidade social com as comunidades fortalece nossa busca constante por resultados sustentáveis para acionistas, colaboradores, clientes, fornecedores e sociedade.

Marcelo Liévenes
Diretor-Presidente

Mario Santos
Presidente do Conselho
de Administração

Negócios



“O equilíbrio entre os interesses de nossos diferentes públicos é aspecto essencial para o desempenho da Ampla. A satisfação que proporcionamos a nossos clientes, colaboradores, fornecedores e à sociedade, a qualidade dos nossos serviços, do ambiente de trabalho, das relações comerciais e o compromisso com as comunidades são a base dos bons resultados para os nossos acionistas.

AMPLA

Concessionária de distribuição de energia elétrica, a Ampla Energia e Serviços S.A. atende 2,8 milhões de clientes residenciais, comerciais, industriais e públicos e uma população de 6,6 milhões de pessoas em 66 municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2013, a energia vendida e transportada totalizou 10.790 GWh, 3,0% acima do ano anterior. A receita líquida atingiu R\$ 3,8 bilhões, 4,3% acima da registrada no exercício de 2012, e a geração de caixa (EBITDA) foi de R\$ 967,6 milhões.

No encerramento do ano, a Ampla contava com 7.321 colaboradores, sendo 1.136 empregados próprios, 5.936 parceiros, 222 estagiários e 27 jovens-aprendizes.

Sociedade anônima de capital aberto, assumiu o nome Ampla em 2004, como parte de um plano de transformação iniciado em 1996, quando a então Companhia de Eletricidade do Rio de Janeiro (Cerj) foi privatizada e adquirida por consórcio de empresas de energia elétrica liderado pelo Grupo Endesa, da Espanha. Atualmente, é controlada pela Endesa Brasil, que detém 46,9% de seu capital social.

Principais indicadores

	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	3.312.371	3.690.989	3.849.432	4,3%
EBITDA	762.477	883.038	967.608	9,6%
Lucro líquido	210.352	493.376	515.059	4,4%
Operacionais				
Energia vendida e transportada (GWh)	9.964	10.472	10.790	3,0%
Total de clientes (mil)	2.644	2.712	2.812	3,7%
Total de colaboradores	8.238	7.667	7.321	-4,5%
Nº de subestações	116	116	117	0,9%
Capacidade instalada (MVA)	4.452	4.527	4.695	3,7%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	75.580	81.770	74.441	-9,0%
Investimentos sociais externos ¹	35.032	72.865	69.246	-5,0%
Investimentos em meio ambiente ¹	126.813	44.783	37.131	-17,1%

¹ Dados de 2012 revisados

Em 2013, os resultados mais relevantes foram alcançados na segurança de nossos colaboradores. O número de acidentes reduziu-se 17,4% sobre 2012, de 23 para 19, e concretamente 11 pessoas salvaram suas vidas pelo uso adequado de equipamentos de segurança.

Incentivamos o surgimento de ideias de novos serviços e processos com o programa Inspire e adotamos ações revolucionárias com visão de futuro. Um exemplo é o projeto Cidade Inteligente de Búzios, com iniciativas de levar a tecnologia de redes elétricas associada à vida cotidiana de nossos clientes, tendo a conexão com a comunidade como um diferencial.

Projetos de educação para o consumo consciente e seguro de energia concentram nossos investimentos em ações socioambientais e beneficiaram 268,9 mil pessoas.

Nosso desafio, a cada ano, é melhorar a produtividade da empresa para conseguirmos nos tornar mais eficientes que a tarifa de energia estabelecida pela Aneel, que não incorpora o crescimento dos custos atuais, como salários e preços dos serviços contratados. Isso é fundamental para mantermos os bons resultados conquistados até aqui.”

Marcelo Llévènes
Diretor-Presidente



COELCE

A Companhia Energética do Ceará (Coelce) distribui energia elétrica para 8,8 milhões de habitantes de 184 municípios do Estado do Ceará. Encerrou 2013 com 3,5 milhões de clientes, entre residenciais, comerciais, rurais, institucionais e industriais, sendo considerada a terceira maior distribuidora da Região Nordeste em volume de energia, com 10.732 GWh vendidos e transportados durante o ano.

No período, foi reconhecida pelo oitavo ano consecutivo como a melhor distribuidora de energia elétrica do Nordeste e figurou entre as quatro melhores do Brasil, de acordo com o Prêmio Abradee 2013, da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia, além de receber o quarto lugar no Prêmio Abradee de Responsabilidade Social.

A receita líquida totalizou R\$ 2,8 bilhões, 1,5% abaixo do ano anterior, como reflexo especialmente da revisão tarifária que reduziu as tarifas da Coelce e das demais distribuidoras brasileiras. A geração de caixa (EBITDA) atingiu R\$ 401,9 milhões, recuo de 38,8%; e o lucro líquido foi de R\$ 156,6 milhões em comparação a R\$ 420,0 milhões em 2012. Ao final de 2013, contava com 1.234 colaboradores próprios, 5.324 parceiros, 222 estagiários e 27 jovens-aprendizes.

Principais indicadores

	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	2.627.212	2.893.720	2.849.743	-1,5%
EBITDA	754.863	657.123	401.951	-38,8%
Lucro líquido	471.182	420.000	156.556	-62,7%
Operacionais				
Energia vendida e transportada (GWh)	8.927	9.818	10.732	9,3%
Total de clientes (mil)	3.224	3.338	3.486	4,4%
Total de colaboradores	7.861	7.396	6.963	-5,9%
Nº de subestações	99	102	106	3,9%
Capacidade instalada (MVA)	2.446	2.474	2.620	5,9%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	75.464	73.009	70.147	-3,9%
Investimentos sociais externos ¹	126.154	72.011	259.255	260,0%
Investimentos em meio ambiente	41.438	32.132	35.078	9,2%

¹ 84% da variação dos investimentos sociais externos se refere à variação no subsídio concedido aos clientes de baixa renda e reconhecidos pela Aneel no período.

“Busca de eficiência e avanços nos serviços aos clientes marcaram o ano de 2013 para a Coelce. Com o expressivo crescimento de 9,3% na demanda por energia, bem acima da média de 3,5% do país, direcionamos a maior parte dos nossos investimentos para atender a essa expansão e manter a qualidade do fornecimento de energia, sem comprometer nossa estrutura de custos. Nossos indicadores de frequência e duração de interrupções (FEC e DEC) continuaram os melhores da Região Nordeste e entre os mais eficientes do Brasil, com 5,12 vezes e 9,12 horas ao longo do ano, respectivamente.

Nossos clientes são os mais satisfeitos da região e continuam entre os mais satisfeitos do Brasil, como demonstra pesquisa da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) entre clientes residenciais. Obtivemos 86,9% de aprovação, índice superior à média de 78,7% registrada em todas as regiões do país.

Na perspectiva de nossos colaboradores, fizemos avanços significativos na redução de acidentes, que passaram de 46 ocorrências em 2012 para 24 em 2013, nos destacando com um dos melhores índices do setor no Brasil. No entanto, registramos um acidente fatal e um grave no decorrer do ano, que demonstram falhas em nossos sistemas de gestão de segurança.

Reforçamos nosso compromisso com a sociedade, com investimento em projetos que têm como objetivo a educação, a cultura e o uso eficiente e seguro de energia, iniciativas que beneficiaram 1,5 milhão de pessoas em 2013.”

Abel Rochinha
Diretor-Presidente



ENDESA CACHOEIRA

A Endesa Cachoeira – Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. é uma geradora hidrelétrica instalada no município de Cachoeira Dourada, no Estado de Goiás, e conta com dez unidades de geração no Rio Paranaíba, com 658 MW de capacidade instalada e 415 MW de energia assegurada. Criada na década de 1950, foi adquirida em 1997 pela Endesa Brasil, que detém 99,6% de suas ações.

Entre seus clientes estão empresas privadas e públicas de diversos segmentos, como distribuidoras de energia, indústrias dos setores automobilístico, siderúrgico, petroquímico, de papel e celulose e de pneumáticos, localizadas em todo o território nacional.

Em 2013, gerou 2.469 GWh e comercializou 3.564 GWh de energia. A receita líquida totalizou R\$ 481,3 milhões; o EBITDA foi de R\$ 381,8 milhões; e lucro líquido atingiu R\$ 337,6 milhões. Ao fim do exercício, contava com 176 colaboradores, sendo 71 próprios, 11 estagiários e 94 de empresas parceiras, que atuavam na usina e em áreas de apoio localizadas em Niterói (RJ) e em Fortaleza (CE).

Principais indicadores

	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	409.682	584.143	481.262	-17,6%
EBITDA	337.569	447.838	381.756	-14,8%
Lucro líquido	358.886	374.904	337.573	-10,0%
Operacionais				
Energia vendida (GWh/ano)	3.986	4.344	3.564	- 18,0%
Total de clientes	71	76	85	11,8%
Total de colaboradores	182	163	176	8,0%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	5.700	5.631	7.373	30,9%
Investimentos sociais externos	274	244	284	16,4%
Investimentos em meio ambiente ¹	259	170	186	9,4%

¹ Dados de 2012 revisados

“O ano de 2013 foi marcado por investimentos que asseguram a confiabilidade e disponibilidade que fazem da Endesa Cachoeira uma referência em geração de energia. Instalamos novas bobinas nas unidades de geração e realizamos a manutenção de peças essenciais de máquinas que já vinham em funcionamento há alguns anos. Para isso, aumentamos de forma expressiva os recursos aplicados, que passaram de R\$ 12,9 milhões em 2012 para R\$ 23,5 milhões em 2013.

O desenvolvimento do potencial das pessoas e a criação de um ambiente de trabalho que favorece o trabalho em equipe nos levaram a integrar, pelo terceiro ano consecutivo, a relação das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com os *rankings* do Great Place to Work/revista *Época* e da revista *Você S/A*. E a prioridade à segurança permitiu alcançarmos mais uma vez a meta de zero acidente.

No relacionamento com as comunidades, destacou-se no ano a criação da escola de música Sinfonia do Amanhã, que atende atualmente 90 crianças e jovens. Esse projeto vai ao encontro de nosso compromisso de criar oportunidades locais, para que os estudantes sejam agentes de transformação em suas famílias, comunidade e, principalmente, nas suas próprias vidas.”

Guilherme Lencastre
Diretor-Presidente



“Nossas instalações estiveram plenamente disponíveis durante todo o ano para a transmissão de energia. Essa condição da Endesa Cien nos orgulha muito, pois demonstra o compromisso de atender às exigências de um serviço regulado, com excelência na gestão e na manutenção dos ativos. Desempenhamos ainda nosso papel estratégico de integração energética entre os países do Mercosul, preparados para converter a frequência e transmitir energia entre o Brasil e a Argentina.

ENDESA CIEN

A Companhia de Interconexão Energética S.A. – Endesa Cien é transmissora de energia, mantendo suas linhas à disposição do Sistema Interligado Nacional (SIN). Também converte e transmite energia do Brasil (que opera em frequência de 60 hertz) para a Argentina e o Uruguai (frequência de 50 hertz), e vice-versa, possibilitando a integração energética do Mercosul. Sociedade anônima de capital fechado, é integralmente controlada pela Endesa Brasil.

Seus principais ativos são as estações Interconexão Energética Garabi I e II, que convertem as frequências de energia, e duas linhas de transmissão que somam 723,22 quilômetros. Em 2013, registrou transmissão de 1.195,6 GWh de energia. [|GRI EU4|](#)

A empresa encerrou o exercício com 166 colaboradores no Brasil, sendo 61 próprios, 89 parceiros e 16 estagiários. Obteve receita líquida de R\$ 257,0 milhões (R\$ 263,1 milhões em 2012), EBITDA de R\$ 199,4 milhões (R\$ 204,3 milhões no ano anterior) e lucro líquido de R\$ 53,2 milhões.

Um modelo de gestão que favorece o potencial de cada profissional, o orgulho de pertencer à empresa e a prioridade à segurança no trabalho nos levou, pelo terceiro ano consecutivo, a fazer parte das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com os *rankings* do Place to Work/revista *Época* e da revista *Você S/A*.

Iniciamos durante o ano um projeto importante para a segurança do sistema elétrico brasileiro, que é o seccionamento da linha de transmissão Itá-Garabi e sua interligação à subestação de Santo Ângelo, trazendo segurança e confiabilidade no abastecimento de energia da Região Sul do Brasil.

Reforçamos também nosso envolvimento com as comunidades do entorno de nossa conversora, especialmente Garruchos e São Luiz Gonzaga, em iniciativas que beneficiaram cerca de 85 mil pessoas.”

Guilherme Lencastre
Diretor-Presidente

Principais indicadores

	2011	2012	2013	Varição 2013/2012
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	277.902	263.142	256.961	- 2,3%
EBITDA	205.692	204.354	199.398	-2,4%
Lucro líquido	69.107	68.606	53.205	-22,4%
Socioambientais (R\$ mil)				
Total de colaboradores	160	156	166	6,4%
Investimentos sociais internos	5.688	6.742	7.633	13,2%
Investimentos sociais externos	167	357	433	21,3%
Investimentos em meio ambiente	187	98	51	- 48,0%



ENDESA FORTALEZA

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF – Endesa Fortaleza) tem sede no município de Caucaia, no Estado do Ceará, e integra o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, situado a 50 quilômetros de Fortaleza. Gera energia em um ciclo combinado de gás e vapor, com capacidade instalada de 326,6 MW. É sociedade anônima de capital fechado, integralmente controlada pela Endesa Brasil S.A.

A companhia faz parte do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT) do governo federal e possui capacidade para fornecer cerca de um quarto de toda a energia consumida no Ceará, que contava com população estimada de 8,8 milhões de pessoas no final de 2013. Assim, a Endesa Fortaleza dá suporte para a instalação de indústrias, a geração de empregos e o crescimento econômico e social da Região Nordeste.

A usina tem a produção comercializada com a distribuidora Companhia Energética do Ceará (Coelce), que atende todo o Estado do Ceará. A CGTF conta ainda com uma linha de transmissão de 1,2 Km em alta-tensão (230 Kv).

Em 2013, com índice de disponibilidade de 98,45%, gerou 2.640 GWh de energia. Encerrou o ano com 161 colaboradores, sendo 68 próprios, 86 parceiros e 7 estagiários.

Principais indicadores

	2011	2012	2013	Variação 2013/2012
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	422.174	524.556	703.239	34,1%
EBITDA	198.404	194.363	239.817	23,4%
Lucro líquido	139.644	144.736	175.821	21,5%
Operacionais				
Energia vendida (GWh/ano)	2.842	2.956	3.262	10,4%
Total de colaboradores	171	187	161	-13,9%
Socioambientais (R\$ mil)				
Investimentos sociais internos	6.292	5.660	8.289	46,4%
Investimentos sociais externos	1.327	736	2.167	194,4%
Investimentos em meio ambiente	400	273	383	40,3%

¹ A variação decorre do aumento dos recursos aplicados em projetos socioculturais com uso de leis de incentivo fiscal

“Nos dez anos completados em 2013 de relação estreita com comunidade, fornecedores e clientes, a Endesa Fortaleza atendeu às expectativas do Programa Prioritário de Termoeletricidade (PPT), do governo federal, assegurando a oferta e a garantia de energia para o crescimento do país. A central manteve índice de disponibilidade média de 98,45%, demonstrando mais uma vez eficiência operacional e alto grau de segurança e confiabilidade para o Sistema Interligado Nacional.

A excelência em operação é fruto de nosso esforço em manutenção, planejamento, segurança do trabalho, capacitação profissional, foco em inovação e alta tecnologia. Permanecemos pela terceira vez consecutiva entre melhores empresas para se trabalhar no Brasil de acordo com os *rankings* Great Place to Work/ revista *Época* e da revista *Você S/A*, um resultado que valida nosso compromisso com três pilares de gestão de pessoas: Segurança, Meritocracia e Felicidade no trabalho.

A boa relação comunitária ganhou força no ano por meio do Endesa Fortaleza de Portas Abertas, abrindo as instalações da usina a estudantes e representantes da sociedade civil para esclarecer como funciona nossa empresa. Para estreitar o nosso relacionamento com essas comunidades, investimos ainda em iniciativas que promovem o resgate da arte e da cultura cearense, assim como de orientação e qualificação de jovens. No ano, esses projetos beneficiaram cerca de 36 mil pessoas.”

Manuel Herrera
Diretor-Presidente



“O ano de 2013 foi um período de crescimento e consolidação do negócio, sendo marcado ainda por nosso ingresso no segmento de Geração Distribuída. Trata-se de um conceito ainda recente no Brasil, de que o consumidor também possa ser um gerador de energia, mas que nos Estados Unidos ou em países europeus já é muito difundido, com participação significativa na matriz energética.

PRÁTIL

A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil) é uma sociedade anônima de capital fechado, integralmente controlada pela Endesa Brasil. Com sede em Niterói, no Estado do Rio de Janeiro, e filial em Fortaleza, no Ceará, atendeu 670 mil clientes no segmento massivo e 700 corporativos em 2013. A Prátil proporciona soluções integradas de energia elétrica a negócios de todos os portes e atua em três segmentos distintos de mercado:

- 1) Afinidades** – Desenvolve negócios a partir dos contratos que mantém com distribuidoras, como arrecadar recursos e comercializar produtos por meio da conta de energia, a exemplo de seguros de vida residenciais, de saúde e empresariais.
- 2) Soluções Corporativas** – O foco é a prestação de serviços de infraestrutura elétrica, com um portfólio de produtos para clientes privados e governo – como subestações, linhas de transmissão, redes elétricas, projetos e eficiência energética.
- 3) Geração Distribuída** – Linha de negócios criada em 2013, a partir da Resolução 482/2012, da Aneel, que estabeleceu regras para o consumidor gerar sua própria energia por meio de fonte renovável. A Prátil vem buscando a formação de um novo mercado, sustentada pelo *know-how* da Enel Green Power, unidade do Grupo Enel.

No ano, registrou receita líquida de R\$ 27.536 mil, lucro líquido de R\$ 6.450 mil e R\$ 9.157 mil de EBITDA. A companhia encerrou o período com 126 colaboradores, sendo 33 próprios, 82 parceiros e 11 estagiários.

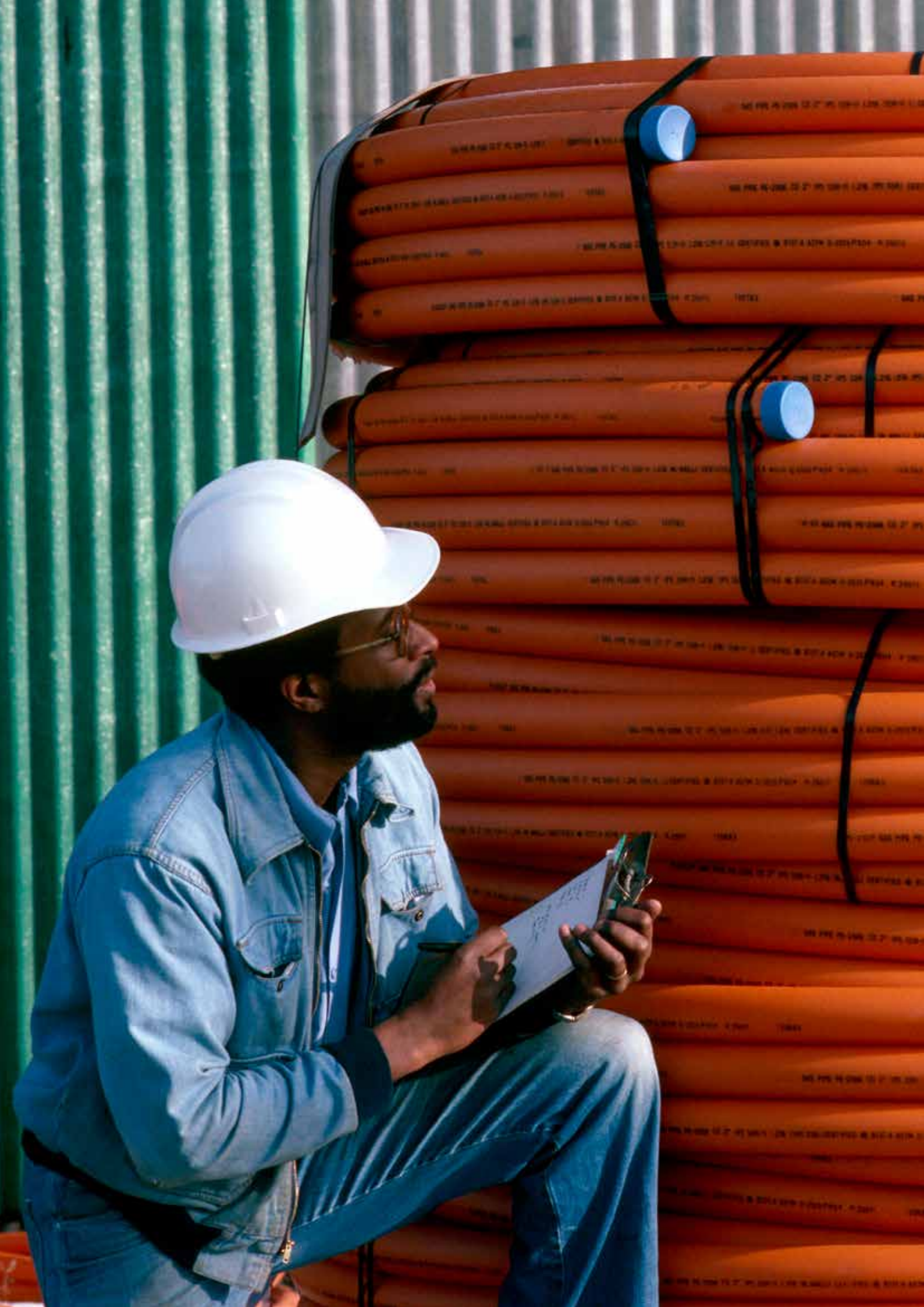
No segmento Corporativo registramos crescimento importante, com a conquista de clientes e da confiança do mercado. Em Afinidades, houve importante elevação no volume de vendas. Também investimos na melhoria da comunicação com o cliente, com a criação de uma linha telefônica 0800.

Nossa meta para 2014 e curto prazo é bastante audaciosa, estimando crescimento em torno de 200%, com base na expansão do negócio de Geração Distribuída e na evolução dos negócios de infraestrutura elétrica e de produtos para consumidores massivos, ultrapassando os limites de Rio de Janeiro e Ceará e ampliando nossa participação e atuação no mercado. Queremos também ser um importante *player* no mercado de geração distribuída de energia fotovoltaica.”

Albino Motta
Diretor-Presidente

Principais indicadores

	2011	2012	2013	Varição 2013/2012
Resultados (R\$ mil)				
Receita operacional líquida	19.428	22.401	27.536	22,9%
EBITDA	5.303	8.512	9.157	7,6%
Lucro líquido	3.324	6.142	6.450	5,0%
Socioambientais (R\$ mil)				
Total de colaboradores	21	19	33	73,7%
Investimentos sociais internos	630	855	1.883	120,2%



A vertical stack of orange pipes, likely for industrial or construction use, filling the left side of the page. The pipes have some technical markings and numbers printed on them.

Apresentação do relatório

Neste relatório, a Endesa Brasil apresenta os resultados econômicos, sociais e ambientais obtidos no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2013, assim como as iniciativas desenvolvidas durante o ano. O documento é baseado nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), incluindo o protocolo do setor de energia, em sua versão G3.1, e tem periodicidade anual. [\[GRI 3.1, 3.3\]](#)

As informações econômico-financeiras consolidam o desempenho de suas subsidiárias no Brasil (Ampla, Coelce, Endesa Cachoeira, Endesa Cien, Endesa Fortaleza, Prátil e Eólica Fazenda Nova) e na Argentina (Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. e Transportadora de Energía S.A. – Tesa). Já os dados socioambientais abrangem apenas as operações das empresas Ampla, Coelce, Endesa Cachoeira, Endesa Cien, Endesa Fortaleza e Prátil. [\[GRI 3.6, 3.7, 3.8\]](#)

Os indicadores econômico-financeiros seguem as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) e os dados socioambientais foram obtidos a partir de levantamentos internos, atendendo às normas brasileiras de relações trabalhistas e às certificações de qualidade (ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001). Na conversão de pesos e volumes, foram utilizados dados de peso específico fornecidos por fabricantes e transportadores de materiais e resíduos. Eventuais ajustes de informações publicadas em anos anteriores são destacados nos locais onde elas são apresentadas. Não ocorreram outras mudanças significativas em comparação a anos anteriores. Este relatório foi submetido à auditoria externa da EY. [\[GRI 3.9, 3.10, 3.11, 3.13\]](#)

O controle das informações apresentadas neste relatório é realizado principalmente a partir dos sistemas Synergia Comercial (clientes e faturamento); Synergia Financeiro (gestão de parceiros); SAP, cujos diversos módulos permitem a gestão e o controle do orçamento, de compras, de imobilizado, da contabilidade e de informações relativas a pessoal (cadastro, admissão e desenvolvimento); e SDE G-Core que permite a gestão e o controle de dados relativos à rede. Para auxiliar a análise dos dados, relatórios são gerados e exportados desses sistemas para planilhas em Excel. Além disso, as áreas gestoras possuem planilhas de controle com informações complementares para a gestão dos processos. [\[GRI 3.9\]](#)

Temas relevantes

[GRI 3.5]

Para a definição do conteúdo deste relatório, foram consultados públicos de relacionamento das empresas do grupo, tomando como referência as diretrizes da GRI e a norma AA1000 (Accountability 1000), de forma a refletir os impactos econômicos, sociais e ambientais provocados pelas operações da empresa ou que possam influenciar de forma significativa as avaliações e decisões desses públicos.

Os temas submetidos à consulta basearam-se em uma seleção prévia que considerou os seguintes aspectos:

- A estratégia de Endesa Brasil
- Temas considerados relevantes pelo acionista controlador de Endesa S.A., a Enel SpA, a partir de sua Política de Sustentabilidade.
- Resultados de pesquisas de satisfação dos clientes das empresas de distribuição (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida – ISQP – Abradee)

- Notícias de imprensa sobre o setor e a Empresa;
- Correlação de temas com o Pacto Global, iniciativa da qual a Endesa Brasil é signatária;
- Questões destacadas na avaliação de públicos do setor de serviços de energia levantadas pela Global Reporting Initiative (GRI) na pesquisa *Sustainability Topics – What the Stakeholders Want to Know*.
- Análise de aspectos destacados em outras empresas de energia com atuação no Brasil e global.

No processo de consulta, foram realizados 11 painéis que reuniram no total 253 pessoas, entre públicos internos e externos, em Garruchos e São Luiz Gonzaga (RS), Cachoeira Dourada (GO), Fortaleza, São Gonçalo e Caucaia (CE) e Niterói (RJ).

Os questionários foram respondidos por representantes de acionistas e investidores, clientes, diretores, colaboradores próprios e parceiros, estagiários, representantes de governo, de comunidade, de entidades

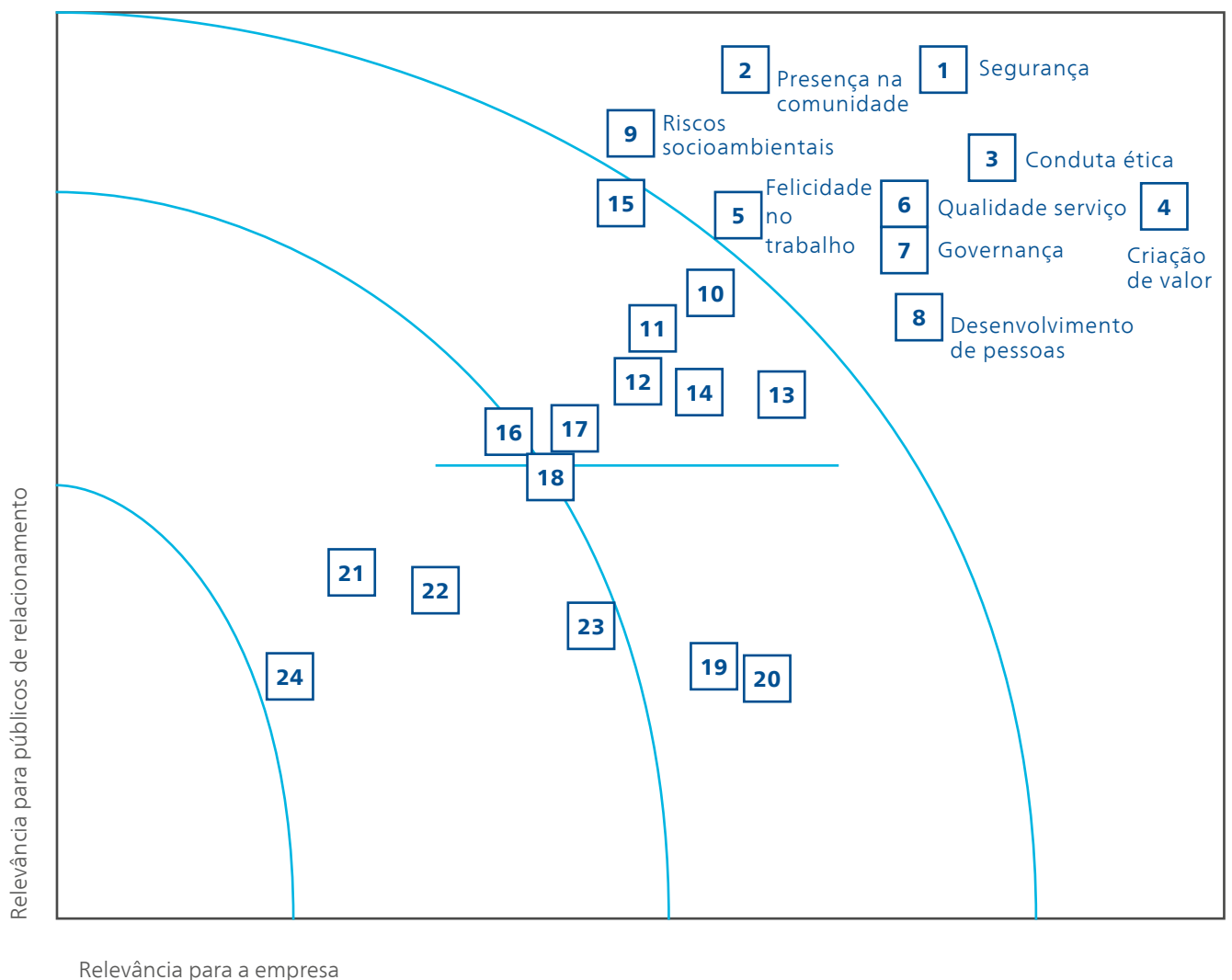
socioambientais, fornecedores e imprensa, tanto por meio de participação em eventos presenciais quanto por e-mail. [GRI 4.15]

A HGB Consultoria e Gestão Ltda. realizou uma auditoria externa desse processo de diálogo e engajamento das partes interessadas, tomando por base os princípios de auditoria descritos na norma ABNT NBR ISO 19011:2012 e tendo por requisitos: os Indicadores Ethos para Negócios Sustentáveis e Responsáveis, a Norma AA 1000/2011 – Engajamento de partes interessadas – Final Exposure Draft e as Diretrizes para relatório de sustentabilidade – GRI – versão 3.1.



Matriz de relevância

A matriz de relevância indica graficamente a relevância atribuída a cada tema abordado neste documento. Por esse levantamento, nove temas foram considerados de extrema relevância: saúde e segurança de colaboradores próprios e parceiros; presença na comunidade; conduta ética; criação de valor; felicidade no trabalho; qualidade do fornecimento de energia; boa governança; desenvolvimento de pessoas; e gestão de riscos socioambientais.



Principais temas e preocupações |GRI 4.17|

Muito importantes	Indicadores GRI relacionados
1 Saúde e segurança dos empregados e parceiros (iniciativas com foco na manutenção de um ambiente de trabalho seguro)	LA6, LA7, LA8, EU16, EU18
2 Presença na comunidade (iniciativas para o desenvolvimento social e econômico das localidades onde a empresa está presente)	SO1, EC8, EC9
3 Conduta ética e práticas anticorrupção	SO2, SO3, SO4
4 Resultados econômicos e financeiros e investimentos (Criação de valor)	EC1, EC4
5 Felicidade no trabalho	LA2
6 Qualidade no fornecimento de energia (usinas com disponibilidade de geração: distribuidoras e transmissora com baixos indicadores de frequência e duração das interrupções)	EU28, EU29, EU11, EU30
7 Boa governança (transparência, controles, etc.)	4.1 a 4.7; 4.9 a 4.10
8 Desenvolvimento de pessoas (iniciativas para ampliar a capacitação dos colaboradores)	LA10, LA11, LA12, EU14
9 Gestão de riscos sociais e ambientais	EN14, EN18, EN26, SO1, SO9, SO10
Importantes	
10 Responsabilidade na gestão de fornecedores (seleção e contratação com base em critérios ambientais e de direitos humanos, com acompanhamento e fiscalização)	EC6, HR1, HR2, HR5, HR6, HR7
11 Energia segura (ações para reduzir o risco de acidentes com a população, informações sobre o uso seguro da energia elétrica e os riscos de contato com a rede)	PR1, PR2, EU25
12 Eficiência energética e inovação (como redes inteligentes, etc.)	EU7, EN6
13 Satisfação do cliente (iniciativas para identificar as necessidades do cliente e pesquisas de satisfação sobre os serviços)	PR5
14 Crescimento dos negócios da empresa	EC1
15 Uso eficiente de recursos naturais (água, energia e materiais)	EN1 a EN10
16 Geração de emprego (capacidade de criar vagas de trabalho)	LA1, LA2
17 Gestão de resíduos sólidos e líquidos	EN21 a EN25
18 Inclusão e diversidade (quadro de empregados sem discriminação por gênero, raça, origem social, etc.)	LA13
Pouco importantes	
19 Perdas de energia, regularização de ligações clandestinas	EU12
20 Questões regulatórias (regras do governo sobre os contratos de concessão das empresas de energia)	
21 Oferta de acesso à energia (tarifa social, Luz para Todos)	EU23
22 Emissões atmosféricas (controle da qualidade do ar)	EN16 a EN20
23 Canais de atendimento (opções para o cliente apresentar sugestões e reclamações – lojas, internet, telefone, ouvidoria)	PR5
24 Riscos e oportunidades das mudanças climáticas (os efeitos de chuvas, raios e secas que ocorrem em padrões diferentes dos históricos em várias regiões do planeta)	EC2

Níveis de aplicação GRI

A Endesa Brasil declara que o relatório anual cumpre às exigências do Nível A+ de aplicação das diretrizes GRI G3.1, tendo, para isso, atendido aos requisitos apontados no quadro a seguir, que foram verificados externamente pela empresa de auditoria EY:

	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da G3.1	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8; 3.10 3.12; 4.1 a 4.4; 4.14 e 4.15		Responder a todos os critérios elencados para o Nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13; 4.16 a 4.17		O mesmo exigido para o nível B	
Informações sobre a forma de gestão da G3.1	Não exigido	Com verificação externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada Categoria de Indicador	Com verificação externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com verificação externa
Indicadores de desempenho da G3.1 e indicadores de desempenho do suplemento setorial	Responder a um mínimo de 10 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada indicador essencial da G3.1 e do suplemento setorial * com a devida consideração ao princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

* Suplemento setorial em sua versão final

Estratégia e gestão

O planejamento estratégico da Endesa Brasil é traçado para períodos de quatro anos e utiliza a metodologia *Balanced Scorecard* (BSC). O plano de negócios traça objetivos de desempenho sob as perspectivas de acionistas, clientes, colaboradores e sociedade.

O momento de formulação do plano estratégico tem a presença de representantes de todas as áreas da companhia, pelo entendimento de que as contribuições são essenciais para o desdobramento das estratégias em planos de ação assertivos. Além disso, tanto na formulação do plano estratégico quanto nos encontros anuais de reflexão para a revisão da estratégia, o Conselho de Administração conta com o suporte da equipe de Planejamento e Controle em conjunto com o Comitê Executivo. Esse modelo permite avaliar e refinar as projeções do plano estratégico, antecipando possíveis riscos ocasionados por mudanças de qualquer natureza no ambiente externo. [\[GRI 4.9\]](#)

Os projetos que se relacionam aos objetivos estratégicos são desenvolvidos por equipes multidisciplinares. O propósito é, ao mesmo tempo, integrar as pessoas, permitir que o plano estratégico alcance bons resultados e garantir que a Visão da *holding* seja alcançada. As equipes reportam seu trabalho em reunião de Diretoria, ocasião em que mostram a evolução dos projetos e os resultados obtidos, em um processo de melhoria contínua.

Objetivos do plano estratégico





No Encontro de Diretivos, realizado anualmente, são promovidos debates, definições e alinhamento do plano estratégico, de acordo com a BSC. As diretrizes estratégicas são amplamente divulgadas, por meio de atividades presenciais sistemáticas e materiais de comunicação. Cada indicador dispõe de metas e formas de medição, e o desdobramento do plano para as equipes de trabalho se dá por meio do Gestão à Vista, ferramenta que expõe, por meio de murais, as metas e os avanços nos resultados de cada equipe.

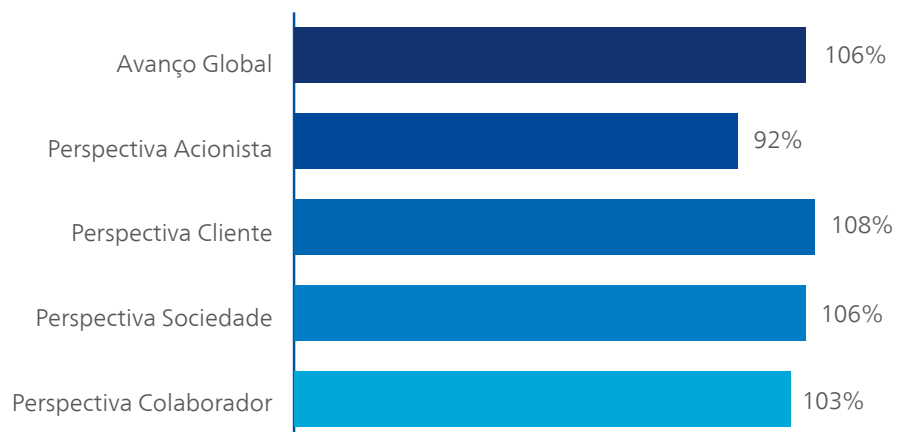
O Gestão à Vista é sustentado pela ferramenta Base Única. Em parceria com as áreas de Comunicação e de Recursos Humanos, os painéis gerenciais dos responsáveis ficam disponíveis na intranet da Endesa Brasil. Os painéis estão alinhados ao modelo de gestão e apresentam mensalmente os avanços de cada indicador. O monitoramento de metas e de indicadores também

é feito mês a mês pelas diretorias, com o auxílio das equipes de gestão. Esse alinhamento também se dá com o apoio de encontros mensais de divulgação de resultados, ocasião na qual os responsáveis pela empresa e pelas diretorias comentam o desempenho do plano estratégico e os resultados alcançados.

Realizado no auditório do edifício-sede da Endesa Brasil, em Niterói, é transmitido para as demais unidades por videoconferência. É também um espaço livre para perguntas, sem qualquer tipo de censura.

Em 2013, o plano estratégico da Endesa Brasil registrou avanço global de 103%. O destaque nessa composição foi a perspectiva da sociedade, com 108%, seguida de acionistas e colaboradores (107%) e clientes (92%), em resultados que refletem os desafios enfrentados no ano.

Avanços do plano estratégico 2013



Objetivos e metas |GRI 1.2|

Perspectiva	Real 2013	Avanço 2013	Meta 2014
Colaborador			
Promover Segurança das Pessoas			
Taxa de Frequência	1,31	120%	1,51
Acidentes graves	2	120%	3
Acidentes fatais	1	0%	0
Reconhecer o mérito			
Índice de Parceria (Inpar)	88%	110%	83%
Pontuação Prêmio Nacional de Qualidade (PNQ)	645	100%	100%
Aderência ao modelo de gestão	73%	120%	69%
Bloco de meritocracia da Pesquisa Enel	63%	100%	64%
Felicidade no Trabalho			
Rotações voluntárias	76	120%	103
Pesquisa de clima	82%	120%	82%
Cientes			
Estar entre os 3 melhores grupos de energia em relacionamento com o cliente			
ISQP Distribuição Brasil	96%	96%	100%
Satisfação de Clientes Prátil	77%	87%	80%
Índice de Qualidade Comercial Distribuição Brasil	119%	119%	100%
Incorporar práticas de nível mundial nas operações			
DEC Distribuição Brasil	70%	70%	100%
FEC Distribuição Brasil	84%	84%	100%
DIC/FIC/DMIC Distribuição Brasil	32.358	36%	24.086
Sociedade			
Estar entre os 3 melhores grupos em responsabilidade social e referência pelos líderes de opinião do setor elétrico			
Responsabilidade Social Endesa Brasil (Prêmio Abradee de Responsabilidade Social, Nível de Interação com a Sociedade Geração)			
	107%	107%	100%
Indicador Líder de Opinião Externo (ILO)	7,96	92%	7,80
Mídia positiva	80%	120%	70%
Acionistas			
Criar valor aos acionistas nos ativos existentes			
EBITDA	2.609	98%	2.522
Geração de caixa	1.216	120%	955
Perdas Ampla	19,76%	77%	19,35%
Capex Líquido	789	113%	861
Custo fixo	990	120%	1.131
Gerar opções de crescimento			
Carteira de projetos de crescimento	105%	105%	100%

Ferramentas de gestão

A companhia dispõe de uma série de ferramentas e metodologias adotadas na gestão da rotina, que a tornam mais competitiva, por meio de ganho de eficiência, padronização e produtividade. No exercício, foi iniciada a operação do Projeto Base Zero, bem como os projetos Ótima Capex e *Right Size*, com previsão de implantação para 2014.

- **Gestão da Rotina** – Tem como objetivo assegurar a realização de atividades cotidianas de modo padronizado, corrigir desvios e promover a melhoria contínua. Um dos ganhos do projeto é o fortalecimento da cultura de acompanhamento do resultado, aplicando o método PDCA (do inglês *Plan-Do-Check-Act*, ou Planejar-Executar-Checar-Agir). A metodologia segue as etapas de mapeamento de processos, identificação de atividades críticas, elaboração de padrões para procedimentos operacionais, treinamento nos procedimentos, diagnóstico do trabalho operacional, definição de itens de controle, acompanhamento dos resultados, ações corretivas para os desvios e incorporação das melhorias nos padrões de trabalho.
- **Gestão de Projetos** – Metodologia aplicada para potencializar o alcance dos objetivos estratégicos, utilizando práticas internacionalmente reconhecidas e disseminadas pelo Project Management Institute (PMI). Estabelece um ciclo de vida para os projetos e padroniza a gestão, considerando aspectos como escopo, tempo, custo, qualidade, riscos, comunicação, aquisições, recursos humanos e integração.
- **Gestão pelas Diretrizes** – Ferramenta com o objetivo de transformar as estratégias da organização em ações, por meio da definição de diretrizes que partem do responsável pela empresa e são desdobradas nos demais níveis hierárquicos. Uma diretriz é composta por uma meta (resultado a ser atingido em determinado prazo) e por medidas (ações que garantam o cumprimento da meta).
- **Projeto Base Zero** – Planejado em 2012 e em operação desde 2013, consiste na estruturação de um orçamento como se a empresa estivesse começando sua operação do zero. O plano repensa quais são os elementos básicos e acessórios necessários para que se desenvolva determinada atividade, ajudando a eliminar deficiências e excessos do passado.
- **Projeto Ótima Capex** – Lançado em 2013, o projeto tem o objetivo de alinhar os critérios comuns a todas as empresas do grupo no mundo no tocante à priorização de investimentos, de modo a assegurar a melhor decisão sobre alocação de capital.
- **Projeto *Right Size*** – Também iniciado no período e com previsão de desenvolvimento a partir de 2014, é considerado um *benchmarking* dentro do grupo, em nível mundial, e visa avaliar se o dimensionamento de uma área é o mais adequado para ela.

- **Projeto Tela e Controle** – Foi iniciado em 2013, com previsão de implantação em 2014 e duração de cinco anos. Tem a finalidade de controlar as redes de distribuição de Ampla e Coelce de maneira remota, sem que haja necessidade de uma equipe ir a campo. Visa à economia de visita e de recursos, mas, principalmente, a busca pela excelência na prestação de serviços, com a redução do tempo de locomoção e para detecção do problema.

Certificações

- **OHSAS 18001:** O Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional das empresas é certificado pelo OHSAS 18001 (*Occupational Health and Safety Assessment Series*), conjunto de procedimentos e controles que promovem e preservam a segurança nas atividades de trabalho. A certificação abrange 100% dos colaboradores inseridos no sistema de gestão.
- **ISO:** As companhias mantêm também as certificações de qualidade de processos (ISO 9001) e de gestão ambiental (ISO 14001).

Plano Decenal de Expansão de Energia 2020, do Ministério de Minas e Energia, planeja elevar a produção brasileira de energia para 171.138 GW. No final de 2013, de acordo com dados da Aneel, a capacidade instalada era de 126.700 GW. Na época do plano, em 2010, de 109.578 GW. A Endesa Brasil tem capacidade atual de 0,9 GW (ou 984,6 MW), equivalente a 0,8% da capacidade instalada no país no final de 2013.

A empresa desenvolve uma carteira de projetos que permitam sua participação com sucesso nos leilões de contratação de energia nova nos próximos anos, em oportunidades de geração térmica e hidráulica. As possibilidades de crescimento não orgânico são analisadas pontualmente, sempre que surgem. Os principais projetos em desenvolvimento são os seguintes:

Complexo Tapajós – A Endesa Brasil participa do Grupo de Estudos Tapajós, que é responsável pelo desenvolvimento das análises de viabilidade técnica, econômica e socioambiental dos projetos de Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) São Luiz do Tapajós (6.133 MW) e Jatobá (2.338 MW), no Rio Tapajós, e (AHE) Cachoeira do Caí (802 MW), Cachoeira dos Patos (528 MW) e Jamaxim (881 MW), no Rio Jamanxim, todos no Estado do Pará, conforme inventário hidrelétrico aprovado pela Aneel. O grupo é formado por mais oito empresas: Camargo Corrêa, Cemig, Copel, EDF, Eletrobrás, Eletronorte, GDF Suez e Neoenergia.

Tabajara – Os estudos para o desenvolvimento do Aproveitamento Hidrelétrico Tabajara (AHE Tabajara), com 350 MW de capacidade instalada, localizado no Rio Ji-Paraná, em Machadinho d´Oeste, no Estado de Rondônia, têm a participação de Endesa Brasil e das empresas Eletronorte, Furnas e Construtora Queiroz Galvão.

Carnaúba – Situada na região do Pecém, próximo à Endesa Fortaleza, no Ceará, Carnaúba é um projeto de uma central termelétrica de ciclo combinado a gás natural, com capacidade de 350 MW. O projeto em desenvolvimento pela Endesa Brasil tem licença ambiental e outorga de água e, conforme a obtenção das autorizações necessárias e do contrato de fornecimento de combustível, será cadastrada para participação em leilões de energia nova.

Aripuanã – A Endesa Brasil obteve registro na Aneel para a realização de estudos dos projetos UHE Sumaúma (458 MW) e UHE Prainha (796 MW) no Rio Aripuanã, no Estado do Amazonas. Também solicitou ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorização para os estudos ambientais. A companhia participou da chamada pública da Eletronorte e foi selecionada para desenvolver conjuntamente os estudos. A expectativa é que os projetos façam parte de leilões de energia nova a partir do ano de 2017.



Interação e comunicação [GRI EU19, EC9]

Todos os projetos em desenvolvimento têm como um dos aspectos prioritários o Programa de Interação e Comunicação Social com a comunidade, destinado a contribuir para a construção e manutenção de um contínuo intercâmbio de informações entre os responsáveis pelos estudos e a sociedade, especialmente as localidades que poderão ser atingidas pelos empreendimentos.

A participação da população é fundamental no fornecimento de informações sobre as comunidades e o modo de vida das pessoas, o que contribui tanto para a identificação de possíveis problemas que possam surgir com a implantação do empreendimento, quanto para a busca de soluções. O processo busca envolver e facilitar a participação da população e de organizações sociais nas diferentes fases da elaboração do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Para os projetos em desenvolvimento, é realizado o Cadastro Socioeconômico, que contempla uma gama de processos de comunicação para que sejam obtidas informações nas áreas diretamente afetadas. Esses dados servirão de subsídio para adequadas medidas de mitigação, reparação e compensação à população atingida por impactos causados pelo empreendimento.

No Complexo Tapajós, foram iniciados os estudos dos aproveitamentos identificados como AHE São Luiz do Tapajós e AHE Jatobá, abrangendo os municípios de Itaituba, Trairão e Jacareacanga. O estudo da AHE Jatobá está em andamento desde agosto de 2012 e o da AHE São Luiz do Tapajós foi protocolado no Ibama no dia 15 de maio de 2014. Até o final de 2013, esses estudos contemplaram: mapeamento e diagnóstico das partes interessadas, visitas a instituições e comunidades, orientação a técnicos de campo, interação com escolas, produção dos materiais considerando os elementos presentes

na realidade da população local, elaboração de material audiovisual (programas de rádio e vídeos) e monitoramento de mídia. Uma equipe especializada em ações de comunicação atua no campo e interage com as comunidades, mantendo a população informada sobre o andamento dos trabalhos. No Pará, nas cidades de Itaituba e de Jacareacanga, foram instalados dois escritórios para a troca de informações com a população.

Em Rondônia, onde está em desenvolvimento o projeto AHE Tabajara, especialmente os distritos de Tabajara e Estrela Azul, no município de Machadinho d'Oeste, vêm recebendo visitas técnicas de pesquisadores. A equipe especializada em ações de comunicação e interação social mantém a população informada sobre o andamento dos trabalhos com o apoio de dados técnicos disponibilizados pelos responsáveis pelos estudos ambientais e de viabilidade.

Para promover o diálogo com a comunidade local, são realizadas, periodicamente, palestras informativas com espaço para perguntas sobre essas usinas e o que elas representam para a região. Também é mensalmente distribuído à população material informativo sobre o que é o grupo de estudos, a importância das hidrelétricas para o Brasil, o que é um estudo de viabilidade e sobre a importância da participação da comunidade local durante a fase de estudos. Em Machadinho d'Oeste, é possível tirar dúvidas e conhecer mais sobre o projeto em uma Central de Monitoramento.

Comunidades indígenas

Os AHEs do Rio Tapajós não inundam terras indígenas, mas, devido à presença e à grande relevância dessas áreas na bacia hidrográfica do Rio Tapajós, serão realizados Estudos do Componente Indígena. Esses levantamentos objetivam compreender a percepção dos grupos indígenas quanto ao empreendimento, bem como identificar os possíveis impactos conforme a sua cosmovisão.

O projeto AHE Tabajara também tem proximidade a uma terra indígena, de Tenharim Marmelos, localizada próxima ao seu reservatório. A usina não será construída em área da reserva nem o seu reservatório irá alagar terras indígenas. Mas, devido à proximidade, também será realizado Estudo do Componente Indígena por meio de processo participativo e colaborativo.

Obras [GRI EU19, EU20]

Na execução de projetos de expansão, há divulgação do empreendimento em reuniões públicas ou em jornais de grande circulação na região envolvida, conforme prevê a Resolução Aneel nº 560/2013. Durante a elaboração dos projetos, são feitos estudos e elaborados relatórios de impacto, mantendo contato com órgãos públicos das localidades.

Para eventuais deslocamentos ou pagamento de indenizações decorrentes de obras de construção ou ampliação de ativos elétricos, ocorre a identificação das pessoas afetadas, a quem são solicitadas informações e permissão para acesso às áreas nas quais as obras serão executadas. Por meio de técnicas de ortofotos e levantamentos topográficos, os estudos são orientados para provocar o menor impacto sobre propriedades. A abordagem busca negociação amigável com cada proprietário envolvido. Para isso, é contratada empresa responsável pela avaliação imobiliária para estipular a remuneração no caso de indenização.

Em geral, é solicitada à Aneel a emissão de Declaração de Utilidade Pública (DUP), na qual consta a licença ambiental prévia emitida para negociar valores tanto da indenização quanto de benfeitorias para os proprietários envolvidos, e, em paralelo, são realizadas negociações com todos os proprietários afetados pela obra. A solicitação da DUP é realizada de maneira a reduzir o risco



de não cumprimento dos prazos de construção, no caso de não ocorrência de negociações, e para evitar possíveis questionamentos sobre a natureza da servidão administrativa.

Caso as partes cheguem a um acordo, as negociações poderão ocorrer sem que seja necessário acionar o Poder Judicial. Não havendo acordo, será necessário entrar com ação para desapropriação, o que não impede as partes de celebrarem acordo no curso do processo. Quando a decisão for judicial, o valor a ser indenizado será definido pelo juiz.

Em razão da implantação da faixa de servidão sobre propriedades particulares, ação necessária para a obra do seccionamento da linha de transmissão Garabi-Itá 2, 55 áreas, de 45 proprietários, foram afetadas pelas obras, significando o valor bruto de R\$ 1.699.072,69 negociados como indenização. Os processos estão devidamente documentados, incluindo escrituras de constituição de direito real de servidão administrativa ou contratos de autorização de passagem e instituição de servidão de passagem e demais documentos, como levantamento cadastral, desenhos da faixa de servidão sobre cada propriedade, comprovantes de pagamentos de indenização, impostos, taxas e emolumentos, entre outros.

[|GRI EU22|](#)

Análise de sustentabilidade

O projeto do AHE Tabajara foi usado pela Diretoria de Engenharia da Endesa Brasil como estudo de caso para aplicação de ferramentas de análise de sustentabilidade. O projeto foi submetido aos indicadores estabelecidos na Nota Técnica DEA nº 21/10 da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e ao Protocolo da International Hydropower Association (IHA), organização não governamental que atua como órgão consultivo e observador da Organização das Nações Unidas (ONU). As ferramentas foram aplicadas como aprendizado interno de modo a evoluir o conceito e sua aplicação na prática. Nas análises, foi possível observar os aspectos de avaliação e gestão que podem levar o futuro empreendimento em Rondônia a potencializar os aspectos que visam à sustentabilidade, com a concentração de esforços em pontos específicos e efetivos.

O Grupo Enel está atuando para inovar e aprimorar os processos de planejamento e monitoramento de atividades, projetos e relatórios socioambientais considerando novos conceitos relacionados à Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Para isso, a partir da análise de materialidade de temas relacionados à sustentabilidade do negócio, realizada em 2013 em todas as empresas que fazem parte do grupo no mundo, foram definidos macroâmbitos de compromissos que integram seu Plano de Sustentabilidade e direcionam a gestão de suas empresas no período de 2014-2018:

COMPROMISSOS DO PLANO DE SUSTENTABILIDADE

Dimensão	Macroáreas de compromissos
Negócio e Governança 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do valor econômico-financeiro • Governança • Gestão de riscos ESG (ambientais, sociais e de governança) • Honestidade e transparência • Desenvolvimento de energias renováveis • Eficiência energética • Qualidade para os clientes
Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Mitigação das emissões • Gestão ambiental global • Proteção à biodiversidade • Uso eficiente da água
Social 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso à eletricidade • Relações responsáveis com as comunidades • Respeito pelos direitos humanos • Desenvolvimento de recursos humanos • Diversidade e igualdade de oportunidades

A partir dessas diretrizes, em 2014 a Endesa Brasil definirá seu novo Plano de Sustentabilidade, com objetivos e metas relacionados.

A intenção dessas mudanças é fortalecer o relacionamento com todos os *stakeholders* por meio de processos

transparentes e eficazes e, principalmente, fornecer aos clientes um serviço de qualidade de forma responsável e eficiente, criar valor para os acionistas, promover o desenvolvimento profissional dos colaboradores, fomentar o crescimento das comunidades em que atua e usar de forma sustentável os recursos naturais necessários para o negócio.

Iniciativas externas

As ações da Endesa Brasil também são guiadas por iniciativas externas:

Objetivos do Milênio – Os Oito Objetivos do Milênio são uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), com macrometas definidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e que devem ser alcançadas pelos países-membros até 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade. Abrangem educação, saúde e fim da miséria e da mortalidade infantil. As empresas Endesa Brasil apoiam os objetivos desde 2006.

Pacto Global – Desde 2005, a Endesa Brasil integra voluntariamente a iniciativa organizada pela ONU. O documento conta com mais de 5,3 mil empresas signatárias em todo o mundo e dissemina valores relacionados a direitos humanos, combate à corrupção e preservação do meio ambiente.

Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção – O documento foi concebido pelo Instituto Ethos, Comitê Brasileiro do Pacto Global, escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (Unodoc), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), entre outras entidades. Assinado pela empresa em 2006, o documento aborda temas como corrupção de agentes públicos, crime organizado, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.



Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo no Brasil

– As empresas Endesa Brasil são signatárias dessa iniciativa promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), Instituto Ethos, Instituto Observatório Brasil e ONG Repórter Brasil. O documento defende a dignidade no ambiente de trabalho e o fim das atividades degradantes. Todos os contratos de fornecedores e prestadores de serviços da distribuidora contam com cláusulas de proibição de trabalho escravo ou degradante.

Combate ao trabalho infantil –

O combate ao trabalho infantil é cláusula mandatória na contratação de prestadores de serviços e fornecedores. Ampla e Coelce são reconhecidas desde 2007 como Empresas Amigas da Criança, título concedido pela Fundação Abrinq às companhias que têm a infância e a juventude entre suas preocupações.

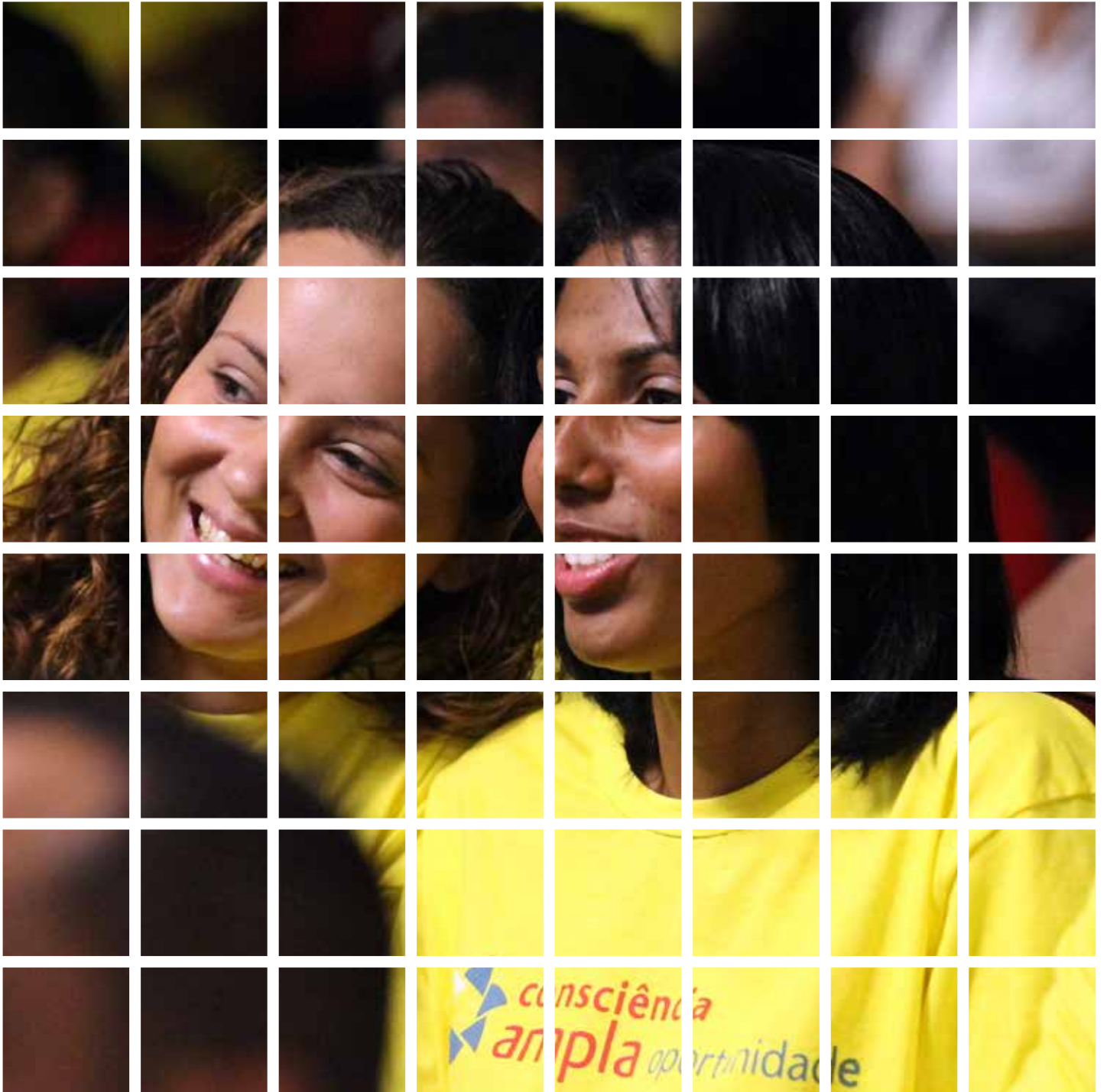
Empoderamento das Mulheres –

Iniciativa da ONU e do Pacto Global que busca promover a participação das mulheres ao mercado de trabalho, em âmbito universal, por meio de sete princípios: estabelecer uma liderança corporativa de alto nível para a igualdade entre gêneros; tratar todos os homens e as mulheres de forma justa no trabalho – respeitar e apoiar os direitos humanos e não discriminação; assegurar a saúde, a segurança e o bem-estar de todos os trabalhadores e trabalhadoras; promover a educação, a formação e o desenvolvimento profissional das mulheres; implantar o desenvolvimento empresarial e as práticas da cadeia de abastecimento e de marketing que empoderem as mulheres; promover a igualdade por meio de iniciativas comunitárias e de defesa; e medir e publicar relatórios dos progressos para alcançar a igualdade entre gêneros.

Políticas públicas | GRI SOS |

Representantes das empresas de Endesa Brasil integram comissões constituídas em associações setoriais ou participam de encontros em que são debatidos temas relacionados à distribuição e geração de energia elétrica. Em 2013, destacou-se a participação das distribuidoras em encontros da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) para avaliar os impactos referentes às alterações do regulamento de Tarifa Social (baixa renda), com o objetivo de simplificar o cadastro das unidades consumidoras beneficiadas com tarifa subsidiada.

Outro tema relevante envolveu aspectos relacionados ao impacto do aumento do custo de energia decorrente da maior utilização de energia proveniente de usinas térmicas – maior despacho para a segurança energética do país em razão de aspectos hidrológicos limitarem a geração hidráulica. Isso elevou fortemente os preços pagos no mercado brasileiro, com impacto sobre as finanças das companhias distribuidoras. Esse tema foi regulado pelo governo brasileiro no decorrer do ano (Decreto 7.945/13), quando parte desse aumento passou a ser assumido pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo administrado pela Eletrobras e que financia programas sociais do governo na área de energia, com aporte de recursos do Tesouro Nacional.



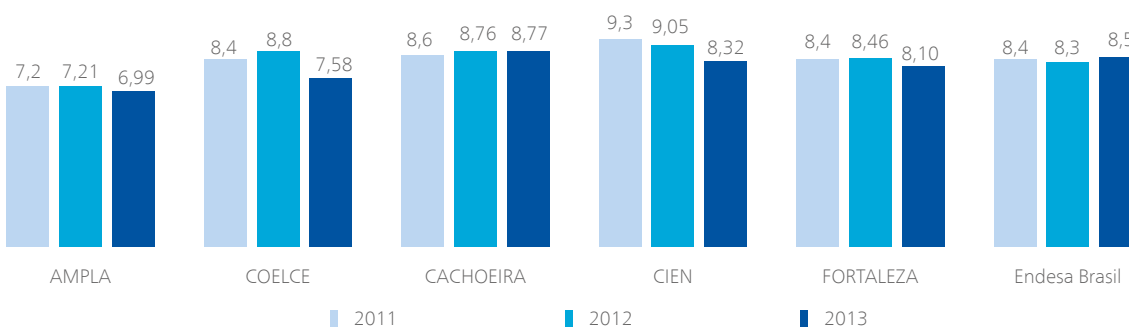
Relacionamento com as partes interessadas

Os públicos prioritários de relacionamento da Endesa Brasil são acionistas, clientes, colaboradores (empregados próprios, parceiros, estagiários e aprendizes), fornecedores, comunidades do entorno, representantes de governo, entidades empresariais, organizações nacionais e internacionais e meios de comunicação. Estes são definidos a partir de reflexão interna, análise da estratégia organizacional e compromissos assumidos na Política de Sustentabilidade. [\[GRI 4.14, 4.15\]](#)

A Endesa Brasil passa por avaliação de públicos externos no Índice de Líder de Opinião (ILO) – ferramenta própria para análise da percepção dos *stakeholders* – anualmente. O ILO Externo interpela formadores de opinião – jornalistas, grandes clientes, políticos e sociedade – sobre questões como investimentos em novas tecnologias, relação da companhia com seu entorno e qualidade dos serviços. O resultado permeia as ações estratégicas da companhia para a compreensão do trabalho realizado no ano e para o planejamento estratégico de novas ações na comunidade. O índice atingiu 7,95 pontos em 2013 (8,5 pontos em 2012). [\[GRI PR5\]](#)

As interações com diferentes públicos acontecem por meio dos canais de relacionamento (atendimento telefônico e virtual, lojas e Ouvidoria), executivos de atendimento (clientes corporativos) e assessoria de imprensa (jornalistas). As respostas são dadas por meio de cartas, ligações telefônicas, atendimentos técnicos e comerciais e, em casos específicos, por e-mails e mensagens nas redes sociais.

Indicador Líder de opinião (ILO) [\[GRI PR5\]](#)



ESTUDO DA PERCEPÇÃO DE LÍDERES DE OPINIÃO (ILO EXTERNO), POR SEGMENTO [\[GRI PR5\]](#)

	Ampla		Coelce		Endesa Cachoeira		Endesa Cien		Endesa Fortaleza	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Comunicação	6,68	5,76	8,40	8,14	8,60	8,29	9,0	9,00	7,6	6,80
Econômico	6,95	7,50	8,80	7,75	8,82	9,11	9,05	8,40	8,53	8,91
Político	7,21	6,36	9,00	5,77	9,0	8,57	9,0	6,67	8,5	7,29
Sociedade	7,56	7,40	9,10	8,13	8,4	9,0	9,14	9,00	8,73	8,50
Total	7,21	6,99	8,80	7,58	8,76	8,77	9,05	8,32	8,46	8,10

Pesquisa realizada entre 27 de novembro e 17 de dezembro pela Vox Populi, com reforço no Ceará de 15 a 17 de janeiro.

AÇÕES DE ENGAJAMENTO | GRI 4.14, 4.16 |

Parte interessada	Identificação
 <p>Acionistas</p>	Chilectra Inversud S.A. Chilectra S.A. Empresa Nacional de Electricidad S.A. Edegel S.A. Endesa Latinoamérica S.A. Enersis S.A.
 <p>Cientes</p>	6,3 milhões de clientes na área de distribuição 88 clientes em geração, conversão e transmissão
 <p>Colaboradores</p>	14.831 colaboradores, sendo 2.672 próprios, 11.611 parceiros, 494 estagiários e 54 jovens-aprendizes 6 sindicatos: Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica (de Niterói, do Norte e Noroeste Fluminense, do Ceará, de Goiás e do Rio Grande do Sul) e dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro
 <p>Fornecedores</p>	418 empresas fornecedoras de materiais 1.306 empresas fornecedoras de serviços
 <p>Governo</p>	Órgãos da administração direta e indireta nos âmbitos federal, estadual e municipal; órgãos reguladores e de pesquisa; Poder Legislativo e Poder Judiciário
 <p>Organizações sociais e ambientais</p>	Entidades parceiras em projetos sociais e de pesquisa e desenvolvimento Organizações comunitárias Universidades Entidades de classe Institutos e fundações com atuação socioambiental
 <p>Entidades empresariais e organizações nacionais e internacionais</p>	Entidades do setor (ABCE, Abradee, Abrage, Abraget, Apine, ABCE) Federações industriais (Firjan, Fiec) Organismos internacionais (ONU, OIT, GRI)
 <p>Meios de comunicação</p>	Rádios Revistas Jornais Televisão Canais de notícias na internet

Canais de relacionamento	Principais ações
Conselho de Administração Diretoria Financeira e de Relações com Investidores Reuniões, áudio e videoconferências com os gestores da empresa Assembleias Gerais, Ordinárias e Extraordinárias Canais de comunicação via intranet e internet Visitas dos acionistas e/ou seus representantes às unidades de negócios Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Relatórios mensais de desempenho econômico-financeiro e de fatos relevantes Informações financeiras trimestrais auditadas das empresas controladas Relatórios periódicos de departamentos Sistema de gestão SAP/R3 Relatório Anual de Sustentabilidade
Centrais de relacionamento (<i>call centers</i>) <i>Websites</i> (<i>chats on-line</i> 24 horas) Redes sociais <i>on-line</i> 24 horas Lojas e postos de atendimento Celulares (SMS) Ouvidoria Externa Conselho de Consumidores Conta de energia Projetos sociais e de relacionamento com os clientes das comunidades Visitas e reuniões com clientes corporativos Pesquisas de satisfação Abradee, Aneel e de universidades Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Investimentos para qualidade dos serviços Campanhas de comunicação sobre consumo consciente e seguro de energia Novos portais de internet de Ampla e Coelce Publicações e fôlderes explicativos Comunicação e atendimento via Facebook e Twitter
Chat interno com executivos Encontros de Diretivos Conversa com o Presidente Reuniões de diretorias e lideranças Ouvidoria Interna Comunicados e reuniões com sindicatos Pesquisas de clima Reuniões com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) Canais de comunicação via intranet e internet Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Publicações impressas e informativos via <i>e-mail</i> (<i>Actualidad Endesa, Parceria, Linha Direta</i> , entre outros) <i>Clipping</i> de notícias Campanhas internas Revisão do Desempenho Operacional (OPR) Grupos de trabalho para objetivos estratégicos Comitês setoriais Programa Boas-Vindas Banco de ideias Programa Inspire Programas corporativos de formação Espaços Bem-Viver <i>Safety Week</i> , programa de experiência real de comportamento seguro na distribuição <i>Road Show</i> Saber Viver Relatório Anual de Sustentabilidade
<i>Website</i> Portal de Relacionamento com Fornecedores Grupos de trabalhos com fornecedores de materiais e serviços Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Ouvidoria de Fornecedores Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Encontro de alinhamento estratégico com empresas parceiras Prêmio Índice da Parceria (Inpar) Seminário de Gestão Social e Ambiental Relatório Anual de Sustentabilidade Ouvidoria de Fornecedores, pelo <i>e-mail</i> fornecedores@endesabr.com.br
Diretoria e gerências de Regulação e Mercado Reuniões e eventos com autoridades, órgãos e programas públicos Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) <i>Website</i> Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Relatórios, comunicados Informações financeiras trimestrais das empresas Relatório Anual de Sustentabilidade
Diretoria de Comunicação e Relações Institucionais Reuniões de associações Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) <i>Website</i> Redes sociais <i>on-line</i> Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Projetos sociais e ambientais Ouvidoria na Comunidade Relatório Anual de Sustentabilidade
Reuniões de grupos de trabalho Visitas <i>Website</i> Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Adesão ao Pacto Global Participação em projetos Relatório Anual de Sustentabilidade
Diretoria de Comunicação e Relações Institucionais Pesquisa Indicador de Líderes de Opinião Externo (ILO) Visitas de jornalistas às empresas Visitas às redações Avaliação de materialidade de temas para Relatório Anual de Sustentabilidade	Comunicados e coletivas para a imprensa Envio de <i>releases</i> /notas para a imprensa Entrevistas Relatório Anual de Sustentabilidade

Comunicação | GRI PR6

Para garantir a transparência de seus processos, a Endesa Brasil segue as determinações contidas no Código de Ética aplicado a todas as empresas do grupo no mundo, que reforça a importância do tratamento cuidadoso e confidencial de todas as informações referentes ao negócio e aos clientes.

De acordo com o documento, os contratos e as comunicações com os clientes, incluindo peças publicitárias, devem ser objetivos e simples, formulados em linguagem clara e o mais próxima possível dos interlocutores (sem o uso de termos ou cláusulas somente compreensíveis a especialistas, com a apresentação dos preços com impostos incluídos e discriminando o custo de cada serviço ou produto); seguir os regulamentos existentes, sem recorrer a práticas enganosas ou erradas (que possam, entre outras possibilidades, causar constrangimento ao consumidor); completos, de maneira a não suprimir nenhum elemento relevante para a tomada de decisões por parte do cliente; e estar disponíveis nas páginas da empresa na internet.

Na divulgação de campanhas e peças publicitárias, o Grupo respeita os padrões éticos de propaganda adotados no Brasil, definidos pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pela

Declaração dos Direitos Humanos. Antes de serem veiculadas, todas as campanhas são submetidas a um comitê.

O Código de Ética da Endesa destaca a importância do tratamento cauteloso e confidencial de dados referentes ao negócio e aos clientes. Todas as informações referentes a fortuitas alterações de contratos ou mudanças nas condições econômicas e técnicas de prestação de serviços ou venda de produto, assim como resultados dos controles de conformidade realizados exigidos pelas autoridades reguladoras, são comunicados em tempo hábil.

Para evitar conflitos de interesses de ordem pessoal ou corporativa, o Código também normatiza a concessão de patrocínios, que devem seguir contratos específicos e apoiar iniciativas que se refiram a temas sociais, ambientais, esportivos, artísticos e espetáculos; divulgação científica e tecnológica; e eventos que ofereçam garantia de qualidade, respondam a necessidades territoriais específicas e alinhem-se aos interesses do negócio.



Participação em entidades

|GRI 4.13|

A Endesa Brasil e suas subsidiárias apoiam ou participam de diversas entidades para atuar de forma coletiva e interagir com o mercado de forma estratégica. Entre elas estão:

- Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee)
- Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel)
- Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas (Abraget), Associação dos Produtores Independentes de Energia (Apine)
- Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica (Abrage)
- Associação Brasileira das Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE)
- Instituto Acende Brasil
- Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
- Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje)
- Associação Brasileira das Sociedades de Capital Aberto (Abrasca)
- Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec)
- Associação Brasileira de Contadores de Empresas Elétricas (Abraconee)
- Meters & More, Associação Cearense de Emissoras de Rádio e TV (Acert)
- Associação Conselho Empresarial e Cidadania (Acec) de Niterói
- Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV)
- Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea)
- Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec)
- Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan)
- Instituto Brasileiro dos Executivos em Finanças (Ibef)
- Comitê da Bacia do Rio Paranaíba
- Comitê da Bacia do Rio Meia Ponte e Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF)
- Comitê Brasileiro do Pacto Global.



Governança corporativa

A estrutura de governança da Endesa Brasil é constituída por órgãos que atuam em sinergia para o alcance de resultados econômicos, financeiros, sociais e ambientais, com base no planejamento estratégico corporativo. Essa estrutura permite que as áreas operacionais coloquem o foco em ganhos de eficiência e avanços dos negócios.

A atuação é norteadada pela Lei Sarbanes-Oxley e atende às recomendações do Committee of Sponsoring Organizations (Coso – em português: Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros), mantendo instrumentos de auditoria e de segurança em seus controles internos e na divulgação de relatórios financeiros. Segue ainda as recomendações do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC)

no que concerne à divulgação de informações e à imparcialidade no relacionamento com os acionistas. Entre as práticas recomendadas para garantir a transparência da gestão estão a análise de balanços e demonstrativos financeiros por auditoria externa independente e a divulgação do número de ações pertencentes a cada acionista.

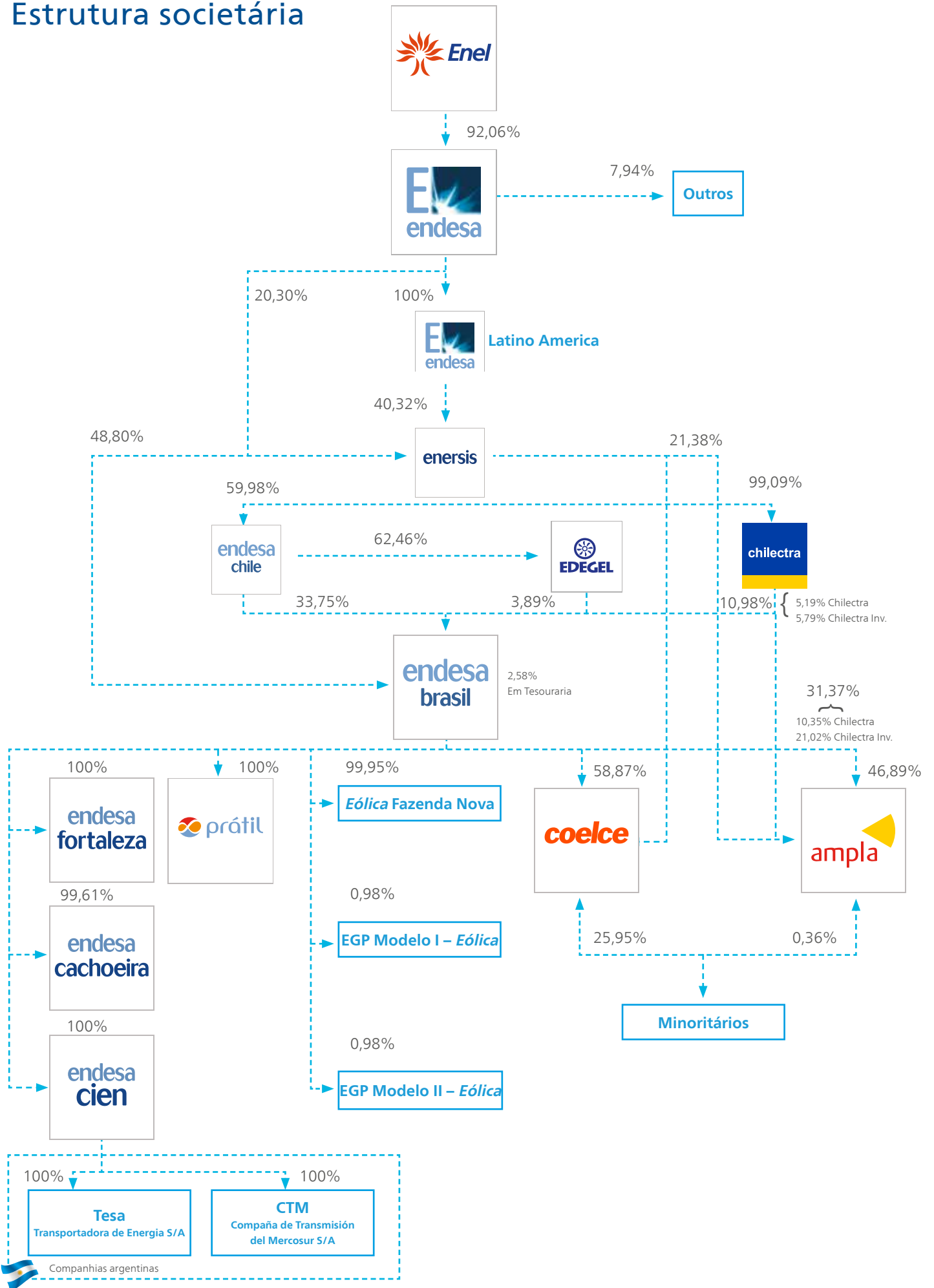
Para acompanhar a evolução da companhia nas dimensões econômica, social e ambiental, e reforçar o cumprimento dos direitos dos públicos prioritários, a estrutura de governança conta com Assembleia Geral, Conselho de Administração e Diretoria-Executiva, além de um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente. [|GRI 4.1|](#)

PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS

Controlada	Direta (%)	Indireta (%)	Total (%)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (CGTF)	100	-	100
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. (CDSA)	99,61	-	99,61
Ampla Energia e Serviços S.A.	46,89	-	46,89
Companhia de Interconexão Energética (Cien)	100	-	100
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. (CTM) ¹	-	100	100
Transportadora de Energía S.A. (Tesa) ¹	-	100	100
Companhia Energética do Ceará (Coelce)	2,27	45,64	47,91
Eólica Fazenda Nova – Geração e Comercialização de Energia S.A.	99,95	-	99,95
En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)	100	-	100

¹ Investidas no exterior

Estrutura societária



Assembleia Geral

O órgão é composto por acionistas da Endesa Brasil e tem a finalidade de deliberar sobre matérias de interesse da empresa e tomar as resoluções convenientes à sua manutenção e ao seu desenvolvimento, de acordo com o previsto na lei nº 6.404/1976 (Lei de Sociedades Anônimas).

Uma vez ao ano, com prazo até o final de abril, os acionistas reúnem-se em caráter ordinário para se manifestar sobre a gestão da companhia, para avaliar as demonstrações financeiras, o Relatório da Administração, a proposta de destinação do lucro líquido e pagamento de dividendos do exercício anterior, além de eleger os membros do Conselho de Administração – a cada dois anos – e do Conselho Fiscal, quando for o caso. A Assembleia Geral também pode ser convocada sempre que o Conselho de Administração julgar conveniente ou nos termos da lei.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA) é constituído por 5 a 11 membros e seus respectivos suplentes, eleitos em Assembleia Geral. A instância tem como responsabilidades a eleição da Diretoria-Executiva, a definição da estratégia empresarial e o acompanhamento do desempenho da companhia nas perspectivas de seus principais públicos estratégicos (acionistas, clientes, colaboradores e sociedade), de modo a garantir seu alinhamento aos compromissos éticos e com o desenvolvimento sustentável. [|GRI 4.3, 4.9|](#)

No exercício de 2013, o Conselho era formado por sete integrantes, sendo todos homens e brancos, dos quais quatro possuíam idades entre 30 e 50 anos (57% do total) e três acima 50 anos (43%). Cinco são estrangeiros, representando 71% do total, e nenhum é portador de deficiência. O Conselho de Administração não possui membro representante dos empregados.

[|GRI 4.1, LA13|](#)

O presidente do CA não é diretor-executivo da Endesa Brasil – é contratado e exerce exclusivamente essa função, não apenas na companhia, como também nas distribuidoras Ampla e Coelce.

Não há membros independentes na instância, considerando-se as definições de conselheiro independente da BM&FBovespa, entre elas a de não manter nenhum vínculo com a sociedade, exceto eventual participação de capital inferior a 5%. [|GRI 4.2|](#)

Para integrar o Conselho, os profissionais devem reunir as competências necessárias para definir as estratégias da organização segundo os princípios da sustentabilidade empresarial. Os membros também devem ter visão estratégica do setor elétrico e da Endesa Brasil, o que contribui para orientar a gestão dos negócios. Antes da eleição do CA, os membros têm seus currículos e competências analisados pelos acionistas. A autoavaliação dos executivos ainda não consta como um processo estruturado. [|GRI 4.7, 4.10|](#)

Para evitar conflitos de interesse, o CA é incumbido de assegurar que normas, regulamentos e disposições contratuais sejam rigidamente observados, norteando-se também pelos valores de ética e integridade assumidos pela companhia. Observa também o Estatuto Social da companhia e a Lei da Sociedade por Ações, que veda aos administradores intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia e não votem na assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício em que participaram como administrador. [|GRI 4.6|](#)

Acionistas, funcionários e sociedade em geral podem se comunicar com o Conselho de Administração da Endesa Brasil por meio do envio de carta ou mensagem eletrônica. Outros canais, como reuniões, pesquisas e veículos de comunicação interna transmitem ao CA as opiniões e as manifestações dos diversos públicos. Os colaboradores também podem encaminhar dúvidas e sugestões para serem respondidas nos encontros mensais de avaliação de resultados da empresa, além de contarem com uma ouvidoria interna. [\[GRI 4.4\]](#)

Conselho Fiscal

Trata-se de um órgão de funcionamento não permanente, conforme previsto em Estatuto Social, e que pode ser instalado a pedido dos acionistas que representem 10% das ações com direito a voto. É composto por três a cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não. Todos os integrantes recebem remuneração mensal, não vinculada ao desempenho dos negócios, definida em Assembleia Geral que os elegeu. Entre suas funções está fiscalizar os atos dos administradores, emitir parecer sobre o relatório anual da administração, opinar sobre a proposta dos órgãos da administração e examinar as Demonstrações Financeiras.

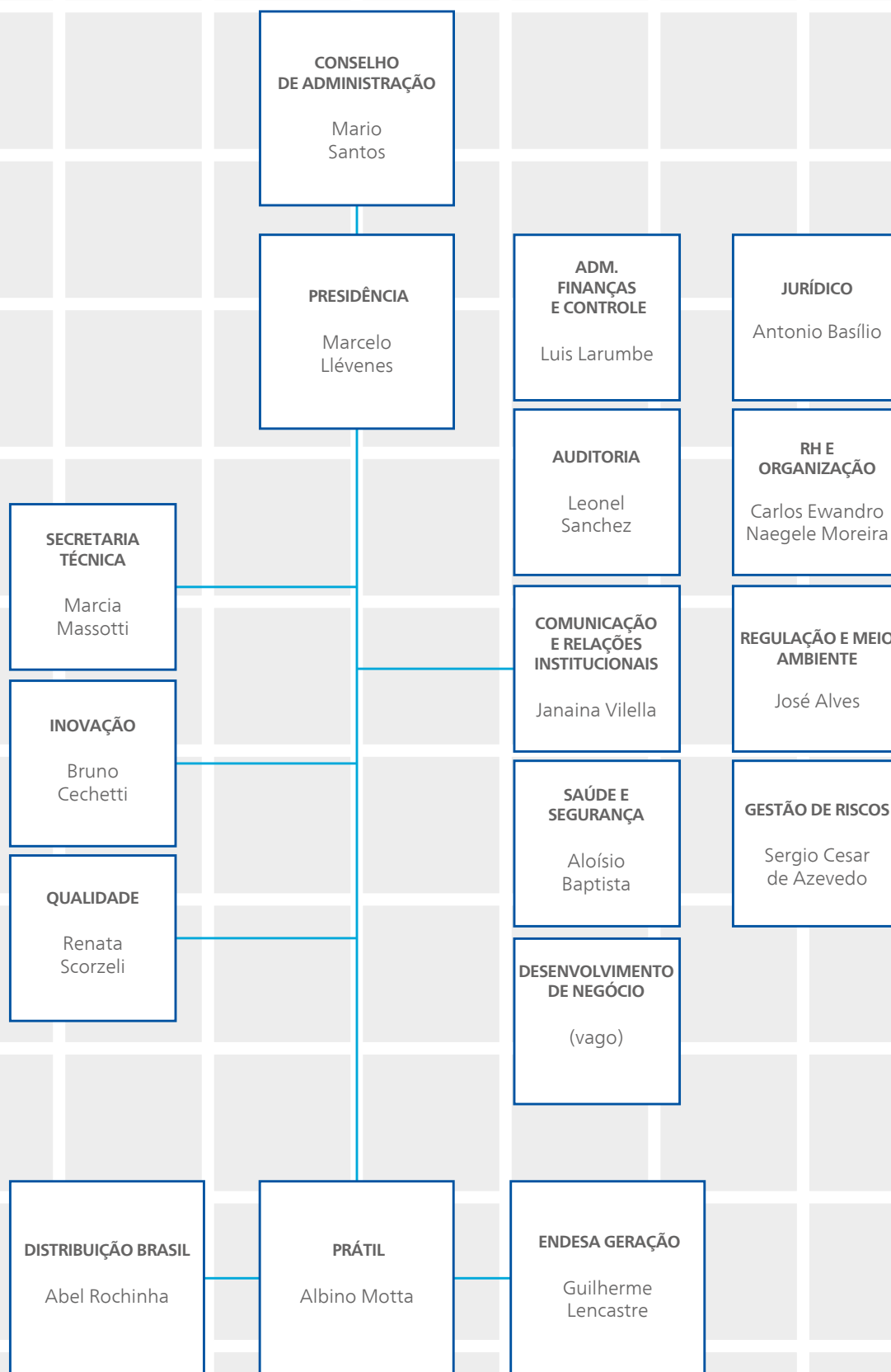
Diretoria-Executiva

Instância responsável pela administração da Endesa Brasil, a Diretoria-Executiva é eleita pelo Conselho de Administração para mandatos de dois anos, sendo permitida a reeleição. Sempre que necessário, são convocadas reuniões, que podem ser presididas pelo diretor-presidente ou por outro diretor por ele indicado. Ao final do exercício, era constituída por 12 membros, sendo 10 homens (82,3% do total) e duas mulheres (16,7%) – um cargo estava vago.

Remuneração

A remuneração é fixa para cada reunião de que participam, definida em Assembleia Geral Ordinária (AGO), sem vinculação ao desempenho da companhia. Em AGO realizada em abril de 2013, foi aprovada a remuneração global anual para os administradores da Endesa Brasil no valor de R\$ 10.167 mil. O valor inclui uma parcela fixa e outra variável, que é atrelada ao alcance de metas nas perspectivas de acionistas, colaboradores, clientes e sociedade. Os conselheiros não têm participação nos lucros da empresa. [\[GRI 4.5\]](#)

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ¹



¹ Posição em 31/12/2013

O Conselho Fiscal é de funcionamento não permanente.

A Endesa Brasil atua conforme as Normas Éticas da Endesa S.A, o Plano de Tolerância Zero à Corrupção e as Diretrizes 231 adotadas pelo Grupo Enel. Administradores, colaboradores, parceiros e fornecedores têm responsabilidades e compromissos definidos no Código de Ética. Como signatária e alinhada aos princípios do Pacto Global, entre eles o combate à corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina, a empresa expõe todos esses valores em quadros no local de trabalho, na intranet, no *site* da companhia e em anexos de contratos.

O Plano de Tolerância Zero à Corrupção consiste no compromisso de lutar contra a corrupção, de acordo com princípios do Pacto Global e critérios recomendados pela organização não governamental Transparência Internacional. Já o decreto italiano 231/01 define as Diretrizes 231 e estabelece um Programa de Cumprimento com a identificação dos comportamentos esperados das partes relacionadas das subsidiárias não italianas da Enel. E as Normas Éticas observam os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dos Objetivos do Milênio, dos Princípios do Pacto Global e das Declarações de Princípios da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Trabalho infantil e análogo à escravidão são inaceitáveis tanto na empresa como na cadeia de seus fornecedores, bem como a violação dos direitos da criança e do adolescente.

A área de Auditoria Interna é ligada administrativamente à *holding* Endesa Brasil e de forma matricial com dependência funcional à Enel S.A., na Itália. Fazem parte do escopo dessa área as auditorias dos mecanismos de controle que dão cobertura aos requerimentos legislativos com relação à prevenção de delitos, a auditoria do Sistema de Controle Interno da Informação Financeira da Endesa Brasil e o estabelecimento de controles que previnam o risco de fraude, além da gestão do Canal Ético.

O Modelo de Controles Internos é revisado pela área de Auditoria Interna a cada seis meses. São produzidos relatórios por processo com as principais fraquezas identificadas e recomendações e melhorias nos controles internos para minimizar os riscos envolvidos. Os responsáveis pelo processo, baseados nessas informações, elaboram um plano de ação que tem a implantação acompanhada pela direção e também pela Unidade de Controle Interno (UCI).

A Auditoria Interna revisou em 2013 os controles da Matriz de Prevenção de Riscos Penais (MPRP) da Endesa Brasil. A iniciativa está em linha com o definido no Código Penal da Espanha, nas Diretrizes 231 da Itália e a Lei 20.393 do Chile. O MPRP é um sistema de controle que busca prevenir possíveis delitos dentro da empresa que possam acarretar consequências penais para Endesa S.A. e Enel SpA.

Pedalada contra a corrupção

Para marcar o Dia Internacional de Combate à Corrupção (9 de dezembro), a Coelce e a Endesa Fortaleza, em parceria com o Ministério Público (MP) e com a Controladoria Geral da União (CGU), realizaram, em 8 de dezembro de 2013, a 3ª Pedalada contra a Corrupção, em Fortaleza (CE). O evento reuniu aproximadamente 400 participantes, que percorreram 15 quilômetros, com saída e chegada na Coelce, passando pelas principais ruas da cidade. A pedalada buscou chamar a atenção da sociedade, impulsionar a reflexão sobre o papel do cidadão no combate à corrupção e reivindicar uma sociedade mais ética e justa.



Ferramentas de controle

A Endesa Brasil dispõe de diferentes instâncias de avaliação e controle para garantir o encaminhamento correto de ações identificadas como antiéticas pela companhia.

Auditoria Interna – Uma equipe de auditoria interna é responsável por punir o Conselho de Administração e a Diretoria-Executiva de uma segurança razoável de que os sistemas de controle interno estão bem concebidos, efetivamente administrados e contribuem para a criação de valor. Com esse objetivo, possui um programa de auditoria anual coordenado em nível corporativo que fiscaliza o cumprimento de normas e procedimentos, reforçando sua autonomia de atuação em relação à diretoria de cada empresa integrante da Endesa. Ligada administrativamente

à *holding* Endesa Brasil, atua de modo matricial, com dependência funcional à Enel SpA, na Itália. O modelo garante independência da área para o desenvolvimento de suas atividades e um intercâmbio constante de práticas e conhecimentos. As auditorias internas são planejadas considerando, entre outros aspectos, risco de fraude e corrupção aos quais estão sujeitos os processos e, ao longo do tempo, e abrangem todas as áreas da companhia. Em 2013, 100% das unidades de negócios foram avaliadas.

[\[GRI 502\]](#)

Canal Ético – Atende às exigências da Lei Sarbanes-Oxley. Disponível na intranet e na internet, a instância recebe denúncias sobre práticas corporativas inadequadas referentes à confidencialidade, apropriação

indevida, conflitos de interesses, contas e auditorias, meio ambiente, saúde e segurança, e problemas com prestadores de serviços e fornecedores.

Unidade de Controle Interno –

Criada para atender aos requisitos da seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley e, posteriormente, da lei italiana 262/05, sua equipe – composta por uma comissão interna, formada por avaliadores (supervisores e analistas técnicos), legitimadores (gerentes) e certificadores (diretores) – utiliza o sistema GRC (*Governance Risk Compliance*) para gerenciamento dos controles internos. Destina-se a auxiliar na avaliação, na validação e na certificação dos controles internos que geram as informações das demonstrações financeiras das empresas do grupo Endesa Brasil.

Gestão de riscos

|GRI 1.2|

Em 2013, foi criada uma área corporativa de riscos, que se reporta diretamente à Presidência da Endesa Brasil e é responsável por dois grandes processos: a gestão de riscos e a gestão de seguros.

Processo de avaliação realizado em 2012, com o apoio da Enel, resultou na elaboração de uma matriz de riscos que identificou os principais fatores a serem acompanhados, com base na probabilidade de ocorrência e no impacto sobre o desempenho do negócio. A área dá apoio aos negócios, que fazem na prática a gestão no dia a dia, e monitora as decisões tomadas para eliminar, minimizar ou mesmo aceitar o risco.

A gestão de seguros assumiu função mais estratégica, em razão de abranger valores de um grupo relevante de ativos e demandar um conhecimento específico do assunto para fazer a melhor gestão de contratos e terceirizar riscos com baixo poder de controle por parte das empresas Endesa Brasil.

A seguir, os principais riscos aos quais a Endesa Brasil está exposta e como eles são tratados:

Energéticos – Apoiadas por equipes especializadas e por modelos econométricos, as distribuidoras da Endesa Brasil avaliam a evolução da demanda e definem a participação em leilões de energia para contratos

de médio e longo prazos com empresas de transmissão e geração. Para obrigações de longo prazo, há garantias de cumprimento à regulação do setor, com minimização de penalidades, modicidade tarifária e melhor emprego de recursos financeiros.

Regulatórios – A companhia conta com área específica de Regulação, que acompanha as determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e promove a conformidade nas atividades das empresas do grupo Endesa Brasil.

Operacionais – O processo de distribuição de energia é passível de interrupções por diversos fatores, dos quais muitos são imprevisíveis e acidentais, tais como efeitos de condições climáticas (chuvas, raios, salinidade, ventos, vegetação, etc.), sistemas ou pessoas. Existe ainda a possibilidade de furto de energia e de infraestrutura ou atos de vandalismo. Para minimizar tais riscos, as distribuidoras dispõem de sistemas de vigilância eletrônica e promovem ações em parceria com órgãos de segurança pública com vistas a evitar furtos em suas instalações. Ampla e Coelce fazem manutenção preventiva em todas as unidades, como meio de evitar quebras inesperadas de equipamentos ou falhas de operação. Os impactos negativos dos riscos operacionais de distribuição podem estar relacionados à interrupção de fornecimento de energia elétrica, com risco de queima de aparelhos eletroeletrônicos,



falta de segurança dos indivíduos em razão da falta de iluminação pública, perda de produtividade da classe industrial, dentre outros. Responsável pela operação, comando, supervisão e controle de todo o sistema elétrico, os Centros de Controle de Sistema monitoram a meteorologia e identificam as quedas de energia.

O Manual para Ocorrência de Emergência Máxima é utilizado em situações nas quais um considerável número de consumidores é (ou pode ser) afetado pela interrupção do fornecimento de energia. Nesses casos, é acionado o Comitê de Gestão de Crise, que estrutura plano de ações para as áreas de Manutenção, Engenharia, Operação, Central de Relacionamento

e Comunicação e Relações Institucionais. A companhia conta com assessorias jurídica e de comunicação para suporte em caso da ocorrência de sinistros. Todos os colaboradores e as empresas parceiras passam por treinamento para cumprir as iniciativas estabelecidas nos planos, que, entre outras atividades, definem diretrizes para a divulgação das ocorrências à sociedade. [\[GRI EU21\]](#)

As empresas de geração utilizam o conceito *Reliability Centered Maintenance* (RCM) – em português, Manutenção Baseada na Confiabilidade (MBC) – em seus ativos críticos, minimizando a probabilidade de falhas e os custos de conservação. Usam

também o módulo *Plant Maintenance* (PM), da SAP, para armazenar todas as informações referentes à manutenção, de maneira integrada com as áreas de almoxarifado, compras, finanças e orçamento. Todas as companhias investem continuamente na modernização e automação de seus ativos, como meio de aumentar a confiabilidade, disponibilidade e eficiência de suas operações. As rotinas de manutenção têm o objetivo de garantir ainda mais confiabilidade aos serviços e evitar problemas de funcionamento, minimizando custos e paradas não programadas.

GESTÃO PARA ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE DO FORNECIMENTO DE ENERGIA [\[GRI EU6\]](#)

Formas de gestão	Descrição das atividades
Equilíbrio da oferta e demanda	Elaboração de estudos anuais do sistema de distribuição de alta e média-tensão, com previsão de mercado entre cinco e dez anos; e avaliação de solicitações de atendimento de acréscimos e de novas cargas, de modo a conciliar aspecto econômico com critérios técnicos e ambientais.
Manutenção	<i>Práticas de longo prazo:</i> plano anual de inspeções, plano anual de termografia e monitoramento das condições do óleo isolante dos transformadores. <i>Práticas de curto prazo:</i> retirada de vazamentos em transformadores e atendimento de irregularidades nos equipamentos do sistema elétrico.
Combate ao furto de energia	Apliação de sistemas de vigilância eletrônica e realização de ações em parceria com órgãos de segurança pública para evitar furtos em sua rede de distribuição.
Gestão da carga de pico	Monitoramento do carregamento máximo em linhas de transmissão, transformadores de potência e alimentadores. A condição dos equipamentos é informada às áreas de Operação do Sistema, Planejamento de Sistema e Previsão de Mercado, para que estas realizem estudos e previsões necessários para a operação do sistema e o planejamento da expansão.
Investimentos	Estudos de previsão de mercado, oferta e demanda futura de energia.

Financeiros – A Política de Gestão de Riscos Financeiros define normas e procedimentos para o gerenciamento de risco e os limites aceitáveis para sua operação. Essa política apoia a Norma Interna de Gestão de Riscos Financeiros, que estabelece parâmetros de gestão dos riscos, salvaguardando a empresa de possíveis prejuízos em suas transações e operações financeiras, bem como de falhas nos processos de registro, acompanhamento e avaliação. As determinações da Lei Sarbanes-Oxley orientam os controles internos e o processo de preparação e divulgação das informações financeiras, por meio de relatórios que apresentam as posições de risco assumidas.

GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Risco	Gestão
Liquidez	Manutenção de saldo projetado não inferior a R\$ 20 milhões, para os 12 meses; e, caso as projeções de fluxo de caixa apontem risco superior a 25% de descumprimento da diretriz acima, a área de Finanças deverá apresentar ao Comitê Executivo opções de cobertura e proteção do fluxo de caixa.
Mercado	Minimizado pela contínua busca de vinculação do saldo ou do serviço da dívida aos índices que se reflitam nos ativos da empresa, tenham menor nível de instabilidade e impliquem menor custo financeiro.
Risco de crédito	Restrições às operações com instituições financeiras que não possuam classificação de risco <i>Investment Grade</i> ; realização de operações de <i>hedge</i> somente em bolsas de valores e mercadorias que disponham de sistemas de garantias (<i>Clearing Houses</i>); e realização de aplicações financeiras apenas em títulos públicos federais ou em classificação de risco <i>Investment Grade</i> .

Patrimoniais – Referem-se a perdas ou a comprometimentos de ativo operacional em razão de fenômenos naturais, falhas, omissões, incêndios, imperícia e imprudência, e acidentes relacionados à operação. As empresas Endesa Brasil contam com uma política de contratação de seguros corporativos para ressarcimento de danos materiais, legais e de responsabilidade civil.

Crédito – O controle da inadimplência no setor de distribuição de energia elétrica é regulamentado pela Aneel, que prevê a suspensão do fornecimento aos consumidores com atraso no pagamento da fatura. A interrupção é feita desde que respeitados os prazos de antecedência da notificação.

Ambientais – As empresas Endesa Brasil contam com o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que controla e monitora as atividades, orientando quanto à execução de processos operacionais, tendo por base os requisitos solicitados pela certificação ambiental ISO 14001 e pelas normas técnicas ambientais vigentes. Analisa os riscos pertinentes ao descumprimento de normas legais ou de ocorrência de acidentes geradores de prejuízos ao meio ambiente. Também é empregado o Princípio da Precaução, considerado no Sistema de Gestão Ambiental e na Política de Sustentabilidade da empresa. Por esse princípio, a ausência de absoluta certeza científica não deve ser utilizada como razão para adiar medidas eficazes e economicamente viáveis para prevenir a ameaça de danos sérios ou irreversíveis ao meio ambiente ou à saúde humana. [|GRI 4.11|](#)

Sociais – Refere-se a riscos que afetam a saúde e a segurança das pessoas e causam prejuízos financeiros ao usuário

da energia elétrica. A Endesa Brasil visa garantir a máxima segurança para a sociedade. O gerenciamento dos riscos é realizado por meio de procedimentos comerciais, operacionais, de execução e de segurança do trabalho, além de projetos e procedimentos que minimizam os impactos.

Penais – A Endesa Brasil conta com o Modelo de Prevenção de Riscos Penais (MPRP), que visa prevenir a ocorrência de delitos que possam acarretar consequências penais para Endesa S.A. e para a Enel. Em caso de corrupção, os fornecedores têm seus contratos rescindidos, ficando sujeitos a medidas legais, e os colaboradores são desligados. No ano, não foram registrados incidentes com parceiros de negócios ou colaboradores. [|GRI SO4|](#)

Reputação e imagem – Há acompanhamento diário de notícias na imprensa e em redes sociais e análise de acontecimentos que possam impactar negativamente a imagem da companhia. Para monitorar a imagem e definir a melhor estratégia em relação às partes interessadas, realiza pesquisas periódicas com os consumidores e formadores de opinião. A Endesa Brasil também investe na divulgação de normas de conduta entre seus colaboradores, ressaltando aspectos como ética e respeito ao ser humano e ao meio ambiente.





Inovação

Para fomentar o desenvolvimento sustentável, a Endesa Brasil promove a inovação, destinando investimentos regulatórios de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) a projetos que se destacam pela capacidade de oferecer novas ideias para o setor elétrico brasileiro. As iniciativas contabilizam projetos de aumento de eficiência operacional, saúde e segurança no trabalho, redução do impacto ao meio ambiente, responsabilidade social e desenvolvimento de novas tecnologias para combater as perdas técnicas e comerciais.

Os programas de P&D seguem as determinações do órgão regulador e suas iniciativas são estabelecidas a partir de avaliações internas e do contato com universidades, fabricantes e institutos de pesquisa. Um Comitê de Pesquisa e Desenvolvimento é responsável por avaliar o elemento estratégico e o risco associado a cada projeto.

Inspire

As áreas de inovação das empresas do Grupo passaram por importantes mudanças em 2013 devido ao início do Programa Inspire, que representa a integração das várias iniciativas já existentes na Endesa Brasil – Deu Certo, Bolsa de Inovação, Inova, Lean e Eidos. O programa é um importante incentivador na coleta de ideias e sugestões em produtos, serviços e modelos de negócios. Além disso, estimula o envolvimento e participação

de todos os colaboradores na proposta e implantação de soluções inovadoras, unindo as melhores práticas de todas as empresas que integram a *holding*.

O Inspire é composto por três ambientes de inovação: o Inspire Novas Ideias, que conta com encontros semanais para apresentação de novas ideias ao comitê executivo; o Inspire Deu Certo, quando ocorre a criação do produto na prática; e o Inspire Multiplique, momento de replicação dos projetos. Todas as ideias também são avaliadas por critérios de segurança e impacto de imagem para a sociedade.

O Deu Certo consiste num ambiente propício e incentivador da cultura de inovação das empresas, destacando os melhores projetos desenvolvidos pelos colaboradores. A Bolsa de Inovações complementa o círculo de inovação, gerando um ambiente propício para disseminação e implantação dos projetos do Deu Certo. Os colaboradores participam de uma comunidade virtual propondo suas próprias ideias ou investindo em soluções já enviadas por outros participantes. Cada funcionário recebe um *e-mail* personalizado com nome de usuário e senha codificada. A ferramenta pode ser acessada pela intranet corporativa ou pelo endereço <http://www.inspireendesa.com.br/bolsa>.

Além disso, todos os colaboradores e parceiros que tenham bons projetos e queiram participar do Programa contam com suporte. No ano, foi realizada a capacitação de diversos mentores preparados para alavancar os ambientes de inovação do Programa Inspire.



Como reconhecimento e premiação, os colaboradores que conseguem implantar suas ideias ganham pontos na moeda Inspire, que funciona como um plano de fidelidade. O proponente apresenta diversas ideias e práticas, vence os ciclos, multiplica a criação e acumula durante o ano uma quantidade em Inspires, que pode ser trocada por prêmios como viagens, *tablets* ou televisões, entre outros.

Em 2013, o Inspire recebeu 43 projetos, 15 foram premiados – com um total de 65 colaboradores premiados – e foram distribuídos 69 mil Inspires. No ano, a inovação proporcionou ganhos/economias de R\$ 16 milhões à Endesa Brasil, valor que inclui projetos implantados em anos anteriores e que geraram valor em 2013.

Os colaboradores que apresentam ideias e sugestões de melhorias de processos, tecnologias e uso de equipamentos, entre outros, são premiados com R\$ 300 pela ideia, R\$ 1 mil pela execução do piloto e 10% do retorno econômico do projeto quando executado em campo, sendo que o valor máximo não ultrapassa R\$ 10 mil por projeto. Há também premiações de viagens.

Ideias premiadas

Na Ampla, um dos destaques foi a proposta de integração de comunicação entre as plataformas de gestão SAP x EPM, que busca aumentar a visibilidade, agilidade e execução do controle financeiro e físico dos projetos. Com a gestão otimizada dos recursos, é possível antecipar valores comprometidos de contratos vigentes e compromissos assumidos evitando a correção monetária e reduzindo impactos da disponibilidade. O programa pode gerar uma economia de R\$ 948 mil por ano, trazendo qualidade operacional e promovendo a satisfação do cliente.

Outro projeto vencedor do Inspire em 2013 é o Blindagem de Rede, que desenvolveu e padronizou a blindagem da rede Ampla Chip, especificamente no entorno da cruzeta, com objetivo de reduzir as perdas comerciais, mais conhecidas com furto de energia. Antes de iniciar as blindagens, eram registradas perdas comerciais de 34,1%. Após a implantação do projeto, o índice caiu para 18,6%. A economia prevista com a iniciativa é de R\$ 1.338.476,25 por ano. Além disso, o produto poderá ser aplicado também na coirmã Coelce e nas áreas de Novas Ligações da Ampla.

Já o projeto de uso de lente para possibilitar a leitura do fasímetro a partir do solo consiste na confecção de uma peça com a lente de caixa de medidor que possibilita a leitura do equipamento com a utilização de bastão, sem a necessidade de equipe de linha viva. A ideia já foi utilizada pela Distribuição para faseamento dos circuitos de média-tensão, possibilitando manobras entre circuitos diferentes sem que haja prejuízo no fornecimento de energia para os clientes. Já foram executados 572 faseamentos, possibilitando uma diminuição de R\$ 37 mil e redução em 79% dos custos com linha viva. A economia estimada por ano é de R\$ 145.219,36.

Já na Coelce, uma equipe de quatro colaboradores desenvolveu um suporte para câmera das viaturas que filma as atividades em campo, ampliando o controle de segurança e a qualidade em todo os processos de operação e manutenção da rede elétrica. Outro destaque foi o projeto Rumo Certo, desenvolvido por cinco colaboradores da Coelce, com o uso de sinalização diferenciada que facilita a identificação de chaves de energia, proporcionando qualidade operacional e ganho econômico. A economia estimada com esse projeto é de R\$ 237,1 mil por ano.

Além da inovação incremental estimulada pelo programa Inspire, a Endesa Brasil promove a inovação tecnológica por meio do programa de Pesquisa e Desenvolvimento, regulamentado pela Lei nº 9.991/2000, que dispõe sobre investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. Em 2013, a empresa investiu R\$ 33,4 milhões em programas de P&D. A seguir, são apresentados alguns dos principais projetos executados no ano.

Cidade Inteligente de Búzios

Em 2013, uma das principais iniciativas da Endesa Brasil em P&D foi a continuação do projeto Cidade Inteligente de Búzios, que contempla a instalação de sistemas inteligentes de uso da energia elétrica (*smart grid*, ou redes inteligentes), com o objetivo de promover aprendizado sobre o tema, disseminando a percepção de consumo consciente. Localizada no litoral do Rio de Janeiro, Búzios tem grande afluência de turistas e está se tornando a primeira cidade inteligente da América Latina.



O projeto tem orçamento total de R\$ 37,6 milhões, para o período três anos, dos quais R\$ 22,8 milhões são verba P&D da Aneel e R\$ 7,6 milhões da Ampla, sendo a diferença coberta por empresas patrocinadoras interessadas em aplicar e mostrar suas tecnologias. Durante o período de desenvolvimento do projeto, de 2012 a 2014, a cidade passará por transformações tecnológicas, econômicas, sociais e ambientais.

Estão sendo construídas tecnologias com o uso de fontes renováveis (energia eólica e solar); redes automatizadas, que permitem o controle remoto e ajustes automáticos em tempo real; medidores inteligentes capazes de permitir maior controle do consumo de energia e a medicação bilateral; iluminação por lâmpadas de LED, mais econômicas e eficientes; e maior eficiência energética, a fim de reduzir o impacto no meio ambiente.

Em 2014, serão instalados cerca de 6 mil medidores inteligentes, chegando a 10 mil equipamentos. Mais 90 luminárias LED serão instaladas na avenida principal, somando 150 luminárias desse tipo. A cidade já conta com quatro carros elétricos em funcionamento, além de 20 bicicletas elétricas, que podem ser alugadas para passeio por meio de uma parceria com nove pousadas de Búzios. São quatro postos de recarga elétrica e um aquatáxi com motor elétrico que, além de não poluir o meio ambiente, é seis vezes mais econômico que um barco que opera a óleo diesel.



O projeto tem como principal diferencial o engajamento dos moradores de Búzios nas práticas de consumo consciente. Promove ações sociais de capacitação para que os membros da comunidade se tornem produtores de energia, façam economia na conta e auxiliem na proteção do meio ambiente, entre outros aspectos.

A Cidade Inteligente possibilitará também a aplicação de tarifas diferenciadas de acordo com o horário de consumo, a utilização de sistemas de iluminação pública mais sustentável, o controle do consumo em tempo real e o incentivo à eficiência energética nos prédios públicos e nas residências. Uma rede de distribuição inteligente com sistemas de controle automáticos permite também melhorar a garantia de fornecimento elétrico.

Aerogerador vertical

Outro projeto de destaque em P&D é o aerogerador vertical, desenvolvido pela Ampla em parceria com a Enersud e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Consiste em uma turbina de eixo vertical composta por conjunto de pás com perfil aerodinâmico capaz de transformar a energia do vento em energia mecânica e logo em energia elétrica por meio de um alternador de ímã permanente. Próprio para ambientes urbanos, o aparelho consegue dar partida com pouco vento, além de ser silencioso. Serão construídas 4 unidades.

Microrredes

Na Coelce, uma iniciativa que deve começar em 2014 é um projeto de microrrede descentralizada, com investimento de R\$ 7 milhões. O projeto será desenvolvido em um condomínio residencial em Fortaleza, onde cada casa terá gestão da sua própria energia e, ao mesmo tempo, uma área comum do condomínio que será suprida por essa microrrede. Dessa forma, o cliente terá mais autonomia sobre o gerenciamento da energia.

A metodologia consiste em planejamento e operação de geração distribuída (GD) por microrredes, alimentando áreas adjacentes em caso de pane e demora de restabelecimento do sistema, efetuando o sincronismo automático posterior. Além disso, faz a interligação de novas GD ao sistema considerando análise estática, dinâmica e modelagem de conversores eletrônicos.

Energia solar

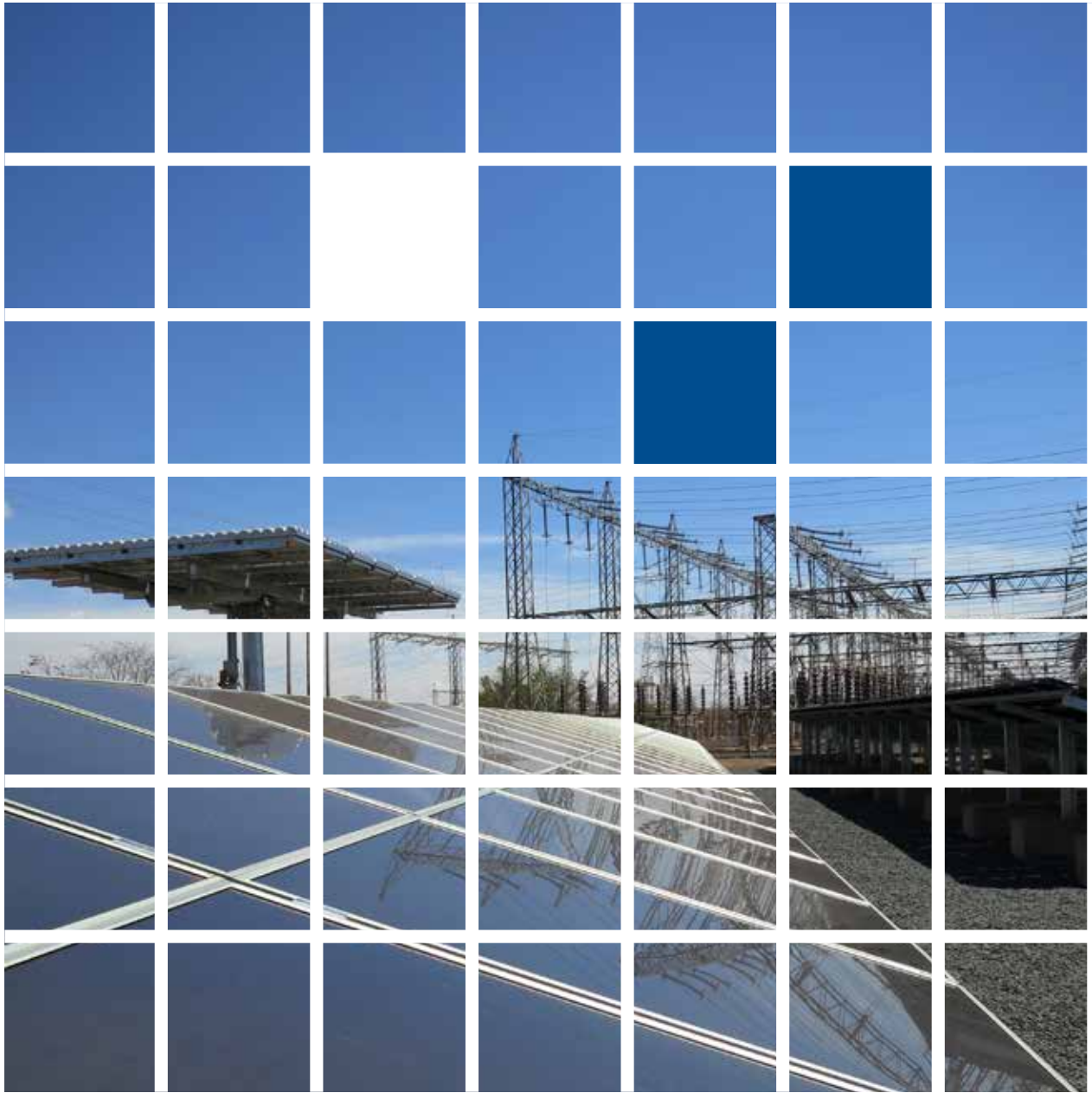
A Endesa Geração está desenvolvendo projetos de avaliação de tecnologias de energia solar. A iniciativa é realizada com a cooperação de diversas empresas do setor elétrico, com coordenação da Apine e execução pela Universidade Federal de Santa Catarina. Serão instalados oito módulos de avaliação solar em diversos pontos do país, com o objetivo de analisar o desempenho de diferentes tecnologias e geografias. A Endesa Geração será responsável por quatro módulos, com investimento de R\$ 5,5 milhões. Dois módulos já foram instalados na Endesa Cachoeira e na Endesa Fortaleza, contribuindo para estimular e divulgar o desenvolvimento de tecnologias para a geração de energia limpa e alternativa.

Biogás

Dentre os projetos do setor elétrico que atendem à chamada pública da Aneel está a contratação de um projeto de Tema Estratégico que terá a Endesa Geração como proponente executora. O projeto irá avaliar a geração de energia de biogás oriundo de resíduos e efluentes líquidos e tem previsão de contratação para o ano de 2014, com investimento médio de R\$ 12 milhões, sendo R\$ 10 milhões de Endesa Cachoeira, mais R\$ 1 milhão de Endesa Cien e R\$ 1 milhão de Endesa Fortaleza.

Integração de baterias

Para pesquisar as possibilidades de armazenamento de energia, está em andamento um projeto de integração de baterias com tecnologias distintas. O objetivo é tornar os sistemas de armazenamento mais inteligentes e eficientes, a partir da alternância de utilização de tecnologias. Os mecanismos poderão ser utilizados no carregamento de veículos elétricos e no fornecimento de energia em situações especiais, como horários de ponta e casos de blecaute.





Pessoas

Para garantir o bom resultado do ambiente de trabalho, a gestão de pessoas da Endesa Brasil tem como base três pilares de sustentação: Segurança, Meritocracia e Felicidade no trabalho. Esses três conceitos ancoram a grande maioria das políticas da empresa. Alinhada com esses valores e reconhecendo a importância de cada colaborador, a empresa busca proporcionar uma atmosfera laboral positiva, com pessoas satisfeitas no trabalho e com equilíbrio na vida profissional e pessoal.

Prova disso é que pelo segundo ano consecutivo Ampla, Coelce e Endesa Geração foram selecionadas entre as Melhores Empresas para Trabalhar do Brasil, pela pesquisa do Instituto Great Place to Work/revista *Época*. Coelce foi a melhor do Ceará e Ampla e Endesa Geração também foram incluídas entre as Melhores do Rio de Janeiro. As três receberam ainda o reconhecimento do *Guia Você S/A – As 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar*.

Além disso, a Endesa Brasil conquistou o primeiro lugar no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV), da Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV), que reconhece as práticas de excelência desenvolvidas nesse âmbito.

O compromisso com a saúde e a segurança também foi destaque. A Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE) concedeu à Endesa Fortaleza a Medalha Eloy Chaves. A termelétrica foi considerada a terceira melhor do setor na categoria Grupo IV (Empresas Geradoras/Transmissoras, independentemente do número de empregado e sua força tarefa), tendo mantido índices elevados de segurança e prevenção de acidentes de trabalho.

A empresa valoriza ainda seus talentos ao zelar pela igualdade de oportunidades, contratando e investindo no desenvolvimento de colaboradores sem qualquer discriminação por motivos de etnia, sexo, convicção política ou crença religiosa.

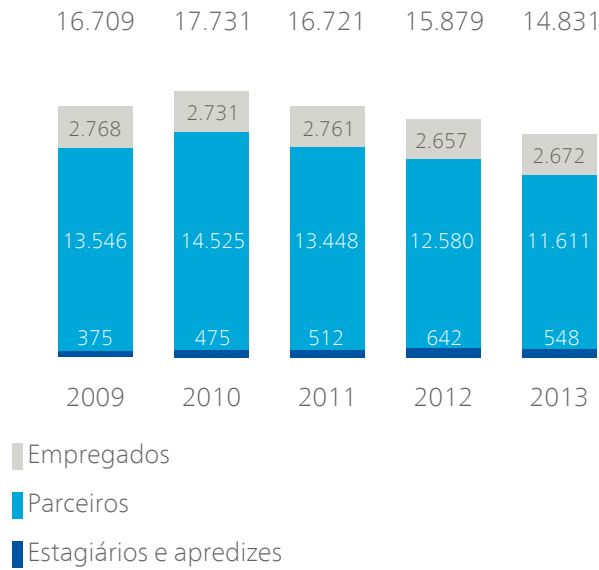
Emprego

Ao fim do exercício, contava com 14.831 colaboradores, dos quais 2.672 eram próprios, 11.611 parceiros, 494 estagiários e 54 jovens-aprendizes. Buscando manter a cultura institucional, prioriza o recrutamento interno devido ao conhecimento e vínculo já existentes. No ano, 73% das posições abertas em Endesa Geração e 82% em Ampla e Coelce foram preenchidas por estagiários ou colaboradores de empresas parceiras.

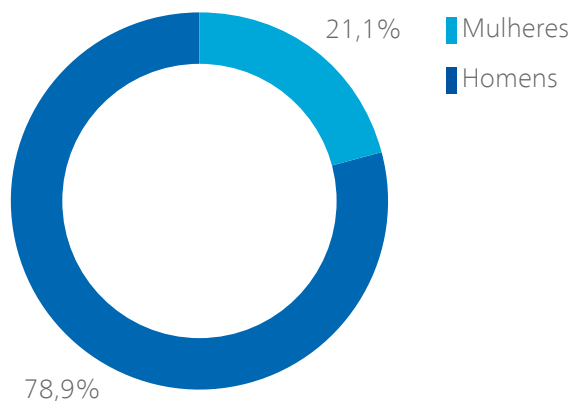
As empresas do Grupo combinam profissionais jovens (16,7% têm até 30 anos de idade) e maduros (20,7% acima de 50 anos), contando com significativo nível de qualificação (40,7% têm formação superior, sendo 10,3% com pós-graduação, mestrado ou doutorado).

Não existe um procedimento formal que privilegie a contratação de mão de obra local nas áreas de atuação das empresas da Endesa Brasil. Ao fim de 2013, colaboradores de alta gerência que residiam nas regiões de operação representavam: 100% na Ampla (Rio de Janeiro), 85% na Coelce (Ceará), 0% na Endesa Fortaleza (Ceará), 0% na Endesa Cachoeira (Goiás) e 0% na Endesa Cien (Rio Grande do Sul). Na Prátil, 100% da alta gerência reside na região da sede da companhia, no Rio de Janeiro. | GRI EC7 |

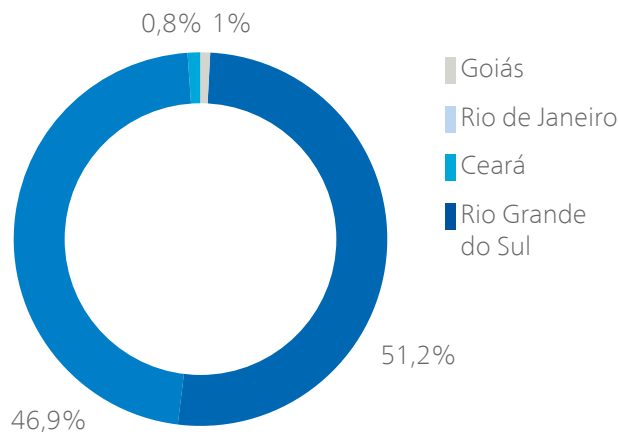
Colaboradores por tipo de emprego | GRI LA1 |



Colaboradores por gênero | GRI LA1 |



Colaboradores por região | GRI LA1 |





COLABORADORES POR GÊNERO |GRI LA1|

	Homens	Mulheres	Total
Próprios	2.005	667	2.672
Parceiros	9.407	2.204	11.611
Estagiários	256	238	494
Jovens-aprendizes	37	17	54
Total	11.705	3.126	14.831

Obs.: Exceto os estagiários, todos os colaboradores trabalham em tempo integral, com contratos por tempo indeterminado

COLABORADORES POR REGIÃO |GRI LA1|

	Rio de Janeiro	Ceará	Rio Grande do Sul	Goiás	Total
Próprios	1.320	1.278	23	51	2.672
Parceiros	5.976	5.452	89	94	11.611
Estagiários	275	206	5	8	494
Jovens-aprendizes	27	27	0	0	54
Total	7.598	6.963	117	153	14.831

A Endesa acredita que para ter bons resultados, é preciso contar com as pessoas certas, nos lugares corretos e com a motivação adequada. Para contratação, aplica critérios de avaliação que levam em conta as competências técnicas necessárias para o cargo e o perfil comportamental do candidato, que deve estar alinhado aos valores da companhia: *Respeitamos a vida, Somos simples e Criamos valor*. Como forma de estimular a economia e contribuir para o desenvolvimento das comunidades do seu entorno, é priorizada a contratação local.

Boas-Vindas – O programa busca dar aos novos contratados um maior conhecimento do negócio, reforçar o sentimento de fazer parte de uma grande empresa, estimular a aprendizagem contínua, a integração e a troca de experiências. Intensifica também os vínculos entre os novos empregados. O Boas-Vindas acontece a cada dois meses e tem duração de dois dias. Os participantes recebem informações sobre a Endesa no Brasil e no mundo, orientações sobre o setor elétrico (regulação, aspectos técnicos e comerciais), estratégia do negócio,

relacionamento com os clientes e as empresas parceiras, responsabilidade social, meio ambiente, ética, benefícios e desenvolvimento de pessoas.

COLABORADORES PRÓPRIOS POR CATEGORIA FUNCIONAL |GRI LA1|

Categoria funcional	2012			2013		
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Diretores (inclui controladas)	18	4	22	19	5	24
Gerentes e supervisores	194	68	262	198	59	257
Profissionais	695	373	1.068	692	383	1.075
Administrativos	112	145	257	110	145	255
Técnicos e operários	978	70	1.048	986	75	1.061
Total	1.997	659	2.657	2.005	667	2.672

ROTATIVIDADE |GRI LA1|

	Holding		Ampla		Coelce		Endesa Cachoeira		Endesa Cien		Endesa Fortaleza		Prátil	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Varição de quadro														
Nº de desligados	2	3	49	24	76	17	1	0	4	2	6	1	2	2
Nº de admitidos	8	6	51	26	71	20	2	0	4	1	2	2	10	2
Rotatividade (%)	12,2	16,1	5,9	8,6	7,7	6,5	2,7	0,0	10,8	6,3	8,0	8,3	23,1	28,6

Rotatividade

por faixa etária (%)

	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 30 anos	0,0	20,8	14,4	20,9	20,0	14,9	16,7	0,0	12,5	12,5	13,6	16,7	50,0	20,8
De 31 a 50 anos	14,5	13,3	4,1	4,3	6,2	5,1	1,5	0,0	2,1	0,0	7,4	4,2	14,5	6,7
Mais de 50 anos	7,1	0,0	5,0	4,7	4,8	4,3	0,0	0,0	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

ROTATIVIDADE POR REGIÃO |GRI LA2|

	2012			2013		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Rio de Janeiro – Total de empregados em 31/12	1.318	953	367	1.320		
Nº de desligados	138	59	34	93		
Nº de admitidos	146	71	37	108		
Taxa de rotatividade (%)	10,8%	6,8%	9,7%	7,6%		
Ceará – Total de empregados em 31/12	1.266	984	294	1.278		
Nº de desligados	52	78	15	93		
Nº de admitidos	112	73	19	92		
Taxa de rotatividade (%)	6,5%	7,7%	5,8%	7,2%		
Goiás – Total de empregados em 31/12	51	47	4	51		
Nº de desligados	-	1	-	1		
Nº de admitidos	1	1	1	2		
Taxa de rotatividade (%)	1,0%	2,1%	12,5%	2,9%		
Rio Grande do Sul – Total de empregados em 31/12	23	21	2	23		
Nº de desligados	5	2	-	2		
Nº de admitidos	5	3	-	3		
Taxa de rotatividade (%)	21,7%	11,9%	0,0%	10,9%		
Total Endesa Brasil – Total de empregados em 31/12	2.657	2.005	667	2.672		
Nº de desligados	195	140	49	189		
Nº de admitidos	264	148	57	205		
Taxa de rotatividade (%)	8,6%	7,2%	7,9%	7,4%		

	2012			2013		
	Até 30 anos	De 31 a 50 anos	Mais de 50 anos	Até 30 anos	De 31 a 50 anos	Mais de 50 anos
Holding						
Homens	26	98	2	0	92	0
Mulheres	31	68	0	28	40	0
Ampla						
Homens	37	111	319	28	167	329
Mulheres	25	101	285	29	157	428
Coelce						
Homens	37	211	365	29	174	369
Mulheres	25	110	367	32	92	396
Endesa Cachoeira						
Homens	0	63	177	0	191	0
Mulheres	0	56	0	0	0	0
Endesa Cien						
Homens	81	0	310	0	72	4
Mulheres	0	55	-	0	48	0
Endesa Fortaleza						
Homens	56	72	82	77	66	0
Mulheres	26	70	0	14	0	0
Prátil						
Homens	53	98	2	0	9	0
Mulheres	94	68	0	31	0	0
Consolidado - media meses						
Homens	-	-	-	30	153	348
Mulheres	-	-	-	29	112	405

Diversidade

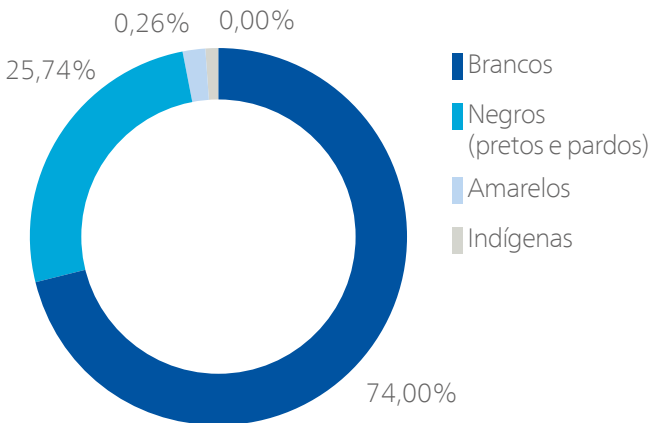
São considerados no processo seletivo aspectos relacionados à competência e aderência a valores da companhia, sem restrição ou preferência de gênero, etnia ou idade. No entanto, a população de colaboradores é predominantemente masculina em consequência das características do emprego no setor elétrico brasileiro. Ao final do exercício, 75% do quadro de pessoal próprio era composto por homens, proporção que tem se mantido estável nos últimos anos. No total, considerando parceiros, estagiários e jovens-aprendizes, 78,9%

da força de trabalho era masculina.

Para impulsionar o compromisso com a diversidade e igualdade de oportunidades, a Endesa Brasil é uma das signatárias dos Princípios de Empoderamento das Mulheres – uma iniciativa das Nações Unidas cujo objetivo é proporcionar a integração efetiva das mulheres ao mercado de trabalho, em âmbito universal. No encerramento de 2013, 66 pessoas com deficiência trabalhavam nas empresas integrantes da *holding*.



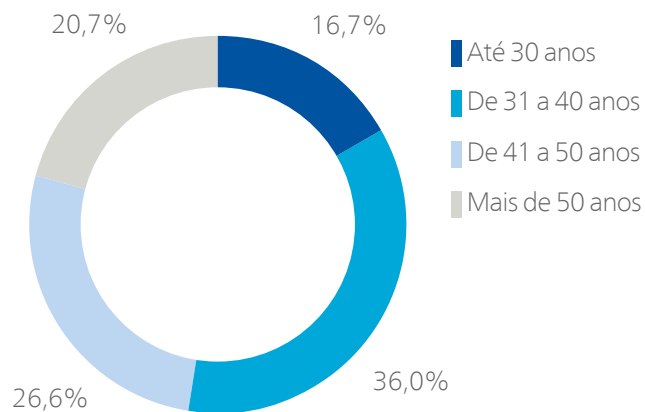
Perfil por raça | GRI LA13 |



Em 31 de dezembro de 2013, 29% dos empregados do grupo teriam direito à aposentadoria nos próximos cinco e dez anos, sendo 35% em funções técnicas e operacionais e 12% entre eletricitistas.

A Endesa Brasil mantém desde 2010 o Programa de Aposentadoria Espontânea (PAE), com o objetivo de proporcionar melhores condições financeiras aos colaboradores que tenham tempo para a aposentadoria. A iniciativa proporciona benefícios adicionais, como 50% da remuneração por ano trabalhado, limitado a 12 remunerações; plano médico e odontológico estendido por 12 meses; aviso prévio indenizado; FGTS; multa de 40% sobre FGTS; 13º salário proporcional; e férias. Para fazer parte do programa, é necessário ter 50 anos completos ou já estar aposentado pelo INSS.

Perfil por faixa etária | GRI LA13 |



Com exceção da Coelce, as empresas do grupo não possuem um programa específico de preparação dos funcionários prestes a se aposentar. Em casos de demissão, há uma indenização e, em algumas situações, é feito o pagamento de consultorias especializadas, além do fornecimento de orientações sobre serviços de recolocação no mercado de trabalho para os demitidos.

EMPREGADOS COM DIREITO À APOSENTADORIA | GRI EU15 |

Função	Nº de empregados na função	Nº de empregados					Número		% Total
		Rio de Janeiro	Ceará	Rio Grande do Sul	Goiás	5 anos	10 anos	total	
Analistas	607	33	57	-	4	52	42	94	12%
Assistentes administrativos	234	37	109	-	1	80	67	147	19%
Diretores	24	11	2	-	-	7	6	13	2%
Eletricistas	137	4	86	-	-	16	74	90	12%
Especialistas	487	38	55	2	4	54	45	99	13%
Responsáveis	274	23	27	2	2	33	21	54	7%
Técnicos	909	87	171	3	8	77	192	269	35%
Total geral	2.672	233	507	7	19	319	447	766	100%
% de empregados	100%	9%	19%	0%	1%	12%	17%	29%	

Remuneração e benefícios

A Endesa Brasil busca oferecer um pacote atrativo de recompensa, compatível com a complexidade das funções, o desempenho dos empregados e a realidade do mercado. Conta com apoio de pesquisa externa para tomar como referência empresas de mesmo perfil de faturamento e número de empregados e identificar se os salários estão de acordo com o mercado, mantendo assim o equilíbrio interno e externo.

O conceito envolve salário-base, adicionais legais, remuneração variável e benefícios. A remuneração fixa compreende salário-base acrescido dos adicionais legais, quando for o caso, enquanto a remuneração variável representa o comprometimento dos empregados com os objetivos estratégicos da organização. Os colaboradores recebem também premiações monetárias (em dinheiro, viagens e objetos materiais) e não monetárias (elogios e homenagens públicas, *feedbacks* dados pelo gestor).

Os reconhecimentos são resultantes de alcance de metas, de atitudes que demonstrem o comprometimento com a empresa e seus valores, e ideias e sugestões que representem inovações com impacto positivo sobre os negócios.

Todos os colaboradores possuem contratos regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e contam com uma série de benefícios. Os reajustes salariais ocorrem anualmente com base no Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O menor salário pago pelas empresas em 2013 foi de R\$ 719,44, tanto para homens como para mulheres, o equivalente a 1,06 vez o salário mínimo nacional, de R\$ 678,00. [| GRI ECS|](#)

Benefícios

A Endesa Brasil mantém programas diferenciados em comparação ao mercado para estabelecer relações de médio e longo prazos com os colaboradores. São oferecidos exclusivamente a empregados próprios com contrato de trabalho permanente. [| GRI LA3|](#)

Previdência privada – Os colaboradores das empresas controladas pela Endesa Brasil, exceto da Prátil, têm à disposição planos de previdência privada que complementam a aposentadoria paga pela previdência social. O empregado



faz contribuições mensais de no mínimo 0,5% do salário, com desconto direto na folha de pagamento, e a empresa contribui em igual percentual, limitado ao teto de 5% do salário-base. No total, 2.427 colaboradores participam de planos patrocinados pelas empresas. Em 2013, esses planos receberam aportes de R\$ 14.654.213,71 por parte das companhias (Coelce: R\$ 8.012.621,87; Ampla: R\$ 5.906.216,68; CDSA: R\$ 265.743,70; Cien: R\$ 252.510,76; CGTF: R\$ 134.981,46; Endesa Brasil: R\$ 82.139,24). Há planos de benefício definido e de contribuição definida, sendo o primeiro fechado para novas adesões. Esses planos BD são mantidos apenas nas distribuidoras Ampla e Coelce e representavam no final de 2013 um valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 1,8 bilhão, sendo R\$ 933,5 milhões de Ampla e R\$ 817,9 mil de Coelce. [\[GRI EC3\]](#)

Empréstimo – Após um ano de empresa, o empregado pode solicitar empréstimo de um salário-base, a ser descontado no contracheque em 12 vezes sem juros.

Auxílio-creche/babá – O benefício se diferencia por garantir um valor mensal para empregadas (mulheres) custearem gastos com babá, creche ou escola para filhos de 5 meses até 6 anos completos, e para empregados do sexo masculino para filhos com idade entre 5 meses e 2 anos incompletos. Reembolso pago a partir da comprovação de despesas. Limite mensal de R\$ 550,00.

Seguro de vida – Custeado integralmente pela empresa, cobre morte natural ou acidental do empregado ou cônjuge; e invalidez permanente, total ou parcial do empregado por acidente.

Auxílio-funeral – Em caso de falecimento de ascendentes (pai e mãe), a quantia reembolsada é de até R\$ 3.250,00. É oferecida assistência-funeral ao empregado e aos seus dependentes diretos (cônjuge e filhos menores de 21 anos), contratada por meio de apólice do seguro de vida em grupo. No caso de falecimento do empregado, a família recebe cesta básica pelo período de 12 meses no valor de R\$ 600,00.

Complemento salarial – É concedido em caso de auxílio-doença, pelo período de 12 meses, podendo ser estendido para até 24 meses, e auxílio-acidente de trabalho, por 12 meses, podendo ser estendido até 30 meses, mediante avaliação quadrimestral do serviço médico da empresa. A complementação corresponde à diferença entre o benefício previdenciário e a remuneração básica.

Auxílio a pais de filhos portadores de necessidades especiais – Os pais recebem mensalmente R\$780,00, via folha de pagamento, por filho com necessidade de cuidados especiais, para realizar tratamento especializado.





Licença-maternidade e paternidade

Antecipando-se ao benefício legal aprovado em 2009, desde 2008 a Endesa Brasil concede às empregadas 60 dias de licença-maternidade além dos 120 dias contemplados pelo INSS. Em 2013, 53 mulheres tiveram direito à licença-maternidade, sendo que 35 haviam regressado ao trabalho até o final do ano, o equivalente a uma taxa de retorno de 100% após o término da licença. No caso das 18 empregadas que saíram em licença no ano, o retorno está previsto para 2014. E do total de empregadas que voltaram ao trabalho, 30 delas, ou 88,24%, continuavam na empresa 12 meses depois do término da licença. Para os homens, é concedida licença-paternidade pelo período de cinco dias úteis contados a partir da data de nascimento do filho. A empresa não tem o controle de quantos empregados teriam direito à licença no período e, portanto, não contabiliza as taxas de retorno ao trabalho dos homens.

[\[GRI LA15\]](#)

Licença-acompanhante – O colaborador pode se afastar do trabalho por 5 dias úteis, podendo ser prorrogado por até 30 dias mediante apresentação de laudo médico, para o acompanhamento de cônjuge ou companheiro(a), ascendentes e descendentes de primeiro grau e dependentes do plano de saúde nos casos de internação por doença, cirurgias, recuperação domiciliar e/ou situações de emergências.

Planos de assistência médica e odontológica

– Benefício estendido aos dependentes, com reembolso das despesas até o limite contratado.

Vale-alimentação/refeição

– Concedido a todos os profissionais, independentemente da faixa salarial.

Clube Mais Vantagem – Convênios com mais de 200 estabelecimentos comerciais no Estado do Rio de Janeiro, entre restaurantes, lojas, drogarias, cursos de idiomas, universidades, hotéis, academias de ginástica, etc., que oferecem descontos nos valores cobrados.

REMUNERAÇÃO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AOS HOMENS (VEZES) |GRI LA14|

	Holding	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil
Salário-base							
Por categoria funcional							
Diretoria/gerência	0,48	0,91	1,19	0,61	1,21	1,00	0,98
Profissionais	1,42	1,13	1,19	1,31	1,22	1,22	1,68
Administrativo	-	1,13	0,98	-	0,39	1,15	-
Técnicos e operacionais	-	1,07	0,95	1,35	-	-	-
Por região							
Rio de Janeiro	0,24	0,34	0,48	1,18	0,67	0,28	0,24
Ceará	2,97	1,24	0,31	-	0,8	3,89	0,15
Goiás	-	-	-	0,05	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	0,12	-	-

Remuneração ¹	Holding	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Prátil
Por categoria funcional							
Diretoria/gerência	0,5	0,9	0,96	1,5	0,55	0,61	0,9
Profissionais	1,3	1,27	1,37	1,55	1,79	1,68	1,03
Administrativo	-	1,12	1,03	-	0,58	0,69	-
Técnicos e operacionais	-	1,23	1,18	1,91	-	-	-
Por região							
Rio de Janeiro	0,25	0,28	0,38	1,23	0,6	0,21	0,25
Ceará	3,08	1,49	0,25	-	0,6	3,7	0,2
Goiás	-	-	-	0,05	-	-	-
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	0,1	-	-

¹ Salário-base mais adicionais

Treinamento e desenvolvimento

Na visão da Endesa Brasil, a sustentabilidade dos negócios só pode ser alcançada por investimento no desenvolvimento de pessoas. Dessa forma, a empresa valoriza a educação corporativa e promove uma série de iniciativas e projetos associados ao seu plano estratégico. Os cursos propostos visam preencher lacunas comportamentais e técnicas, auxiliando na sustentação do negócio.

No ano, foram destinados R\$ 8,05 milhões às diversas atividades de capacitação e desenvolvimento. O sistema de controle de participantes e horas de treinamento está sendo reformulado e por isso essas informações não são apresentadas neste relatório. A empresa se compromete no aprimoramento da gestão desses dados para o próximo ano.

Em 2013, a Endesa Brasil mudou seu instrumento de avaliação dos colaboradores. A ferramenta utilizada agora é o Operational Performance Review (OPR) ou Revisão do Desempenho Operacional, que considera o desempenho por meio de avaliação comportamental e do alcance de metas alinhados às estratégias do negócio. A principal diferença em relação à ferramenta anterior, a Gestão de Rendimento (GR), é que existem metas abertas e metas fechadas a serem alcançadas. Além das metas recebidas, o colaborador pode propor e negociar as suas próprias na sua área de atuação.

No OPR, são avaliados sete fatores considerados fundamentais no comportamento profissional: se o colaborador sente e atua como cidadão do grupo; atua com foco em resultados; dirige a mudança; prioriza a segurança; assume responsabilidades e riscos; domina seu trabalho; e desenvolve seus colaboradores (somente para gestores). O resultado indica o posicionamento do colaborador em uma Matriz de Rendimento, que influencia os processos de reajuste por mérito, desenvolvimento, capacitação e movimentação.

Já a Gestão de Potencial (GP), modelo de gestão de talentos do Grupo Endesa, é outra ferramenta para o desenvolvimento de gestores e especialistas. Aplicada a cada dois anos, os colaboradores são avaliados, inicialmente, em dez competências comportamentais e quatro específicas para a liderança, com a intenção de identificar a aptidão para se integrar ao programa. Estes fatores são adicionados às avaliações individuais (metas, considerando uma atuação sustentável nos últimos três anos) e dos comportamentos alinhados aos valores corporativos.

Os funcionários possuem também um Plano de Desenvolvimento Individual e um programa de desenvolvimento internacional, no qual têm a oportunidade de conhecer outras empresas Endesa no mundo (especialmente Espanha e Itália), atuando em áreas afins para o desenvolvimento de uma visão corporativa do negócio.

Para acompanhar o desenvolvimento de suas carreiras, 100% dos colaboradores foram avaliados e receberam *feedback* de suas atividades. Todo o quadro de pessoal é avaliado de acordo com o modelo de Gestão Estratégica de Desempenho, que tem por base a ferramenta Gestão de Rendimento (GR), que considera o desempenho das pessoas pela avaliação de seus comportamentos e o alcance de seus resultados (metas), alinhados às estratégias do negócio. A ferramenta, adotada em empresas Endesa de todo o mundo, proporciona maior visibilidade das oportunidades de desenvolvimento e, principalmente, reforça a cultura de meritocracia, ou seja, reconhecer o mérito. [\[GRI LA12\]](#)

Espaço de Desenvolvimento de Pessoas

A companhia deixa disponível aos funcionários um Espaço de Desenvolvimento de Pessoas. A intenção é apoiar e dar suporte ao planejamento de carreira, além de estimular o autodesenvolvimento. É composto por um conjunto de salas temáticas concebidas para alinhar o conceito de gestão de pessoas à formação de equipes de alto desempenho. O espaço possui computadores com acesso à internet, biblioteca diversificada para consulta ou empréstimo de livros, salas de treinamento e de atendimento individual, e fica disponível a todos os colaboradores.



Permanentemente, a Endesa promove a educação corporativa. Em 2013, manteve investimentos na formação de lideranças médias e gerências, incentivando a participação em cursos de MBA e desenvolvimento. Os programas são focados na aprendizagem contínua e apoiam a carreira e a preparação para a aposentadoria do empregado. Há apoio financeiro para capacitação ou formação externa, com cursos técnicos, de graduação e de pós-graduação com incentivos financeiros da empresa.



PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO |GRI LA11, EU14|

Desenvolvimento	Parceria	Objetivo
Programa de idiomas (inglês, espanhol)	Inglês: <i>online</i> ; Espanhol: professoras contratadas	Oferecer as ferramentas necessárias para que os funcionários sejam capazes de compreender, ler e escrever nas línguas usadas pelas empresas Endesa no mundo.
Curso de Comunicação Interpessoal	Parceiros reconhecidos no mercado	Proporcionar ferramentas para que as pessoas transmitam a sua ideia com clareza, segurança e credibilidade.
Participações em palestras, seminários, congressos, minicursos	Parceiros reconhecidos no mercado	Possibilitar ao funcionário aprofundamento e/ou atualização sobre temas que, direta ou indiretamente, impactam o negócio.
Junior Enel Training International (JET)	Empresas Endesa no mundo	Reforçar o desenvolvimento de identidade multicultural e internacional da Enel e dar as bases para a compreensão das dinâmicas culturais, organizacionais e econômicas de uma empresa multinacional. É dedicado à retenção de profissionais da geração Y, que se caracterizam pelo uso intensivo de tecnologia, perfil irrequieto e interesse em aprendizado e relações humanas.
Competências técnicas	Parceria	Objetivo
Curso de informática	Parceiros reconhecidos no mercado	Capacitar funcionários em ferramentas de informática como Excel e Power Point.
Técnicas de negociação	Parceiros reconhecidos no mercado	Desenvolver habilidade de argumentação para obter a adesão e a cooperação das pessoas e assim atingir os objetivos esperados.
Orçamento	Parceiros reconhecidos no mercado	Procura fazer com que o funcionário seja capaz de identificar possibilidades de melhoria de suas operações por meio da análise de indicadores financeiros gerenciais, dominando ferramentas de gestão de custos e orçamentos, aprendendo a executar análises de viabilidade econômica.
Visão do Negócio	Multiplicadores internos	Oferecer conhecimentos básicos sobre energia e economia no Brasil e no mundo, energia elétrica e outras fontes de energia, oferta e consumo de energia elétrica, setor e sistema elétrico do Brasil, ambiente institucional do setor, contratação de energia, composição da tarifa, papel do órgão regulador (Aneel), etc.
Gestão de Projetos	Parceiros reconhecidos no mercado	Capacitar funcionários em técnicas e ferramentas para gestão de projetos, segundo boas práticas do Project Management Institute (PMI).
Comportamentais	Parceria	Objetivo
Competências comportamentais	Parceiros reconhecidos no mercado	Busca desenvolver o colaborador em sua totalidade, a partir de sua participação em oficinas de: comunicação; desenvolvimento de pessoas, coordenação e trabalho em equipe; negociação e flexibilidade; orientação a resultados, planejamento e organização e tomada de decisão.
Acadêmicos	Parceria	Objetivo
Graduações e Cursos Técnicos	Parceiros reconhecidos no mercado	Diferentes oportunidades são oferecidas aos funcionários das várias empresas Endesa, segundo as suas necessidades de desenvolvimento. A empresa cobre 75% do custo.
MBA Corporativo em Gestão de Negócios com Ênfase no Setor Elétrico	Parceiros reconhecidos no mercado	Ampliar e potencializar a visão do negócio, com estímulo ao surgimento de ideias e alcance de melhores resultados para a empresa. A companhia cobre 75% do custo.
MBA Diversos em temas específicos	Parceiros reconhecidos no mercado	Ampliar e potencializar conhecimentos.

Saúde e segurança

A segurança dos seus colaboradores é um dos pilares de sustentação mais importantes da Endesa Brasil. A evolução é permanente e a cultura está incorporada ao dia a dia do Grupo. Com o objetivo de se tornar referência em saúde e segurança do trabalho no setor elétrico, desenvolve políticas e exigências para empregados próprios e para parceiros. Entre elas estão formação sobre procedimentos; fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) conforme o tipo de atividade e a instalação onde ela é executada; e sistemas de acompanhamento, que incluem inspeções, treinamentos e programas de saúde e segurança no trabalho.

Em 2013, a área de Segurança deixou de se reportar ao departamento de Recursos Humanos e passou a responder diretamente ao presidente. Isso porque a empresa entende qualquer problema de segurança como uma anomalia de gestão. Por trás de um acidente, sempre existe uma causa originada nos processos da empresa.

O programa Saber Viver é o guarda-chuva das iniciativas da segurança, com foco em promover atitudes preventivas que priorizem o respeito à vida na execução das atividades operacionais e administrativas. O objetivo principal é promover o bem-estar físico e mental e a integração dos colaboradores por meio de ações diversificadas. O programa é formatado de acordo com as características locais e suas iniciativas abrangem desde espaços físicos dedicados ao esporte e lazer, palestras e atendimentos de saúde, até eventos comemorativos. Dessa forma, obtém-se o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

O Saber Viver tem o apoio de diversos instrumentos, reunindo uma série de iniciativas com o intuito de promover atitudes preventivas que priorizem o respeito à vida na execução das atividades operacionais e administrativas.

Diálogo de Segurança: Realizado diariamente nas empresas de geração e semanalmente nas distribuidoras, possibilita aos colaboradores esclarecerem suas dúvidas sobre procedimentos de segurança e conhecerem lições aprendidas.

Reuniões com empresas parceiras: Apresentação dos planos de segurança, intercâmbio de experiências e monitoramento de resultados. [|GRI EU16|](#)

Monitoramento do Índice de Prevenção de Acidentes

Laborais (Ipal): Avaliação da segurança de equipamentos, ferramentas, materiais, condições de trabalho e veículos.

Caminhada de Segurança: Visitas de responsáveis em campo com o objetivo de sensibilizar para a importância de cuidado com a vida.

Safety Week: Semana em que todos os colaboradores, independentemente da função, vão às ruas acompanhar as atividades de instalação e manutenção de redes e ficam encarregados de observar o comportamento seguro dos colegas. É uma iniciativa mundial promovida pela Endesa S.A. e pela Enel, que em 2013 aconteceu em novembro. Nas empresas do Grupo, foram realizadas 293 *Safety Walk* e 1.885 inspeções em campo.

One Safety: Iniciativa do Grupo Enel, busca trabalhar a cultura de segurança apoiada nos princípios do Saber Viver. Em 2013, foi lançada em todas as regiões do Brasil, nos polos e empresas parceiras. A diferença do *One Safety* para as outras ferramentas de SST é que ele é baseado em um modelo de observação do comportamento seguro em campo, sendo possível verificar como o colaborador está trabalhando e, assim, dar um *feedback*, sempre com foco positivo. No ano, foram realizadas 13.793 observações. Entre 2012 e 2013, 59 pessoas foram capacitadas pela Universidade Enel para atuar como multiplicadores, e todos os participantes atuam como observadores no Brasil.

Safety Goal Training: *Workshop* promovido pela Enel, foi criado a partir do *One Safety*. No ano, foram realizadas 10 turmas com mais de 80 participantes, que atuam como multiplicadores. Os colaboradores devem transmitir o conteúdo para seus pares e equipes, destacando a mensagem-chave de que a Enel é uma única empresa e que todos os 40 países devem manter a mesma cultura de segurança e saúde. O treinamento contou com exibição de vídeos, dinâmicas de grupo e debates sobre segurança.

Vacinação contra o risco elétrico: Ação simbólica que ocorreu durante a *Safety Week* e apresentava as 5 Regras de Ouro: desligar, impedir, constatar, aterrar e sinalizar. Na hora em que as pessoas entravam na cabine para receber a vacina, assistiam a um vídeo explicando como prevenir o choque elétrico. A campanha teve um total de 1.146 participantes em todas as empresas do Grupo.

Semana do risco elétrico: Realizada em todas as empresas do grupo Endesa Brasil, contou com palestras de conscientização nos polos, reforçando as 5 Regras de Ouro. A iniciativa abordou também a importância da utilização do protetor facial e da utilização das mantas isolantes.

Campanha de conscientização sobre riscos no trânsito: As empresas do grupo Endesa Brasil marcaram a semana nacional do trânsito com ações como Diálogos de Segurança, vídeos da monitoria e *check list* nas viaturas.

Café com segurança: Evento que conta com a participação de empresas parceiras e colaboradores das empresas para discutir práticas e mensurar os resultados em segurança. Os convidados são divididos em grupos para discutir os principais motivos de acidentes graves de trabalho.

Treinamento off road para motociclistas: Treinamento específico para colaboradores e parceiros da Coelce que trabalham em área rural sobre práticas de condução de motos em terrenos *off road*.

Bola cheia/Bola murcha – Todos os meses, a equipe que mais filmou suas atividades e teve mais procedimentos corretos ganha o prêmio de Bola Cheia. Além disso, cada participante recebe um cartão no valor de R\$ 500,00 como reconhecimento. Já a equipe que descumpriu alguma regra de segurança, recebe o prêmio Bola Murcha.

Monitoria de segurança: *Benchmark* no Brasil e no Grupo Endesa, a incorporação de câmeras nos veículos é importante

aliada na segurança durante as operações. Em 2013, o Grupo avançou na iniciativa. A área de Saúde do Trabalho desenvolveu coletes nos quais se pode acoplar a câmera e filmar a atividade, além de câmeras já instaladas no carro. Dessa forma, os colaboradores registram inteiramente os trabalhos.

Com a utilização das câmeras para observação do trabalho, as empresas do grupo conseguem ter uma abrangência de 100% dos serviços realizados, bem como medir os comportamentos de risco nas operações. Hoje existem dois centros de monitoramento na Endesa Brasil: um no Ceará e outro no Rio de Janeiro, que recebem e analisam as imagens das mais de 2 mil câmeras instaladas. Do início do projeto até o momento, a Endesa Brasil reduziu em 83% o número de acidentes com afastamento. Em 2013, a empresa ganhou o 1º lugar na categoria Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho do Prêmio Fundação Coge com o projeto.

Gestão de segurança

Certificado pela norma OHSAS 18001, o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho (SGSST), determina as ações necessárias à organização nessa área, além de monitorar os indicadores de acidentes de trabalho e as iniciativas adequadas em casos de não conformidade. Bianualmente, as áreas de Segurança do Trabalho, Técnica e Comercial, fazem uma nova análise de riscos, baseando-se nos critérios estabelecidos na legislação brasileira: Programas de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programas de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA).

O processo de gestão da segurança também é apoiado pelo Comitê Central de Segurança e pela Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), que elaboram o plano anual de segurança, realizam inspeções e promovem a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (Sipat). A totalidade dos colaboradores (100%) é representada pela Cipa, principal comitê formal de segurança e saúde. Nas reuniões mensais, os gerentes locais discutem iniciativas de prevenção a acidentes diretamente com gestores de contrato e empresas parceiras. [\[GRI LA6\]](#)

As equipes de segurança do trabalho das distribuidoras do Grupo Endesa na América Latina mantêm intercâmbio para alinhar a metodologia das inspeções do Índice de Prevenção de Acidentes Laborais (Ipal). Batizada de

Inspeções Cruzadas, a iniciativa auxilia na constatação de oportunidades de melhoria entre todos os países do grupo.

Colaboradores e parceiros recebem formação de SST e equipamentos de proteção individual (EPIs). As orientações são também estendidas aos visitantes. Os acompanhamentos acontecem por meio de inspeções, treinamentos e programas de SST. No ano, 5.324 parceiros da Coelce receberam treinamento, o equivalente a 45,9% do total de contratados de empresas prestadoras de serviços.

[\[GRI EU16, EU18\]](#)

Apesar de todas essas iniciativas, as empresas de Endesa Brasil registraram 45 acidentes de trabalho com afastamento, sendo 2 com empregados próprios e 43 com parceiros. Houve aumento do número total de acidentes com empregados próprios (12 em 2012 para 16 em 2013), mas redução de 44,0% no número com terceiros (de 218 para 122).

Foi registrado um acidente fatal, em comparação a cinco no ano anterior. O óbito foi de um eletricitista parceiro, que sofreu choque elétrico quando executava uma manutenção de rede de distribuição em Caucaia. A ocorrência motivou uma reflexão realizada no auditório da sede da Coelce e transmitida em videoconferência para todas as regionais do Ceará e empresas Endesa Brasil.



Programa *Check List* em Família

Em abril de 2013, a Coelce recebeu o reconhecimento máximo no Concurso Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho com o programa *Check List* em Família: Integração empresa-família como meio eficaz de fomento da cultura da segurança. O prêmio é uma iniciativa do Sesi/Senai realizada em todo o país com o objetivo de despertar, nos estudantes técnicos e profissionais das diversas áreas da indústria, o interesse pelo tema de segurança e saúde no trabalho, por meio da reflexão e do debate.

O projeto nasceu em 2010 e, desde então, tem ajudado a estreitar a relação entre os colaboradores, suas famílias e as empresas. Durante a realização do projeto, o colaborador deve realizar o *check list* de equipamentos para sua família, mostrando e explicando porque evitar acidentes é muito importante para eles. Além de garantir uma proximidade maior, isso aumenta a autoestima dos colaboradores, a melhoria na satisfação do seu trabalho e de sua produção e a redução dos acidentes.



Rodeio de eletricitas

Tendo como base os princípios do Saber Viver, Coelce e Ampla promovem todos os anos o Rodeio de Eletricistas. A nona edição da iniciativa foi realizada em outubro de 2013 e contou com a participação de mais de 3.500 pessoas, entre funcionários, parceiros e familiares. Na Coelce, 13 equipes disputaram as provas, sendo nove da área Técnica e quatro da área Comercial. Na Ampla, 15 equipes competiram, sendo 10 da área Técnica e cinco da Comercial.

Os profissionais realizaram provas que simulam práticas de trabalho com a rede elétrica, como troca de chave fusível, uso de bastões de manobra, instalação de linha de vida em 69kV, interligação de transformadores, aterramento de linha, substituição de peças e equipamentos de proteção individuais.

Além da competição, foram realizadas brincadeiras para crianças e adultos, apresentação de projetos de inovação

e visitação à Nave Coelce e à carreta do Consciência Ampla sobre Rodas. A Coelce ofereceu também verificação de pressão arterial, orientações sobre saúde e exames de glicemia. Na Ampla, a Oficina de Educação Socioambiental divertiu as crianças com pintura e confecção de brinquedos com material reciclável e exposição de flores confeccionadas com garrafas PET.

INDICADORES DE SEGURANÇA |GRI LA7|

Nº de acidentes com afastamento ¹	Empregados		Parceiros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	1	1	38	5
Ampla	1	0	15	3
Coelce	0	1	22	2
Endesa Cachoeira	0	0	0	0
Endesa Cien	0	0	0	0
Endesa Fortaleza	0	0	1	0
Prátil	0	0	0	0
Nº de acidentes sem afastamento	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	12	2	118	4
Ampla	5	1	102	2
Coelce	6	1	15	2
Endesa Cachoeira	1	0	1	0
Endesa Cien	0	0	0	0
Endesa Fortaleza	0	0	0	0
Prátil	0	0	1	0
Taxa de Lesão (Taxa de Frequência) ^{1 2}	Homens/ Mulheres		Homens/ Mulheres	
Total	0,38		1,47	
Ampla	0,43		1	
Coelce	0,40		2	
Endesa Cachoeira	0		0	
Endesa Cien	0		0	
Endesa Fortaleza	0		5	
Prátil	0		0	
Taxa de Gravidade ¹	Homens/Mulheres		Homens/ Mulheres	
Total	0,005		0,122	
Ampla	0,01		0,102	
Coelce	0,002		0,15	
Endesa Cachoeira	0		0	
Endesa Cien	0		0	
Endesa Fortaleza	0		0,021	
Prátil	0		0	
Taxa de absenteísmo ¹	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	ND	ND	ND	ND
Mortes	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Total	0	0	1	0
Ampla	0	0	0	0
Coelce	0	0	1	0
Endesa Cachoeira	0	0	0	0
Endesa Cien	0	0	0	0
Endesa Fortaleza	0	0	0	0
Prátil	0	0	0	0

¹ Não inclui acidentes de trajeto

² O controle desses indicadores por gênero começará a ser feito em 2014/2015



Qualidade de vida

Buscando contribuir na construção de um ambiente de trabalho satisfatório e acolhedor, as empresas Endesa Brasil investem em programas de qualidade de vida. As iniciativas fazem parte do programa Bem-Viver, estruturado em cinco pilares: família, cidadania, esporte, saúde e cultura. O Bem-Viver tem o objetivo de incentivar a integração dos colaboradores por intermédio de ações diversificadas, estimulando o bem-estar físico e mental.

O programa incentiva a prática de esportes e a alimentação saudável, entre outras propostas. A empresa realiza exames médicos periódicos, de acordo com as características de cada cargo, bem como mantém grande variedade de ações para prevenção e combate dos riscos de doenças. No setor de energia, as doenças ocupacionais típicas envolvem o risco de trabalho em altura, acidentes elétricos e o desenvolvimento de doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho (Dort). As iniciativas de assistência aos empregados nos casos de doenças graves incluem educação,

aconselhamento, prevenção e controle de riscos e tratamento. Familiares têm acesso a atividades de aconselhamento e controle de riscos. [|GRI LA8|](#)

Os bons resultados do Bem-Viver conferiram à Endesa Brasil a categoria Ouro no Prêmio Nacional de Qualidade de Vida, concedido pela Associação Brasileira de Qualidade de Vida (ABQV). O sucesso das ações de qualidade de vida pode ser ainda comprovado pelo resultado da pesquisa de satisfação do programa, cuja média geral foi de 88,2% (93% em 2012).

PROGRAMA BEM-VIVER [|GRI LA8|](#)

Atividades	Descrição
Saúde e esporte	
Espaço Bem-Viver	Os Espaços Bem-Viver foram desenvolvidos para os colaboradores cuidarem de si próprios e relaxarem com descontração.
Ginástica Laboral	Prática de ginástica laboral direcionada às diferentes equipes de trabalho (administrativas e operacionais), realizada de uma a três vezes por semana.
Programa Nutrir / Saúde em Linha (Ampla, Cien, Fortaleza, Cachoeira)	Nutricionistas orientam sobre alimentação saudável, prevenção da obesidade, doenças cardiovasculares e gastrointestinais. Também são realizadas regularmente campanhas educativas e feitos encaminhamentos pela medicina ocupacional.
Campanha de vacinação	Visando à prevenção e ao cuidado com a saúde da sua força de trabalho, é realizada anualmente campanha de vacinação contra gripe. Objetiva diminuir os casos de estados gripais, assim como os casos mais graves de infecções respiratórias, como sinusite, amigdalite e pneumonias.
Check-up de executivos	Realizado anualmente em clínica especializada com o intuito de acompanhar a saúde e prevenir doenças.

Atividades	Descrição
Campanhas em datas pontuais (Saúde)	Realização de campanhas com comunicados e palestras em datas como Dia Nacional de Combate ao Tabagismo, Dia de Combate à Hipertensão, Dia de Combate ao Colesterol, Dia Mundial do Coração e Dia Mundial da Luta contra a Aids.
Gestação Saúde	Complemento ao pré-natal e apoio aos futuros pais, podendo participar colaboradores e esposas de colaboradores. Aborda aspectos emocionais da gestante, aleitamento materno, orientação nutricional, atividade física na gestação, técnicas de relaxamento, tipos de parto, acolhimento e cuidado com o recém-nascido.
Coaching de Saúde	Com uma programação de palestras motivacionais e acompanhamento trimestral do peso, objetiva a prevenção dos fatores de risco, como a obesidade, e a busca por hábitos saudáveis.
Jogos Bem-Viver	Inspirados nas Olimpíadas, os jogos são abertos a empregados e parceiros de todas as empresas da Endesa Brasil. Realizados a cada dois anos, contam com oito modalidades de esportes.
Ambiente livre do tabaco	Programa que visa reduzir a prevalência de fumantes na empresa por meio de tratamento com medicação, acompanhamento médico individual, apoio psicológico e palestras motivacionais.
Equipe de corrida e caminhada	Assessoria de treinos para estimular os hábitos de corrida e caminhada. Os integrantes da equipe participaram ao longo do ano de vários eventos esportivos em Fortaleza.
Circuito da Saúde/Medicina preventiva (Coelce)	Exames de glicemia, colesterol e palestras educativas de saúde realizadas nas localidades do interior do Ceará.
Oficina de Ritmos (Coelce)	Aulas de dança sobre diversos ritmos, nas dependências da empresa anualmente.
Campanhas preventivas no período pré-Carnaval (Coelce)	Orientação, conscientização e educação acerca de HIV/Aids, doenças sexualmente transmissíveis, conscientização sobre drogas, alcoolismo e direção defensiva.
Saúde da Mulher (Coelce)	Prevenção do câncer de colo e diagnóstico precoce do câncer de mama, com ênfase no autoexame das mamas.
Saúde do Homem (Coelce)	Orientação e palestras sobre câncer de próstata e peniano, disfunção erétil, consulta preventiva com o médico do trabalho e encaminhamento ao urologista.
Controle de colesterol	Orientação e controle do colesterol total dos empregados e convocação para consulta com o médico do trabalho.
III Pedalada Contra a Corrupção (Coelce)	A empresa promoveu um passeio ciclístico cujo objetivo foi chamar a atenção da sociedade para a importância do controle dos recursos públicos e do combate à corrupção.
Família	
Home Office (Brasil)	O Programa Home Office é direcionado aos empregados próprios que exercem atividades analíticas e administrativas (analistas, especialistas e responsáveis). Uma conciliação entre a vida pessoal e profissional.
Plan Senda - Gestão da Diversidade e Igualdade de Oportunidades (Brasil)	O Plan Senda é uma iniciativa voltada para Responsabilidade Social em Recursos Humanos. Participam Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Peru e Espanha. No Brasil as iniciativas são destinadas a todas as empresas.
Orientando o Futuro (Brasil)	O programa consiste em um bate-papo com filhos e familiares de funcionários e parceiros que estejam cursando o ensino médio, tenham entre 15 e 22 anos e interesse em conhecer um pouco mais de diversas profissões.
Visita das Crianças	Filhos, sobrinhos e netos de colaboradores e parceiros conhecem um pouco mais do local de trabalho, realizam atividades dinâmicas, visita à Central Geradora Termelétrica e ao Centro de Controle do Sistema.
Canal Você	Canal criado para apoiar e aconselhar empregados e dependentes em casos jurídicos, planejamento financeiro, psicológico e assistência social
Festa de Natal das Crianças	Um evento cheio de magia e muita diversão, com o objetivo de integrar a família do colaborador à empresa.
Kit Nascimento	Entrega do <i>kit</i> para recém-nascido a todos os colaboradores próprios que acabaram de se tornar papai ou mãe.
Doação de sangue e medula óssea	Anualmente a empresa realiza a Campanha de Doação de Sangue, por meio da coleta móvel do Hemorio/Hemoce com o objetivo de disseminar a cultura de doação de sangue entre seus colaboradores.
Cultura	
Cinema Bem-Viver	Filmes exibidos em horário de almoço, voltado para as pessoas que permanecem na empresa nesse horário e que têm a oportunidade de se integrar com outras áreas, além de expandir seus conhecimentos culturais.
Oficina Musical/ Coral das Luzes (Coelce)	Preparação vocal, corporal e musical, sob a regência de um maestro. Colaboradores realizam apresentações periódicas para a empresa.
Grupo de Interesse (Coelce)	Grupos de Interesses entre colaboradores, parceiros e estagiários. Interesses comuns, cursos rápidos sobre enologia, culinária, dança, etc.



Relações com a empresa

A Endesa Brasil defende a livre associação sindical, buscando estar aberta ao diálogo permanente com as representações de trabalhadores. Os acordos coletivos das empresas do Grupo têm cláusula específica que prevê a obrigatoriedade de reuniões periódicas ou sempre que houver algum tema a ser tratado. Os representantes dos sindicatos recebem permissão para realizar diversos encontros de debate e reivindicações e para acessar as sedes das empresas. [\[GRI HR5\]](#)

Acordos de negociação coletiva abrangem 90% dos funcionários próprios da Ampla, 98% da Coelce, 86% da Endesa Cachoeira, 88% da Endesa Fortaleza, 84% da Endesa Cien, 73% da Prátil e 57% da *holding* Endesa Brasil. [\[GRI LA4\]](#)

Em Coelce e Ampla, há uma série de cláusulas específicas de segurança e saúde ocupacional, como fornecimento de plano de saúde, complementação do auxílio-acidentário e transporte para tratamento médico e fisioterápico para acidentados do trabalho. Já nas empresas Endesa Cachoeira, Endesa Fortaleza, Endesa Cien e na Prátil, seguindo os acordos coletivos e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, são oferecidos a todos os colaboradores equipamentos de proteção individual (EPIs), conforme a função exercida. [\[GRI LA9\]](#)

Em casos de mudanças operacionais ou estruturais significativas, a comunicação é feita diretamente aos empregados. Essas questões são também abordadas, via conferência, durante reunião mensal de planejamento estratégico. O posicionamento final é comunicado a todos, com livre acesso às atas das reuniões. [\[GRI LA5\]](#)

Nossa energia
para um mundo
melhor



*in*par prêmio

2012

E
endesa brasil

ampla

Fornecedores | GRI EC6 |

A Endesa Brasil relaciona-se com seus fornecedores baseada nos princípios de igualdade e transparência, e considera parceiras as instituições aliadas e comprometidas com a sua organização, que divulgam e valorizam sua marca e seus valores, que a orientam e apoiam no financiamento de suas atividades e possibilitam o desenvolvimento e a comercialização de seus serviços e produtos. Com elas, a empresa procura estabelecer relacionamentos duradouros, baseados em respeito, confiança e lealdade. A totalidade dos contratos inclui o Código de Ética da Endesa, os dez princípios do Pacto Global e o compromisso com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Os contratos de serviços significativos se referem a atividades indispensáveis ao negócio, como manutenção, ligação nova, religação, corte, atendimento, poda de árvores, inspeção, acréscimo de carga, etc. As empresas contratadas estão sujeitas a auditorias trabalhista, fiscal e financeira, que consistem na revisão do processamento, pagamento e adequação às obrigações referentes aos empregados. A totalidade desses contratos possui cláusulas que proíbem o trabalho infantil e forçado e em 2013, ao realizar as inspeções em campo, não foram identificados esses riscos em 100% das empresas. [| GRI HR2, HR6, HR7 |](#)

Já os contratos de investimentos significativos se referem a obras de expansão e melhorias e têm valores que exigem a aprovação dos comitês de provisionamento da Endesa no Chile (acima de € 2 milhões) e na Espanha (mais de € 12 milhões). Em 2013, 100% desses contratos incluíram cláusulas de direitos humanos. Na Ampla, três contratos com essas características foram firmados em 2013; na Coelce, sete. Endesa Cachoeira, Endesa Fortaleza, Endesa Cien, Prátil e *holding* não firmaram contratos dessa natureza. [| GRI HR1 |](#)

Seleção

A Endesa Brasil exige de seus fornecedores apresentação periódica de documentos e certidões que comprovem o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal. No caso de fornecedores de materiais, ocorrem avaliações nas fábricas para verificar o cumprimento da legislação ambiental; para empreiteiras de serviços há acompanhamento trimestral de desempenho, verificando o respeito às obrigações contratuais.

O processo de gestão mantém três cadastros para a seleção e habilitação de fornecedores: o sistema Repro da empresa Achilles, com avaliação econômica, financeira e jurídica das empresas feita por consultoria contratada; o cadastro global do grupo Enel, instituído gradativamente no Brasil por meio da sistematização de famílias de materiais; e o cadastro América Latina (Latam) da Endesa, pelo qual está sendo feita a especificação dos serviços homologados, para posterior registro de fornecedores. A homologação é uma pré-qualificação com validade de três anos. Dessa forma, o fornecedor se torna automaticamente apto a participar das licitações da empresa. Essa homologação pode ser encerrada a qualquer momento, em caso de constatação de irregularidades.

O acompanhamento dos prestadores de serviço estratégicos é feito a cada três meses com base nos indicadores do Índice de Parceria (InPar). Os critérios consideram aspectos como satisfação dos clientes e dos colaboradores, segurança, gestão empresarial e sustentabilidade. Com o InPar, as empresas do Grupo têm obtido controle mais rigoroso dos processos, com redução de custos e otimização das ações; melhor conhecimento das ações realizadas pelos parceiros; e elaboração de trabalhos conjuntos. Além disso, o reconhecimento das melhores práticas tem ajudado os parceiros a evoluir na gestão de seus negócios, de maneira mais sustentável.

Critérios

A Endesa Brasil não possui uma política formal de concentrar compras em fornecedores locais (nos Estados de suas áreas de atuação), mas privilegia os parceiros comerciais localizados nas proximidades em condições de preço e qualidade equivalentes. [|GRI EC6|](#)

PARTICIPAÇÃO NO VALOR TOTAL DE COMPRAS [|GRI EC6|](#)

	Materiais			Globais		
	Locais	Nacionais	Globais	Locais	Nacionais	Globais
Ampla	9%	87%	4%	61%	37%	2%
Coelce	2%	94%	5%	3%	97%	1%
Endesa Cachoeira	1%	99%	-	8%	92%	-
Endesa Cien	1%	99%	-	42%	58%	1%
Endesa Fortaleza	2%	97%	-	1%	87%	12%
Prátil	6%	93%	-	55%	45%	-
Holding	21%	79%	-	18%	30%	52%

Em 2013, as empresas do grupo passaram a contratar apenas parceiros que apresentam a qualificação do Plano de Segurança para parceiros, consolidado em 2012, em política global da Endesa S.A. As empresas que prestam serviços de risco, como trabalho em altura ou operações com energia, passam por auditoria de segurança que avalia documentação e grau de organização da segurança apresentado. Também passou a ser exigido, nos processos de seleção, que as empresas que prestam serviços estratégicos sejam certificadas pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001 – as empresas que não têm a certificação precisam apresentar plano para implantação em 12 meses ou não podem participar do processo.

Para treinamento e incentivo dos fornecedores são realizados periodicamente palestras, encontros e premiações, tratando de temas como qualidade dos serviços, padrões de conduta e adesão às práticas de responsabilidade socioambiental. Outras atividades importantes voltadas para a formação e a capacitação dos gestores e funcionários das empreiteiras parceiras, que fazem parte da equipe de colaboradores, também são realizadas.



Área de atuação / média de dias trabalhados por parceiro no ano	2011	2012	2013
Construção (construção da rede elétrica, de usinas, modernização de instalações)	1.002.744	471.296	524.940
Operação (operações comerciais e leitura, religação, corte, perda, <i>call center</i> , loja de atendimento)	1.463.921	1.850.112	1.692.600
Manutenção (manutenção de rede, lavagem de isolador, poda, desmatamento, vigilância, transporte, serviços gerais)	1.764.321	899.072	801.320
Total	4.230.986	3.220.480	3.018.860

Apoio ao desenvolvimento e reconhecimento

O Programa Parceiro Responsável visa contribuir para a melhoria da qualidade da gestão da responsabilidade socioambiental de fornecedores, de serviços e de materiais, da Endesa Brasil. Para isso, foram desenvolvidos pela área de Responsabilidade Social Corporativa indicadores sociais e ambientais utilizados na avaliação das empresas sob a perspectiva socioambiental. Voluntariamente, a companhia incentiva a participação de seus prestadores de serviço no *ranking* das 100 Melhores Empresas Para se Trabalhar, do Instituto Great Place to Work/revista *Época*. A iniciativa procura contribuir para o desenvolvimento do ambiente de trabalho nas empresas e para seu melhor desempenho corporativo.

Todo o ano, as empresas são convidadas a participar do preenchimento dos indicadores e o resultado da avaliação compõe parte da pontuação para a Premiação de Fornecedores. A premiação reconhece anualmente os fornecedores que apresentaram melhor desempenho, por empresa e em diferentes categorias.

A apresentação dos resultados da categoria Responsabilidade Socioambiental ocorre durante o Seminário Anual de Responsabilidade Socioambiental para Fornecedores da Endesa Brasil. Além dos destaques na categoria, o encontro traz aos participantes a discussão de temas importantes no contexto da sustentabilidade dos negócios. Em 2013, foi dado destaque à ética. O encontro reuniu 115 participantes.

PRÊMIO QUALIDADE 2013

Categoria	Empresa
Destaque em Segurança	Ceneged (Distribuição); Energy System (Geração)
Destaque em Responsabilidade Socioambiental	Personal Service (Serviços Rio de Janeiro), B&Q (Serviços Ceará) e Romagnole (Materiais)
Materiais	
Grupo 1	Landis Gyr
Grupo 2	Intelli
Grupo 3	Matra
Serviços	
Bloco Técnico	Endicon Engenharia de Instalações e Construções Ltda. (Ampla), Energy System Reforma de Transformadores Ltda. (Endesa Cachoeira), Cotesa Engenharia Ltda. (Endesa Cien) e Alston Brasil Energia e Transporte Ltda. (Endesa Fortaleza)
Bloco Administrativo	Meireles e Freitas Serviços e Cobranças (Coelce), Fiel Administração e Serviços Ltda. (Endesa Cachoeira), Corpus – Carvalho e Lago Cia. Ltda. (Endesa Cien) e Ceará Segurança de Valores Ltda. (Endesa Fortaleza)
Bloco Comercial	Indica Assessoria e Serviços Ltda. (Ampla)
Bloco 1 (atividades com risco com mais de 100 funcionários)	Ceneged – Cia. Eletromec e Ger. de Dados S.A. (Coelce)
Bloco 2 (atividades com risco com menos de 100 funcionários)	Cam Brasil Multiserviços Ltda. (Coelce)





Clientes

A atuação da Endesa Brasil no relacionamento com os clientes é pautada pelos objetivos de seu planejamento estratégico, que considera a perspectiva do cliente como essencial para o alcance de resultados sustentáveis. Nesse sentido, busca elevar a satisfação de seus clientes e maximizar a eficiência e a qualidade dos processos.

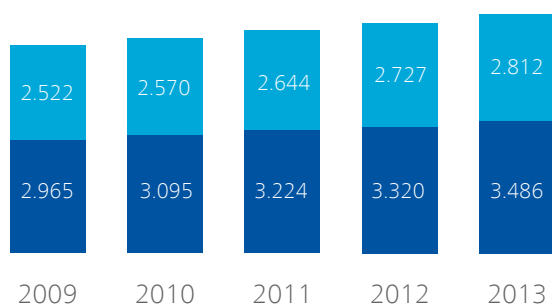
No exercício, as distribuidoras Ampla e Coelce contabilizaram 6,3 milhões de unidades consumidoras, entre clientes residenciais, comerciais, rurais e industriais; a geradora Endesa Fortaleza contou com um cliente (Coelce), enquanto a Endesa Cachoeira atendeu 85 clientes; a Prátil respondeu por uma carteira de 670 mil clientes pessoas físicas e 700 pessoas jurídicas; e a transmissora Endesa Cien serviu ao sistema brasileiro, por meio de contrato de prestação de serviços assinado com o Operador Nacional do Sistema (ONS). [\[GRI EU3\]](#)

NÚMERO DE CONSUMIDORES EM DISTRIBUIÇÃO | GRI EU3 |

	Ampla		Coelce		Consolidado	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Mercado cativo	2.409.276	2.487.591	3.068.533	3.188.579	5.477.809	5.676.170
Residencial – convencional	1.908.575	1.972.861	1.214.709	1.281.040	3.123.284	3.253.901
Residencial – baixa renda	269.357	279.658	1.211.463	1.235.736	1.480.820	1.515.394
Industrial	4.726	4.686	5.878	6.001	10.604	10.687
Comercial	147.075	148.558	168.617	173.329	315.692	321.887
Rural	63.055	64.770	424.885	448.233	487.940	513.003
Setor público	16.164	16.726	42.743	43.859	58.907	60.585
Consumo próprio	311	319	236	379	547	698
Revenda	13	13	2	2	15	15
Cientes livres	41	49	43	68	84	117
Industrial	30	33	35	36	65	69
Comercial	11	16	8	32	19	48
Subtotal – consumidores efetivos	2.409.317	2.487.640	3.068.576	3.188.647	5.477.893	5.676.287
Consumidores ativos sem fornecimento	317.856	324.856	251.632	297.349	569.488	622.205
Total – número de consumidores	2.727.173	2.812.496	3.320.208	3.485.996	6.047.381	6.298.492

Número de clientes na distribuição (mil)

5.487 5.665 5.868 6.047 6.298



Ampla

Coelce

Atendimento

Para atender satisfatoriamente aos seus clientes, Ampla e Coelce contam com o apoio de diversos canais de relacionamento, como atendimento telefônico, lojas com atendimento presencial, agência virtual na internet, redes sociais, *chat*, *e-mail* e *site mobile*. A empresa também possui um plano estratégico para o aperfeiçoamento constante dos principais indicadores de satisfação dos clientes. O plano está centrado na melhoria da qualidade de atendimento (*call center*, *online*, pessoal e gestão de reclamações) e na qualidade das operações (automatização e otimização dos processos de faturamento).

Em 2013, a Central de Relacionamento introduziu aperfeiçoamentos da Unidade de Resposta Audível (URA), de forma a auxiliar na triagem das ligações recebidas e orientar o cliente acerca do canal mais adequado para o encaminhamento de suas solicitações. Essa melhoria também

contribuiu para reduzir o impacto de algumas áreas de atendimento, como as Ouvidorias de Ampla e Coelce, que anteriormente registravam elevados números de contatos de clientes, muitos deles relativos a outras áreas da companhia.

Entre os principais resultados obtidos pela área estão a consolidação da taxa de abandono no canal telefônico massivo para valores inferiores a 3,2%; o aumento de 9% na satisfação das empresas com o serviço de atendimento por telefone (IDAR – *Customer Care*) em 2013 em relação a 2011 na Ampla e a manutenção desse indicador em nível de excelência na Coelce. Para garantir a conformidade com as melhorias identificadas no plano de satisfação, mensalmente as empresas realizam uma pesquisa no mesmo padrão Abradee – Pesquisa de Satisfação.

O setor de atendimento foi reestruturado

durante o ano, adequando o modelo de gestão à Distribuição Brasil. O atendimento presencial foi subdividido nas seguintes áreas: 1) Operação das 263 lojas, sendo 196 no Estado do Rio de Janeiro e 67 no Estado do Ceará; 2) Relacionamento com o Cliente, responsável pelo envio de correspondências, respostas a reclamações e indenização por aparelhos queimados; e 3) Ouvidoria, que é uma segunda instância para atendimento de clientes que não consideraram sua demanda satisfatoriamente atendida.

Há ainda o atendimento não presencial, que compreende: Operação *Call Center*, para atendimento aos clientes massivos; e Atendimento Especializado, que engloba os canais virtuais (*site*, *chat*, *e-mail* e redes sociais), o atendimento a clientes especiais (grandes clientes e 0800 ouvidoria) e os atendimentos de segundo nível (Backoffice Casos Críticos e Resposta à Aneel).

ATENDIMENTOS REALIZADOS

Canais	Ampla		Coelce		Consolidado		Variação
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	
Call center	6.629.485	6.141.311	4.073.160	4.426.001	10.702.645	10.567.312	-1,26%
Lojas	3.289.950	3.357.718	3.625.290	3.614.711	6.915.240	6.972.429	0,83%
Agência virtual – Internet	2.667.641	2.573.808	580.992	799.163	3.248.633	3.372.971	3,83%

Modelo

O modelo de atendimento das lojas visa proporcionar transparência e clareza sobre as informações analisadas por meio do contato direto com o cliente. Há um pré-atendimento – “papa-filas” –, no qual um colaborador aborda o cliente na entrada da loja, faz a triagem e o encaminha ao canal adequado.

Entre as inovações incorporadas pelas lojas no ano estão a uniformidade de procedimentos e a migração de tecnologias entre as unidades do Rio de Janeiro e do Ceará, com vistas à melhoria de processos. Embora o foco das lojas seja o contato direto com os clientes, em 2013 também foi iniciado um projeto de migração para outros canais (canais virtuais, mobile), com desenvolvimento efetivo a partir de 2014. Com essa medida, a intenção da área de Atendimento é promover soluções para o cliente, de modo a facilitar e agilizar a solução de questões.

Como diferencial, a Coelce traz o apoio de duas unidades móveis, que visitam bairros da periferia munidas de posições de atendimento e conexão *online* com o sistema da distribuidora. Durante o contato, são divulgados avisos e campanhas, bem como captadas as principais solicitações e encaminhadas manifestações à Central de Relacionamento.

Os pontos mais marcantes do ano, no âmbito das lojas, foram a melhoria do nível de serviços prestados, que considera o percentual de clientes atendidos em até 10 minutos, que na Ampla passou de 87,14% em 2011 para 87,98% em 2013, e na Coelce, de 81,36% para 86,36%; a diminuição de 28% no tempo médio de espera em lojas; e os resultados de Pesquisa de Satisfação Operacional realizada com clientes que visitam as lojas foram de 94,6% de satisfação no Rio de Janeiro e de 96,3% no Ceará.

No Relacionamento com o Cliente destacaram-se dois projetos: uniformidade de cartas e ressarcimento. A partir de agora, todo o processo de elaboração de correspondência passa a ser realizado em uma unidade no Rio de Janeiro. De igual modo, a área responsável pelo ressarcimento por danos causados pela operação das distribuidoras teve sua atividade centralizada no Ceará. O processo ainda está em andamento e tem por objetivo melhorar os procedimentos de operação e o atendimento prestado.



Acesso |GRI EU24|

Para melhorar o atendimento e aproximar-se cada vez mais dos clientes, as empresas Endesa Brasil investem em ações inclusivas. Consumidores com deficiência visual têm a facilidade de receber suas faturas impressas em braille, assim como a Central de Relacionamento torna disponível serviço de atendimento telefônico gratuito com canais dedicados a pessoas com deficiência auditiva.

No período, houve melhorias na acessibilidade das agências para melhor atender clientes com necessidades especiais. As novas lojas de atendimento estão preparadas para o recebimento de pessoas com dificuldades de mobilidade, dispondo de rampa de acesso e de banheiros adaptados; e assentos preferenciais para idosos, gestantes e deficientes. Algumas unidades contam com aparelhos telefônicos instalados para que possam ser utilizados por cadeirantes. Gradualmente, as unidades já existentes serão reformadas para sua total adequação.

Redes sociais

As distribuidoras também interagem com os clientes por meio de redes sociais. No período, foi criada uma área de atendimento especializado, com foco em clientes virtuais, de maneira a prestar um atendimento ainda mais qualificado a esse público.

A companhia também tem dedicado esforços ao desenvolvimento e melhoria de sistemas, como a agência virtual disponível no perfil das distribuidoras no Facebook, que permite obter a segunda via da fatura, o registro de atendimentos de emergência, solicitar alterações cadastrais e consultar débitos e documentações para a solicitação de serviços.

A Ampla registrou 29 mil atendimentos no Twitter e 11 mil no Facebook, fechando o ano com 7 mil seguidores no Twitter e mais de 105 mil fãs na página do Facebook. A Coelce fez mais de 2 mil atendimentos no Twitter e mil no Facebook, encerrando o ano com 4 mil seguidores no Twitter e mais de 60 mil fãs na página do Facebook.

Treinamentos

No ano, foram realizados treinamentos e ações com foco na abordagem e na condução dos atendimentos, de modo a garantir mais qualidade e agilidade. No total, foram 202 horas/pessoa de formação para operadores do *call center*.

Entre os destaques estão a aplicação da Programação Neurolinguística (PNL) nos atendimentos de lojas e na Central de Relacionamento; a campanha Gentileza gera Gentileza, centrada na abordagem e na cordialidade; e os treinamentos estratégicos com participação das áreas responsáveis pela execução das ordens (Faturamento, Arrecadação, Ligação Nova, entre outras).

Por meio de sua Central de Relacionamento e lojas de atendimento, a Coelce desenvolve o projeto Primeiro Contato, com vistas a solucionar as demandas na primeira ligação do cliente.

Satisfação do cliente [GRI PR5]

Com 86,9% de índice de satisfação em 2013, os clientes da Coelce continuam entre os mais satisfeitos do Brasil, segundo pesquisa sobre a qualidade dos serviços prestados (Índice de Satisfação da Qualidade Percebida – ISQP) realizada pela Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee). O índice registrado é superior à média brasileira calculada pela Abradee.

Pelo oitavo ano consecutivo, a companhia conquistou o prêmio de Melhor Distribuidora do Nordeste, mantendo-se novamente entre as quatro melhores do país. A distribuidora também foi finalista em responsabilidade social, gestão operacional, gestão econômica e financeira.

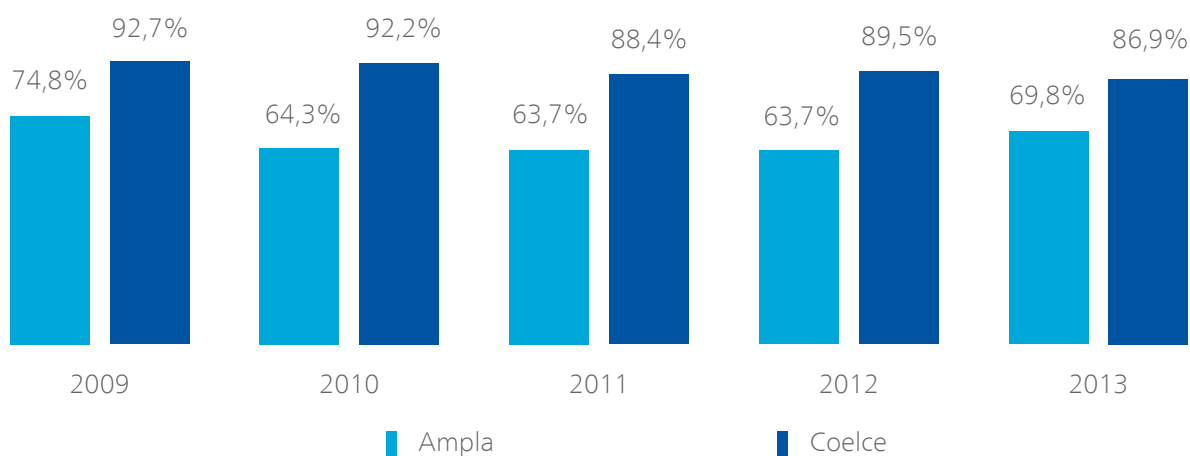
A Ampla registrou elevação em seu ISQP, passando de 63,5% para 69,8%. No período, conquistou o segundo lugar no Prêmio Época Reclame Aqui – As Melhores Empresas para o Consumidor 2013. Após ter sido classificada como finalista na primeira fase, a Ampla foi para a segunda etapa, em que os consumidores cadastrados no *site* votaram nas melhores de cada categoria.

As Ouvidorias, do Rio de Janeiro e do Ceará, observaram elevação no número de reclamações registradas em 2013. O aumento foi resultado da conjunção de questões operacionais, causadas pelo excesso de demanda no consumo de energia; e de questões climáticas.

Pesquisa encomendada pela Prátil apontou índice de satisfação de 6,88 entre clientes corporativos (7,07 no Ceará e 6,64 no Rio de Janeiro) e de 7,67 entre clientes massivos (8,05 no Ceará e 7,06 no Rio de Janeiro).

A pesquisa foi realizada em dezembro de 2013 pelo Stiga, instituto independente e especializado em medição e análise de serviço. Para clientes corporativos, o conhecimento e a qualidade técnica foram fatores destacados como positivos, enquanto o principal motivo de insatisfação envolveu prazos de conclusão dos serviços. No caso de clientes massivos, foi identificada a necessidade de ampliar as informações sobre os produtos e melhorar o atendimento.

Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP)



RECLAMAÇÕES DE CLIENTES EM 2013

	2012			2013			Variação Total
	Ampla	Coelce	Total	Ampla	Coelce	Total	
À empresa	2.080.325	841.869	2.922.194	2.152.121	805.333	2.957.454	1,2%
À Aneel/Arce	9.593	2.217	11.810	11.987	3.474	15.461	30,9%
Ao Procon/Decon	601	511	1.112	4.908	652	5.560	400,0%
Justiça	20.775	926	21.701	25.087	993	26.080	20,2%
Total	2.111.294	845.523	2.956.817	2.194.103	810.452	3.004.555	1,6%

Qualidade | GRI EU28, EU29

Os indicadores de qualidade do fornecimento de energia recuaram em 2013, refletindo, em parte, fatores externos à operação das distribuidoras, por eventos de interrupção de energia nas linhas de transmissão do sistema nacional.

Na Ampla, a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) manteve-se abaixo de dois dígitos: 9,79 vezes, aumento de 0,53 ponto percentual em relação a 2012 (9,26 vezes). A Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC), que indica o tempo durante o qual os clientes tiveram seu fornecimento interrompido, ficou em 20,10 horas, 2,52 pontos acima do registrado em 2012, de 17,58 horas.

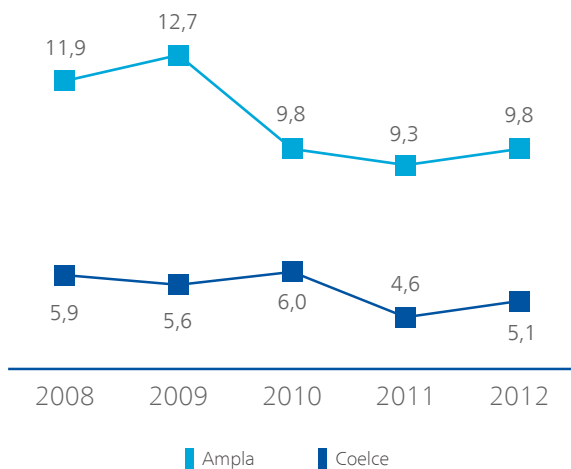
A Coelce encerrou o ano com DEC de 9,12 horas no acumulado de 12 meses, índice 13,2% maior do que o registrado no ano de 2012, de 8,06 horas. A FEC foi de 5,12 vezes (no período de 12 meses), o que representa aumento de 10,8% em relação ao ano anterior, de 4,62 vezes.

Mesmo assim, esses resultados colocaram a Coelce entre as empresas com o melhor desempenho no país. Em abril de 2013, a Aneel divulgou os resultados do *ranking* de Continuidade do Serviço, envolvendo as 63 distribuidoras de energia elétrica do Brasil. O modelo avalia os desempenhos ponderados dos indicadores de qualidade DEC e FEC em relação ao limite estabelecido pela Aneel. A Coelce obteve o segundo lugar.

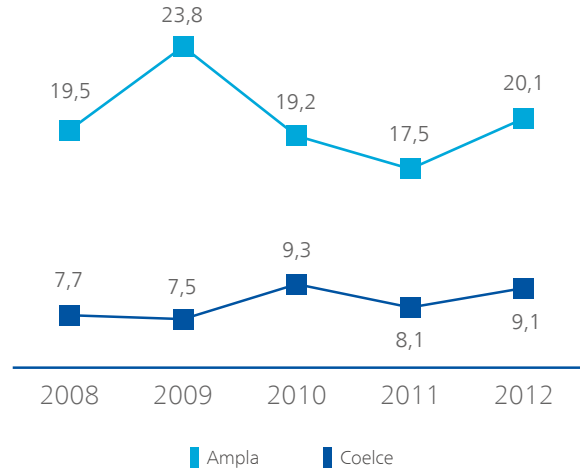
A Ampla tem investido em processos de melhoria da qualidade do serviço prestado, destinando R\$ 108,2 milhões em modernização e automatização de redes em 2013, volume 61,2% acima do aplicado em 2012. O investimento integra o Plano de Qualidade do Fornecimento, em execução desde 2010.

São quatro os pilares que compõem a iniciativa: reposição de ativos para manutenção do sistema; substituição de componentes para evitar interrupções; seletividade, para minimizar os impactos; e flexibilidade, para agilizar a religação da rede. A previsão é aplicar R\$ 1 bilhão em melhorias nos próximos cinco anos.

Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC - vezes) | GRI EU28



Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC - horas) | GRI EU29



No ano, em decorrência das interrupções, as empresas ressarciram os consumidores com o total de R\$ 32,9 milhões, sendo R\$ 29,6 milhões por Ampla e R\$ 3,3 milhões por Coelce. As sanções foram impostas pela Aneel, pela superação de limites de Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora (DIC) e Frequência de Interrupção Individual por Unidade

Consumidora (FIC). As distribuidoras devem realizar compensação ao consumidor afetado, na forma de crédito na fatura, em até dois meses após o período de apuração.

SANÇÕES POR INTERRUÇÃO DE SERVIÇO – R\$ MIL | GRI PR9

	2012	2013	2012
Ampla	24.471	20.259,3	29.589,3
Coelce	3.095,8	2.158,2	3.331,6
Total	27.566,8	22.417,5	32.920,9

Tanto a Ampla quanto a Coelce publicam nas contas de energia informações que seguem integralmente as determinações dos contratos de concessão dos serviços de distribuição de energia, conforme Resolução Normativa Aneel nº 414/2010. Além da identificação detalhada do cliente (nome do consumidor, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas [CNPJ] ou Cadastro das Pessoas Físicas [CPF], código de identificação, classificação da unidade consumidora e endereço), incluem data das leituras anterior e atual dos medidores, data da próxima leitura prevista; parcela referente a impostos incidentes sobre o faturamento realizado; valor total a pagar e data de vencimento da conta; indicadores referentes à qualidade do fornecimento, de acordo com a norma específica; e número de telefones para solicitações e/ou reclamações (da Central de Atendimento e da agência reguladora).

As contas podem, ainda, trazer indicação de fatura vencida e não paga, informando o mês e o valor correspondente das seis faturas mais antigas, no mínimo, e percentual do reajuste tarifário autorizado, entre outros itens. No caso de cliente residencial baixa renda, deve ser discriminada a tarifa referente a cada bloco de consumo.

Em negócios de seguros e títulos de capitalização, comercializados pela Prátil, os contratos de adesão e materiais de vendas devem expressar de modo claro todas as características e condições particulares de uso. Apólices de seguros (residencial, vida, entre outras modalidades) apresentam informações de acordo com regulamento da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Uso seguro de energia

| GRI EU24, EU25

Em 2013, as distribuidoras realizaram as campanhas *Dicas Ampla com Dona Claudia e Família Coelce*, nas quais personagens deram dicas sobre os riscos existentes no uso de energia, bem como prestaram orientações sobre consumo consciente, direitos e deveres. As campanhas empregaram linguagem simples, sendo de fácil compreensão e identificação com o público. As iniciativas integraram o Plano de Satisfação do Cliente.

Na Ampla, a ação incluiu também um painel eletrônico e um comercial de 30 segundos na TV Barcas, que foi transmitido nas barcas que realizam o transporte entre as cidades de Niterói e do Rio de Janeiro. Na campanha da Coelce, as dicas foram dadas pelos personagens Zé Carlos (pai), electricista; Ana Maria (mãe), dona de casa; e os filhos João e Clara. Complementaram a ação as dicas divulgadas nas páginas da Ampla e da Coelce no Facebook. Além disso, o tema uso seguro de energia foi um dos focos das palestras, encontros e projetos realizados no âmbito dos programas sociais das duas companhias.

Com o objetivo de preservar a segurança de seus clientes, as empresas Endesa Brasil acompanham os índices de acidentes que envolvem a energia elétrica e a população, e elaboram campanhas e materiais educativos sobre seu uso seguro. Os alertas são veiculados em meios de comunicação de grande alcance (rádios, jornais e TVs), nas contas de luz, em folhetos disponíveis nas lojas de atendimento, em espaços no *site* e nas redes sociais das quais as distribuidoras participam.

Além de divulgar aspectos como risco de soltar pipas ou executar obras de construção civil e consertos de telhado nas proximidades das redes, as companhias também patrocinam projetos culturais e esportivos alinhados a essa temática e realizados nas áreas de concessão das empresas do grupo.

No ano, foram registrados 25 acidentes com lesões, sendo 11 leves, 4 médias e 10 graves, e 31 mortes de usuários do serviço de energia nas áreas de concessão de Ampla e Coelce.

ACIDENTES COM A POPULAÇÃO ¹ | GRI EU25, PR2

	Ampla ²	Coelce ²
Lesões leves	7	4
Lesões médias	4	0
Lesões graves	6	4
Mortes	20	11
Montante reivindicado em processo da empresa a partir das reclamações da comunidade (R\$ milhões)	7,7	15,9
Número de processos judiciais existentes	52	33
Número de pessoas vinculadas nos processos	76	33

¹ Não foram registrados acidentes nas empresas de geração e transmissão de energia.

² Não são considerados acidentes com o envolvimento de funcionários ou parceiros das empresas.



SAÚDE E SEGURANÇA DA POPULAÇÃO |GRI PR1|

Fase	Como ocorre
Planejamento de recursos energéticos	Durante a elaboração dos projetos são feitos estudos e relatórios de impacto para apresentação ao órgão ambiental de cada estado para análise e aprovação.
Pesquisa e Desenvolvimento	Pesquisas de pré-testes de conceitos de campanha e sondagem para avaliar a percepção dos clientes em relação à segurança das equipes de campo; inclusão do tema segurança com a população no planejamento estratégico e estabelecimento de indicadores para o acompanhamento da gestão; discussão do tema em reuniões mensais da área de manutenção; e projetos de tecnologias para o fornecimento de energia que agreguem mais segurança à prestação do serviço.
Produto e/ou serviço	Avaliação das inovações tecnológicas aplicadas à prestação do serviço, bem como do preparo das equipes para implantação e manutenção das mesmas. Sensibilização contínua da população e dos colaboradores para os riscos e perigos associados ao produto e comunicação das inovações adotadas.
Distribuição de energia	Inspecções e manutenções preventivas buscam reduzir a duração e a frequência de interrupção de energia, as quais podem afetar a saúde e a segurança da população. São realizadas inspecções em redes de distribuição para identificação de anomalias no sistema elétrico que minimizam riscos à segurança da população. Há ainda identificação e comunicação a órgãos competentes sobre obras civis próximas à rede elétrica que representam riscos à segurança da população.
Geração de energia	Com vistas a prevenir acidentes e solucionar eventuais demandas de emergência, são realizadas inspecções e manutenções preventivas para assegurar a estabilidade da operação e evitar riscos.
Uso de energia	Iniciativas de orientação para uso consciente e seguro da energia elétrica, como mensagens na conta de energia, panfletos educativos, palestras educativas nas comunidades por meio dos programas de responsabilidade social (Consciência Ampla, Coelce nos Bairros) e campanhas publicitárias, em redes sociais e periódicas.
Certificação	Consiste em certificação de processos, normas e medidas de segurança e saúde no trabalho das áreas de Planejamento e Engenharia, Operação Técnica e Comercial pela OHSAS 18001.
Marketing e promoção	Campanhas de comunicação e marketing que buscam orientar sobre o uso seguro de energia elétrica por meio de mensagens na conta de energia, panfletos educativos, palestras educativas nas comunidades e campanhas publicitárias e em redes sociais.
Disposição, reutilização ou reciclagem	Descontaminação das lâmpadas de prédios próprios e de iluminação pública, reciclagem dos equipamentos recebidos nos programas de eficiência energética (Ampla Eficiente, em Ampla, e Troca Eficiente, em Coelce) e acondicionamento correto dos gases dos equipamentos de refrigeração de uso interno e dos refrigeradores trocados pelos projetos de eficiência energética.



Sociedade

[GRI SO1]

As ações de responsabilidade socioambiental da Endesa Brasil visam promover iniciativas autossustentáveis de educação, capacitação profissional, geração de renda, cultura, assistência social e preservação ambiental, combinando compromisso ambiental, inclusão social e desenvolvimento socioeconômico.

Nas empresas de distribuição Ampla e Coelce, os projetos prioritários têm foco na educação para o consumo consciente e seguro de energia elétrica. Essas ações também apoiam a redução da inadimplência de clientes e o furto de energia. Em 2013, essas iniciativas das empresas Endesa Brasil beneficiaram 3,4 milhões de pessoas nas áreas de atuação.

No ano, foram destinados R\$ 331,7 milhões a iniciativas sociais, sendo R\$ 253,8 milhões referentes a recursos para a manutenção do Programa Tarifa Social, que beneficia 1,5 milhão de clientes de baixa renda, e R\$ 32,3 milhões para o programa Luz Para Todos, de conexão de moradores da área rural à rede de energia elétrica das distribuidoras. Parte desses recursos é aplicada com incentivos fiscais.

Em projetos sociais, os investimentos somaram R\$ 23,2 milhões, sendo R\$ 17,1 milhões com recursos incentivados (Lei Rouanet, Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo da Infância e da Adolescência e renúncia estadual de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS).

O valor investido em projetos sociais com recursos de eficiência energética totalizou R\$ 3,6 milhões e beneficiou 148 mil pessoas com atividades de educação para o consumo consciente da energia. *(Mais informações no capítulo Eficiência Energética)* [GRI EC8]

INVESTIMENTO SOCIAL EXTERNO (R\$ MIL) | GRI EC1

	Ampla	Coelce	Cachoeira	Cien	Fortaleza	Holding	Total
Educação	3.696	416	259	195	750	296	5.612
Cultura	3.288	10.652	-	50	1.392	-	15.382
Esporte	533	40	-	-	-	-	573
Desenvolvimento local	207	123	25	188	25	-	568
P&D social	-	1.120	-	-	-	-	1.120
Luz para Todos	440	31.870	-	-	-	-	32.310
Tarifa Social – baixa renda	61.071	192.772	-	-	-	-	253.843
Investimentos especiais 1	-	22.250	-	-	-	-	22.250
Outros	11	11	-	-	-	-	22
Total	69.246	259.254	284	433	2.167	296	331.680

¹ Atendimento a obras de infraestrutura exigidas em contrato de concessão e cuja demanda é apresentada anualmente pelo governo estadual

NÚMERO DE BENEFICIADOS

	Ampla	Coelce	Cachoeira	Cien	Fortaleza	Holding	Total
Educação	162.618	43.184	8.310	23.070	26.174	60	263.416
Esporte	704	370	0	0	0	0	1.074
Cultura	33.924	462.051	0	0	9.185	4.000	509.160
Desenvolvimento local	71.646	947.607	990	60.298	820	0	1.081.361
Luz para Todos	230	5.069	-	-	-	-	5.299
Tarifa Social – baixa renda	279.658	1.235.736	-	-	-	-	1.515.394
Total	548.780	2.694.017	9.300	83.368	36.179	4.060	3.375.704

FONTES DOS RECURSOS EM 2013 | GRI EC4

	Ampla	Coelce	Cachoeira ¹	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Holding	Total
Incentivos Fiscais	3.718	10.872	-	322	2.030	125	17.067
ICMS	600	9.182	-	-	1.565	-	11.347
Lei Rouanet	2.589	1.650	-	322	280	125	4.966
Fundos para Infância e Adolescência	-	40	-	-	185	-	225
Lei do Esporte	529	-	-	-	-	-	529
Verba regulamentada	65.142	225.762	-	-	-	-	290.904
Luz para Todos	440	31.870	-	-	-	-	32.309
Subsídio baixa renda	61.071	192.772	-	-	-	-	253.843
P&D Social	-	1.120	-	-	-	-	1.120
Eficiência energética	3.631	-	-	-	-	-	3.631
Verba orçamentária	387	22.621 ²	284	111	127	171	23.711
Total	69.246	259.254	284	433	2.167	296	331.680

¹ A Endesa Cachoeira não é beneficiária de incentivos fiscais para uso em projetos sociais, culturais e esportivos

² R\$ 22.250 mil exigidos em contrato de concessão.



Enraizamento local

O reforço do enraizamento local faz parte do plano estratégico de sustentabilidade que direciona as ações das empresas do Grupo, em processo estabelecido a partir do diálogo com lideranças locais e em parceria com as comunidades, procurando identificar suas efetivas demandas e necessidades.

Em todas as operações da Endesa Brasil, há contato direto com líderes locais para levantamento de informações e avaliação dos projetos. Também é empregada a metodologia do London Benchmarking Group (LBG), que ajuda na identificação dos benefícios das iniciativas para a sociedade e para a empresa. Para a definição das iniciativas a serem apoiadas, são avaliados pedidos e projetos de comunidades do entorno e selecionados aqueles que estejam de acordo com a política de apoio da Endesa Brasil e alinhados às necessidades da comunidade.

Na identificação e no atendimento das necessidades das principais comunidades da área de concessão, as distribuidoras possuem o programa Rede de Lideranças Comunitárias, que realiza reuniões

mensais com os participantes. A rede é constituída em municípios-chave, objetivando a discussão de temas relevantes, divulgação de informações da empresa e encaminhamento de soluções. Sempre que necessário, são convocados colaboradores de várias áreas para cooperar com informações técnicas e comerciais ou parceiros externos para tratar de interesses da rede.

Desde 2012, anualmente, as distribuidoras Ampla e Coelce, promovem o Fórum de Lideranças Comunitárias. O encontro promove a integração entre as empresas e os líderes comunitários, fortalece a troca de experiências e estimula o desenvolvimento das comunidades, além de gerar uma reflexão sobre os resultados alcançados durante o ano e iniciar o planejamento para o ano seguinte. [\[GRI 4.16\]](#)

No Rio de Janeiro e no Ceará, as distribuidoras realizam periodicamente uma pesquisa de avaliação de imagem e efetividade das ações sociais promovidas, como meio de medir o grau de eficácia dessas atividades.

Programa Enabling Electricity no Brasil

A ONU lançou em 2011 a iniciativa Energia Sustentável para Todos, apoiada em dados de que 1,3 bilhão de pessoas no mundo não têm acesso à eletricidade e mais de 2 bilhões de pessoas vivem em moradias com baixa eficiência energética ou não têm condições financeiras para arcar com os custos de energia. Com isso, em 2012, a Assembleia das Nações Unidas elegeu o período de 2014-2024 como a Década Internacional da Energia Sustentável para Todos. Como participante do Fórum do Setor Privado da ONU e em apoio à iniciativa, a Enel lançou o programa Enabling Electricity.

O programa parte da premissa de que a eletricidade é um meio extraordinário de crescimento e prosperidade e que as empresas da Enel no mundo podem contribuir com suas experiências e lideranças. O Enabling Electricity tem como objetivo o desenvolvimento de projetos de acesso à energia por meio de infraestrutura e tecnologia, iniciativas

que reduzam barreiras econômicas e promovam a capacitação no setor elétrico. O público-alvo são comunidades de baixo poder aquisitivo das áreas periféricas, rurais e urbanas e pessoas que vivem em áreas isoladas e rurais.

Os projetos que fazem parte do programa têm ainda como benefícios o fortalecimento das comunidades locais e das mulheres, assim como a melhoria da qualidade de vida das pessoas – saúde, segurança, cidadania, renda e autoestima. Além disso, se constituem em modelos de negócios inovadores e permitem identificar novos mercados potenciais. Em 2013, foram 2,3 milhões de beneficiados por 30 projetos em 20 países em que a Enel atua.

Muitos dos projetos desenvolvidos pelas empresas da Endesa Brasil integram o programa Enabling Electricity. Essas iniciativas são apresentadas no decorrer deste capítulo e nos capítulos de Eficiência Energética e Meio Ambiente.

Voluntariado

A Rede do Bem é um programa corporativo que visa reunir as práticas de voluntariado de todas as empresas do grupo, potencializando as ações a fim de alcançar um maior número de colaboradores e beneficiados; estreitando a relação com as comunidades atendidas.

A iniciativa promove campanhas assistenciais, como doações em desastres de chuvas, campanhas de Natal e Dia das Crianças; interação social, com atividades educacionais, ambientais e de apoio social; mutirões de reformas em instituições que cuidam de pessoas em risco social nos municípios de influência das empresas e mutirões ambientais, como campanhas ecológicas com plantio de mudas e coleta de lixo nas matas.

No ano, os mutirões voluntários realizados pelas empresas Endesa Brasil beneficiaram 2.715 pessoas e contaram com o envolvimento de 321 colaboradores, que atuaram em 15 instituições, entre escolas, creches e entidades de apoio a idosos.



ENABLING ELECTRICITY 2013 - ENDESA BRASIL

Categoria	Iniciativas
Projetos de acesso à energia por meio de infraestrutura e tecnologia	<ul style="list-style-type: none">• Luz para Todos
Projetos para reduzir as barreiras econômicas	<ul style="list-style-type: none">• Ecoelce e Consciência EcoAmpla• Consciência Ampla Eficiente• Troca Eficiente• Eficiência Energética em prédios públicos• Banco Comunitário• Programa Desenvolver• Luz Solidária• Consciência Ampla Cidadania• Consciência Ampla Saber• Coelce nos Bairros
Projetos para promover capacitação técnica e profissional	<ul style="list-style-type: none">• Endesa Brasil Oportunidade• Consciência Ampla Oportunidade• Programa de Formação Senai



Ações educativas



Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura - BÚ! Histórias de Medo e Coragem – O programa, que visa contribuir para qualificar o processo de alfabetização e letramento de crianças de escolas públicas do país, desenvolveu em seu terceiro ano o projeto BÚ! Histórias de Medo e Coragem. O programa promove a ampliação do repertório cultural de alunos e professores; envolvimento de toda a comunidade escolar; valorização da cultura local e da história pessoal de cada participante. No ano, atendeu 29,4 mil pessoas nos quatro estados de atuação da Endesa Brasil, e recebeu investimentos de R\$ 557 mil. Em 2014, como parte do programa, começará a ser desenvolvido outro projeto, o Criadores de Começos.

Baú de Leitura – Iniciativa tem como objetivo a inclusão social por meio da educação e estímulo ao exercício da cidadania. Inclui a doação de livros novos a entidades e bibliotecas de comunidades de baixa renda e atividades de contação de histórias como meio de incentivo ao uso do acervo. Em 2013, foram realizadas entregas de Baús de Leitura para 47 bibliotecas comunitárias, inscritas no Sistema Estadual de Bibliotecas do Ceará; e realizadas apresentações para o público, com contação de histórias para crianças e jovens. A iniciativa contou com investimento de R\$ 141 mil e beneficiou 4,9 mil pessoas.



Consciência Ampla Futuro – Oferece aos professores uma atividade de reflexão acerca do consumo consciente dos recursos naturais, com foco na energia elétrica, tornando-os assim multiplicadores de suas ideias e práticas. Ao trabalhar com os estudantes, estes também se tornam disseminadores não apenas no âmbito escolar, mas também no campo familiar e na comunidade de entorno. No ano, 6.088 pessoas foram beneficiadas com material didático e atividades educativas. O investimento total foi de R\$ 356 mil.

Endesa Brasil Oportunidade – Formação profissional em curso técnico superior em eletrotécnica e acompanhamento social durante o período do curso, que visa ao desenvolvimento social e à geração de renda de jovens e adultos das comunidades do entorno das empresas Ampla e Endesa Fortaleza. Em 2013, foram capacitadas 60 pessoas em área com escassez de profissionais. Foram investidos R\$ 225 mil. Esse programa tem a parceria da Fundação Endesa. [\[GRI EC9\]](#)

Coelce nas Escolas/Nave Coelce – Projeto de educação ambiental destinado a educadores, professores, alunos e comunidades. Com base na metodologia do Procel nas Escolas, busca a assimilação de princípios e procedimentos para combater o desperdício de energia elétrica. Ressalta ainda a importância de empregar a energia de modo adequado para a melhoria da qualidade de vida, além de prestar orientação sobre instalações residenciais. A ação é complementada pela Nave Coelce, plataforma móvel inovadora que percorre os municípios cearenses, divulgando mensagens com foco em educação ambiental, por meio de maquetes, recursos audiovisuais, vídeos 3D, jogos interativos, atividades recreativas, peças teatrais e palestras sobre consumo eficiente, meio ambiente e segurança. Em 2013, foram capacitados 272 professores, de 50 escolas, investido R\$ 1,2 milhão e beneficiadas diretamente 11.534 pessoas.



Consciência Ampla sobre Rodas –

Consiste em uma carreta que percorre diversas cidades levando conhecimento, de maneira lúdica e interativa, sobre os caminhos da energia, desde a geração até a distribuição e possibilitando multiplicar, assim, ideias e práticas. Público-alvo: professores e estudantes da rede pública de educação; famílias das comunidades atendidas pelos projetos sociais de Ampla. O projeto contempla visitas guiadas, concurso cultural, evento de encerramento e sorteio de geladeiras mais eficientes do ponto de vista de consumo de energia. No ano, beneficiou 30,4 mil pessoas, com investimentos de R\$ 777,9 mil.

Consciência Ampla Oportunidade

– Promove oficinas de capacitação de jovens de baixo poder aquisitivo para o mercado de trabalho e curso de formação de eletricista de rede de baixa-tensão. Sua finalidade é auxiliar na geração de emprego e renda a partir da contratação desses jovens pela Ampla ou por empresas parceiras. Em 2013, foram 1.867 beneficiados, sob investimento total de R\$ 14,8 mil. [|GRI EC9|](#)

Consciência Ampla Saber – Consiste na divulgação de conhecimento e práticas sobre consumo eficiente e consciente de energia. Por meio de visitas domiciliares, palestras e oficinas, crianças, jovens e adultos aprendem conceitos de uso eficiente de energia elétrica e trocam gratuitamente lâmpadas comuns por outras mais eficientes. O projeto tem, ainda, o objetivo de contribuir para a melhoria das condições de consumo de energia nas comunidades de baixa renda, promover a cidadania com a disseminação de informações sobre os benefícios sociais e direitos do cidadão, e auxiliar na implantação de novas tecnologias e práticas, como a medição eletrônica e novos modelos de faturas. No exercício, a ação contou com investimento de R\$ 2,1 milhões e atendeu 91.170 pessoas.



Escola de Música Sinfonia do Amanhã –

Escola de música para crianças e jovens das comunidades do entorno da usina de Cachoeira Dourada (GO). Em 2013 foram investidos R\$ 136 mil e beneficiados diretamente os 90 alunos matriculados no projeto e mais 3,2 mil pessoas que assistiram às apresentações em quatro cidades da região. A escola tem cunho educacional e acompanhamento social, o que proporciona crescimento nas comunidades assistidas. Esse programa tem a parceria da Fundação Endesa.



Geração Consciente – Iniciado como projeto-piloto em Cachoeira Dourada (GO), promove palestras para alunos das escolas dos municípios dos arredores de Endesa Cachoeira sobre práticas e ações socioambientais que garantem excelência nos processos das usinas, abordando temas como consumo consciente, segurança e preservação do meio ambiente. Em 2013, o projeto foi lançado com a apresentação para 40 pessoas entre representantes das secretarias de educação locais, professores e diretores de escolas. Foram investidos R\$ 12 mil. O projeto será levado a todas as empresas de Geração.

Projeto MEDIATECA – Criação de uma sala digital, que usará a tecnologia para o desenvolvimento de conteúdos de informação como um espaço cultural e de aprendizado para alunos e pessoas da comunidade, partindo do princípio de que a escola deve ser o centro de promoção de informação, social e cultural. O projeto, que será desenvolvido em 2014, teve investimento de R\$ 23,5 mil e envolverá reforma da sala, doações de computadores e equipamentos. O espaço será usado para aulas de informática básica e para a terceira idade e para os programas Tecnologia a Serviço de Todos e Rádio Escola.

Refeitório Escola Vicente Parreira –

O objetivo é atender à demanda da comunidade de Cachoeira Dourada (GO) por um local adequado para a alimentação escolar e, ainda, um espaço que atenda professores, equipe técnica e pais em atividades de desenvolvimento de projetos, planejamento, organização e realização de festas, entre outros. Foi atendida a Escola Municipal Vicente Parreira da Silva, de Cachoeira Dourada, beneficiando 600 pessoas, com investimento de R\$ 50 mil. [\[GRI EC8\]](#)

14º Criança Feliz – Semana educativa com contação de histórias, teatro e oficinas culturais para crianças, realizada em parceria com a Rádio Missioneira Sete Povos, em São Luiz Gonzaga (RS). As atividades de educação e entretenimento procuram ressaltar os valores a serem cultivados na sociedade, bem como as informações sobre deveres e direitos. Beneficiou 3 mil crianças. Foram investidos R\$ 10 mil em 2013.

37ª Feira do Livro de São Luiz Gonzaga

– Promoção de um evento literário com oficinas, palestras, presença de escritores, contação de histórias e lançamento de livros para crianças e adolescentes, dando a oportunidade do contato direto com o universo literário à comunidade e municípios vizinhos. Foram investidos R\$ 53 mil em 2013. Participaram 18 mil pessoas.

Midiacom – Projeto apoiado pela Endesa Fortaleza integra ações efetivas para geração de renda e acesso a oportunidades de trabalho por meio de tecnologias de informação e comunicação de alto nível, valorizando o intelecto e a criatividade, além de incentivar a busca constante pelo conhecimento. Em 2013, beneficiou 149 jovens. Foram investidos R\$ 185 mil.



Epada – Ensino das Artes Digitais Animadas – Ensino de computação gráfica para jovens e adolescentes com realização de filmes culturais e inserção de formados no mercado de trabalho por meio de estágios. Em 2013 foram investidos R\$ 145,4 mil e ministrados quatro cursos para 180 crianças e adolescentes, além de realizados workshops e intercâmbios para 700 jovens e programa de estágios para cinco estudantes. Projeto desenvolvido pela Endesa Fortaleza prevê a criação de uma TV regional, possibilitando que vários formados sejam absorvidos pelo mercado de trabalho.



Ações culturais

Coelce Cultural/FEC – Projeto viabiliza a manutenção de equipamentos culturais do Ceará, por meio do Fundo Estadual de Cultura (FEC), realizado pela Secretaria de Cultura a partir de editais públicos. Abrange projetos de música, circo, audiovisual, dança, teatro, patrimônio material e imaterial, entre outros. Ação tem também a finalidade de ampliar o acesso às várias manifestações culturais do Ceará, bem como permitir que se manifeste e democratize a produção cultural. No ano, o investimento somou R\$ 1,1 milhão e 303 mil pessoas foram beneficiadas.

Coelce Cultural/Rouanet – Programa de apoio e incentivo à cultura cearense, a partir da destinação de 4% do Imposto de Renda devido. São apoiados projetos de música, teatro, literatura, dança, patrimônio imaterial, entre outros. Projeto visa à ampliação do acesso às várias manifestações culturais no Ceará. Em 2013, a iniciativa contou com investimento de R\$ 1,7 milhão e beneficiou cerca de 107 mil pessoas.

Coelce Cultural/Siec – Apoio ao desenvolvimento de projetos de entidades para fomento à cultura cearense nas áreas de música, teatro, dança, literatura, patrimônio material e imaterial, entre outros. É realizado com recursos oriundos do Sistema Estadual de Cultura (Siec), do governo do Ceará (2% do ICMS a recolher). Amplia o acesso às várias manifestações culturais do Ceará e permite que se manifeste e democratize a produção cultural cearense. No ano, beneficiou 51.771 pessoas, com investimento de R\$ 8,0 milhões.



Consciência Ampla com Arte – O projeto oferece gratuitamente oficinas e cursos de artesanato e artes plásticas, que buscam a capacitação de jovens e adultos em produção de peças artísticas e artesanais diversas, em sua maioria utilizando-se de material reciclável; atividade de cultura, lazer e integração social, educação para o consumo consciente para famílias de baixo poder aquisitivo. Estimula ainda a geração de renda das famílias e o desenvolvimento dos talentos artísticos. No período, promoveu oficinas itinerantes e cursos de longa duração, bem como bazares e exposições para venda dos artesanatos produzidos pelos alunos do projeto, com valor revertido para eles. Projeto contou com R\$ 576 mil em investimentos e beneficiou 12.679 pessoas.

Gincana Ceará Cultural – Promove um ambiente de aprendizagem e construção do conhecimento com atividades diferenciadas, estimulando troca de experiências e socialização entre crianças, jovens e adultos. No ano, foram investidos R\$ 130 mil e o projeto beneficiou 5 mil pessoas.



Visita Espetacular – Theatro José de Alencar – Projeto apoiado por Endesa Fortaleza para o resgate da cultura cearense. Amplia a sensibilidade artística e o acesso aos bens culturais por meio de uma visita orientada ao maior patrimônio artístico-cultural do Ceará, para alunos e professores da 2ª a 5ª séries do Ensino Fundamental de escolas públicas. Em 2013, participaram 1.610 pessoas. Foram investidos R\$ 45 mil.

Bailarinos de Cristo Amor e Doações (BCAD) – Apoio da Endesa Fortaleza a crianças e jovens em situação de vulnerabilidade social por meio de atividades educacionais e artísticas, em especial a dança. No ciclo 2013, o projeto concebeu a montagem e apresentações do espetáculo Neura. Foram investidos R\$ 153,3 mil e beneficiados 75 bailarinos do grupo.

Escola de Música Chiquinha Braga – Projeto de formação de banda musical apoiado pela Endesa Fortaleza que procura desenvolver habilidades intelectuais e instrumentais por meio da prática musical em jovens e crianças com idade a partir de 8 anos, do município de Caucaia, no Ceará. No ano, contou com 500 participantes e recebeu investimentos de R\$ 70 mil.

Desenvolvimento local

Banco Comunitário – Baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, o projeto busca promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda pelo fomento à criação de redes locais de produção e consumo. É executado pela Ampla nas comunidades de Saracuruna, em Duque de Caxias, e Preventório, em Niterói. O banco possui três características centrais: gestão feita pela própria comunidade, incluindo administração de recursos; sistema integrado de desenvolvimento local, que promove crédito, produção, comercialização e capacitação; e moeda local, em complemento à moeda oficial, que é aceita por produtores, comerciantes e consumidores locais, formando um mercado alternativo e solidário entre as famílias. Foram implantados dois bancos comunitários e lançada linha de crédito especial para garantir a pontualidade no pagamento de energia elétrica e, assim, proporcionar ganhos para os moradores, empresa e bancos comunitários. Em 2013, recebeu investimento de R\$ 30,1 mil e beneficiou diretamente 1.106 pessoas. [\[GRI EC9\]](#)

Coelce Solidária – Projeto dirigido à população dos municípios de Maracanaú, Juazeiro do Norte, Tianguá, Canindé, Sobral, Fortaleza, Baturité e Quixadá, no Ceará, e tem como objetivo arrecadar recursos doados por clientes em conta de energia e repassar para entidades filantrópicas com foco em serviços de saúde pública e assistência a crianças e adolescentes. No ano, os clientes doaram R\$ 15,7 milhões a entidades sem fins lucrativos, que beneficiaram 895.871 de pessoas e 23 entidades.

Energia Social – Promovido pela Coelce, o programa tem o objetivo de estimular a geração de renda em regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH), por meio do melhoramento das técnicas artesanais, da criação de produtos e da inserção de jovens no mercado de trabalho. Em 2013, o programa capacitou e acompanhou o processo de incubação de 10 comunidades e facilitou o ingresso de 16 jovens no mercado de trabalho. Também desenvolveu e produziu com as comunidades atendidas os brindes corporativos utilizados pela empresa, e executou a campanha União da Solidariedade, que presenteou 4.150 crianças com brinquedos artesanais, gerando com estas iniciativas mais de R\$ 450 mil em renda para as famílias atendidas. Ao todo, foram investidos R\$ 9,7 mil e beneficiadas 646 famílias. [|GRI EC9|](#)



Rede de Lideranças Comunitárias

– Encontros periódicos da Rede de Lideranças da Coelce e Ampla auxiliam as companhias a aprofundar seu conhecimento sobre as demandas das populações das comunidades nas quais atuam. A iniciativa promove a maior proximidade e parceria entre os clientes residentes em comunidades de regiões carentes e contribui para a redução de conflitos de interesses a partir da adoção de novas formas de relação cliente-empresa. No ano, foram capacitadas 102 lideranças da Ampla e investidos R\$ 138,4 mil. Na Coelce, a rede contou com 220 lideranças e beneficiou 4.225 pessoas, com um investimento de R\$ 89 mil.

Mulheres Integradas – Promoção do desenvolvimento educacional e socioeconômico da associação produtora de artigos artesanais em Iã (Associação Mulheres Integradas), contribuindo para a economia da comunidade e para o desenvolvimento cultural da população. No ano, seis mulheres de Garruchos (RS) foram beneficiadas. O investimento total foi de R\$ 22,7 mil. [|GRI EC9|](#)

Expo São Luiz 2013 – Apoio à Associação Comercial e Industrial de São Luiz Gonzaga na realização de uma feira agropecuária com os principais produtores e fornecedores da região. Evento que promove o desenvolvimento regional com atrações musicais, artísticas e literárias. Na ocasião, a Endesa Cien apresentou o Manancial Cultural, com todos os projetos apoiados na região. Foram investidos R\$ 140 mil.

Esporte

Consciência Ampla no Esporte – Busca promover a inclusão social de jovens por meio de escolinha de futebol Craque do Amanhã, aliando temas como esporte, cidadania, coletividades e consumo consciente de energia. É dirigido a clientes das comunidades de baixo poder aquisitivo de São Gonçalo (RJ). A iniciativa visa ainda à capacitação por meio de ações práticas e educativas, a conscientização sobre o uso responsável de energia, a melhoria nas condições de consumo de energia nas comunidades de baixa renda e a promoção da cidadania com a disseminação de informações sobre os benefícios sociais e direitos do cidadão. No exercício, foram investidos R\$ 532.630,63, beneficiando 704 pessoas.

Faça do Deficiente um Atleta – Apoio da Coelce ao Centro Paradesportivo Edvaldo Prado, que beneficiou 370 pessoas. O projeto, aprovado por um Conselho dos Diretos da Criança e do Adolescente, foi beneficiado com o repasse de R\$ 40 mil da Coelce.

Inclusão e acesso

|GRI EU23|

Cerca de 1,5 milhão de clientes de Ampla e Coelce foram beneficiados em 2013 com a Tarifa Social, programa subsidiado com recursos governamentais que proporciona desconto de até 100% na conta de energia para permitir o acesso da população de baixa renda aos serviços. As distribuidoras recebem subsídios mensais para cobrir a diferença, número que, em 2013, representou R\$ 237,1 milhões – Ampla (R\$ 55,6 milhões) e Coelce (R\$ 181,5 milhões). |GRI EC4|

Entre 2010 e 2011, 1.071.800 clientes das duas distribuidoras deixaram de ser enquadrados nessa categoria depois da mudança nos critérios para a definição de clientes de baixa renda introduzida pela Resolução Aneel 414/2010. Desde então, foram recuperados 192,9 mil, dos quais 34,5 mil em 2013, em trabalho considerado fundamental para reduzir as perdas comerciais e a inadimplência.

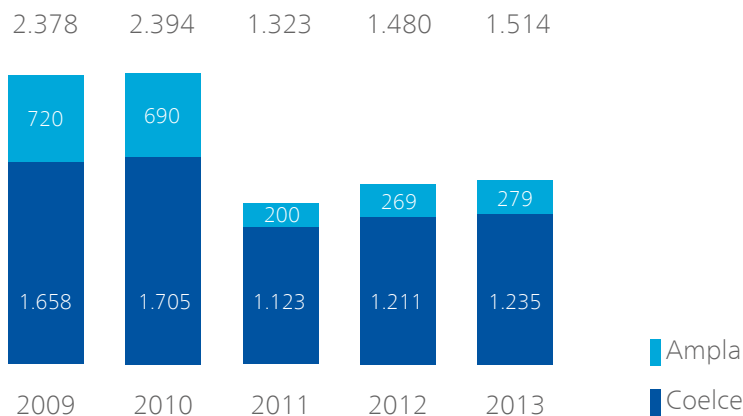
Para fazer parte da Tarifa Social, os clientes devem ter renda menor ou igual a meio salário mínimo por pessoa; ter renda de até três salários mínimos por pessoa no caso de residência com portador de doença que necessite de uso continuado de equipamentos elétricos; ser unidade consumidora residencial; e possuir o Número de Inscrição Social (NIS) ou número de Benefício da Prestação Continuada (BPC). O percentual de desconto varia conforme a faixa de consumo: 65% na parcela de até 30 kWh/mês; 40% entre 31 e 100 kWh/mês; e 10% de 101 a 220 kWh/mês. Ao ultrapassar este limite, não há mais possibilidade de desconto. Clientes de baixa renda, indígenas e quilombolas têm direito a desconto de 100% para o consumo de até 50 kWh/mês.

Os consumidores rurais em nível de alta-tensão possuem, além da tarifa social de energia elétrica, tarifa social

10% menor do que a aplicada às classes de indústria e comércio com a mesma tensão. A redução pode chegar a até 90% de desconto para atividades de irrigação e aquicultura, nos horários entre 21h30 e 6h. Já os consumidores rurais de baixa-tensão contam com uma tarifa cerca de 40% mais baixa, podendo alcançar redução de 73% nas mesmas condições de irrigação e aquicultura.

Ampla e Coelce contam com parcerias com prefeituras para incluir consumidores no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal ou comprovadamente favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC). Os benefícios também são divulgados nas faturas de energia e em projetos sociais.

Baixa Renda - Clientes cadastrados (mil)



Luz para Todos

O Programa Nacional de Eletrificação Rural, o Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia, destinado a levar energia a populações rurais, conta com subvenção e empréstimos do governo federal, além de recursos próprios das distribuidoras.

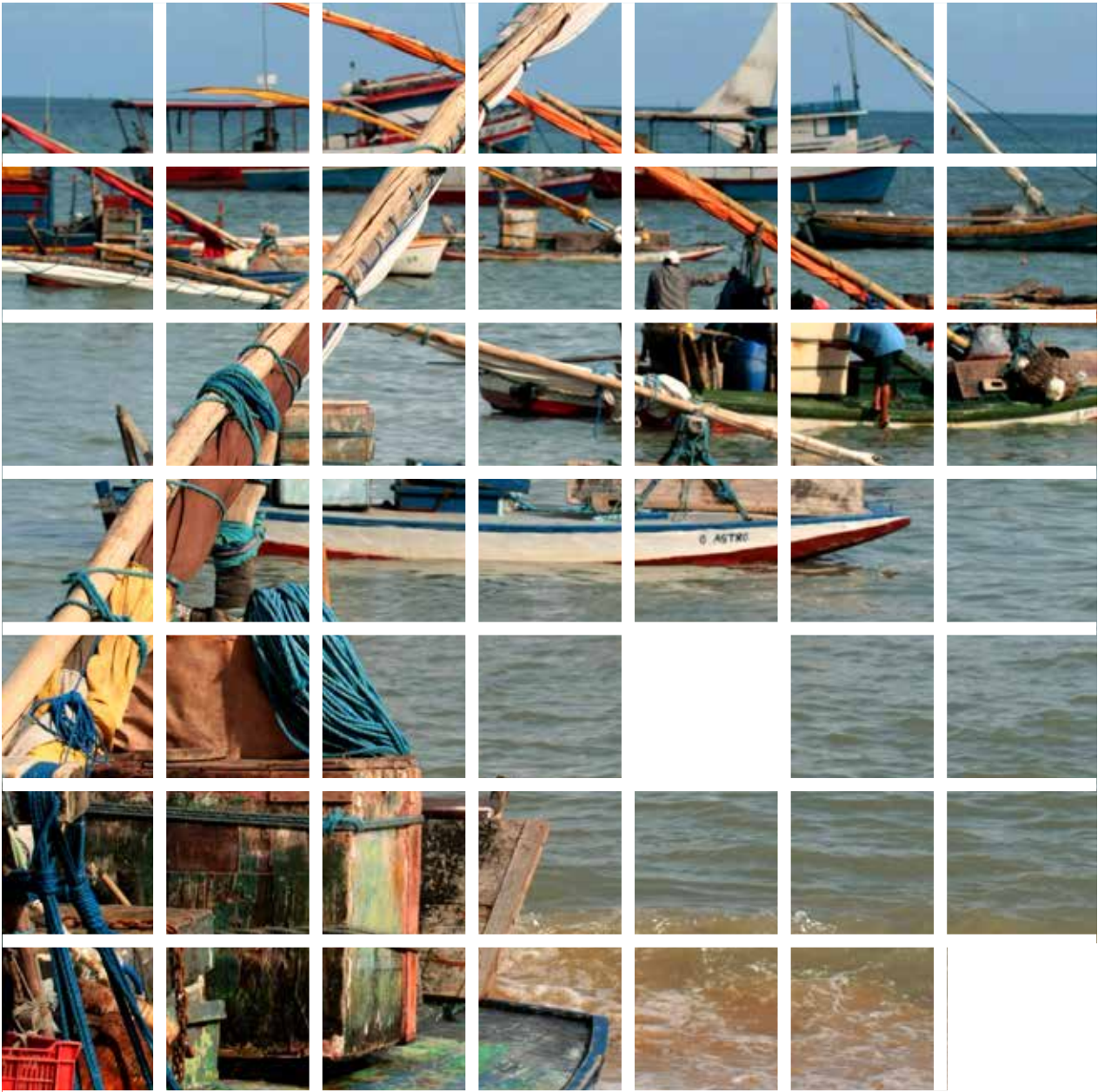
No ano, Ampla e Coelce investiram R\$ 32,3 milhões para a ligação de 5.299 unidades consumidoras (5.069 no Ceará e 230 no Rio de Janeiro). As novas conexões não implicam nenhum custo aos novos clientes e a tarifa é reduzida em até 65% para consumidores classificados como baixa renda.

Atualmente as áreas de atuação de Ampla e Coelce (Rio de Janeiro e Ceará) são consideradas universalizadas pela Aneel, de acordo com a Resolução Normativa nº 488, de 15 de maio de 2012 e o Despacho nº 2.344, de 17 de julho de 2012. As empresas não dispõem de informações acerca do número de habitantes ainda não atendidos pelo serviço. A cada ano surgem pedidos adicionais de ligação por parte de novos moradores, especialmente como efeito da divisão de propriedades rurais e do crescimento vegetativo da população. [\[GRI EU26\]](#)



PROGRAMA LUZ PARA TODOS

	Ampla	Coelce	Total
Número de unidades conectadas	230	5.069	5.229
Origem dos recursos investidos (R\$ mil)			
Governo federal [GRI EC4]	-	10.049	10.049
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	-	5.431	5.431
Reserva Global de Reversão (RGR)	-	4.618	4.618
Governo estadual [GRI EC4]	439,30	0	439
Próprios	-	21.820	21.820
Total de recursos aplicados	439,30	31.870	32.309



Gestão de impactos | GRI

1.2, EC8, SO1, EC9, SO9, SO10

As operações de geração, distribuição e transmissão mantêm práticas de avaliação de impactos nas comunidades locais. Não há processo estruturado para a Prátil. Assim, 83,3% das seis operações da Endesa Brasil incluem essas avaliações e monitoramento contínuo, com certificação ISO 14001, além de publicação dos resultados em relatórios de sustentabilidade.

Funcionários especializados e capacitados são responsáveis por abordagem, registro e análise social, além do apoio do relacionamento estabelecido com lideranças para o mapeamento das necessidades das comunidades. Esse processo envolve a identificação das potencialidades locais – comércios, centros de lazer, escolas e lideranças comunitárias, entre outros. Os dados obtidos em campo, de acordo com as demandas específicas dos estudos, são cruzados com informações comerciais da companhia e pesquisas, como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Ministério da Justiça, entre outras.

Os impactos dos projetos sociais nas comunidades são medidos de diversas formas: questionários aplicados pelos agentes comunitários e pesquisas externas feitas por empresas terceirizadas, que aprofundam os temas abordados nos questionários. As reuniões mensais com lideranças

comunitárias facilitam o conhecimento qualitativo e os impactos positivos são visíveis à medida que os projetos contribuem para o melhor gerenciamento da renda familiar, utilizando o consumo consciente como ferramenta.

Nas atividades de geração e de transmissão, os impactos da operação referem-se especialmente a ruídos, que podem ser identificados nas proximidades de subestações e de redes de alta-tensão, e às atividades de construção de ativos – atualmente, pouco significativos, uma vez que as maiores obras já estão concluídas. Em 2013, obras de seccionamento da linha de transmissão de Endesa Cien implicaram o pagamento de indenização a 45 proprietários. *(Mais informações no capítulo Estratégia, no tema Obras)*

Os efeitos negativos da distribuição estão relacionados principalmente à interrupção do fornecimento de energia (programada ou não programada), que pode ocasionar riscos a clientes eletrodependentes, além de prejuízos financeiros em atividades econômicas, transtornos (como desconforto, trânsito e insegurança noturna em vias públicas), entre outros. A atividade também pode representar risco de choque ou incêndio, condição agravada em comunidades de baixo poder aquisitivo, que apresentam instalações irregulares.

Ampla e Coelce mantêm cadastro de clientes com situações especiais, para os quais a falta de energia elétrica pode ocasionar risco à saúde, incluindo hospitais, postos de saúde e consumidores que utilizam equipamentos vitais. Esse sistema permite tratamento diferenciado em casos de suspensão de fornecimento por falta de pagamento e desligamentos programados para manutenção da rede elétrica.

Para prevenir e mitigar riscos, são adotados Procedimentos de Execução (PEXs), de Operação (POPs) e Ambientais (PAs), além de Normas Técnicas Ambientais (NTAs), projetos sociais que visam orientar a população para o uso seguro e eficiente de energia e projetos de eficiência energética destinados a reduzir o impacto da conta de energia no orçamento familiar.

A conformidade com as leis ou regulamentos é assegurada por meio da contratação de empresas especializadas em atualização de leis ambientais, trabalhistas e de saúde e segurança ocupacional. A Endesa Brasil também cumpre requisitos das normas OHSAS 18001, ISO 9001 e ISO 14001.

Eficiência energética

[GRI EN6, EU7]



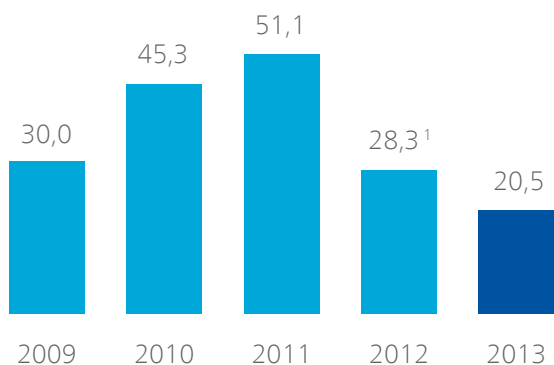
A Endesa Brasil destinou R\$ 20,5 milhões a programas de eficiência energética em 2013, sendo R\$ 13,3 milhões na Ampla e R\$ 7,2 milhões na Coelce, os quais fortalecem social e ambientalmente as comunidades atendidas. Do total investido R\$ 3.631 foram gastos em educação para o consumo consciente. Os recursos beneficiaram 264.264 pessoas, sendo 46.667 na área de concessão da Coelce e 217.597 na região de atuação da Ampla. Durante o exercício, não foram realizadas ações de efficientização energética em hospitais, escolas e prédios públicos.

As atividades são divididas em educacionais, ambientais e efficientização energética de equipamentos, e têm como objetivos a utilização mais racional da energia elétrica, a redução na conta mensal e o realinhamento da fatura com a real capacidade de pagamento dos consumidores. Os investimentos seguiram a orientação da legislação do setor, que estipulou às concessionárias a destinação anual de 0,5% da Receita Operacional Líquida (ROL) a este tipo de programa.

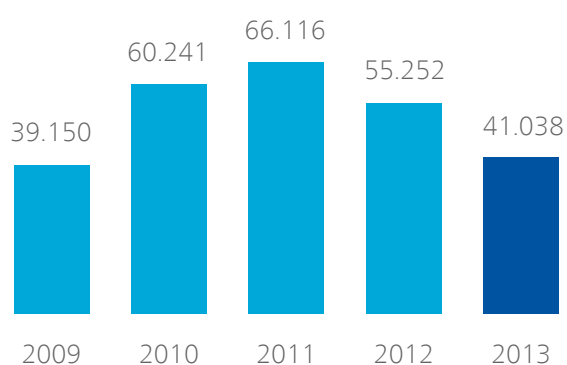
Diversas iniciativas e encontros em comunidades de baixa renda nos Estados do Ceará e do Rio de Janeiro trataram do tema e contaram com a doação de geladeiras e lâmpadas eficientes. Para isso, foram recolhidos os equipamentos obsoletos e dispendiosos no consumo de energia e substituídos por outros, mais eficientes. Os itens substituídos foram encaminhados para empresas especializadas, para disposição final adequada.

Os projetos desenvolvidos proporcionaram redução de consumo de energia de 41.038 MWh/ano, com economia equivalente a R\$ 3,4 milhões. Parte dos recursos beneficiou 96.386 pessoas com a troca de 19.259 geladeiras antigas por equipamentos novos e mais eficientes certificados com o selo classe A do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel) e com a substituição de 273.037 lâmpadas incandescentes por fluorescentes. Uma geladeira nova com o selo Procel pode consumir até 70% menos que um equipamento menos ecoeficiente.

Investimento em eficiência energética
(R\$ milhões)



Energia economizada
(MWh/ano)



¹ Valor de 2012 ajustado

ENERGIA ECONOMIZADA

	Ampla		Coelce		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Residencial (MWh/ano)	23.731	13.083	13.961	1.248	37.692	14.331
Residencial baixa renda (MWh/ano)	9.558	11.905	5.650	14.705	15.208	26.610
Serviço e poder público – prédios como escolas, hospitais (MWh/ano)	1.106	97	977	0	2.083	97
Aquecimento solar	269	0	0	0	269	0
Total de energia economizada (MWh)	34.664	25.085	20.588	15.953	55.252	41.038
Redução de demanda no horário de ponta (MW)	11,1	7,5	2,9	2,3	13.995	9,8
Custo evitado com energia economizada (R\$ mil)	638	503	2.464	2.857	3.102,04	3.359,60

Consciência Ampla Eficiente

Na área de concessão da Ampla, o principal programa é o Consciência Ampla Eficiente, que tem como objetivo a redução do consumo de energia elétrica e da demanda energética no horário de ponta, por meio da troca de geladeiras ineficientes ou em péssimo estado de conservação e da substituição de lâmpadas comuns por fluorescentes compactas. Visa também à orientação para o consumo consciente por meio de visitas domiciliares, palestras e oficinas. Em 2013, 49.719 clientes foram beneficiados e investidos R\$ 8,75 milhões.

Regularização de clientes clandestinos

A companhia também realiza ações de regularização de clientes clandestinos. A iniciativa busca levar energia elétrica de qualidade e com segurança a consumidores de comunidades de baixa renda e que mantenham ligações elétricas irregulares, além de auxiliar em seu desenvolvimento socioeconômico, minimizando o desperdício de energia nas unidades residenciais contempladas pelo projeto. Durante as visitas realizadas às residências de clientes, também é verificada a ausência de medidores e a existência de problemas em padrões de entrada. A ação contou com investimento de R\$ 1,84 milhão e foram realizados reparos em 3.334 residências.

Iniciativas que beneficiam a educação

Projeto realizado no ano foi a efficientização energética no sistema de iluminação da Biblioteca da Universidade Federal Fluminense (UFF), que constou de modernização de luminárias, lâmpadas e reatores, com melhora do sistema de iluminação e uso de equipamentos mais econômicos e de maior vida útil. A iniciativa beneficiou os 39,7 mil alunos da universidade.

Além disso, dentro do leque de eficiência energética da distribuidora, constam ainda projetos como o Consciência Ampla Futuro, que capacita professores de escolas públicas e promove a educação ambiental de alunos a partir de noções de uso seguro de energia elétrica e combate ao desperdício do recurso; e o Comunidade Eficiente, cujo objetivo é reduzir a demanda energética no horário de ponta, por meio da troca de refrigeradores ineficientes ou em péssimo estado de conservação por equipamentos novos, certificados com selo Procel, e substituição de lâmpadas comuns por fluorescentes compactas.



Troca Eficiente

No Ceará, o projeto Troca Eficiente promove a substituição de lâmpadas e geladeiras por equipamentos eficientes e certificados com o selo Procel em residências de consumidores de baixo poder aquisitivo. Além da doação de aparelhos mais ecoeficientes, a Coelce estimula a mudanças de hábitos de consumo e o uso racional. Com investimento de R\$ 5,18 milhões no ano, foram doadas 8.232 geladeiras e trocadas 30 mil lâmpadas, em operação que beneficiou 23.232 pessoas.

Durante o ano, as 8.232 geladeiras velhas entregues no programa passaram pelo processo de manufatura reversa. O gás recolhido dos aparelhos foi enviado para uma central de regeneração dos gases refrigerantes e o óleo do motor do equipamento foi retirado e enviado para regeneração. A intenção é obter um óleo com todas as características de um produto novo, enquadrando-se nas mais rigorosas especificações técnicas internacionais.

Luz Solidária

De modo a beneficiar clientes residenciais não classificados de acordo com os critérios de baixa renda, o Luz Solidária oferece subsídio de até 40% para a substituição de eletrodomésticos antigos por aparelhos reconhecidamente eficientes, visando à redução do consumo de energia e à retirada de demanda na ponta do sistema.

Para ter direito ao subsídio, o cliente deve adquirir o novo eletrodoméstico em loja conveniada ao programa, que concederá desconto de 40% no valor total mediante entrega do equipamento antigo e doação de parte do valor economizado a um dos projetos sociais apoiados pela Coelce.

No exercício, foram concedidos bônus a 3.904 clientes de nove municípios cearenses nos quais existem redes de lojas varejistas credenciadas. As doações serão repassadas durante 2014 aos 21 projetos beneficiados nesse ciclo.









Meio ambiente

A atuação da Endesa Brasil é sustentada pelo compromisso com a preservação ambiental, consumo racional de recursos, gestão de resíduos e educação ambiental. Os objetivos e as metas são definidos no planejamento estratégico da companhia e revisados periodicamente. Todas as empresas do grupo contam com o auxílio do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), certificado pela norma ISO 14001:2004, que permite controle efetivo dos impactos ambientais inerentes às atividades desenvolvidas. No ano, a área ambiental passou a fazer parte da Diretoria de Regulação e Meio Ambiente, cujo objetivo é consolidar as melhores práticas das empresas do grupo.

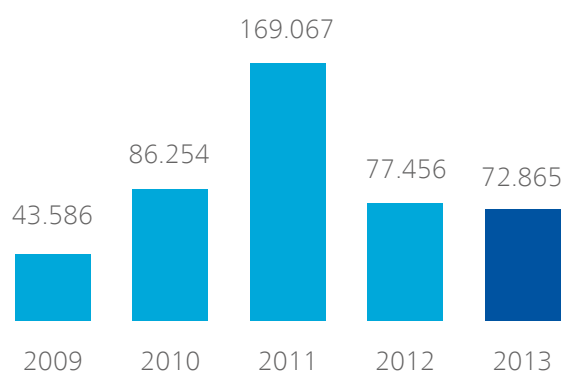
As empresas realizam ações de orientação e de sensibilização sobre o meio ambiente a colaboradores. As iniciativas envolvem capacitação para procedimentos ambientais essenciais à execução de atividades operacionais e administrativas e de eventos de conscientização.

Direcionado aos fornecedores de serviços estratégicos, é desenvolvido o Programa de Responsabilidade Socioambiental – Parceiros Responsáveis, iniciativa que promove treinamentos para a formação de multiplicadores ambientais, que incluem noções de sensibilização, interpretação da ISO 14001:2004 e aplicação de procedimentos ambientais nas atividades operacionais e administrativas.

As empresas de geração e transmissão contam com o suporte do Sistema de Informações Ambientais Mensais (Siam), que responde pelo monitoramento de indicadores, além de avaliar e controlar possíveis impactos sobre o meio ambiente.

Em 2013, foram destinados R\$ 72,9 milhões a investimentos e gastos ambientais, 5,9% abaixo dos R\$ 77,4 milhões investidos no exercício anterior.

Investimentos em meio ambiente
(R\$ mil)



INVESTIMENTOS E GASTOS AMBIENTAIS (R\$ MIL) |GRI EN30|

	2009	2010	2011	2012	2013
Ampla	21.884	39.470	126.813	44.783	37.132
Coelce	18.578	42.538	41.438	32.132	35.078
Endesa Cachoeira	655	611	230	170	186
Endesa Cien	1.109	2.061	187	98	51
Endesa Fortaleza	1.360	1.574	399	273	418
Total	43.586	86.254	169.067	77.456	72.865

INVESTIMENTOS E GASTOS AMBIENTAIS (R\$ MIL) |GRI EN30|

	Ampla	Coelce	Endesa	Endesa	Fortaleza	Total
Conservação de recursos naturais	250	-	-	-	-	250
Gestão de resíduos	6	84	6	8	273	377
Auditorias e licenças ambientais	54	185	32	9	11	291
Educação ambiental	21	1.236	-	-	0	1.257
Despoluição	49	-	-	-	0	49
Melhoria da qualidade ambiental	23.074	24.326	148	34	134	47.716
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	399	2.017	-	-	-	2.415
Programas de eficiência energética	13.275	7.231	-	-	-	20.506
Ação socioambiental para a sociedade	4	-	-	-	-	4
Total	37.132	35.078	186	51	418	72.865

Gestão de impactos

[GRI EN26, EN29]

O sistema de gerenciamento de riscos ambientais tem por base o processo global adotado pela Enel-Endesa e suas ferramentas envolvem atividades de planejamento, procedimentos, responsabilidades e recursos essenciais ao desenvolvimento e à adoção de práticas ambientais.

Pela natureza de seus negócios, as operações das empresas da Endesa Brasil não causam efeitos relevantes no entorno. O impacto causado pelo negócio da Endesa Cachoeira é restrito ao ocorrido durante o processo de instalação da usina e em uma segunda etapa da construção da barragem, em meados de 1960, que afetou diretamente a Cachoeira Dourada (queda d'água entre 9 e 17 metros de altura). As demais modificações no Rio Paranaíba relacionam-se a outros aproveitamentos situados a montante e a jusante, porém são considerados dentro da capacidade de suporte do local. No período, a geradora iniciou a construção de um galpão para pintura de peças provenientes de manutenção na usina. Anteriormente, as peças de grande porte eram pintadas ao ar livre, contando apenas com a proteção de plásticos ou lonas, enquanto as menores eram pintadas em oficinas de pinturas. A obra, com conclusão prevista para 2014, seguirá as normas de saúde e segurança vigentes.

Como empresas prestadoras de serviço, as operações de transporte logístico não representam impacto significativo. Apenas na Endesa Cien, no Rio Grande do Sul, é assumido o transporte de colaboradores no deslocamento de casa para o trabalho, mobilizando diariamente um micro-ônibus e um a dois automóveis.

As empresas do Grupo não utilizam quantidades significativas de materiais ou insumos, exceto aqueles eventualmente necessários às atividades de manutenção de equipamentos, como óleos lubrificantes, combustíveis e óleo isolante. Os resíduos produzidos são segregados de acordo com sua natureza, sendo os recicláveis encaminhados à empresa especializada e os rejeitos destinados à disposição final adequada, conforme determinação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

IMPACTOS AMBIENTAIS SIGNIFICATIVOS | GRI EN26

Atividades administrativas

Aspecto (causa)	Impacto (efeito)	Ações de mitigação
Consumo de água e energia	Diminuição da oferta de recursos	Ações de consumo consciente Instalação de coletores de captação de água dos aparelhos de ar-condicionado e de chuva, torneiras inteligentes, sensores de presença e lâmpadas eficiência
Consumo de papel		Aplicação dos 3 Rs (reduzir, reciclar e reutilizar) campanhas de consumo consciente Utilização de papéis com selo FSC Impressoras com maior nível de eficiência
Possibilidade de incêndio	Contaminação do solo, água e ar	Treinamentos das equipes operacionais em procedimentos específicos Fiscalização nos prestadores de serviço
Geração de resíduos (madeira, papel, lâmpadas, etc.)	Alteração da qualidade do solo	Ações de consumo consciente Envio de resíduos para reciclagem
Poluição sonora	Perturbação da comunidade	Medição e monitoramento do ruído nas subestações. Todas as instalações estão dentro dos padrões exigidos, de modo a não perturbar a comunidade ou interferir no meio ambiente

Atividades operacionais

Aspecto (causa)	Impacto (efeito)	Ações de mitigação
Derramamento de óleo	Contaminação do solo e água	Construção de bacias de contenção e caixas separadoras água-óleo, conforme ABNT NBR 13.231/14
Possibilidade de vazamento de óleo	Alteração da qualidade do solo e da água	Treinamentos das equipes operacionais em procedimentos específicos Fiscalização nos prestadores de serviço Inspeção periódica dos equipamentos que contêm óleo Construção de bacias de contenção e caixas separadoras água-óleo, conforme ABNT NBR 13.231/14
Poda de árvores (geração de resíduos – galhos e folhas)	Alteração da qualidade do solo e da água; danos à flora	Observação das determinações legais Fiscalização nos prestadores de serviço Treinamento para parceiros
Alteração da qualidade do solo e da água; danos à flora		
Supressão de vegetação		
Possibilidade de vazamento de SF ₆	Emissão de GEE	Inspeção mensal nos equipamentos que contêm esse produto

Transporte de produtos e pessoas

Aspecto (causa)	Impacto (efeito)	Ações de mitigação
Consumo de combustíveis fósseis (gasolina e diesel) e poluição sonora.	Poluição atmosférica, emissão de GEE, chuva ácida, ozônio de baixa altitude (emissão de hidrocarboneto), problemas no desenvolvimento de plantas, emissão de aldeídos, entre outros.	Busca pela diminuição do número de viagens e agregação de veículos elétricos à frota operacional Monitoramento dos carros da frota operacional para evitar a emissão de ruído
Emissão de gases de efeito estufa (GEE)	Alteração da qualidade do ar	Monitoramento e medição Utilização de combustível menos poluente

Consumo de recursos

A preocupação com o consumo eficiente de recursos é constante para a Endesa Brasil. Para ressaltar a necessidade e a importância de usar conscientemente os recursos naturais, são desenvolvidas campanhas de comunicação interna que orientam sobre o consumo racional de energia, água e demais combustíveis. Também são estimuladas mudanças comportamentais na rotina de colaboradores e parceiros, com a adoção de atitudes como redução de viagens, racionalização do uso dos elevadores, desligamento de computadores no caso de períodos extensos de ausência, entre outros. No ano, entretanto, especialmente em razão da operação contínua e do recorde de geração da usina termelétrica Endesa Fortaleza, essas iniciativas não significaram redução absoluta de consumo de energia direta ou indireta.

Água

O consumo de água das empresas da Endesa Brasil não impacta significativamente nenhuma fonte hídrica e tem volume expressivo apenas na termelétrica Endesa Fortaleza, que opera em um ciclo combinado de gás e vapor. A água é fornecida sem tratamento prévio pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH), a partir do açude

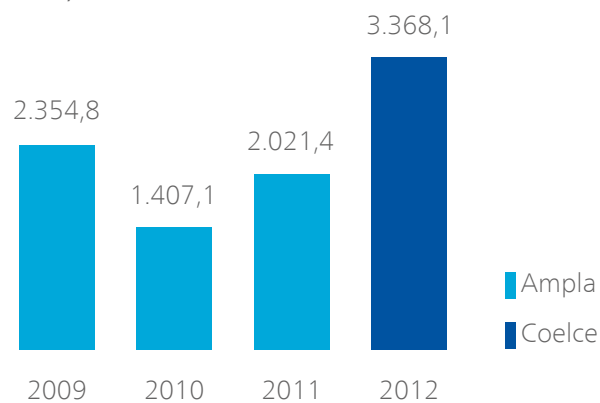
artificial Sítios Novos, construído para abastecer as indústrias instaladas no complexo do Pecém, sendo que o fornecimento à Endesa Fortaleza é inferior a 5% da capacidade do açude. Em 2013, o despacho acima da média da central provocou aumento de 66,5% no consumo consolidado de água, que totalizou 3.368,1 mil metros cúbicos. A ativação da usina ocorreu por determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), em razão do baixo volume de volume de chuvas para a geração de fonte hidrelétrica. [|GRI EN9|](#)

A Endesa Fortaleza reutilizou 115.884 metros cúbicos de água do processo, equivalente a 3,6% do total consumido pela termelétrica em 2013. No consolidado de Endesa Brasil, o reaproveitamento representou 3,5% da água consumida. [|GRI EN10|](#)

Na hidrelétrica Endesa Cachoeira, a água que movimenta as turbinas é devolvida ao rio sem alterações de suas propriedades. A Endesa Cachoeira, bem como a Coelce e a Endesa Cien, não reutilizam nem reciclam água em suas instalações. Ampla utiliza a água captada de sistemas de condicionamento de ar do edifício-sede e aproveita água pluvial na base operacional de Araruama, mas não mensura esses volumes que são utilizados para rega de plantas, obras civis e limpeza das áreas externas

Desde 2011, a Central Térmica é membro do Comitê das Bacias Hidrográficas da Região Metropolitana de Fortaleza (CBH-RMF) e atua ativamente na gestão dos recursos hídricos do Estado do Ceará. Já a Endesa Cachoeira integra os Comitês dos Rios Paranaíba e Meia Ponte.

Consumo de água (mil m³)



CONSUMO DE ÁGUA (M³) |GRI EN8|

	Fonte	2011	2012	2013
Ampla ¹	Rede pública	93.129	101.989	94.493
Coelce	Rede pública	43.073	37.200	37.938
	Poços artesianos	317	275	660
Endesa Cachoeira	Rede pública	2.858	1.498	1.321
Endesa Cien	Poços artesianos	4.764	1.208	1.714
Endesa Fortaleza	Açude	1.263.000	1.879.226	3.231.999
Total	-	1.407.141	2.021.396	3.368.125

¹ Inclui o edifício-sede, onde também está instalada a *holding* Endesa Brasil

Energia

Em 2013, o consumo de energia direta da Endesa Brasil foi de 25.473.171 gigajoules (GJ), incluindo combustíveis para a frota de veículos e energia contratada para posterior distribuição. Já o consumo de energia indireta contabilizou 352.042 GJ, representando acréscimo de 36,2% sobre os 258.458 GJ registrados no ano anterior. Pelas características do negócio, a diminuição ou o aumento do consumo de energia direta está diretamente relacionado ao volume de energia a ser adquirida para distribuição entre os clientes.

O maior consumo de energia, tanto direta quanto indireta, está relacionado à operação de Endesa Fortaleza, que gerou volume recorde de energia durante o ano, como efeito do maior despacho de usinas térmicas decorrente da menor precipitação de chuvas no país durante o ano. Na usina, o consumo de gás natural, por exemplo, passou de 11.644.091 GJ para 21.043.262, alta de 80,7%, e o de energia elétrica variou 59,3%, passando de 107.684 GJ para 171.487 GJ.

As fontes de suprimento de energia indireta seguem a matriz energética brasileira. Segundo o Balanço Energético Nacional de 2014 (referente a 2013), a matriz teve 79,3% de participação de fontes renováveis, com predominância de energia hidrelétrica (70,6%). Para energia direta, 90,8% têm como origem fontes não renováveis, sendo 85,7% do total referente ao gás natural consumido por Endesa Fortaleza. |GRI EN3, EN4|

CONSUMO DE ENERGIA DIRETA, POR FONTE (GJ) |GRI EN3|

	Ampla	Coelce	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza	Total
Energia para distribuição¹						
Comprada – renovável	41.007.312	22.018.521	-	-	-	63.025.833
Hidráulica	ND	21.022.953	-	-	-	21.022.953
Eólica	ND	995.568	-	-	-	995.568
Comprada – não renovável	ND	16.752.007	-	-	-	16.752.007
Térmica	ND	16.752.007	-	-	-	16.752.007
Total comparada	41.007.312	38.770.528				79.777.840
Vendida e transportada	38.844.000	38.635.200	-	-	-	77.479.200
Total energia consumida (comprada menos vendida e transportada)	2.163.312	135.328				2.298.640

Consumo de frota

Renovável	6.431	0	4.219	0	0	10.650
Álcool	6.431	0	4.219	0	0	10.650
Não renovável	1.197.269		16.852	17.912	21.043.330	23.163.881
Gasolina	1.069.385	299.884	8.289	102	0	1.377.660
Diesel	127.884	588.634	8.563	17.810	68	742.959
Gás natural	0	0	0	0	21.043.262	21.043.262
Total (energia vendida e transportada e energia consumida) ¹	3.367.012	1.023.846	21.071	17.912	21.043.330	25.473.171
Renovável	2.169.743	76.855	4.219	0	0	2.250.817
Não renovável	1.197.269	946.991	16.852	17.912	21.043.330	23.222.354

¹ O cálculo de energia renovável e não renovável considera a mesma proporção de energia comprada (100% renovável em Ampla e 56,8% em Coelce)

Consumo de energia indireta (GJ) ¹ |GRI EN4|

	2009	2010	2011	2012	2013
Ampla	75.910	77.460	77.854	82.565	111.575
Coelce	41.323	45.270	45.013	46.534	48.575
Endesa Cachoeira	18.203	21.783	20.905	21.610	20.340
Endesa Cien	86	65	65	65	65
Endesa Fortaleza	83.184	120.399	83.113	107.684	171.487
Total	218.706	264.976	226.950	258.458	352.042

¹ Energia consumida para atender às necessidades de energia intermediária (como eletricidade, aquecimento e refrigeração).

Materiais

Todo o processo de contratação de serviços e aquisição de materiais é avaliado pela área de Meio Ambiente, que analisa e aprova os serviços e a compra de materiais não prejudiciais ao ambiente. As empresas da Endesa Brasil privilegiam materiais oriundos de fontes renováveis, de fácil destinação, biodegradáveis ou recicláveis/reutilizáveis, provenientes de fornecedores em conformidade com a legislação ambiental.

Em sua operação, a Endesa Cachoeira reaproveita 100% de toalhas industriais retornáveis para limpeza de peças e equipamentos, o que representou peso de 2.518,5 quilos. A totalidade do óleo isolante usado em transformadores (3 mil litros) foi tratada e reutilizada, bem como 70% de óleo lubrificante (o equivalente a 4.027 litros). No total, esses materiais provenientes de reciclagem tiveram peso equivalente a 88.772,5 quilos. Na Ampla, 100% dos 372 mil litros de óleo mineral utilizados no ano foram provenientes de material regenerado, representando peso de 331.080 quilos. Na Coelce, do total de 18.163 litros de óleo, 5.253 litros, ou 28,9% do total, foram regenerados, o correspondente a um peso de 4.675 quilos. [\[GRI EN2\]](#)

A Endesa Fortaleza exige de seus fornecedores que as madeiras sejam certificadas e emprega líquido desengraxante biodegradável na lavagem dos compressores.

No entanto, assim como Endesa Cien, não usa materiais provenientes de reciclagem em seus processos produtivos.

Na Ampla, dois projetos de reaproveitamento de materiais tiveram continuidade em 2013. Os componentes das pilhas e baterias chumbo-ácido recolhidas nas subestações, que inicialmente eram destinados a empresas de reciclagem, passaram a ser reciclados ou reutilizados e reinsertados no processo produtivo, possibilitando uma extensão do ciclo de vida dos materiais. Em 2013, foi realizada uma campanha para a substituição das baterias chumbo-ácido por baterias seladas a gel, que são mais eficientes e provocam um menor risco ambiental. Em decorrência da substituição, verificou-se aumento de 231,2% no descarte desses materiais, que totalizou 28,8 toneladas.

Já o Projeto Ecolog consiste no reaproveitamento de paletes e carretéis de madeira utilizados para acondicionamento dos condutores. As bobinas e paletes são recolhidos e encaminhados ao Almoxarifado Central da Ampla, em Niterói, para serem vendidos, reformados e destinados novamente ao mercado. O recolhimento evita o descarte das bobinas e paletes sem o devido cuidado e contribui para a preservação ambiental, pois, para cada duas bobinas fabricadas, uma árvore é derrubada.

MATERIAIS UTILIZADOS EM DISTRIBUIÇÃO | GRI EN1

	Ampla	Coelce	Total
Materiais diretos			
Transformadores (unidades)	5.479	2.734	8.213
Ferragens (unidades)	1.268.315	1.702.732	2.971.047
Postes (unidades)	15.681	30.306	45.987
Cabos (metros)	16.577.715	8.840.830	25.418.545
Cabos (quilos)	778.629	603.141	1.381.770
Medidores (unidades)	160.557	205.091	367.680
Abraçadeiras (unidades)	1.727.608	439.687	2.167.295
Conectores (unidades)	1.619.292	895.963	2.515.255
Capacitores (unidades)	0	95	95
Caixas (unidades)	156.684	106.199	262.883
Elos-fusíveis (unidades)	190.375	116.946	307.321
Materiais de iluminação pública (unidades)	3.432	120.644	124.076
Cruzetas (unidades)	29.561	33.852	63.413
Para-raios (unidades)	9.663	8.098	17.761
Disjuntores (unidades)	66.077	32.354	98.431
Isoladores (unidades)	126.179	290.080	416.259
Seccionadores (unidades)	3.119	0	3.119
Religadores (unidades)	0	0	0
Materiais não renováveis			
Óleo mineral para transformadores ¹	372.000	18.163	390.163

¹ As distribuidoras não utilizam óleo PCB (bifenilas policloradas – ascarel).



MATERIAIS UTILIZADOS EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO |GRI EN1|

	Endesa Cachoeira	Endesa Cien	Endesa Fortaleza
Materiais diretos (t)			
Soda cáustica – solução 52%	-	-	57,7
Ácido sulfúrico e clorídrico (solução 33%)	-	-	52,1
Hipoclorito de sódio			38,2
Sulfato ferroso			26,3
Materiais não renováveis (litros)			
Resinas	300,0	780	3.800
Óleos lubrificantes	5.753	-	490
Óleos isolantes ¹	3.000	375	0
Tintas e vernizes (litros)	603	0,0	0
Solventes	613		
Outros materiais consumíveis (t)			
Toalhas industriais	0,2		
Outros materiais	0		49,9

¹ Endesa Cachoeira possui três transformadores em operação com óleo PCB (ascarel) com níveis entre 50 e 500 ppm, cujo controle é realizado periodicamente.

Mudanças climáticas |GRI EC2|

Um dos principais desafios abordados na política de sustentabilidade da Endesa Brasil é a questão das mudanças climáticas. A empresa adere a iniciativas globais na busca de soluções para diminuir e gerenciar o impacto do fenômeno, o que inclui o uso e o desenvolvimento de energias renováveis, novos combustíveis, tecnologias limpas e eficiência energética, inserindo esses temas em seus projetos e pesquisas.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam o Brasil como líder mundial de incidência de raios. Para reduzir a vulnerabilidade de suas redes ao excesso de descargas elétricas, as

distribuidoras Endesa Brasil contam com o Sistema de Monitoramento de Raios, que auxilia na identificação de locais de queda de raios na rede elétrica, na previsão de tempestades e na minimização do tempo de atendimento de eventuais ocorrências.

Esses fatores são considerados pela alta direção e têm impacto sobre os resultados. O cálculo é que as contingências provocadas por ocorrências de chuvas e descargas elétricas na região da Ampla, fora de padrão histórico, somaram R\$ 5,2 milhões em 2013. Esse valor refere-se aumento nas despesas gerais, com materiais e mão de obra.

Alguns dos riscos apresentados são as dificuldades na prestação dos serviços em razão de prejuízos hidrológicos, novas exigências regulatórias e altos custos para adaptações tecnológicas. Entre as oportunidades, existe a possibilidade de diferenciar-se no mercado por meio da inovação, com opções mais avançadas no fornecimento de energia. Esses fatores são considerados pela alta direção e têm impacto sobre os resultados.

Os anos de 2011 a 2013 foram caracterizados por índices pluviométricos abaixo do esperado. Como consequência, houve necessidade de acionamento de usinas termoelétricas, que produzem energia elétrica a custos elevados, além do aumento na emissão de CO₂ durante o processo de geração. De acordo com relatório do Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação, esse fator representou valores médios de emissão de 0,1056 tCO₂/MWh em 2011; 0,2010 tCO₂/MWh em 2012 e 0,2713 tCO₂/MWh em 2013. (Mais informações: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/74689.html>)

IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

	Riscos	Oportunidades
Impacto das estações do ano	<ul style="list-style-type: none"> Em períodos de seca e de chuva, a concentração mais elevada de calor ou de água pode afetar a qualidade dos serviços, diante das dificuldades de operação. Perdas econômico-financeiras. 	<ul style="list-style-type: none"> Buscar tecnologias mais avançadas para manter a qualidade do serviço durante as fases críticas. Manter o seguro da Endesa Brasil, que oferece cobertura para caso de inundações.
Novas exigências regulatórias	<ul style="list-style-type: none"> Custo elevado para implantação de novos procedimentos, equipamentos ou sistemas. Multas ou perda do certificado da ISO 14001 caso a nova regulamentação não seja prontamente atendida. 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer histórico de gases de efeito estufa (GEE) para permitir que as organizações adotem medidas voluntárias de melhoria em seus processos, antecipando obrigatoriedade legal. Ampliar treinamentos sobre aspectos e impactos ambientais significativos para colaboradores e empresas parceiras, para maior conscientização ambiental.
Necessidade de novas tecnologias, produtos ou serviços para enfrentar desafios das mudanças climáticas	<ul style="list-style-type: none"> Concorrência entre as empresas para conseguir a tecnologia mais avançada. Alto custo de implantação, que não proporciona retorno econômico imediato. 	<ul style="list-style-type: none"> Investimento em inovação, de modo a melhorar a qualidade dos serviços. Aprimoramento da gestão de emissões de GEE, a fim de garantir a sustentabilidade dos negócios.

Emissões atmosféricas

As empresas que integram a Endesa Brasil estão aperfeiçoando o processo de gestão das emissões atmosféricas de gases de efeito estufa (GEE) para padronizar os dados que são já levantados por Ampla e Coelce com base na metodologia GHG Protocol. As geradoras planejam adotar o mesmo critério. Por essa razão, não são publicados neste relatório os inventários feitos pelas distribuidoras em 2013.

Para neutralizar as emissões, as empresas monitoram sua frota própria e contratada de veículos a diesel, bem como os geradores. Em caso de emissões acima do padrão, os responsáveis são imediatamente notificados para que seja realizada a manutenção dos veículos. Outra iniciativa é o uso de veículos elétricos. Em 2013, por exemplo, a Endesa Fortaleza adquiriu dois desses carros para uso pela área de operação e manutenção nas atividades dentro da central, reduzindo a circulação de veículos a combustão.

Em 2013, a Coelce desenvolveu o projeto Conta Verde, que será posto em prática em 2014. A metodologia visa mensurar a redução de emissões por meio da reciclagem dos materiais utilizados no Programa Ecoelce, além de investigar o grau médio de emissão de GEE pelo uso da energia elétrica para cada cliente usuário do programa.

Efluentes

Ampla, Coelce, Endesa Cachoeira e Endesa Cien não produzem efluentes significativos e seus descartes sanitários são feitos em rede pública, que trata integralmente os efluentes. A Cien conta com sistema de esgotamento sanitário e com serviços de limpeza da área administrativa e industrial. Também adota sistema de infiltração no solo para parte dos esgotos tratados, não havendo lançamento direto nos corpos d'água.

A Endesa Fortaleza é a única empresa que gera efluentes expressivos, em descargas a partir dos sistemas de refrigeração e de geração de vapor da central. As descargas oriundas de unidade de tratamento de água, de sistemas de refrigeração e de caldeiras são tratadas na própria usina. Os demais efluentes são neutralizados e encaminhados ao emissário da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece). No exercício, foi iniciada a ampliação e a reforma de sua central de resíduos, com o objetivo de acondicionar corretamente esses materiais e facilitar sua segregação.

DESCARTE DE ÁGUA – ENDESA FORTALEZA |GRI EN21|

	2011	2012	2013
Volume total do descarte (m ³ /ano)	253.000	369.983	689.396
Destinação	Emissário	Emissário	Emissário
Método de tratamento	Neutralização	Neutralização	Neutralização
Descargas térmicas – temperatura média	33°C	32°C	32°C
Demanda Química de Oxigênio (DQO)	76	84	75
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	40	46	43,3
Nitrogênio (kg)	228	333	620
Sólidos Suspensos Totais (SST)	0	0	4.902
Percentual de efluentes tratados (%)	100	100	100

Resíduos

As empresas da Endesa Brasil monitoram seus resíduos desde a geração até a disposição final. Tendo por base as orientações do Sistema de Gestão Ambiental e os requisitos da legislação, a destinação ocorre de acordo com a natureza do material e é executada com o auxílio de empresas especializadas. Todas as empresas contratadas são devidamente licenciadas para transporte, disposição, reciclagem ou destinação desses

materiais. Elas devem apresentar os manifestos de resíduos, para que esses possam ser rastreados, garantindo que o processo esteja sendo realizado segundo a legislação ambiental vigente.

Em 2013, a Coelce realizou a descontaminação de 32.933 lâmpadas e encaminhou 5.253 litros de óleo para regeneração. O volume total de resíduos perigosos somou 15,5 toneladas na

distribuidora cearense. Em Ampla, entre óleos usados, lâmpadas, baterias de chumbo e areia, e brita contaminada com óleo, os resíduos perigosos totalizaram 409,7 toneladas. O volume foi de 9,6 toneladas em Endesa Fortaleza, sendo a maior parte correspondente a pilhas e baterias, e 1,3 tonelada em Endesa Cien. Não há dados para Endesa Cachoeira, que está ajustando seu processo de gestão e controle de resíduos.

DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS ¹ | GRI EN22|

	Ampla ²	Coelce	Cien	Fortaleza	Método de disposição
Resíduos perigosos (t)	409,7	15,5	1,3	9,6	
Óleos usados	331,1	4,7	0	0,3	Reutilização/reciclagem
Lâmpadas	15,4	6,4	0,03	0,1	Trituração, captura do material pesado, descontaminação
Baterias de chumbo utilizadas	28,8	2,6	0,01	8,2	Aterro classe I (pilhas) e reciclagem (baterias)
Materiais contaminados com óleo	34,4	1,6	0,7	0,8	Reprocessamento
Resíduos da saúde	-	0,0	0	0,01	Incineração
Tonner	-	0,2	0	0,01	Reutilização
Pilhas e baterias			0,5		Aterro industrial Classe I e II
Resina IRN ³	4.550,1	7.945,3	8,2	164,5	
Resíduos não perigosos (t)	3.834,4	7.668,4	0	0,3	Reciclagem
Máquinas, postes, equipamentos, cabos	39,4	0,2	0	0	Reciclagem
Alumínio	91,9	0,5	0,6	0,2	Reciclagem
Cobre	488,9	13,9	0,8	1,8	Reciclagem/Reutilização
Metal	0	0	0,05	0,1	Reciclagem
Embalagens plásticas	0	226,9	5,5	149,3	Aterro sanitário
Papel/Papelão	95,5	35,4	1,2	15,0	Reutilização
Vidro			0,05		
Orgânicos	0	226,9	5,47	149,3	Aterro sanitário
Restos de madeira	95,5t	35,4	1,23	15,0	Reutilização

¹ Não são informados dados de Endesa Cachoeira, que está ajustando seu processo de gestão e controle de resíduos

² A Ampla mantém destinação adequada para cada tipo de resíduo, porém no final do período deste relatório a disposição final não havia sido realizada devido à quantidade gerada durante o ano.

³ Material utilizado para tratamento de água para sistema de refrigeração de conversores de frequência

Resíduos recicláveis viram energia

Projetos considerados referência em sustentabilidade, porque reúnem aspectos econômicos, sociais e ambientais, os programas Consciência EcoAmpla e Ecoelce trocam resíduos recicláveis por bônus na conta de energia elétrica. A ação é direcionada a clientes residenciais e tem como objetivo secundário organizar um programa de coleta seletiva de resíduos sólidos com valor de mercado e dar destinação correta, propiciando liquidez das contas de energia da população, além de contribuir para o aumento da vida útil dos aterros sanitários. Por meio da coleta seletiva, o material levado até os locais credenciados é pesado e transformado em descontos nas faturas.

O material coletado é encaminhado a uma empresa de reciclagem credenciada para a devida destinação. A cada real concedido em desconto para o cliente, o mesmo valor é pago pelas empresas, que recebem os materiais coletados e subsidiam o projeto e, por consequência,

auxiliam a movimentar a indústria de reciclagem. Na Ampla, também é possível obter descontos por meio da reciclagem de óleo de cozinha, coletado por carro da companhia, que passa periodicamente pelas ruas das regiões atendidas pela distribuidora.

Na região de Ampla, com 6.974 novos clientes cadastrados em 2013, o projeto arrecadou 720 toneladas de resíduos e distribuiu R\$ 123.952,00 de bônus na conta de luz. Desde o início do projeto, em 2008, concedeu bônus de R\$ 731,7 mil, com 3.940 toneladas arrecadadas.

O Ecoelce esteve presente em 30 municípios cearenses, sendo que em 27 comunidades a coleta foi realizada por meio de caminhão itinerante. Houve a adesão de 3.428 novos clientes e, somente no ano, foram arrecadados 1.693 toneladas de resíduos para reciclagem, distribuindo R\$ 277.683,66 em bônus. No total, há 423.330 clientes

cadastrados e desde o início do programa, em 2007, foram recicladas 15,4 mil toneladas de resíduos e proporcionados R\$ 1.876.721,49 em descontos nas contas de energia.

Além de receber e dar destino correto aos resíduos recicláveis, em 2013, nove postos do Ecoelce passaram a coletar pilhas descartadas pela população, beneficiando moradores de Fortaleza, Caucaia, Maracanaú e Maranguape. Após o descarte da pilha, o material é coletado, pesado, separado e encaminhado para o reprocessamento e a reciclagem. O programa também colabora com o Banco de Leite do Hospital Infantil Albert Sabin. Em um dos postos de troca do Ecoelce são recebidos potes de vidros vazios, que são encaminhados ao hospital, para coleta e armazenamento de leite materno. A iniciativa oferece ainda a possibilidade de doação de créditos para uma instituição social.

PROGRAMAS DE RECICLAGEM

	Consciência EcoAmpla		Ecoelce	
	2013	Acumulado desde 2008	2013	Acumulado desde 2007
Clientes cadastrados	6.974	143.485	3.428	423.330
Material recebido (toneladas)	720	3.940	1.693	15.400
Bônus outorgados nas faturas (R\$ mil)	123,9	731,7	277,6	1.876





Biodiversidade | GRI EN12, EN14

O maior impacto sobre a biodiversidade das atividades das empresas da Endesa Brasil diz respeito às redes de distribuição em locais remotos, que cruzam estações ecológicas, parques e reservas. No Rio de Janeiro, região da Ampla, subestações instaladas em Unidades de Conservação ou em distância de até 500 metros ocupam área total de 207,2 mil metros quadrados. Linhas de transmissão em Unidades de Conservação somam 248,6 quilômetros de extensão. Os dados de áreas de Coelce e das empresas de geração e transmissão não estão disponíveis. | GRI EN11

Na instalação e manutenção de linhas, os principais riscos envolvem a supressão vegetal e o vazamento de óleo mineral isolante. Para minimizar os efeitos sobre o meio ambiente, há capacitação de equipes e utilização de equipamentos e materiais ecológicos, além do manejo sustentável da vegetação. Todas as operações realizadas seguem rigorosos procedimentos operacionais, de modo a minimizar os impactos ambientais e cumprir os requisitos da legislação ambiental.

Em áreas de subestações de distribuição, o controle de vegetação é feito manualmente, sem o uso de herbicidas para reduzir os efeitos sobre a fauna e a flora. Na expansão das redes de distribuição, dá-se preferência por estradas já abertas para a colocação

dos postes, a fim de evitar o corte de árvores em mata fechada. Quando não é possível desviar de árvores nativas, é utilizada a cruzeta-beco, que dispõe os cabos somente no lado oposto ao da vegetação. Periodicamente, realizam-se podas para impedir que a vegetação entre em contato com a rede elétrica e cause acidentes. Essa medida compõe o Plano Anual de Inspeção e segue os procedimentos do Sistema de Gestão Ambiental, certificado pela norma ISO 14001:2004, e do Sistema de Gestão da Qualidade dos Processos, certificado pela ISO 9001:2006.

A Coelce desenvolve um projeto de P&D cujo escopo é diminuir os ruídos emitidos no processo de trituração das podas. A distribuidora utiliza máquinas que trituram e reduzem os resíduos, minimizando ainda os impactos da emissão de fumaça preta no transporte desse material.

Nas atividades de geração, os impactos também são reduzidos. Em caráter preventivo, a Endesa Cachoeira realiza o monitoramento da fauna do entorno e da ictiofauna do reservatório, no intuito de preservar o meio ambiente e a biodiversidade local. Desde 2010, de forma voluntária, promove o reflorestamento de seu entorno, já tendo recuperado 54 hectares da mata ciliar por meio do plantio de 90 mil mudas nativas do Cerrado. Em 2013, não

houve restauração florestal e foi iniciado processo de contratação de empresa que irá prosseguir com esse trabalho. As áreas em processo de recuperação não foram prejudicadas pela usina – trata-se de uma região historicamente ocupada e aproveitada para atividades agropastoris, principais responsáveis pela degradação do bioma Cerrado.

Outra iniciativa da hidrelétrica foi o aparelhamento do laboratório do Espaço Endesa, destinado à comunidade, com foco em meio ambiente e cultura. O laboratório dá suporte às ações de análise e monitoramento ambientais feitos na CDSA, que observam questões de qualidade da água, ictiofauna, moluscos, entre outros aspectos.

As operações de conversão e transmissão da Cien também não causam impacto significativo sobre o meio ambiente e a biodiversidade local. Para evitar a supressão vegetal, são adotadas práticas para a manutenção de linhas de transmissão, que favorecem a regeneração de áreas eventualmente afetadas. Ao final de 2013, a companhia deu início a um projeto de seccionamento da linha 2, que construirá 11 quilômetros de linhas de transmissão, até a subestação de Santo Ângelo. A obra, vistoriada no último trimestre do ano e aprovada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), terá baixo impacto ambiental.

PROPRIEDADES EM ÁREAS PROTEGIDAS OU DE ALTA BIODIVERSIDADE |GRI EN11|

Área ocupada	0,20 km ² : 0,08 (áreas protegidas); 0,12 (adjacências – até 500 metros)	248,64 km
Localização	Áreas protegidas: APA Petrópolis (Petrópolis), APA da Bacia do Rio Macacu (Guapimirim e Cachoeira de Macacu), APA do Engenho Pequeno (São Gonçalo), APA da Bacia do Rio São João (Araruama e Sila Jardim). Adjacências: Reserva Biológica da União (Rio das Ostras) APA da Bacia do Rio São João (Rio das Ostras), APA da Serra de Sapatiba (São Pedro da Aldeia), APA de Massambaba (Saquarema), Parque Estadual dos Três Picos (Teresópolis), APA de Petrópolis (Petrópolis), APA de Guapimirim (Itaboraí e São Gonçalo). Parque Municipal Darcy Ribeiro (Niterói)	Estação Ecológica de Guaxindiba, Parque Estadual da Lagoa do Açu, APA do Sana (Macaé), Reserva Biológica União, APA da Bacia do Rio São João/Mico-Leão Dourado, APA do Mico-Leão Dourado (Cabo Frio), Parque Estadual da Costa do Sol, APA da Serra de Sapatiba, Parque Estadual dos Três Picos, Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis, Parque Nacional da Serra dos Órgãos, APA Petrópolis, APA de Suruí (municipal de Magé), APA da Bacia do Rio Macacu, REBIO de Araras, Rebio do Tinguá, Rebio do Parque Equitativa (Duque de Caxias), APA de Guapimirim, APA do Engenho Pequeno (São Gonçalo), APA da Água Escondida (municipal de Niterói), Parque Estadual Darcy Ribeiro, Parque Estadual da Serra da Tiririca, APA de Mangaratiba, APA de Tamoios, Parque Estadual do Cunhambebe, Parque Nacional da Serra da Bocaina
Tipo de operação	Subestações – Ampla	Linhas de transmissão – Ampla
Valor da biodiversidade	Ecosistemas terrestres – Mata Atlântica	Ecosistemas terrestres – Mata Atlântica
Estado de conservação	Reservas e parques estaduais e municipais	Reservas e parques federais, estaduais e municipais

Nas áreas de atuação de Endesa Cachoeira e Endesa Cien, em Goiás e no Rio Grande do Sul, existem espécies de flora e fauna consideradas vulneráveis ou ameaçadas de extinção de acordo com a Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) ou o Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, do Ministério do Meio Ambiente.

ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO |GRI EN15|

Nome	Espécie	Tipo	Condição	Bioma	Empresa	Referência
Morcego	<i>Chiroderma doriae</i>	Fauna	Vulnerável	Mata Atlântica	Endesa Cachoeira	IUNC
Macaco-guigó	<i>Callicebus personatu</i>	Fauna	Vulnerável	Mata Atlântica	Endesa Cachoeira	IUCN
Lobo-guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Fauna	Vulnerável	Cerrado e Mata Atlântica	Endesa Cachoeira	MMA
Gato-do-mato	<i>Leopardus tigrinus</i>	Fauna	Vulnerável	Cerrado e Mata Atlântica	Endesa Cachoeira	MMA
Arara-azul	<i>Anadorhynchus hyacinthinus</i>	Fauna	Vulnerável	Cerrado	Endesa Cachoeira	MMA
Suquarana	<i>Puma concolor</i>	Fauna	Vulnerável	Cerrado	Endesa Cachoeira	MMA
Gato-maracajá	<i>Leopardus wiedii</i>	Fauna	Vulnerável	Cerrado e Mata Atlântica	Endesa Cachoeira	MMA
Araucária	<i>Araucaria angustifolia</i>	Flora	Criticamente ameaçada	Pampa	Endesa Cien	IUCN
Lobo-guará	<i>Chrysocyon brachyurus</i>	Fauna	Vulnerável	Cerrado e Mata Atlântica	Endesa Cien	MMA
Puma ou leão-baio	<i>Puma concolor</i>	Fauna	Vulnerável	Pampa	Endesa Cien	MMA

IUCN: International Union for Conservation of Nature (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais)

MMA: Ministério do Meio Ambiente (Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção)





Desempenho econômico-financeiro

Os negócios da Endesa Brasil englobam atividades de distribuição, geração, conversão e transmissão de energia e serviços energéticos.

Distribuição

O volume total de venda e transporte de energia nas áreas de concessão nos Estados do Rio de Janeiro e do Ceará foi de 21.322 GWh, o que representa aumento de 5,1% (+ 1.032 GWh) em relação ao ano de 2012, cujo volume foi de 20.290 GWh. Essa variação é o efeito combinado de incremento de 5,4% observado no mercado cativo da companhia (+ 957 GWh) em relação a 2012 (de 17.633 GWh a 18.590 GWh), impulsionado, ainda, por maior volume de energia transportado para os clientes livres, cujo montante foi de 2.732 GWh, 2,8% superior ao registrado em 2012 (+ 75 GWh). A energia transportada proporciona receita de Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição (Tusd).

No mercado cativo, a maior evolução de consumo (8,1%) foi registrada na classe residencial, com destaque para a alta de 11,4% entre consumidores baixa renda. O maior crescimento concentrou-se entre os clientes da Coelce, com 12,4% na classe residencial (sendo 13,1% na convencional e 11,4% na baixa renda). Em Ampla a alta da classe residencial convencional foi de 4,0%, e da baixa renda, de 11,4%. Enquanto no Ceará todas as classes de consumo apresentaram crescimento, no Rio de Janeiro os clientes industriais consumiram menos 6,3% energia, significando recuo consolidado de 3,6% dessa classe, que reflete especialmente a migração de clientes do mercado cativo para o mercado livre.

ENERGIA VENDIDA E TRANSPORTADA (GWH)

	Ampla		Coelce		Total		Var.%
	2012	2013	2012	2013	2012	2013	
Mercado cativo							
Residencial – Convencional	3.915	4.071	2.020	2.285	5.935	6.356	7,1%
Residencial – Baixa Renda	417	465	1.290	1.437	1.707	1.902	11,4%
Industrial	1.058	991	1.186	1.173	2.244	2.164	-3,6%
Comercial	2.052	2.081	1.826	1.955	3.878	4.036	4,1%
Rural	234	236	1.093	1.220	1.327	1.456	9,7%
Setor público	1.292	1.348	1.250	1.328	2.542	2.676	5,3%
Subtotal – mercado cativo	8.968	9.192	8.665	9.398	17.633	18.590	5,4%
Cientes livres							
Transporte de energia	1.504	1.598	1.153	1.334	2.657	2.732	2,8%
Total	10.472	10.790	9.818	10.732	20.290	21.322	5,1%

Perdas [GRI EU12]

As perdas consolidadas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) foram equivalentes a 4.250 GWh, representando 19,7% do total da energia comprada pelas distribuidoras Ampla e Coelce, que somou 22.161 GWh em 2013.

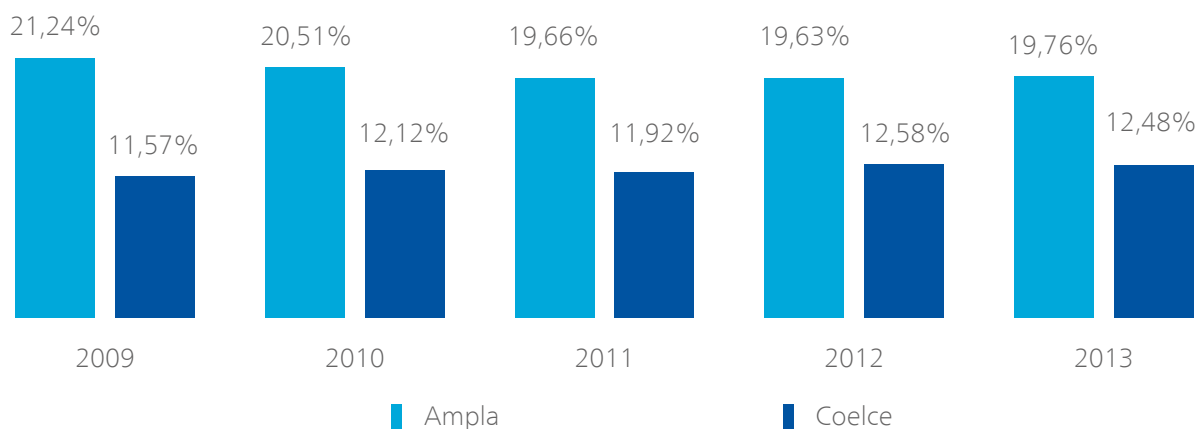
Na Ampla, as perdas foram de 19,76%, 0,13 ponto percentual acima do índice registrado em 2012, de 19,63%. Esse resultado ficou 0,96 ponto percentual acima da meta de 18,78%, em decorrência de dois aspectos: 1) Variação do *mix* de mercado, em que a energia vendida a clientes conectados em média e alta-tensão apresentou crescimento bem inferior aos clientes de baixa-tensão e 2) o aumento da agressividade de mercado, fruto da migração da violência para cidades da área de concessão da Ampla após a instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no município do Rio de Janeiro.

Na Coelce, as perdas alcançaram 12,48%, melhoria de 0,11 ponto percentual em relação a 2012 (12,59%). O aumento nas perdas comerciais, de 0,16 ponto percentual em comparação ao ano anterior, se deve a dois fatores principais: o crescimento de consumo na zona rural, devido à estiagem, e a existência de ligações clandestinas em áreas de invasão.

No ano, Ampla investiu R\$ 100 milhões no combate às perdas e a Coelce, R\$ 30,6 milhões.

Uma inovação de 2013 que está trazendo resultados positivos para a Ampla é um sistema inteligente que funciona por análise de dados e consegue identificar os grupos de clientes que têm maior probabilidade de furto. O sistema abrange cerca de 2 milhões de consumidores e cruza informações de tipo de consumo, região de moradia e histórico de pagamento. Dessa forma, direciona as equipes para identificar com maior assertividade as localidades de risco, evitando gastos desnecessários com cortes e religamentos.

Perdas de energia



No ano, foram desconectados por falta de pagamento 1,3 milhão de clientes, dos quais 937,3 mil desconectados e regularizados, sendo que 562,8 mil regularizaram a situação 48 horas após a desconexão da rede de energia.

DESLIGAMENTOS RESIDENCIAIS – NÚMERO DE CLIENTES [GRI EU27]

	Ampla		Coelce		Total	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Total de clientes desconectados	847.030	773.328	564.344	519.359	1.411.374	1.292.687
Total de clientes desconectados e regularizados	611.287	571.039	395.047	366.221	1.006.334	937.260
Tempo entre desconexão e regularização do pagamento	611.287	571.039	395.047	366.221	1.006.334	937.260
Menos de 48 horas	326.800	315.096	229.038	247.746	555.838	562.842
48 horas a 1 semana	101.822	95.827	77.962	49.044	179.784	144.871
1 semana a 1 mês	97.653	86.916	52.932	41.029	150.585	127.945
1 mês a 1 ano	84.923	73.196	35.095	28.378	120.018	101.574
Mais de um ano	89	4	20	24	109	28
Tempo entre o acerto do pagamento e a reconexão	724.952	707.673	492.074	455.351	1.217.026	1.163.024
Menos de 24 horas	707.553	691.110	482.713	448.018	1.190.266	1.139.128
Entre 24 horas e 1 semana	16.953	15.726	9.256	7.329	26.209	23.055
Mais de uma semana	446	837	105	4	551	841

Geração

A geração de energia em 2013 de Endesa Cachoeira refletiu a menor afluência de chuvas e totalizou 2.469 GWh, em comparação a 3.722 GWh em 2012. O fator de carga da usina foi de 58,3% (66,7% em 2012). Foram registradas, em 2013, paradas planejadas para manutenção das unidades geradoras 04, 06 e 10. O índice de disponibilidade acumulado foi de 94,7%. [|GRI EU2, EU30|](#)

A Central Termelétrica Endesa Fortaleza registrou índice de disponibilidade de 98,45% (98,93% no ano anterior) e índice de eficiência de 49,86%, com geração de 2.640 GWh. Foram registradas paradas planejadas para inspeções de manutenção nas unidades geradoras de gás e vapor durante o mês de julho. A operação da usina resultou em um fator de carga de 95,8% (52,8% em 2012). [|GRI EU2, EU30, EU11|](#)

Transmissão

Em 2013, a Endesa Cien transmitiu 1.195,6 GWh de energia, mantendo a disponibilidade para atendimento do Sistema Interligado Nacional (SIN). As perdas elétricas foram de 2,82% sobre o requisito de energia. [|GRI EU12|](#)

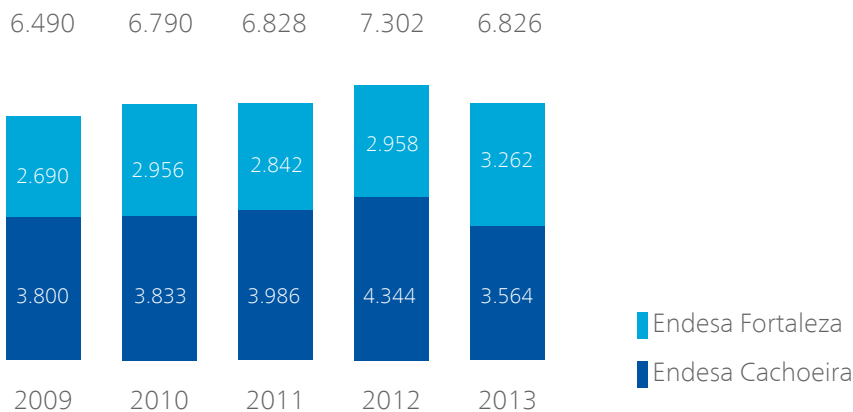
No ano destacou-se a realização da obra de seccionamento da linha de transmissão Garabi-Itá 2, com término das obras previsto para 2014. O projeto foi aprovado pela Aneel em 2012 e consiste: (i) na construção, em Santo Ângelo (RS), do ramal da linha de transmissão atual, de 525 kV, com dois circuitos simples de 12 quilômetros; e (ii) na construção adicional de duas linhas de transmissão na subestação Santo Ângelo, com o equipamento principal correspondente (interruptores, seccionadores e transformadores), sala de controle e de serviços auxiliares independentes.

Serviços energéticos

A Prátil iniciou, em 2013, o projeto de Geração Distribuída no Brasil, realizado de acordo com a Resolução Aneel nº 482/2012, que estabeleceu novas regras para a microgeração distribuída. Segundo as novas regras, todo consumidor pode gerar sua própria energia, com o excedente podendo ser injetado na rede, e com um sistema de compensação de créditos a favor do consumidor. Isso viabiliza economicamente os sistemas de microgeração no país.

Ao término no ano haviam sido instaladas nove unidades de microgeração, sendo sete no Estado do Rio de Janeiro e duas no Ceará, todas de fonte solar (painéis fotovoltaicos). Entre elas, duas escolas e uma associação de apoio a crianças com deficiência.

Energia Vendida - Geração (GWh)



Ambiente regulatório

Alguns temas regulatórios tiveram impacto sobre a atuação e o desempenho econômico-financeiro do setor elétrico brasileiro:

1) Medida Provisória 579, de setembro de 2012, posteriormente transformada na Lei n.º 12.783/13, em janeiro de 2013, que teve o objetivo de reduzir as tarifas de energia aos consumidores finais e definir as regras para a renovação das concessões dos agentes do setor elétrico brasileiro.

Como consequência dessa Lei, o governo promoveu uma redução estrutural de 20%, em média, nas tarifas de energia das distribuidoras, por meio das seguintes decisões:

- Definição de novas condições para a renovação dos contratos de concessão de geração e transmissão, em que:

- Os ativos não depreciados foram indenizados (valorados pelo Valor Novo de Reposição – VNR) e para o próximo período de concessão somente receberão tarifa regulada de O&M (Operação e Manutenção);

- Redistribuição de toda energia dos geradores que renovaram por meio das cotas de energia para distribuidoras;

- Repasse para as distribuidoras do risco/custo hidrológico, para posterior repasse aos consumidores via tarifa.

- Eliminação ou redução de determinados encargos setoriais;

- Retirada de subsídios da estrutura da tarifa, com aporte direto via CDE.

As novas tarifas passaram a vigorar a partir de 24 de janeiro de 2013 e, tendo em vista que as reduções das tarifas vieram acompanhadas de reduções proporcionais em encargos setoriais e nos custos de compra de energia e nos custos de transmissão, esta redução apresentou impacto neutro das margens da Companhia e no seu EBITDA.

2) Decreto n.º 7.945/13, com o objetivo de auxiliar as concessionárias de distribuição de energia elétrica do país. Publicado em março de 2013, prevê o repasse às companhias de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). O auxílio se fez necessário devido aos elevados custos com os quais as distribuidoras incorreram desde final de 2012, em função dos seguintes fatores:

- Descontratação involuntária causada pela não adesão à renovação das concessões por alguns agentes de geração e consequente exposição ao mercado de curto prazo;

- Repasse para as distribuidoras do risco/custo hidrológico, para posterior repasse aos consumidores via tarifa;

- Despacho de usinas termoeletricas fora da ordem de mérito para garantir a segurança energética do sistema nacional.

Todos esses fatores, de acordo com a metodologia vigente de revisões e reajustes tarifários, seriam repassados ao consumidor final, no momento da revisão ou do reajuste tarifário do ano subsequente. No entanto, tendo em vista os elevados custos incorridos, o Governo Federal decidiu lançar mão desta medida para evitar restrições de liquidez e situações de pressão no caixa das distribuidoras.

3) Reajuste Anual Tarifário de 2013.

Para a Ampla Energia, o reajuste teve vigência a partir do dia 15 de março de 2013 e estabeleceu um aumento nas tarifas de 12,23%, sendo que o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo da Companhia foi um aumento de 12,13%, tendo em vista a retirada da tarifa dos componentes financeiros oriundos do reajuste tarifário anual anterior.

Para a Coelce, o reajuste entrou em vigor em 22 de março de 2013, estabelecendo um incremento nas tarifas de 3,44%, sendo o efeito médio a ser percebido pelo mercado cativo um incremento de 3,92%.

Resultados

O desempenho econômico da Endesa Brasil espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolida.

A receita operacional bruta de 2013 foi 6,3% inferior à apresentada no ano de 2012, em decorrência do Decreto Presidencial 7.945/2013, que reduziu a tarifa ao cliente final em média 20%, por meio de menores custos de encargos e de compra de energia.

As deduções da receita operacional foram reduzidas, em razão do Decreto Presidencial 7.945/2013, que eliminou o encargo Reserva Global de Reversão (RGR) e Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), além de reduzir em 75% o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). A receita líquida, por sua vez, fechou 2013 com R\$ 7,6 bilhões, 2,0% acima da apresentada no ano anterior.

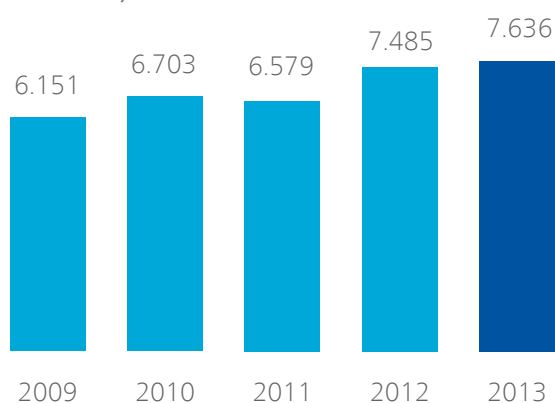
Os custos e as despesas operacionais apresentaram incremento de 7,2%, decorrente, principalmente, por maiores gastos com compra de energia, produto da maior demanda e de maior preço (efeito combinado da desconstrução e maior Provisão para Liquidação de Devedores – PLD).

Essas variações implicaram um EBITDA de R\$ 2,1 bilhões, 8,2% inferior ao apresentado em 2012 (R\$ 2,3 bilhões).

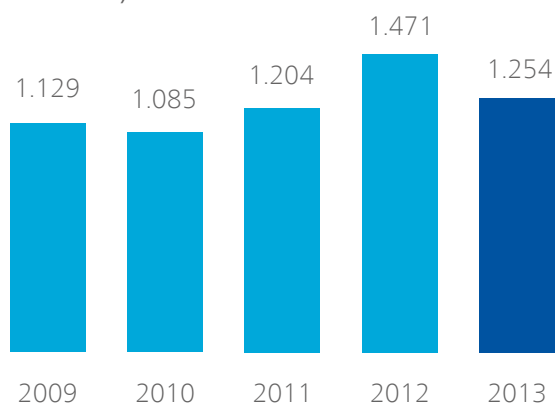
O resultado financeiro registrou retração 72,6%, encerrando o ano positivo em R\$ 44 milhões. A redução observada se deve, basicamente, ao registro contábil, em 2012, de um maior ativo, após a promulgação da Lei 12.783 que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579, e foi parcialmente compensada pela atualização financeira sobre o crédito de PIS/Cofins.

Em decorrência dos efeitos acima, o total de impostos apresentou redução de 27,0% e o lucro líquido um decréscimo de 14,8%, alcançando, em 2013, o total de R\$ 1,3 bilhão (R\$ 1,5 bilhão em 2012).

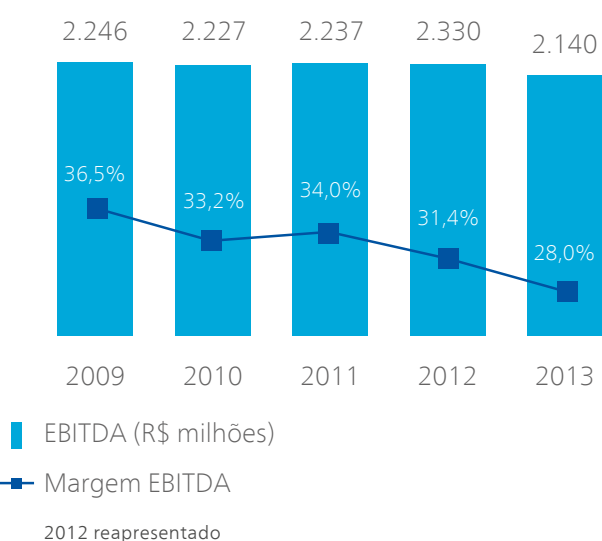
Receita operacional líquida (R\$ milhões)



Lucro líquido (R\$ milhões)



EBITDA e margem



■ EBITDA (R\$ milhões)

■ Margem EBITDA

2012 reapresentado

Investimentos

Os investimentos realizados em 2013 alcançaram R\$ 847,9 milhões, acréscimo de 254% (+R\$ 171,7 milhões) em relação aos R\$ 676,1 milhões aplicados no ano anterior. O maior volume (R\$ 233,7 milhões), ou 27,6 % do total, foi direcionado a novas conexões nas distribuidoras Ampla e Coelce.

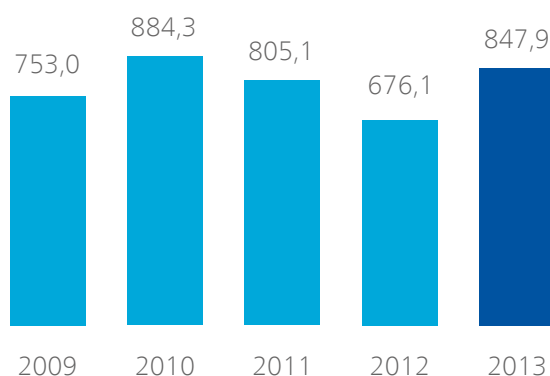
Em Distribuição, destacaram-se ainda os investimentos em qualidade do sistema elétrico (R\$ 127,8 milhões), especialmente em Ampla, que destinou R\$ 108,2 milhões a essa finalidade, e combate às perdas de energia, com recursos de R\$ 130,4 milhões.

Em geração, os investimentos cresceram 210,5% no ano, somando R\$ 118,0 milhões. O maior volume (R\$ 63,8 milhões) foi destinado à Endesa Fortaleza, especialmente ao plano de manutenção de longo prazo das unidades geradoras. Na Endesa Cien, os recursos cresceram 353,1% comparativamente ao ano anterior, com a maior parte destinada ao projeto de seccionamento da Linha Garabi II. Na Endesa Cachoeira, os investimentos de R\$ 23,5 milhões foram destinados a atividades de manutenção e reforço da usina, destacando-se a substituição do enrolamento estatórico da unidade geradora 06.

INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)

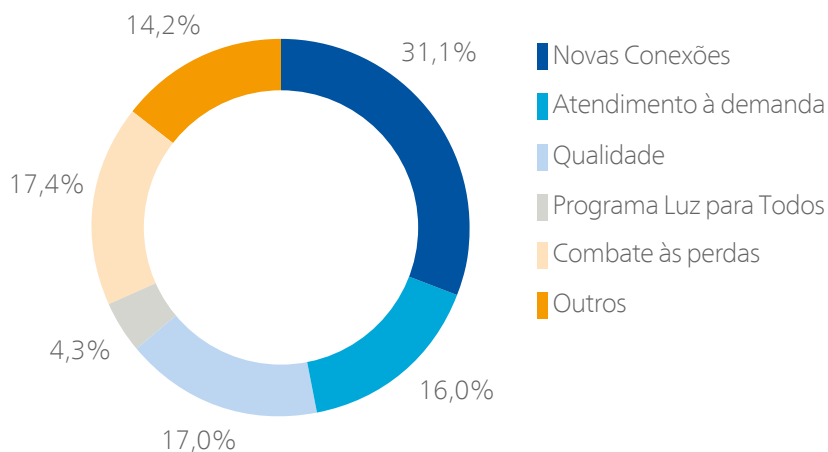
	2012	2013	Varição
Distribuição	622.657	716.590	15,1%
Coelce	182.849	259.805	42,1%
Ampla	439.808	456.785	3,9%
Geração	38.014	118.039	210,5%
Cachoeira	12.940	23.532	81,9%
Fortaleza	18.298	63.805	248,7%
Cien	6.776	30.702	353,1%
Prátil	179	1.874	946,9%
Endesa Brasil	15.273	11.367	-25,6%
Total	676.123	847.870	25,4%

Investimentos (R\$ milhões) ¹



¹ Até 2011, não inclui Prátil e projetos de crescimento, dados de 2012 revisados.

Investimentos em distribuição



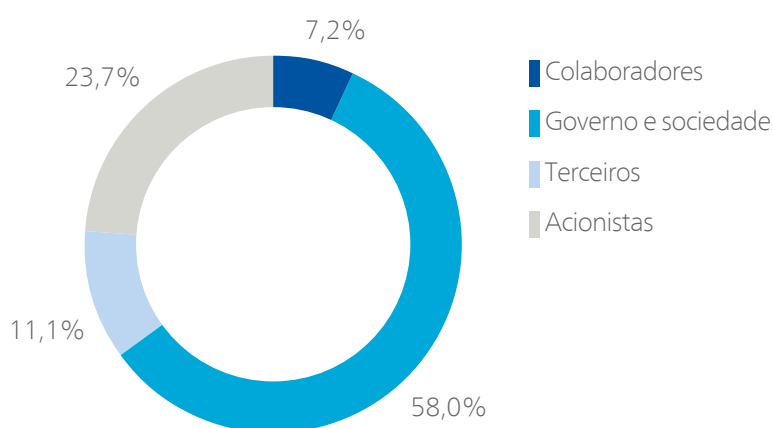
LINHAS DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO – KM |GRI EU4|

	Ampla		Coelce		Endesa Cien		Total	
	Aéreas	Subterrâneas	Aéreas	Subterrâneas	Aéreas	Subterrâneas	Aéreas	Subterrâneas
Linhas de transmissão								
Alta-tensão (acima de 69 kV)	3.432,38	-	4.875	-	723,22	-	9.030,60	-
Rede de distribuição								
Média-tensão (15 ou 25 kV)	33.932,06	50,11	82.240	4,21	-	-	116.172,06	54,32
Baixa-tensão (127 a 220 v)	17.837,55	20,87	48.791	160,48	-	-	66.628,55	181,35
Total	55.201,99	70,98	135.906	164,69	723,22	-	191.831,21	235,67

Valor adicionado

O valor adicionado, que reflete a riqueza agregada pela atividade empresarial, totalizou R\$ 5,29 bilhões, 17,6% abaixo do registrado no ano anterior. O valor representa a diferença entre a receita bruta da Endesa Brasil e os valores pagos por materiais e serviços adquiridos de terceiros, depreciação e amortizações. Do total, 58% foram distribuídos ao governo e à sociedade, na forma de impostos, taxas e contribuições; 7,2% a colaboradores (salários, benefícios e encargos sociais); 11,1% a financiadores (juros, despesas financeiras e aluguéis) e 23,7% a acionistas (dividendos e reservas).

Distribuição do valor adicionado



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO |GRI EC1|

	2011	2012	2013	Varição 2013/2012
Receitas	9.331.973	10.626.393	10.140.039	-4,58%
Vendas de energia e serviços	8.009.475	9.126.080	8.599.013	-5,78%
Disponibilização da rede de transmissão	646.946	913.742	805.057	-11,89%
Receitas relativas à construção de ativos próprios	619.135	572.735	698.047	21,88%
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-52.980	-98.968	-116.908	18,13%
Outras receitas	109.397	112.804	154.830	37,26%
Insumos adquiridos de terceiros	-3.856.963	-4.538.230	-4.912.342	8,24%
Compra de energia	-2.096.519	-2.498.027	-2.831.819	13,36%
Custo do sistema de transmissão e CFRH	-15.959	-38.091	-29.479	-22,61%
Encargos de uso da rede elétrica	-376.190	-561.018	-309.578	-44,82%
Custo de construção	-619.135	-572.735	-698.047	21,88%
Material e serviços de terceiros	-657.395	-683.081	-811.901	18,86%
Recuperação de despesas – risco regulatório	0	0	0	0
Outras despesas operacionais	-91.765	-185.278	-231.518	24,96%
Valor adicionado bruto	5.475.010	6.088.163	5.227.697	-14,13%
Depreciação, amortização do ágio e outras amortizações	-482.371	-482.999	-530.385	9,81%
Valor adicionado líquido	4.992.639	5.605.164	4.697.312	-16,20%
Receitas financeiras e variações monetárias e cambiais	496.102	808.431	590.718	-26,93%
Valor adicionado recebido em transferência	496.102	808.431	590.718	-26,93%
Valor adicionado a distribuir	5.488.741	6.413.595	5.288.030	-17,55%

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO | GRI EC1

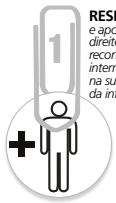
	2011	2012	2013
Pessoal	351.400	379.916	380.250
Remunerações			249.311
FGTS			12.070
Benefícios			62.187
Outros encargos sociais			21.209
Previdência privada			-
Auxílio-alimentação			200
Convênio assistencial e outros benefícios			27
Participação nos resultados			35.246
Governo e sociedade - Impostos, taxas e contribuições	3.253.423	3.893.790	3.066.214
Federal	1.465.990	1.784.266	1.129.732
Estadual	1.859.533	2.136.990	2.029.740
Municipal	5.703	6.170	6.833
(-) Incentivos fiscais	-77.803	-33.636	-100.091
Remuneração de capitais de terceiros	680.396	669.253	587.925
Juros e variações cambiais	447.407	328.097	300.708
Outras despesas financeiras	214.222	318.173	266.656
Aluguéis	18.767	22.983	20.561
Acionistas - Remuneração de capitais próprios	1.203.522	1.470.636	1.253.641
Participação dos não controladores	332.386	466.819	343.394
Dividendo mínimo obrigatório	36.341	264.880	236.981
Dividendos propostos	-	-	616.150
Dividendos adicionais	0	741.665	-
Dividendos intercalares	163.258	0	-
Reserva legal	42.021	0	0
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-
Reserva de reforço de capital de giro	598.797	48.914	116.554
Absorção de prejuízos	30.880	0	- 59.438
Retenção de dividendos	0	-51.642	0
Prejuízo do exercício	-	-	-
Reversão de dividendos prescritos	-161	0	-
Total do valor adicionado distribuído	5.488.741	6.413.595	5.288.030

Práticas alinhadas ao Pacto Global

A Endesa Brasil desenvolve ações alinhadas aos compromissos voluntários assumidos em 2005, quando aderiu aos dez princípios universais do Pacto Global das Nações Unidas nos temas direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção. A empresa também é apoiadora dos Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que contribuem para a equidade e o desenvolvimento humano com ações que buscam a redução de males como a miséria, o preconceito racial, a mortalidade infantil por desnutrição e enfermidades e o analfabetismo.

Princípios do Pacto Global	Objetivos do Milênio	Ações
----------------------------	----------------------	-------

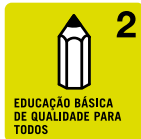
Direitos humanos



RESPEITAR
e apoiar os direitos humanos reconhecidos internacionalmente na sua área de influência



ACABAR COM A FOME E A MISÉRIA



EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE PARA TODOS



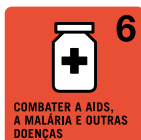
ASSEGURAR
a não participação da empresa em violações dos direitos humanos



REDUZIR A MORTALIDADE INFANTIL



MELHORAR A SAÚDE DAS GESTANTES



COMBATER A AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

- Missão, Visão e Valores
- Normas Éticas da Endesa S.A.
- Inclusão de cláusulas referente a direitos humanos nos contratos de fornecedores de materiais e serviços
- Índice de Parceria (Inpar) para acompanhamento da gestão de empresas parceiras
- Investimento em projetos culturais
- Investimento em Fundos para Infância e Adolescência
- Parceria com a Fundação Abrinq
- Rede do Bem – programas de voluntariado
- Consciência Ampla Cidadania
- Rede de Lideranças Comunitárias
- Coelce nos Bairros

Saúde

- Projeto Gestão Saúde
- Licença-maternidade de 180 dias

Geração de renda

- Energia Social
- Consciência Ampla Oportunidade
- Consciência Ampla com Arte
- Coelce nos Bairros
- Cursos de profissionalização para jovens
- Bancos Comunitários

Eficiência energética

- Projetos de educação para o consumo consciente
- Consciência Ampla Eficiente
- Troca Eficiente Coelce
- Luz Solidária
- Consciência Ampla Sobre Rodas
- Consciência Ampla Futuro
- Consciência Ampla Saber
- Ecoelce, Consciência EcoAmpla

Projetos culturais

- Consciência Ampla Cultural
- Consciência Ampla na Tela
- Coelce Cultural
- Escola de Música Sinfonia do Amanhã
- Feira do Livro Infantil de Fortaleza
- Escola de Música Chiquinha Braga
- Feira do Livro de São Luiz Gonzaga
- Criança Feliz

Educação

- Programa Endesa Brasil de Educação e Cultura
- Coelce nos Bairros
- Baú de Leitura
- Consciência Ampla Futuro
- Consciência Ampla Saber
- Coelce nas Escolas

Princípios do Pacto Global	Objetivos do Milênio	Ações
----------------------------	----------------------	-------

Direitos do trabalho

3
APOIAR a liberdade de associação e reconhecer o direito à negociação coletiva

3
IGUALDADE ENTRE SEXOS E VALORIZAÇÃO DA MULHER

4
ELIMINAR todas as formas de trabalho forçado ou compulsório

8
TODO MUNDO TRABALHANDO PELO DESENVOLVIMENTO

5
ERRADICAR efetivamente todas as formas de trabalho infantil da sua cadeia produtiva

6
ESTIMULAR práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego

- Normas Éticas da Endesa S.A.
- Comissão de Ética
- Modelo de Gestão do Rendimento
- Canais confidenciais de denúncia de irregularidades e
- Projetos de Recursos Humanos de qualidade de vida, treinamento e saúde e segurança
- Certificação OHSAS 18001
- Índice de Parceria (Inpar) para acompanhamento da gestão de empresas parceiras
- Bom relacionamento com sindicatos
- Investimento em Fundos para a Infância e a Adolescência
- Parceria com a Fundação Abrinq
- Adesão aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (ONU)

Saúde e qualidade de vida

- Programa Saber Viver
- Programa Bem-Viver
- Gestão Saúde
- Programa Nutrir
- Saúde em Linha
- *Coach* da Saúde
- Campanha de vacinação antigripe
- Programa Equilíbrio

Princípios do Pacto Global **Objetivos do Milênio**

Ações

Meio ambiente



ASSUMIR
uma abordagem
preventiva
responsável
e proativa
para os desafios
ambientais



- Normas Éticas da Endesa S.A.
- Inclusão de cláusulas referentes a meio ambiente nos contratos de fornecedores de materiais e serviços
- Controle de gestão ambiental de fornecedores
- Programa de reciclagem Ecoelce e Consciência EcoAmpla
- Projetos de P&D com foco em meio ambiente
- Cidade Inteligente de Búzios
- Programa para melhorias de processos Deu Certo
- Espaço Endesa de Meio Ambiente e Cultura (Cachoeira Dourada)
- Origem certificada da madeira utilizada nas cruzetas
- Comitê de Sustentabilidade



DESENVOLVER
iniciativas
e práticas
para promover
e disseminar
a responsabilidade
sócio-ambiental

Gestão ambiental

- Política ambiental
- Sistema de Gestão Ambiental
- Certificação ISO 14001
- Investimentos de R\$ 188,5 milhões em ações ambientais
- Inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa
- Coleta seletiva
- Contas de energia e folheteria em papel reciclado ou certificado
- Projetos de educação ambiental
- Veículos elétricos
- Programa de Eficiência Energética
- Revegetação de matas ciliares



INCENTIVAR
o desenvolvimento
e a difusão
de tecnologias
ambientalmente
responsáveis

Educação para o consumo consciente

- Consciência Ampla Futuro
- Consciência Ampla Saber
- Consciência EcoAmpla, Ecoelce
- Consciência Ampla Eficiente
- Troca Eficiente Coelce
- Nave Coelce

Anticorrupção



COMBATER
a corrupção
em todas
as suas formas,
incluindo
extorsão
e suborno

- Missão, Visão e Valores
- Normas Éticas da Endesa S.A.
- Código de Ética
- Canal Ético
- Comissão de Ética
- Área de *Compliance*
- Governança corporativa
- Auditoria externa para validação dos dados econômico-financeiros
- Auditoria interna
- Adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção
- Pedalada contra a Corrupção Coelce

Balanço Social Ibase

1 – Base de Cálculo	2013 Valor (Mil reais)		2012 Valor (Mil reais)	
Receita líquida (RL)	7.635.755		7.485.085	
Resultado operacional (RO)	1.666.211		2.035.605	
Folha de pagamento bruta (FPB)	393.959		387.496	

2 – Indicadores sociais internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	19.349	4,91%	0,25%	18.501	4,77%	0,25%
Encargos sociais compulsórios	87.777	22,28%	1,15%	82.404	21,27%	1,10%
Previdência privada	8.732	2,22%	0,11%	8.293	2,14%	0,11%
Saúde	14.213	3,61%	0,19%	28.905	7,46%	0,39%
Segurança e saúde no trabalho	1.918	0,49%	0,03%	1.061	0,27%	0,01%
Educação	865	0,22%	0,01%	1.647	0,42%	0,02%
Cultura	50	0,01%	0,00%	133	0,03%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.050	2,04%	0,11%	6.143	1,59%	0,08%
Creches ou auxílio-creche	2.522	0,64%	0,03%	2.060	0,53%	0,03%
Participação nos lucros ou resultados	34.782	8,83%	0,46%	32.494	8,39%	0,43%
Outros	1.931	0,49%	0,03%	1.908	0,49%	0,03%
Total – Indicadores sociais internos	180.189	45,74%	2,36%	183.550	47,37%	2,45%

3 – Indicadores sociais externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	5.612	0,34%	0,07%	4.811	0,24%	0,06%
Cultura	15.383	0,92%	0,20%	14.273	0,70%	0,19%
Esporte	573	0,03%	0,01%	0	0,00%	0,00%
Outros	310.113	18,61%	4,06%	127.253	6,25%	1,70%
Total das contribuições para a sociedade	331.680	19,91%	4,34%	146.337	7,19%	1,96%
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.129.732	67,80%	14,80%	1.784.266	87,65%	23,84%
Total – Indicadores sociais externos	1.461.412	87,71%	19,14%	1.930.603	94,84%	25,79%

4 – Indicadores ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	51.137	3,07%	0,67%	52.773	2,59%	0,71%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	21.727	1,30%	0,28%	24.684	1,21%	0,33%
Total dos investimentos em meio ambiente	72.865	4,37%	0,95%	77.456	3,81%	1,03%
Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa		() não possui metas; () cumpre de 0 a 50%; () cumpre de 51 a 75%; (x) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas; () cumpre de 0 a 50%; () cumpre de 51 a 75%; (x) cumpre de 76 a 100%	

5 – Indicadores do corpo funcional	2013	2012
Nº de empregados(as) ao final do período	2.672	2.658
Nº de admissões durante o período	205	193
Nº de empregados(as) parceiros(as)	11.611	11.770
Nº de estagiários(as)	494	486
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.025	1023
Nº de mulheres que trabalham na empresa	667	660
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	22,04%	25,42%
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	687	657
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,57%	0,7%
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	ND	ND

6- Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2013	Meta 2014
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	114,02	ND
Número total de acidentes de trabalho	427	ND
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) + Cipa	<input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input checked="" type="checkbox"/> todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> segue as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> seguirá as normas da OIT <input checked="" type="checkbox"/> incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados <input type="checkbox"/> são sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não serão considerados <input type="checkbox"/> serão sugeridos <input checked="" type="checkbox"/> serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá <input type="checkbox"/> apoiará <input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa: 2.957.454; no Procon: 5.902; na Justiça: 26.080	na empresa: 3.018.811; no Procon: 1.112; na Justiça: 21.701
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 99,74%; no Procon 100%; na Justiça 60,27%	na empresa 99,86%; no Procon 100%; na Justiça 98,68%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2013: 5.288.030	Em 2012: 6.413.595
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	58,0% governo; 7,2% pessoal; 11,1% terceiros; 23,7% acionistas	60,7% governo; 5,9% colaboradores(as); 22,2% acionistas; 10,4% terceiros; 0,8% retido

7 – Outras informações

Setor econômico: *Holding* de empresas de energia elétrica – UF – Sede: Rio de Janeiro – CNPJ: nº 07.523.555/0001-67

Para esclarecimentos sobre as informações declaradas: André Oswaldo dos Santos, (21) 2613-7019, aosantos@endesabr.com.br.

Esta empresa não utiliza mão de obra infantil, trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção. Nossa empresa valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.



Declaração Exame do Nível de Aplicação pela GRI

A GRI neste ato declara que **Endesa Brasil S.A.** apresentou seu relatório “Relatório de Sustentabilidade 2013” para o setor de Serviços de Relatório da GRI, que concluiu que o relatório atende aos requisitos de Nível de Aplicação A+.

Os Níveis de Aplicação da GRI comunicam quanto do conteúdo das Diretrizes G3.1 foi aplicado no relatório de sustentabilidade enviado. O Exame confirma que o conjunto e número de itens de divulgação exigidos para aquele Nível de Aplicação foram cobertos pelo relatório e que o Sumário de Conteúdo da GRI é uma representação válida das informações exigidas, conforme descritas nas Diretrizes G3.1 da GRI. Para a metodologia, ver www.globalreporting.org/SiteCollectionDocuments/ALC-Methodology.pdf

Os Níveis de Aplicação não fornecem um parecer sobre o desempenho de sustentabilidade da organização relatora nem sobre a qualidade das informações contidas no relatório.

Amsterdã, 01 de outubro de 2014



Ásthildur Hjaltadóttir
Diretor Serviços
Global Reporting Initiative

O “+” foi acrescentado a este Nível de Aplicação porque Endesa Brasil S.A. submeteu (parte de) seu relatório a verificação externa. A GRI aceita a soberania da própria organização na escolha da organização responsável pela verificação externa e na decisão do escopo da verificação.

A Global Reporting Initiative (GRI) é uma organização baseada em redes pioneira no desenvolvimento da estrutura para elaboração de relatórios de sustentabilidade mais usada no mundo e está comprometida com sua melhoria contínua e aplicação em todo o mundo. As Diretrizes G3 da GRI estabeleceram os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e relatar seu desempenho econômico, ambiental e social. www.globalreporting.org

Isenção de Responsabilidade: No caso do relato de sustentabilidade incluir links externos para materiais audiovisuais, entre outros, esta declaração irá referir-se apenas ao material submetido à GRI no momento do Exame em 24 setembro de 2014. A GRI exclui expressamente a aplicação desta declaração a alterações posteriores aos referidos materiais.

Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes do Relatório Anual de Sustentabilidade da Endesa Brasil S.A com base nas diretrizes GRI, versão 3.1 e do Reporte do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Ao Conselho de Administração, Administradores e Acionistas da
Endesa Brasil S.A
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Fomos contratados pela administração da Endesa Brasil S.A (“Endesa” ou “Companhia”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre os indicadores contidos no Relatório Anual de Sustentabilidade, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Responsabilidades da administração da Endesa Brasil S.A

A administração da Endesa é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, de acordo com critérios, premissas e metodologias do Global Reporting Initiative – 3.1 e do reporte do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade da Endesa, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico do Ibracon (CT) Nº 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que os indicadores constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade da Endesa, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estão livres de distorções relevantes.

Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração e outros profissionais da Endesa que foram envolvidos na elaboração das informações constantes do Relatório Anual de Sustentabilidade, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre o Relatório Anual de Sustentabilidade. Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do Relatório Anual de Sustentabilidade, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade de acordo com critérios, premissas e metodologias próprias da Endesa. Os procedimentos compreenderam:

- (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Relatório Anual de Sustentabilidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013;
- (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a preparação e compilação do Relatório Anual de Sustentabilidade através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- (c) aplicação de procedimentos analíticos e verificação amostral de determinadas evidências que suportam os dados utilizados para a elaboração do Relatório Anual de Sustentabilidade;
- (d) confronto dos dados de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes da estrutura de elaboração dos indicadores da Global Reporting Initiative – 3.1 e do reporte do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), aplicável na elaboração das informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade da Endesa, relativo ao período de 01 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2013.

Acreditamos que as evidências obtidas em nosso trabalho foram suficientes e apropriadas para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

Alcance e limitações

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade. Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos ou eventuais distorções nas informações constantes do Relatório Anual de Sustentabilidade. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes no Relatório Anual de Sustentabilidade da Endesa Brasil S.A., relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não tenham sido elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com critérios, premissas e metodologias para elaboração dos indicadores da Global Reporting Initiative – 3.1 e do reporte do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase).

Rio de Janeiro, 17 de setembro de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Márcio F. Ostwald
Contador – CRC 1RJ 086.202/O-4

Sumário Remissivo GRI |GRI 3.12|

	Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
ESTRATÉGIA E ANÁLISE			
1.1		14-15	Completo
1.2		30, 52, 11	Completo
PERFIL ORGANIZACIONAL			
2.1		6	Completa
2.2		6	Completo
2.3		6, 7	Completo
2.4		165	Completo
2.5		6, 7	Completo
2.6		6	Completo
2.7		6	Completo
2.8		5, 6	Completo
2.9		6	Completo
2.10		11, 12, 13	Completo
EU1		6	Completo
EU2		140	Completo
EU3		89, 90	Completo
EU4		19, 144	Completo
EU5		A Endesa Brasil não comercializa créditos de carbono	Completo
PERFIL DO RELATÓRIO			
3.1		23	Completo
3.2		Dezembro 2013	Completo
3.3		23	Completo
3.4		166	Completo
Escopo e limite do relatório		24	
3.5		23	Completo
3.6		23	Completo
3.7		23	Completo
3.8		23	Completo
3.9		23	Completo
3.10		23	Completo
3.11		23	Completo
3.12		146	Completo
Verificação			
3.13		23	Completo
GOVERNANÇA, COMPROMISSOS E ENGAJAMENTO			
Governança			
4.1	1 a 10	45, 47	Completo
4.2	1 a 10	47	Completo
4.3	1 a 10	47	Completo
4.4	1 a 10	47	Completo

		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
4.5	Relação entre a remuneração e o desempenho	1 a 10	48	Completo
4.6	Processos em vigor para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados	1 a 10	47	Completo
4.7	Processo para determinação das qualificações e conhecimento dos conselheiros	1 a 10	47	Completo
4.8	Declarações de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implementação	1 a 10	8, 50	Completo
4.9	Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios	1 a 10	28, 47	Completo
4.10	Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social	1 a 10	47	Completo
Compromissos com iniciativas externas				
4.11	Princípio da precaução	7	55	Completo
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas externas subscritas ou endossadas	1 a 10	36	Completo
4.13	Participação em associações e/ou organismos nacionais/ internacionais	1 a 10	43	Completo
Engajamento dos stakeholders				
4.14	Relação de grupos de <i>stakeholders</i> engajados pela organização		39, 40	Completo
4.15	Base para a identificação e seleção de <i>stakeholders</i> com os quais se engajar		24, 39	Completo
4.16	Abordagens para o engajamento dos <i>stakeholders</i>		40-41, 101	Completo
4.17	Principais temas e preocupações levantados por meio do engajamento dos <i>stakeholders</i>		26	Completo
FORMA DE GESTÃO				
DESEMPENHO ECONÔMICO		Página / Comentário		Nível de informação
	Desempenho econômico	28-29, 52, 70, 128, 144		Completo
	Presença no mercado	64, 69, 85-86		Completo
	Impactos econômicos indiretos	33, 99, 105-107 111		Completo
	Disponibilidade e confiabilidade	53		Completo
EU6	Gestão para assegurar disponibilidade e confiabilidade do fornecimento	53		Completo
	Gerenciamento pelo lado da demanda	113-116		Completo
EU7	Programas de gerenciamento de consumo	113-116		Completo
	Eficiência do sistema	138, 140		Completo
	Pesquisa e desenvolvimento	59-60		Completo
EU8	Atividades e despesas de P&D	59-60		Completo
	Descomissionamento de usinas	A Endesa Brasil não gera energia nuclear.		Completo
EU9	Provisão para descomissionamento de usinas nucleares	A Endesa Brasil não gera energia nuclear.		Completo
DESEMPENHO AMBIENTAL				
	Materiais	119, 123, 127		Completo
	Energia	119, 123, 124		Completo
	Água	119, 123		Completo
	Biodiversidade	119, 134		Completo
	Emissões, efluentes e resíduos	119, 129-130		Completo
	Produtos e serviços	119		Completo
	Conformidade	50, 119		Completo
	Transporte	119, 121		Completo
	Geral	119		Completo
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE				
	Emprego	63-65		Completo
EU14	Programas e processos que asseguram a oferta de mão de obra qualificada	75		Completo

FORMA DE GESTÃO	Página / Comentário	Nível de informação		
EU15 Porcentagem de empregados com direito à aposentadoria nos próximos cinco e dez anos, discriminada por categoria funcional e região	68	Completo		
EU16 Políticas e exigências referentes a saúde e segurança de empregados e de trabalhadores parceiros e subcontratados	76, 78	Completo		
Relações entre os trabalhadores e a governança	63, 81	Completo		
Saúde e segurança no trabalho	76, 78	Completo		
Treinamento e educação	63, 73	Completo		
Diversidade e igualdade de oportunidades	63, 67	Completo		
Igualdade na remuneração entre homens e mulheres	63, 69	Completo		
DIREITOS HUMANOS				
Práticas de investimento e de processos de compra	50, 85	Completo		
Não discriminação	50	Completo		
Liberdade de associação e negociação coletiva	50, 81	Completo		
Trabalho infantil	50, 85	Completo		
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	50, 85	Completo		
Práticas de segurança	50, 85	Completo		
Direitos indígenas	50	Completo		
Avaliação	50	Completo		
Remediação	50	Completo		
SOCIEDADE				
Comunidade	99, 101	Completo		
EU19 Participação de stakeholders em decisões de planejamento energético e infraestrutura	33, 34	Completo		
EU20 Abordagem para gestão de impactos de deslocamento	34	Completo		
Corrupção	50, 51	Completo		
Políticas públicas	37, 50	Completo		
Concorrência desleal	50	Completo		
Conformidade	50	Completo		
Prevenção e preparação para emergências e desastres	53	Completo		
EU21 Medidas e planos de contingência para desastres/emergências	53	Completo		
RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO				
Saúde e segurança do cliente	96, 97	Completo		
Rotulagem de produtos e serviços	94, 96	Completo		
Comunicações de marketing	42, 50	Completo		
Privacidade do cliente	50	Completo		
Conformidade	50, 95	Completo		
Acesso	108	Completo		
EU23 Programas para melhorar ou manter o acesso à eletricidade	108	Completo		
Prestação de informações	93, 96	Completo		
EU24 Práticas para lidar com barreiras de acesso (escolaridade, necessidades especiais, etc.)	93, 96	Completo		
INDICADORES DE DESEMPENHO	Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação	
DESEMPENHO ECONÔMICO				
Desempenho econômico				
ES	EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído (DVA)	100, 145, 146	Completo	
ES	EC2 Implicações financeiras, riscos e oportunidades de mudanças climáticas	7	128	Completo
ES	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido	70	Completo	
ES	EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo	100, 108, 109	Completo	
Presença no mercado				
AD	EC5 Salário mais baixo comparado ao salário mínimo local	1	69	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
ES	EC6	Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais		85, 86	Completo
ES	EC7	Procedimentos para contratação local	6	64	Completo
Impactos econômicos indiretos					
ES	EC8	Investimentos em infraestrutura e serviços na comunidade		99, 105, 111	Completo
AD	EC9	Impactos econômicos indiretos significativos		33, 103, 104, 106, 107, 111	Completo
Disponibilidade e confiabilidade					
SU	EU10	Capacidade planejada em comparação à projeção de demanda de energia		32	Completo
Eficiência do sistema					
SU	EU11	Eficiência média de geração de usinas termelétricas		140	Completo
SU	EU12	Perdas de transmissão e distribuição em relação ao total de energia		38, 140	Completo
DESEMPENHO AMBIENTAL					
Materiais					
ES	EN1	Materiais usados por peso ou volume	8	127, 128	Completo
ES	EN2	Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem	8,9	126	Completo
Energia					
ES	EN3	Consumo de energia direta discriminado por fonte de energia primária	8	124, 125	Completo
ES	EN4	Consumo de energia indireta discriminado por fonte primária	8	124, 125	Completo
AD	EN5	Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência	8,9	A gestão e o controle do consumo de energia estão sendo aperfeiçoados, prevendo-se dispor desses dados em 2015.	Não informado
AD	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia	8,9	113-116	Completo
AD	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas	8,9	A gestão e o controle do consumo de energia estão sendo aperfeiçoados. Os dados deverão estar disponíveis em 2015.	Não informado
Água					
ES	EN8	Total de retirada de água por fonte	8	124	Completo
AD	EN9	Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água	8	123	Completo
AD	EN10	Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada	8,9	123	Completo
Biodiversidade					
ES	EN11	Localização e tamanho da área da empresa em áreas protegidas ou alta biodiversidade	8	134, 135	Parcial - Dados não incluem informações de Coelce, que está aperfeiçoando o controle dessas áreas. Indicador deve ser apresentado em 2015.
ES	EN12	Descrição de impactos significativos sobre a biodiversidade	8	134	Completo
SU	EU13	Biodiversidade de habitats de substituição	8	As atividades operacionais atuais não causam impactos significativos sobre a biodiversidade e não há habitats de substituição.	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO			Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
AD	EN13	Habitats protegidos ou restaurados	8	A gestão e o controle desse tema estão sendo aperfeiçoados, prevendo-se dispor desses dados para publicação em 2015.	Não informado
AD	EN14	Gestão de impactos na biodiversidade	8	134	Completo
AD	EN15	Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação	8	135	Completo
Emissões, efluentes e resíduos					
ES	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso	8	As empresas Endesa Brasil estão aperfeiçoando a gestão das emissões de GEE para padronizar os dados que são já levantados por Ampla e Coelce com base na metodologia GHG Protocol. As geradoras planejam adotar o mesmo critério. Por essa razão, não são publicados os inventários de 2013 das distribuidoras, prevendo-se dispor dos dados em 2015.	Não informado
ES	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso	8		Não informado
ES	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas	7, 8, 9		Não informado
ES	EN19	Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso	8	As empresas que integram a Endesa Brasil estão aperfeiçoando o processo de gestão das emissões, prevendo-se publicar esses dados em 2015.	Não informado
ES	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso	8		Não informado
ES	EN21	Descarte total de água, por qualidade e destinação	8	130	Completo
ES	EN22	Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição	8	131	Parcial - Dados não incluem informações de Endesa Cachoeira, que está aperfeiçoando a gestão. Dado deve ser apresentado em 2015.
ES	EN23	Número e volume total de derramamentos significativos	8	Não foram registrados derramamentos significativos em 2013.	Completo
AD	EN24	Peso de resíduos perigosos transportados, importados, exportados ou tratados	8	-	Não informado - indicador não material, pois volume é considerado não significativo, além de o indicador ser adicional

	INDICADORES DE DESEMPENHO	Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
AD	EN25 Biodiversidade de corpos d'água e habitats afetados por descartes de água e drenagem	8	Não ocorrem descartes significativos	Completo
Produtos e serviços				
ES	EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços	7, 8, 9	121, 122	Completo
ES	EN27 Percentual recuperado de produtos e suas embalagens	8, 9	Não há embalagens em geração, transmissão e distribuição de energia	Completo
Conformidade				
ES	EN28 Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais	8	Coelce, Endesa Cachoeira, Endesa Cien e Endesa Fortaleza não receberam sanções em 2013. A Ampla recebeu 29 processos administrativos, no valor de R\$ 218.102,72, decorrentes principalmente de irregularidades em atividades de poda, licenças ambientais e de operação e fornecimento de energia a unidades consumidoras instaladas em áreas ambientais protegidas.	Completo
Transporte				
AD	EN29 Impactos ambientais do transporte de produtos, bens e materiais e trabalhadores	8	121	Completo
Geral				
AD	EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo	7, 8, 9	120	Completo
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE				
Emprego				
ES	LA1 Trabalhadores por tipo de emprego, contrato de trabalho e região, discriminados por gênero		64, 65, 66	Completo
ES	LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região	6	66, 67	Completo
SU	EU17 Dias trabalhados por parceiros (atividades de construção, operação e manutenção)		87	Completo
SU	EU18 Treinamento em saúde e segurança de trabalhadores parceiros e subcontratados		78	Parcial – São apresentados apenas dados de Coelce, prevendo-se o relato completo em 2015.
AD	LA3 Benefícios que não são oferecidos a empregados temporários ou de meio período		69	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
ES	LA15 Taxas de retorno ao trabalho e de retenção após licença-maternidade ou paternidade, por gênero		71	Parcial – São apresentados apenas dados referentes a mulheres, prevendo-se o relato completo em 2015.
Relações entre os trabalhadores e a governança				
ES	LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva	1, 3	81	Completo
ES	LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais	3	81	Completo
Saúde e segurança no trabalho				
AD	LA6 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde	1	78	Completo
ES	LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	1	80	Parcial – Não há informações de lesão por gênero nem de absenteísmo, prevendo-se o relato completo em 2015.
ES	LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco	1	82	Completo
AD	LA9 Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos	1	81	Completo
Treinamento e educação				
ES	LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, por categoria funcional		O sistema de controle de participantes e horas de treinamento está sendo reformulado. Esses dados serão publicados em 2015.	Não informado
AD	LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua e fim da carreira		75	Completo
AD	LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho		73	Completo
Diversidade e igualdade de oportunidades				
ES	LA13 Responsáveis pela governança e empregados por gênero, faixa etária, minorias	1, 6	47, 68	Completo
Igualdade na remuneração entre homens e mulheres				
ES	LA14 Proporção de salário-base entre homens e mulheres, por categoria funcional	1, 6	72	Completo
DIREITOS HUMANOS				
Práticas de investimento e de processos de compra				
ES	HR1 Contratos de investimentos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos	1 a 6	85	Completo
ES	HR2 Fornecedores submetidos a avaliações direitos humanos	1 a 6	85	Completo
AD	HR3 Treinamento para empregados em direitos humanos	1 a 6	Não há programas formais.	Completo

	INDICADORES DE DESEMPENHO	Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação
Não discriminação				
ES	HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas	1, 2, 6	Não foram registrados.	Completo
Liberdade de associação e negociação coletiva				
ES	HR5 Operações com risco ao direito de exercer a liberdade de associação	1, 2, 3	81	Completo
Trabalho infantil				
ES	HR6 Operações com risco significativo de ocorrência de trabalho infantil	1, 2, 5	85	Completo
Trabalho forçado ou análogo ao escravo				
ES	HR7 Operações identificadas com risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo	1, 2, 4	85	Completo
Práticas de segurança				
AD	HR8 Pessoal de segurança treinado em direitos humanos	1 e 2	Não há treinamentos formais.	Completo
Direitos indígenas				
AD	HR9 Casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas	1 e 2	Não foram registrados.	Completo
Avaliação				
ES	HR10 Operações sujeitas a revisões e / ou avaliações de impacto em relação a direitos humanos	1 e 2	100%	Completo
Remediação				
ES	HR11 Queixas relacionadas a direitos humanos recebidas, tratadas e resolvidas por meio de mecanismos formais de reclamações	1 e 2	Não foram registradas.	Completo
SOCIEDADE				
Comunidade				
ES	SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo entrada, operação e saída.		99, 111	Completo
ES	SO1 (3.1) Percentual de operações com ações de engajamento da comunidade local, avaliações de impacto e programas de desenvolvimento		111	Completo
SU	EU22 Número de pessoas deslocadas física e economicamente e indenização		34	Completo
ES	SO9 Operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais.		111	Completo
ES	SO10 Medidas de prevenção e mitigação implementadas nas operações com significativo potencial ou real impacto negativo sobre as comunidades locais		111	Completo
Corrupção				
ES	SO2 Unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção	10	51	Completo
ES	SO3 Empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção	10	Não foram realizados treinamentos em 2013.	Completo
ES	SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	10	55	Completo
Políticas públicas				
ES	SO5 Posições e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i>	1 a 10	37	Completo
AD	SO6 Contribuições para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas	10	Como concessionária de serviço público, não é permitido estabelecer vínculos partidários de qualquer origem e tampouco oferecer, em negociações, vantagens a agentes do governo.	Completo
Concorrência desleal				
AD	SO7 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio		Não foram registrados.	Completo

INDICADORES DE DESEMPENHO		Princípio do Pacto Global	Página / Comentário	Nível de informação	
Conformidade					
ES	SO8	Multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos		Na Ampla, três autos de infração trabalhista representaram pagamento de R\$ 186.508.440,69.	Completo
RESPONSABILIDADE SOBRE O PRODUTO					
Saúde e segurança do cliente					
ES	PR1	Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que são avaliados impactos de saúde e segurança	1	97	Completo
AD	PR2	Conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos à saúde e segurança	1	96	Completo
SU	EU25	Acidentes e óbitos de usuários do serviço envolvendo bens da empresa		96	Completo
Rotulagem de produtos e serviços					
ES	PR3	Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem	8	96	Completo
AD	PR4	Casos de não conformidade relacionados a informações e rotulagem	8	Não foram registrados.	Completo
AD	PR5	Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas		39, 94	Completo
Comunicações de marketing					
ES	PR6	Adesão às leis, normas e códigos voluntários de comunicações de marketing		42	Completo
AD	PR7	Casos de não conformidade com comunicações de marketing		Não foram registrados.	Completo
Privacidade do cliente					
AD	PR8	Reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes	1	Não foram registrados.	Completo
Conformidade					
ES	PR9	Multas por não conformidade no fornecimento e uso de produtos e serviços		95	Completo
Acesso					
SU	EU26	População não atendida em áreas com distribuição ou serviço regulamentados		109	Completo
SU	EU27	Número de desligamentos residenciais por falta de pagamento		139	Completo
SU	EU28	Frequência das interrupções no fornecimento de energia		95	Completo
SU	EU29	Duração média das interrupções no fornecimento de energia		95	Completo
SU	EU30	Fator de disponibilidade média das usinas de geração		140	Completo

Informações corporativas

Conselho de Administração

Presidente: Mario Fernando de Melo Santos

Vice-Presidente: Ignacio Antoñanzas Alvear

Massimo Tambosco

Antônio Basílio Pires e Albuquerque

Ramiro Diego Alfonsín Balza

Cristián Eduardo Fierro Montes

Joaquín Galindo Vélez

Diretoria-Executiva

Diretor Presidente: Marcelo Andrés Llévénos Rebolledo

Diretor Vice-Presidente: Nelson Ribas Visconti

Diretor Jurídico: Antonio Basílio Pires de Carvalho e Albuquerque

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores: Teobaldo José Cavalcante Leal

Diretor de Regulação: José Alves de Mello Franco

Diretor de Planejamento e Controle: Luiz Larumbe Aragon

Diretor de Desenvolvimento: Vago

Diretor de Recursos Humanos: Carlos Ewandro Naegele Moreira

Diretora de Comunicação e Relações Institucionais: Janaina Savino Vilella Carro

Endereço [|GRI 2.4|](#)

Endesa Brasil S.A.

Praça Leoni Ramos, 1 – São Domingos

CEP 24210-205 – Niterói (RJ) – Brasil

Tel.: 55 21 2613-7000

www.endesabrasil.com.br

CNPJ: nº 07.523.555/0001-67

Relações com Investidores

Teobaldo José Cavalcante Leal – Diretor de Relações com Investidores

Créditos

Coordenação geral: Diretoria de Comunicação e Relações Institucionais

Gerência de Responsabilidade Social Corporativa

Coordenação de conteúdo: Ana Paula Caporal | Débora Pinho

Gerência de Responsabilidade Social Corporativa

Redação e edição: Editora Contadino

Projeto gráfico: fmcom

Fotografias: Arquivo Endesa Brasil

Equipe de conteúdo

A Endesa Brasil agradece, especialmente, aos colaboradores que contribuíram com o fornecimento de informações e conferência de dados para a produção deste relatório:

Abel Alves Rochinha | Adriano da Silva | Albino Motta da Cruz | Alexandre Pinto de Brito Oliveira | Alexis Torres | Alicio Gonçalves de Oliveira Netto | Aline Agra da Silva | Aline Barbosa de Aguiar | Aline Ferreira Oliveira | Aline Maria Sena | Aloisio Antonio Baptista | Amaury Carvalho Lima | Ana Cilana Braga | Ana Paula Rangel da Costa Romero | Ana Paula Steele | Anderson Luis Tostes dos Santos | André Oswaldo dos Santos | Antonio Basilio | Antonio Davi Sousa Serafim | Artur Teixeira | Avilez Lima | Beatriz Haase Krause | Bruna Garcia de Oliveira | Bruno Cecchetti | Bruno Cesar Vasconcelos | Bruno Ferreira Pamplona | Bruno Golebiovski | Camila Guimaraes | Carlos Ewandro Naegele Moreira | Carlos Falconiere | Carolina Farinas Pinheiro | Cássia Amaral Machado | Claudia Maria Suanno | Claudia Varricchio | Cláudio Cunha | Claudio Rivera | Cristine de Magalhães Marcondes | Daniele Couto | Dario Pereira Sales | Debora Tamy Barreto Carvalho Grossi | Deise Damasceno | Denise Aparecida Lopes de Castro | Diego Guilherme | Eduardo Dutrain Boucas | Emilia Rocha | Emmylou Pereira Campos Araújo | Enivalda Oliveira | Fatima Mesquita | Felipe Conti de Souza Oliveira | Flavia da Silva Barauna | Flavia S. Weekes Brandão | Flavio Telles de Almeida | Gabriela Bevilaqua Lery Santos | Geovanna dos Santos Medice | Gilson Alves | Gislene Santos Rodrigues | Glauco Magalhães Carvalho Pereira | Goncalinha Lima | Guilherme Brasil Freitas | Guilherme De Souza | Guilherme Gomes Lencastre | Harley Albuquerque | Hugo de Barros Nascimento | Irineide Cavalcante | Ismália Moraes | Ivanhoel Carvalho | Janaina Savino Vilella dos Santos | Jaqueline Santos Joaquim Marques | Jeane Costa Marques do Nascimento | João Batista Garcez | Joelson Martins Bezerra | Johjan Alberto Isaza Barrios | Joice Portella dos Santos | Jorge Alexandre Barros de Almeida | Jorge de Carvalho Neves Cabral | Jorge Mauricio Miceli Scofano | José Alves Mello Franco | Jose Caminha Araripe | Jose Caminha Araripe | Jose Eduardo Pereira de S. Tovar | Jose Ignacio Pires Medeiros | Jose Nunes Almeida | Jose Ocelo | José Tavora Batista | Josedna Fonteles Germano | Julia de Sá Gonçalves | Julia Freitas de Alcantara Nunes | Julia Modesti Simões | Juliana Baranowski | Juliana de Aquino Guimarães | Juliana Linhares | Lael Ezer Junior | Leonardo Frazão Garcia | Leonardo Soares Oliveira | Leonel Javier Sanchez Vallone | Lidia Bastos | Lincoln Morales | Lincoln Morales | Livia Maria Miranda da Silva | Lucas Morato Teixeira | Ludmila Wanbergna | Ludmila Wanbergna | Luis Fermin Larumbe Aragon | Luis Jara | Luis Ricardo Quintanilla | Luiz Antônio Araújo Marinho | Luiz de Gonzaga Junior | Lysia Maria Lima | Mabel Dutra | Manuel Herrera | Marcela de Almeida Grillo | Marcelo Llévanes | Marcelo Vieira Barbosa | Marcia Holanda | Márcio Ridolfi | Marcony Esmeraldo Melo | Marcos Porto | Marcus de Albuquerque Thomé | Maria Beatriz D. A. P. Medeiros | Maria Eduarda Fischer | Maria Erika Araujo Aguiar | Maria Fernanda de Freitas Gomes C. Rodrigues | Maria Solange Silva Sousa | Mirian Sampaio | Mario Cesar Loiola de Aquino | Natália de Souza da Costa Xavier | Nelson Ribas Visconti | Nilo Rodrigues | Odailton Arruda | Olga Carranza | Olympio Passos da Motta Neto | Pablo Andres Aguayo Gonzalez | Paulo Andre Ribeiro | Paulo Cesar Gomes | Paulo Eugênio Chaves Monteiro | Paulo Medina de Mello Gomes | Paulo Roberto Maisonnave | Rachel Marques Marcato | Rafael Correa Braga | Rafael Graça Lombardo | Rafaela Mota | Rafaela Mota | Rafaella Botelho Passos | Raphael Rodrigues da Silva | Raphael Rodrigues da Silva | Raphaella Aurnheimer de Lucas | Renata Scorzelli Sanz | Renato Pereira | Renato Taboza | Renzo Rey | Ricardo Souza Martin | Rizonaldo Paes | Roberto Menezes | Robson Alves | Roosevelt dos Santos Cantanhede Júnior | Ruy Magno Praciano Bandeira | Sarah Rebouças Nobre | Sergio Aguiar | Sergio Araujo | Sergio Araujo | Sérgio Cezar de Azevedo Júnior | Tanuzia dos Santos Freire | Tathiane Simões da Motta Telles Ribeiro | Tatianna Togashi | Teobaldo José Cavalcante Leal | Thais Maciel de Azeredo | Thiago de Figueiredo Mundim | Thiago Gurgel Bezerra | Valfrido Junior | Vania Porto | Victor Guimarães | Victor Santos Martins Gomes | Vivian Brandão da Costa | Viviane de Oliveira Martins | Viviane Marcelo | Vlândia Pinheiro | William Espirito de Abreu | Yuza Carneiro Monteiro

Esclarecimentos adicionais sobre este relatório podem ser obtidos com Diretoria de Comunicações e Relações Institucionais:

sustentabilidadebrasil@endesabr.com.br – tel.: 55 21 2613-7954 | [GRI 3.4](#)

Demonstrações Financeiras

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações financeiras da controladora e consolidados

31 de dezembro de 2013

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	170
Demonstrações financeiras auditadas	
Balancos patrimoniais	172
Demonstrações do resultado.....	174
Demonstrações do resultado abrangente	175
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	176
Demonstrações dos fluxos de caixa	178
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	180

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Endesa Brasil S.A.

Niterói - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Endesa Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Endesa Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2014

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4

Endesa Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	673.787	302.845	1.096.850	814.805
Títulos e valores mobiliários	6	524.463	357.839	735.678	615.150
Contas a receber		2.122	864	-	-
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	7	-	-	1.032.458	1.195.904
Subvenção baixa renda	8	-	-	67.929	65.043
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	9	-	-	20.385	-
Recursos CDE - Decreto nº 7.945/2013	4	-	-	13.429	-
Tributos a compensar	10	27.646	20.421	322.072	175.322
Benefício fiscal - ágio incorporado	14	-	-	8.793	9.609
Dividendos a receber		126.531	122.590	-	-
Cauções e depósitos	11	-	-	52.939	49.656
Energia livre		-	-	2.775	2.796
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap		-	-	322	-
Empréstimos com partes relacionadas	28	295.400	516.110	-	-
Outros créditos	15	19.999	10.187	339.240	259.374
Total do ativo circulante		1.669.948	1.330.856	3.692.870	3.187.659
Não circulante					
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	7	-	-	147.079	170.983
Tributos a compensar	10	7.790	6.144	157.762	163.107
Depósitos vinculados a litígios	12	803	-	332.256	300.475
Cauções e depósitos	11	-	-	64.054	65.497
Tributos diferidos	13	-	-	387.531	716.032
Benefício fiscal - ágio incorporado	14	-	-	64.656	73.449
Instrumento financeiro derivativo - ganho no swap		-	-	19.719	-
Empréstimos com partes relacionadas	28	19.998	11.792	-	-
Ativo indenizável (concessão)	17	-	-	2.014.096	1.638.619
Outros créditos	15	-	-	2.124	1.863
Investimentos	16	4.082.426	4.013.202	6.578	100
Imobilizado	18	4.718	4.414	1.990.252	2.006.697
Intangível	19	227.252	9.251	4.606.872	4.599.221
Total do ativo não circulante		4.342.987	4.044.803	9.792.979	9.736.043
Total do ativo		6.012.935	5.375.659	13.485.849	12.923.702

Endesa Brasil S.A.

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	20	28.898	27.848	847.571	796.962
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	261.651	319.687
Debêntures	22	-	-	25.737	143.282
Folha de pagamento		8.861	6.280	85.517	67.621
Obrigações fiscais	24	4.915	2.834	251.293	215.647
Taxas regulamentares	25	-	-	21.518	76.717
Dividendos a pagar		761.568	264.887	859.410	375.873
Contribuição de iluminação pública arrecadada		-	-	25.874	23.820
Obrigações com benefícios pós-emprego	32	-	-	12.824	12.098
Parcelamento de tributos	27	5.196	-	14.478	40.792
Provisão Luz para Todos		-	-	27.367	12.452
Energia livre		-	-	29.869	27.490
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	26	-	-	95.238	101.310
Outras obrigações		-	-	49.486	44.194
Total do passivo circulante		809.438	301.849	2.607.833	2.257.945
Não circulante					
Fornecedores	20	-	-	146.336	126.753
Empréstimos e financiamentos	21	-	-	1.113.456	677.333
Debêntures	22	-	-	1.188.484	1.310.051
Tributos diferidos	13	-	-	73.077	398.912
Obrigações com benefícios pós-emprego	32	-	-	477.845	551.794
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	26	-	-	75.386	32.291
Parcelamento de tributos	27	2.598	-	19.130	29.893
Energia livre		-	-	4.572	4.217
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	29	27.699	105	568.199	537.095
Outras obrigações		-	-	73.571	52.172
Total do passivo não circulante		30.297	105	3.740.056	3.720.511
Patrimônio líquido					
30					
Atribuível aos acionistas da empresa controladora					
Capital social		1.056.049	916.879	1.056.049	916.879
Ações em tesouraria		(111.025)	(111.025)	(111.025)	(111.025)
Reserva de capital		2.504.370	2.504.370	2.504.370	2.504.370
Reserva de lucros		894.086	780.426	894.086	780.426
Outros resultados abrangentes		8.170	(1.684)	8.170	(1.684)
Ajustes de avaliação patrimonial		205.398	243.074	205.398	243.074
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		616.152	741.665	616.152	741.665
		5.173.200	5.073.705	5.173.200	5.073.705
Atribuível aos acionistas não controladores					
Participações do Grupo Endesa, em controladas, ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.		-	-	1.289.440	1.041.964
Atribuível aos acionistas não controladores					
		-	-	675.320	829.577
		-	-	1.964.760	1.871.541
Total do patrimônio líquido		5.173.200	5.073.705	7.137.960	6.945.246
Total do passivo e patrimônio líquido		6.012.935	5.375.659	13.485.849	12.923.702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita líquida	34	-	-	7.635.755	7.485.085
Custo do serviço	35	-	-	(5.420.350)	(5.073.454)
Lucro bruto		-	-	2.215.405	2.411.631
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	35	-	-	(128.789)	(124.766)
Despesas gerais e administrativas	35	(36.110)	(39.150)	(374.110)	(372.151)
Amortização e reversão de ágio oriundo da incorporação	35	(18.540)	-	(24.720)	(27.013)
Resultado de equivalência patrimonial	16	891.487	992.601	-	-
Outras receitas/(despesas) operacionais	35	(8.764)	676	(65.822)	(13.570)
Total despesas operacionais		828.073	954.127	(593.441)	(537.500)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		828.073	954.127	1.621.964	1.874.131
Resultado financeiro					
Receita financeira	36	107.609	56.829	611.593	767.779
Despesa financeira	36	(1.110)	(412)	(549.586)	(607.380)
Variação cambial, líquida	36	953	875	(17.760)	1.075
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		935.525	1.011.419	1.666.211	2.035.605
Imposto de renda e contribuição social - corrente	33	(25.278)	(7.602)	(496.337)	(383.909)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	13 e 33	-	-	32.856	(204.196)
Incentivo fiscal	33	-	-	50.911	23.136
Lucro líquido do exercício		910.247	1.003.817	1.253.641	1.470.636
Atribuível aos acionistas controladores		-	-	910.247	1.003.817
Participações do Grupo Endesa ainda não contribuídas à Endesa Brasil S.A.		-	-	-	-
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	275.232	248.899
Outros acionistas não controladores		-	-	68.162	217.920

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	910.247	1.003.817	1.253.641	1.470.636
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	12.241	(813)	23.635	(2.435)
Tributos diferidos sobre perda em instrumento financeiro derivativo de controlada	(4.211)	277	(8.085)	828
Efeitos de variação cambial sobre controlada no exterior	1.824	80	1.824	80
Outros resultados abrangentes líquidos a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	9.854	(456)	17.374	(1.527)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controladas	32.973	(6.154)	75.734	(11.476)
Tributos diferidos sobre perda atuarial em fundo de pensão de controladas	(11.211)	2.092	(25.750)	3.902
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	21.762	(4.062)	49.984	(7.574)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	31.616	(4.518)	67.358	(9.101)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	941.863	999.299	1.320.999	1.461.535
Atribuído a:				
Acionistas controladores	-	-	941.863	999.299
Demais acionistas do Grupo Endesa	-	-	314.471	262.542
Outros acionistas não controladores	-	-	64.665	199.694

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros		
				Remuneração do ágio na emissão de ações	Reserva legal	Outras reservas	Reserva de reforço para capital de giro
Saldos em 31 de dezembro de 2011		916.879	(111.025)	2.504.370	133.839	-	598.797
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	30	-	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos	30	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Ganho (Perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	32	-	-	-	-	-	-
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	-
Perda em instrumento financeiro derivativo		-	-	-	-	-	-
Efeito reflexo de controlada		-	-	-	-	(1.124)	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares	30	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos	30	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	30	-	-	-	-	-	48.914
Ajuste acumulado de conversão	30	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		916.879	(111.025)	2.504.370	133.839	(1.124)	647.711
Aumento de capital por incorporação		139.170	-	-	-	-	-
Redução de capital de controlada		-	-	-	-	-	-
Depreciação do ativo imobilizado (Custo atribuído)	30	-	-	-	-	-	-
Aprovação de dividendos propostos	30	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-
Ganho (Perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	32	-	-	-	-	-	-
Transferência para lucros acumulados		-	-	-	-	-	-
Ganho em instrumento financeiro derivativo		-	-	-	-	-	-
Efeito da incorporação		-	-	-	-	(2.892)	-
Transferência de participações		-	-	-	-	-	-
Proposta da administração para destinação do lucro líquido		-	-	-	-	-	-
Dividendos intercalares	30	-	-	-	-	-	-
Dividendos mínimos	30	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-
Reserva para reforço de capital de giro	30	-	-	-	-	-	116.552
Ajuste acumulado de conversão	30	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013		1.056.049	(111.025)	2.504.370	133.839	(4.016)	764.263

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Outros resultados abrangentes	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Patrimônio líquido atribuível aos			Total
				Acionistas Endesa Brasil	Demais acionistas Grupo Endesa	Acionistas não controladores	
(1.228)	298.778	-	-	4.340.410	838.640	758.504	5.937.554
-	(55.704)	55.704	-	-	-	-	-
-	-	-	-	-	(251)	(75.986)	(76.237)
-	-	1.003.817	-	1.003.817	248.899	217.920	1.470.636
(4.062)	-	-	-	(4.062)	14.366	(17.878)	(7.574)
4.062	-	(4.062)	-	-	-	-	-
(536)	-	-	-	(536)	(723)	(348)	(1.607)
-	-	-	-	(1.124)	(1.089)	-	(2.213)
-	-	-	-	-	(403)	(772)	(1.175)
-	-	(264.880)	-	(264.880)	(57.475)	(51.863)	(374.218)
-	-	(741.665)	741.665	-	-	-	-
-	-	(48.914)	-	-	-	-	-
80	-	-	-	80	-	-	80
(1.684)	243.074	-	741.665	5.073.705	1.041.964	829.577	6.945.246
-	-	-	-	139.170	(139.170)	-	-
-	-	-	-	-	(315)	(563)	(878)
-	(37.676)	37.676	-	-	-	-	-
-	-	-	(741.665)	(741.665)	(216)	(48.648)	(790.529)
-	-	910.247	-	910.247	275.232	68.162	1.253.641
21.762	-	-	-	21.762	33.745	(5.523)	49.984
(21.762)	-	21.762	-	-	-	-	-
8.030	-	-	-	8.030	5.494	2.026	15.550
-	-	-	-	(2.892)	-	-	(2.892)
-	-	-	-	-	158.068	(158.068)	-
-	-	-	-	-	(336)	(600)	(936)
-	-	(236.981)	-	(236.981)	(85.026)	(11.043)	(333.050)
-	-	(616.152)	616.152	-	-	-	-
-	-	(116.552)	-	-	-	-	-
1.824	-	-	-	1.824	-	-	1.824
8.170	205.398	-	616.152	5.173.200	1.289.440	675.320	7.137.960

Endesa Brasil S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	910.247	1.003.817	1.253.641	1.470.636
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	98.419	98.970
Depreciação e amortização	832	1.214	517.941	455.917
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	18.540	-	24.720	27.013
Provisão para redução de recuperabilidade	-	-	10.919	-
Equivalência patrimonial	(891.487)	(992.601)	-	-
Provisão (reversões) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	979	105	113.167	107.433
Benefício fiscal ágio incorporado	-	-	9.609	10.501
Juros e variações monetárias provisionados	(39.806)	(40.838)	243.687	300.947
Receita ativo indenizável	-	-	(205.165)	(487.517)
Valor residual de ativo imobilizado e ativo intangível baixado	-	-	119.704	13.667
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(32.856)	204.196
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	75.890	71.888
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	50.214	52.754
Provisão para perdas em estoques	-	-	7.750	(166)
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	(6.704)	(2.384)
Outras receitas	8.764	(676)	-	-
	8.069	(28.979)	2.280.936	2.323.855
(Aumento) redução nos ativos				
Consumidores, concessionários e permissionários	-	-	91.098	(131.517)
Contas a receber	(1.258)	(864)	-	-
Subvenção de baixa renda	-	-	(2.886)	(16.335)
Subvenção CDE- desconto tarifário	-	-	(20.385)	-
Repasse CDE	-	-	(13.429)	-
Dividendos recebidos	702.923	723.484	-	-
Cauções e depósitos	-	-	(1.840)	31.786
Depósitos vinculados a litígios	-	-	(290)	(2.733)
Outros créditos	(9.668)	(3.049)	(84.311)	(85.738)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	1.050	12.759	74.429	187.447
Folha de pagamento	2.581	2.427	17.896	13.553
Taxas regulamentares	-	-	(55.199)	4.972
Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética	-	-	(38.867)	(31.741)
Obrigações com benefícios pós-emprego	-	-	(42.380)	(53.681)
Pagamentos de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	(82.063)	(206.415)
Outros passivos	27.371	-	46.394	41.770
Partes relacionadas, líquidas	169.836	156.397	-	-
Tributos a pagar /a compensar, líquidos	(6.790)	2.397	(105.759)	(63.684)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	894.114	864.572	2.063.344	2.011.539

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	(166.624)	(288.828)	(120.528)	5.934
Empréstimos de mútuos concedidos (liquidados)	(94.747)	(276.217)	-	-
Resultado de incorporação	-	-	(2.892)	-
Investimentos	224.447	(2.323)	(2.324)	-
Aplicações no intangível e imobilizado	(1.168)	(9.362)	(843.125)	(641.700)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(38.092)	(576.730)	(968.869)	(635.766)
Atividades de financiamento				
Captação de debêntures	-	-	-	400.000
Pagamento de debêntures	-	-	(296.251)	(360.779)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	717.557	124.956
Pagamento de empréstimos e financiamentos	-	-	(351.978)	(625.710)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	-	-	(78.934)	(125.117)
Pagamentos de juros de debêntures	-	-	(109.106)	(120.822)
Pagamento de mútuos	-	-	-	(4.342)
Pagamento contrato de dívida com a Faelce	-	-	(6.934)	(14.262)
Dividendos pagos	(492.119)	(36.341)	(640.955)	(168.139)
Redução capital	-	-	(901)	-
Parcelamento de tributos	7.039	-	(46.752)	(47.741)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(485.080)	(36.341)	(814.254)	(941.956)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	1.824	80
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	302.845	51.344	814.805	380.908
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	673.787	302.845	1.096.850	814.805
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	370.942	251.501	282.045	433.897

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Endesa Brasil S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Endesa Brasil S.A. ("Endesa Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social a participação acionária em outras empresas que atuam ou venham a atuar, direta ou indiretamente, em qualquer segmento no setor elétrico e a prestação de serviços de transmissão, distribuição, geração ou comercialização de energia elétrica e atividades afins.

A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Endesa Brasil ("Grupo Endesa" ou "Grupo"):

a) Distribuição de energia elétrica

Ampla Energia e Serviços S.A.

A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Ampla Energia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A controlada Ampla Energia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do

Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para dezembro de 2026.

A Endesa Brasil possui participação direta de 46,89% do capital da Ampla Energia.

Companhia Energética do Ceará - COELCE

A Companhia Energética do Ceará - COELCE ("COELCE"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, município de Fortaleza, Estado do Ceará, concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A controlada COELCE tem como área de concessão todo o Estado do Ceará. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para maio de 2028.

A Endesa Brasil possui participação direta de 58,87% do capital da COELCE.

b) Geração de energia elétrica

Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA

A Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA ("CDSA"), com sede na Rodovia GO 206, KM0, município

de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma sociedade por ações de capital fechado que tem como principais objetivos a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão nº011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada CDSA é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658 MW, subdivididos em 10 unidades geradoras.

A Endesa Brasil detém participação direta de 99,61% do capital da CDSA.

Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF

A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF ("CGTF"), sociedade de capital fechado, com sede na Rodovia CE422, Km 01, s/n, Complexo Industrial e Portuária do Pecém, município de Caucaia, Estado do Ceará, foi constituída em 20 de agosto de 2001 e autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, compondo-se de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002. O início das atividades operacionais deu-se em 27 de dezembro de 2003.

Conforme definido no seu estatuto social, a CGTF tem como atividades principais o estudo, projeto, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, que venham a ser concedidos, permitidos ou autorizados por qualquer título de direito, bem como o exercício de outras atividades associadas e a prestação de serviços de qualquer natureza relacionados a essas atividades.

A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CGTF contratado em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690 GWh/ano (equivalente a 307 MW médios), para a controlada COELCE, também pertencente do Grupo Endesa, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGPM, do dólar norte-americano e do gás natural contratado.

A CGTF é controlada integral da Endesa Brasil.

Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda.

A Eólica Fazenda Nova - Geração e Comercialização de Energia Ltda. ("Fazenda Nova") é uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada com sede na Rua Felipe Camarão, 507, sala 201, Cidade Alta, Natal, Rio Grande do Norte, que tem como objetivo a geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia e atividades correlatas.

Em 30 de setembro de 2009, a Endesa Brasil concluiu a aquisição de 99,95% do capital acionário da controlada Fazenda Nova pelo montante de R\$3.942. A controlada está em fase pré-operacional e foi constituída para participar de leilões de energia eólica.

c) Transmissão de energia elétrica

CIEN - Companhia de Interconexão Energética

A CIEN - Companhia de Interconexão Energética ("CIEN"), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar na área de produção, industrialização, distribuição e comercialização de energia elétrica, inclusive nas atividades de importação e exportação, implementando os serviços necessários à realização desse objeto social. Neste sentido, a controlada CIEN promoverá o estudo, planejamento e construção das instalações relativas a sistemas de produção, transmissão, conversão e distribuição de energia elétrica. Também poderá promover a implementação de projetos associados, bem como a realização de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços e trabalhos que vier a prestar, podendo, inclusive, participar em outras sociedades.

Em 04 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - RAP, pela ANEEL.

A equiparação comercial e técnica da controlada à transmissora de energia das duas linhas tem prazos definidos de 09 anos para Garabi I, com término da vigência em 20 de junho de 2020, e de 11 anos para Garabi II, com término da vigência em 31 de julho de 2022.

A Endesa Brasil detém participação direta de 100,00% na CIEN.

d) Holdings

Ampla Investimentos e Serviços S.A. (“Ampla Investimentos”) e Investluz S.A. (“Investluz”)

Têm como principal atividade a participação em outras sociedades, como cotistas ou acionistas (“holdings”). Em 21 de novembro de 2013, foram incorporadas pela Endesa Brasil, a valores contábeis, conforme mencionado a seguir com maiores detalhes.

e) Prestação de serviços

En-Brasil Comércio e Serviços S.A.

A En-Brasil Comércio e Serviços S.A. (“Prátil”) é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na Praça Leoni Ramos, nº 01, município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, constituída em 18 de agosto de 2009, que tem como objeto social participar do capital de outras companhias e/ou sociedades, associações, consórcios e outras formas de associação no Brasil e no exterior, bem como a prestação de serviços geral, direta ou indiretamente relacionados com suas atividades, tanto para o setor da energia elétrica quanto para os demais setores da economia e de consumo em geral.

A Endesa Brasil possui participação direta de 99,99% na Prátil.

Reestruturação societária

Em 2013, o Grupo efetuou uma reestruturação societária visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:

Incorporação da Investluz pela Endesa Brasil

Em 21 de novembro de 2013, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Investluz pela sua então controladora Endesa Brasil nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a Investluz foi extinta de pleno direito e a Endesa Brasil tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Investluz foi avaliado em 31 de março de 2013, com base no valor contábil, em R\$1.164.939, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação emitido por empresa independente especializada. Esta incorporação foi registrada com base nos valores contábeis, considerando que foi realizada entre entidades sob comum controle. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo:

Caixa e equivalentes de caixa	14.671
Aplicações financeiras	7.177
Dividendos a receber	14.653
Tributos a compensar	54.665
Depósitos judiciais	803
Investimentos na controlada COELCE	919.177
Intangível	241.440
Total do ativos incorporados	1.252.586
Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.483
Dividendos a pagar	49.396
Tributos a pagar	6.024
Provisão para contingências	26.744
Total dos passivos incorporados	87.647
Acervo líquido contábil	1.164.939

Incorporação da Ampla Investimentos pela Endesa Brasil

Em 21 de novembro de 2013, conforme deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da Ampla Investimentos pela sua então controladora Endesa Brasil nos termos do Protocolo e Justificativa de Incorporação. Como resultado dessa incorporação, a Ampla Investimentos foi extinta de pleno direito e a Endesa Brasil tornou-se sua sucessora.

O patrimônio líquido da Ampla Investimentos foi avaliado em 31 de março de 2013, com base no valor contábil, em R\$262.862, conforme Laudo de Avaliação Contábil para Fins de Incorporação emitido por empresa independente especializada. Esta incorporação foi registrada com base nos valores contábeis, considerando que foi realizada entre entidades sob comum controle. O acervo líquido contábil avaliado está apresentado como segue:

Ativo:	
Caixa e equivalentes de caixa	1.924
Aplicações financeiras	2.600
Dividendos a receber	17.995
Tributos a compensar	665
Investimentos na controlada Investluz	424.387
Total do ativos incorporados	447.571
Débitos com partes relacionadas	170.145
Dividendos a pagar	13.687
Outras contas a pagar	877
Total dos passivos incorporados	184.709
Acervo líquido contábil	262.862

O saldo do investimento na controlada Investluz foi eliminado no processo de incorporação.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2014.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - *International Accounting Standards Board*.

2.2. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Endesa Brasil, suas controladas e controladas indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

Controlada	Percentual de		
	participação (%)	Direta	Indireta
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF	100,00	100,00	-
Centrais Elétricas Caocheira Dourada S.A. - CDSA	99,61	99,61	-
Ampla Energia e Serviços S.A. (**)	46,89	46,89	-
CIEN - Companhia de Interconexão Energética	100,00	100,00	-
Compañía de Transmisión del Mercosur S.A. – CTM (“CTM”) (**)	99,99	-	99,99
Transportadora de Energia S.A. – Tesa (“TESA”) (**)	100,00	-	100,00
Companhia Energética do Ceará - COELCE	58,87	58,87	-
EN-Brasil Comércio e Serviço S.A. - Prátil	99,99	99,99	-
Eólica Fazenda Nova Geração e Comercialização de Energia Ltda	99,95	99,95	-
Trento Renda Fixa Crédito Privado Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (“Trento”) (*)	100,00	18,91	81,09
Bradesco Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento RF Crédito Privado Compostela (“Compostela”) (*)	100,00	1,25	98,75
Fundo de Investimento Vicenza Renda Fixa - Crédito Privado (“Vicenza”) (*)	100,00	100,00	-

(*) Fundos de investimentos exclusivos Trento, Compostela e Vicenza são administrados, respectivamente, pelo Banco Itaúcard S.A., Banco Bradesco S.A. e Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

(**) Controladas indiretas localizadas no exterior.

(***) Embora a participação na Ampla Energia seja inferior a 50,1%, a Endesa Brasil possui o controle desta entidade, considerando que a mesma tem o controle das políticas operacionais e financeiras de forma a obter benefícios de suas atividades.

O período de abrangência das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas. Entre os principais procedimentos de consolidação estão:

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados saldos mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.4. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

Na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data de transação a data das demonstrações financeiras são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras das controladas indiretas CTM e Tesa são originalmente elaboradas em pesos argentinos (moeda funcional). Os ativos e passivos foram convertidos para reais, à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2013 - ARS 1,00 - R\$0,3592, divulgada pelo Banco Central do Brasil (31 de dezembro de 2012 - ARS 1,00 - R\$0,4156), e as contas de resultado, pela taxa média mensal.

Os ativos e passivos das controladas indiretas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do mês da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Grupo Endesa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

2.5.1. Receita de distribuição

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pelas controladas COELCE e Ampla Energia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.5.2. Receita de transmissão

A receita de transmissão é reconhecida com base em documento específico (Resolução Homologatória) emitido anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, com validade para o período de 1º de julho de um exercício a 30 de junho do exercício seguinte. O reconhecimento mensal é baseado no informe do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e corresponde à receita pela disponibilização do sistema de transmissão.

2.5.3. Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

2.5.4. Receita de construção

A Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão ("ICPC 01") estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 (R1) -

Contratos de construção ("CPC 17") (serviços de construção ou melhoria), Interpretação Técnica ICPC 17 - Contrato de Concessão ("ICPC 17") e CPC 30 (R1) - Receitas ("CPC 30") (serviços de operação - fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

O Grupo Endesa contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim das controladas é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) o Grupo Endesa terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.5.5. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.6. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

2.6.1. Ativo financeiro

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. O Grupo Endesa determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros do Grupo Endesa incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, concessão de serviço público (ativo indenizável), cauções e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo Endesa que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ("CPC 38").

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando o Grupo Endesa tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos efetivos é incluída na rubrica receitas financeiras, na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como:

- (a) Empréstimos e recebíveis;
- (b) Investimentos mantidos até o vencimento; e
- (c) Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- O Grupo Endesa transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repassa”; e (i) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) o Grupo não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando o Grupo tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo do Grupo com o ativo.

Nesse caso, o Grupo também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que o Grupo manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida do Grupo, dos dois o menor.

2.6.1.1. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Grupo Endesa considera equivalentes de caixa aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação, enquanto que aquelas com vencimento superior a três meses são normalmente classificadas como títulos e valores mobiliários.

2.6.1.2. Contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários

Engloba as contas a receber com (i) fornecimento de energia e uso da rede, faturadas e não faturadas, esta última por estimativa; (ii) serviços prestados, acréscimos moratórios e outros; (iii) venda de energia a concessionários, permissionários e consumidores livres; (iv) energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (v) disponibilização da rede de transmissão de energia elétrica, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

2.6.1.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada substancialmente com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração do Grupo como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos registrados pelas controladas do Grupo Endesa.

2.6.2. Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Grupo avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

2.6.3. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. O Grupo determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros do Grupo incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, contas garantia (conta corrente com saldo negativo), empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

O Grupo não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Mantidos para negociação

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Grupo que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pelo CPC 38, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* efetivos. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos e debêntures sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.6.4. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.6.5. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado; ou outros modelos de avaliação.

2.7. Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo Endesa possui instrumentos financeiros derivativos representados por contratos de swap, visando proteção parcial à exposição da taxa CDI produzida pelas debêntures emitidas pelas controladas Ampla Energia e COELCE e à variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano da CGTF. Os instrumentos financeiros derivativos estão classificados na categoria de hedge de fluxo de caixa sendo reconhecidos ao valor justo. Os ganhos ou perdas da parcela eficaz destes swaps são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. A Nota 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados pelas controladas da Companhia.

O Grupo Endesa não tem contratos derivativos com fins comerciais e especulativos.

2.8. Ativo indenizável (concessão)

O Contrato de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996, celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controlada Ampla Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador) e o Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/98 - ANEEL, de 13 de maio de 1998 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a controlada COELCE (Concessionária - Operador), regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas controladas da Companhia, onde:

- (a) Os contratos estabelecem quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- (b) Os contratos estabelecem padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- (c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- (d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das controladas da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da ICPC 01, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão apurados com base no Valor Novo de Reposição (“VNR”) classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
2. Parcela remanescente do ativo financeiro (valor residual) apurada de acordo com o VNR classificada como um ativo intangível em virtude da sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

De acordo com a Lei nº 12.783 (“Lei nº 12.783/13”), de 11 de janeiro de 2013, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de valor novo de reposição, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente. Referido normativo teve sua aplicação inicial nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não afetando o resultado de exercícios anteriores.

As controladas da Companhia reconhecem um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro equivalente do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria, prestados. Tais ativos financeiros são mensurados pelo seu valor justo quando do reconhecimento inicial, e após o reconhecimento inicial estes ativos financeiros são mensurados pelo seu VNR.

Este ativo financeiro, representado pelo valor indenizatório das controladas da Companhia, está classificado como “disponível para venda”.

2.9. Investimentos

O investimento em controladas é contabilizado com base no método de equivalência patrimonial. Com base neste método, o investimento nas controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação acionária nas controladas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A participação societária nas controladas é demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro atribuível à Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas diretas e indiretas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento.

2.10. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado do Grupo Endesa são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Grupo Endesa reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11. Ativo intangível

Direito de uso da concessão

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) - Ativo intangível ("CPC 04"), a ICPC 01 e a Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de Concessão.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Ágio atribuído a concessão

O ágio registrado no balanço patrimonial da Companhia tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão da controlada COELCE, e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público.

A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027.

2.12. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não financeiros

A Administração do Grupo Endesa revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

2.13. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

As controladas CGTF e COELCE gozam de incentivos fiscais (benefício ADENE) com redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente às suas atividades de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo Endesa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que

benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Impostos

2.15.1. Impostos de renda e contribuição social - corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.15.2. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo

tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

2.15.3. Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando do valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- Quando do valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.16. Taxas regulamentares

Uma vez que Ampla Energia, CDSA, CIEN, CGTF e COELCE, controladas da Endesa Brasil, atuam em segmentos regulados, são cobrados destas controladas valores a título de recolhimento de encargos setoriais, como segue:

2.16.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação da ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783/13 extinguiu a arrecadação do RGR para as distribuidoras do setor elétrico.

2.16.2. Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783/13 extinguiu a arrecadação do CCC.

2.16.3. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL. A partir de 1º de janeiro de 2013, a Lei nº 12.783/13 reduziu em 75% a arrecadação da CDE.

2.16.4. Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória (ROL Regulatória) para aplicação nesses programas.

2.16.5. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.16.6. Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.16.7. Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH é um percentual que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos, calculado pelo valor da energia produzida.

2.17. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.18. Participação nos resultados

O Grupo Endesa reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuído a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.19. Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes ("CPC 25") e na Interpretação Técnica ICPC 08 (R1) - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos ("ICPC 08"), as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia e de suas controladas estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual, exceto a controlada CGTF em 2%, seja distribuído a título de dividendos, após a destinação da reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, o Grupo registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "proposta de distribuição de dividendos adicionais" no patrimônio líquido.

2.20. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

O Grupo Endesa patrocina planos de previdência do tipo benefício definido a certos empregados, além de benefício de assistência médica pós-emprego e gratificação na aposentadoria, os quais requerem que contribuições sejam feitas a fundos administrados separadamente dos fundos próprios das controladas.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios pós-emprego são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica e gratificação por aposentadoria são reconhecidos em outros resultados abrangentes, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na Nota 32.

Aplicação retrospectiva CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

Em 13 de dezembro de 2012, a CVM editou a Deliberação nº 695/2012, que aprovou o documento de revisão do CPC referente ao pronunciamento CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33").

Este pronunciamento técnico é aplicável a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação retrospectiva, de acordo com o pronunciamento CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Os principais impactos decorrentes da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor (que não se aplica para as controladas da Companhia), (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo da obrigação atuarial e (iii) a apropriação de juros sobre o efeito limitador ao reconhecimento de ativo de benefício definido em planos com superávit que não seja passível de reconhecimento de acordo com as regras locais (os quais não produziram impacto retrospectivo relevante).

De acordo com o parágrafo 22 do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro ("CPC 23"), quando uma mudança na política contábil é aplicada retrospectivamente, o Grupo deverá ajustar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada.

Em virtude da adoção do CPC 33 não ter produzido efeitos relevantes nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo Endesa não está apresentando os respectivos efeitos retrospectivos.

2.21. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa ("CPC 03").

2.22. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2013

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e têm a sua adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2013. Dada a natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia e de suas controladas, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Endesa.

- CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto ("CPC 18") - A revisão do CPC 18 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 28 - *Investments in Associates*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

- CPC 45 - Divulgações de Participações em Outras Entidades ("CPC 45") - O CPC 45 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 12 - *Disclosure of Interests in Other Entities*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é orientar a entidade quanto à forma de divulgação de informações sobre sua participação em outras entidades. Dessa forma, permite-se aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os riscos inerentes a essas participações e seus efeitos sobre sua posição patrimonial e financeira, o seu desempenho financeiro e seus respectivos fluxos de caixa.

- CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas ("CPC 36") - A revisão do CPC 36 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 27 - *Consolidated and Separate Financial Statements*, que resultou na edição pelo IASB - *International Accounting Standards Board* do IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.

- CPC 46 - Mensuração do Valor Justo ("CPC 46") - O CPC 46 contempla substancialmente a convergência com o texto do IFRS 13 - *Fair Value Measurement*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é: (i) definir valor justo; (ii) estabelecer em um único pronunciamento uma estrutura para a mensuração do valor justo; e (iii) estabelecer divulgações sobre mensurações do valor justo.

- CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados ("CPC 33") - A revisão do CPC 33 contempla substancialmente as alterações introduzidas no texto do IAS 19 - *Employee Benefits*, emitido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. O objetivo desse pronunciamento é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado. Para maiores detalhes vide Nota 2.20.
- Modificação à IAS 32 - CPC 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros - As revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecido" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para a compensação (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). O Grupo Endesa não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- Modificações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 12 - CPC 36, CPC 45, CPC 32 - Entidades de Investimentos - Fornece uma exceção aos requisitos de consolidação para as Companhias que cumprem com a definição de Companhia de investimento de acordo com IFRS10. Essa exceção requer que as companhias de investimentos registrem seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). O Grupo Endesa não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.23. Pronunciamentos emitidos mas que não estão em vigor em 31 de dezembro de 2013

O *International Accounting Standards Board* - IASB emitiu e revisou as seguintes normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras do Grupo Endesa:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - O IFRS 9 introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). O Grupo Endesa não espera que o IFRS 9 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
- IFRIC 21 - Tributos - O IFRIC 21 fornece orientações de quando a Companhia deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). O Grupo Endesa não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.
- Modificação à IAS 39 - CPC 38 - Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge - As modificações amenizam a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado com hedge atinge certos critérios (em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015). O Grupo Endesa não espera que as modificações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Enquanto aguarda a aprovação das normas internacionais pelo CPC, o Grupo Endesa está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo Endesa.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia

das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída substancialmente com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época dos resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O Grupo constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no domicílio da Companhia e de suas controladas.

Imposto de renda diferido ativo é reconhecido na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas vide Nota 29.

Benefícios pós-emprego

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 32.

4. Decreto ANEEL nº 7.945/13 (Consolidado)

Em função das condições hidroenergéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, que atingiram os menores patamares desde 2001, o despacho das usinas térmicas está direcionado para o patamar máximo. O custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012 e no início de 2013.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não tem gerência sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu o Decreto nº 7.945/13, que determina o repasse de recursos da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético com a intenção de neutralizar parte dos problemas de caixa e resultado enfrentado pelas distribuidoras nesse período.

Os recursos cobertos por esse repasse de CDE totalizaram R\$ 541.350 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e estão relacionados (i) aos Encargos de Serviços do Sistema - ESS (despacho fora da ordem de mérito para segurança energética) no valor de R\$ 176.432; (ii) ao risco hidrológico (Mecanismo de Realocação de Energia - MRE das cotas) no valor de R\$ 20.939; (iii) exposição involuntária (Exposição ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD) limitada ao montante não atendido pela alocação de cotas, no valor de R\$ 199.171; e (iv) CVA ESS e Energia (valor integral ou parcial relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda), no valor de R\$ 144.808. Do total destes recursos foram recebidos R\$ 527.921 até 31 de dezembro de 2013. Conforme CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais ("CPC 07"), esse montante foi reconhecido como uma compensação de custos incorridos, e contabilizado na rubrica "Recursos CDE - Decreto nº 7.945/2013", no ativo circulante, em contrapartida à conta de resultado "Energia comprada para revenda".

Do montante total a receber de R\$ 13.429 em 31 de dezembro de 2013, o valor de R\$ 5.637 corresponde às diferenças complementares relativas aos meses de abril a novembro de 2013 os quais foram informados na Nota Técnica nº 537, de 30 de dezembro de 2013, e o valor de R\$ 7.792 se refere à provisão relativa ao mês de dezembro que foi determinada pela Administração com base em sua melhor estimativa, informações e regras divulgadas para fins de cálculo dos recursos cobertos pelo repasse CDE, os quais ainda não foram homologados pela ANEEL.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e contas correntes bancárias	268	147	16.976	124.035
Aplicações financeiras	673.519	302.698	1.079.874	690.770
Total de caixa e equivalentes de caixa	673.787	302.845	1.096.850	814.805

O excedente de caixa da Companhia e de suas controladas é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia e de suas controladas. As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas buscam rentabilidade compatível às variações do CDI.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como fundos de investimento exclusivos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CDB - Certificado de Depósito Bancário	13	-	92.252	131.874
Operações compromissadas	-	39.843	56.723	83.602
Total de aplicações diretas	13	39.843	148.975	215.476
Fundos exclusivos				
CDB - Certificado de Depósito Bancário	309.387	150.194	432.843	299.367
Operações compromissadas	364.119	112.661	498.056	175.927
Total de fundos exclusivos	673.506	262.855	930.899	475.294
Total de aplicações financeiras	673.519	302.698	1.079.874	690.770

As aplicações financeiras podem ser resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão em um valor conhecido de caixa e com risco insignificante de seu valor.

Dada a natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

6. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as aplicações financeiras classificadas como títulos e valores mobiliários são compostas da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos	-	-	22.827	24.894
Total de fundos de investimentos	-	-	22.827	24.894
Fundos exclusivos				
Títulos públicos	415.023	258.238	550.490	379.654
Cotas de fundos de investimentos	92.380	77.925	134.178	165.829
Outros	17.060	21.676	26.436	43.557
Total de fundos exclusivos	524.463	357.839	711.104	589.040
Bônus da República Argentina	-	-	1.747	1.216
Total de títulos e valores mobiliários	524.463	357.839	735.678	615.150

Através de fundos exclusivos, a Companhia e suas controladas aplicam seus excedentes de caixa em títulos públicos pós-fixados e pré-fixados, além de outros instrumentos tradicionais de renda fixa com baixo risco de crédito e alta liquidez.

6. Consumidores, concessionários e permissionários

a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Consolidado			Total	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2013	31/12/2012
Circulante					
Classe de consumidores					
Residencial	185.641	123.702	42.068	351.411	387.492
Industrial	43.473	10.711	21.935	76.119	80.250
Comercial	75.402	31.291	31.443	138.136	140.675
Rural	26.903	9.250	9.389	45.542	43.315
Poder público	59.980	24.259	19.465	103.704	121.590
Iluminação pública	4.001	809	92	4.902	-
Serviço público	11.792	1.098	138	13.028	14.159
Revenda	5.461	-	-	5.461	4.966
Subtotal	412.653	201.120	124.530	738.303	792.447
Renda não faturada (d)	271.853	-	-	271.853	308.424
Consumidores livres	48.656	252	5.070	53.978	43.930
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	22.114	20.355	4.136	46.605	88.028
Parcelamento de débitos (c)	15.764	-	-	15.764	17.059
Legião Energia - CCEAR	9.790	-	2.048	11.838	14.871
Encargo emergencial	-	-	2.487	2.487	2.473
Companhia Energética de Goiás - CELG	174	-	-	174	136
Créditos junto a clientes com ações judiciais (b)	-	-	64.948	64.948	63.303
Furnas Centrais Elétricas S.A. (e)	1.443	-	2.685	4.128	2.505
Tractebel Energia S.A. (e)	872	-	-	872	2.025
Outros	19.456	559	810	20.825	60.287
Subtotal	802.775	222.286	206.714	1.231.775	1.395.488
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	-	(199.317)	(199.584)
Total circulante	802.775	222.286	206.714	1.032.458	1.195.904
Não circulante					
Furnas Centrais Elétricas S.A. (e)	-	-	125.612	125.612	126.955
Tractebel Energia S.A. (e)	-	-	70.772	70.772	69.429
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos (c)	80.762	-	-	80.762	86.100
Contas a receber com partes relacionadas (f)	-	-	119.826	119.826	120.475
Subtotal	80.762	-	331.499	412.261	418.248
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	-	-	-	(265.182)	(247.265)
Total não circulante	80.762	-	331.499	147.079	170.983

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(447.184)
(Adições)	(104.137)
Baixas	104.472
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(446.849)
(Adições)	(96.252)
Baixas	78.602
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(464.499)
Circulante	(199.317)
Não circulante	(265.182)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos específicos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber registrados pelas controladas da Companhia.

b) Créditos junto a clientes com ações judiciais

O montante de R\$ 64.948 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 63.303 em 2012) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 27.590 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 26.774 em 2012) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado.

Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A Companhia mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 53.858 em 31 de dezembro de 2013 (R\$52.812 em 2012), julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a essas ações.

c) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre o Grupo e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso. Esses valores são cobrados nas contas de energia, com multa e juros de 1% a.m calculados pro-rata e correção monetária com base na variação do IGPM. Após referida atualização montante a ser parcelado, retirando a parcela da entrada, se houver, é aplicado os juros do parcelamento acordado na negociação sendo esse no máximo de 1,8% a.m.

d) Renda não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia possui registrado em seu contas a receber o saldo de receita não faturada no montante total de R\$271.853 (R\$308.424 em 2012).

e) Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas") e Tractebel Energia S.A. ("Tractebel")

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada CIEN possui contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, respectivamente, nos montantes de R\$129.740 e R\$71.644 (R\$129.460 e R\$71.454 em 2012) correspondentes ao faturamento de encargos de potência e energia associada, os quais não foram pagos em anos anteriores. A Companhia

com base em sua melhor estimativa quanto ao recebimento dos valores envolvidos possui registrada uma provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante total de R\$196.384 em 31 de dezembro de 2013 e 2012. O saldo remanescente do contas a receber com as empresas Furnas e Tractebel, registrados no ativo circulante, no valor total de R\$5.000 em 31 de dezembro de 2013 (R\$4.530 em 2012), refere-se ao faturamento oriundo da nova atividade da controlada CIEN quando equiparada a uma transmissora.

f) Contas a receber com partes relacionadas

Os termos e condições envolvendo partes relacionadas encontram-se descritos na Nota 28.

8. Subvenção baixa renda (Consolidado)

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei nº 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 407/2010 e pela Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal, inclusive indígenas e quilombolas que devem ter 100% de desconto até os primeiros 50 kWh, ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Com base nas Resoluções Normativas ANEEL nº 407/2010 e nº 414/2010, fica estabelecido que a Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras repassará mensalmente às distribuidoras o montante de subvenção para recompor os descontos concedidos aos consumidores de baixa renda enquadrados segundo os critérios das antigas Resoluções Normativas nº 246/2002 e nº 485/2004, subvenção esta advinda da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético.

Em virtude dos critérios estabelecidos pelas resoluções mencionadas e calendário de recadastramento dos clientes que tem direito a receber o benefício, o saldo a receber consolidado em 31 de dezembro de 2013 é R\$67.929 (R\$65.043 em 2012).

A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

9. Subvenção CDE - Desconto Tarifário (Consolidado)

Valor a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Os recursos são oriundos da CDE, e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 é R\$ 20.385 (nulo em 2012).

10. Tributos a compensar

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	35.433	26.562
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS (b)	3	3
	35.436	26.565
Circulante	27.646	20.421
Não circulante	7.790	6.144

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social a compensar (a)	80.780	90.645
Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS (b)	172.600	171.196
Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") (c)	216.490	65.789
Outros tributos	9.964	10.799
	479.834	338.429
Circulante	322.072	175.322
Não circulante	157.762	163.107

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), além do saldo do imposto de renda antecipado relativo aos anos calendários de 2006 a 2012.

O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido antecipado relativo aos anos calendários de 2006 e 2012, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

(b) Refere-se, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes, à razão de 1/48 avos.

(c) Os valores classificados na linha de PIS e COFINS a compensar da controlada Ampla Energia no valor total de R\$162.835 (R\$31.845 em 2012) referem-se ao PIS e a COFINS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo

de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar nº 07/70. Adicionalmente, a controlada Ampla Energia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

Os valores de PIS e COFINS a compensar referentes à controlada CIEN, no montante total de R\$26.444 em 31 de dezembro de 2013 (R\$25.511 em 2012), se referem principalmente aos pagamentos de PIS e COFINS realizados em anos anteriores, além do que era devido no curso normal das suas operações.

Como consequência, a controlada CIEN entrou com um pedido de compensação dos tributos pagos à maior e aguarda a homologação da Secretaria da Receita Federal, para proceder à compensação dos mesmos.

Os demais PIS e COFINS a compensar referem-se às controladas COELCE, CGTF, CDSA e Prátil, nos montantes de R\$2.390, R\$6.379, R\$17.965 e R\$477, respectivamente.

11. Cauções e depósitos

Consolidado

Instituição	Tipo de aplicação	31/12/2013		31/12/2012	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Bradesco	Fundo de investimento	-	-	-	8.027
Itaú-Unibanco	Fundo de investimento	52.619	-	49.336	-
Bradesco	CDB	-	436	-	104
Itaú	CDB	-	602	-	575
Banco do Brasil	CDB	-	9.729	-	9.004
BNB	CDB	-	20.302	-	18.804
Banco do Brasil	Título do Tesouro dos EUA	-	4.582	-	4.442
Banco Itaú BBA	Time Deposit	-	28.383	-	24.521
Caixa Econômica Federal	Caução	320	-	320	-
Outros		-	20	-	20
Total		52.939	64.054	49.656	65.497

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos de cauções e depósitos registrados pelas controladas Ampla Energia e COELCE, nos valores de R\$27.628 e R\$60.730 (R\$36.049 e R\$54.583 em 2012), respectivamente, correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica, e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos.

Adicionalmente, a controlada CGTF, conforme determinado pelo contrato de financiamento junto ao IFC (vide Nota 21), possui o compromisso em manter parte do seu caixa para fins de amortização da dívida em períodos semestrais. Esta aplicação está vinculada a uma operação de *time deposit* no Banco Itaú BBA, a qual está indexada ao dólar norte americano e possui o montante de R\$28.383 em 31 de dezembro de 2013 (R\$24.521 em 2012).

12. Depósitos vinculados a litígios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Trabalhistas	803	-	164.169	132.901
Cíveis	-	-	53.551	51.614
Fiscais	-	-	114.536	115.960
Total	803	-	332.256	300.475

Vide Nota 29 para maiores entendimentos quanto as provisões relacionadas ao depósitos.

	CIEN (Consolidado)		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.392	7.170	31.120	28.602	179.249	169.035
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	66.771	66.771	37.388	31.862	163.989	161.027
Provisão para obsolescência de estoque	-	-	2.803	230	3.188	291
Desreconhecimento de ativo regulatório	-	-	-	-	46.620	29.468
Obrigações com benefício pós-emprego	-	-	45.393	38.188	170.890	196.643
Provisão Multa ARCE	-	-	24.452	17.333	24.452	17.333
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	9.633	9.633
Estorno de variação cambial sobre ativo imobilizado	58.337	65.317	-	-	58.337	65.317
Operação swap	-	-	-	-	4.228	5.406
Variações cambiais não realizadas	-	-	-	-	3.812	1.005
Provisão serviços de terceiros	-	-	-	-	1.247	612
Outros	59.303	52.882	4.613	306	73.191	60.262
Total	191.803	192.140	145.769	116.521	738.836	716.032
Passivo						
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	-	(2.359)	(2.598)	(2.359)	(2.598)
Desreconhecimento de passivo regulatório	-	(1.908)	(46.980)	(118.092)	(46.980)	(129.452)
Ativo indenizável (concessão)	-	-	(74.590)	(64.160)	(255.977)	(173.819)
Variações cambiais não realizadas	(24.915)	(9.948)	-	-	(24.915)	(9.948)
Imposto diferido passivo swap	-	-	(3.145)	-	(11.441)	(385)
Custo atribuído	-	-	-	-	(82.710)	(82.710)
Total	(24.915)	(11.856)	(127.074)	(184.850)	(424.382)	(398.912)

	CIEN (Consolidado)		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributos diferidos						
Ativos diferidos	166.888	180.284	18.695	-	387.531	458.526
Passivos diferidos	-	-	-	(68.329)	(73.077)	(141.406)

A movimentação dos saldos referentes dos tributos diferidos está assim apresentada:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2011	686.151	169.238
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	79.535	245.500
(Redução) do resultado do exercício	(54.057)	(15.826)
Adição de resultados abrangentes	4.729	-
Efeito de conversão de controladas indiretas no exterior	(326)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	716.032	398.912
Adição ao resultado do exercício - IR/CSLL	442.461	161.179
(Redução) do resultado do exercício	(395.191)	(146.765)
Adição de resultados abrangentes	(22.779)	11.056
Efeito de conversão de controlada indiretas no exterior	(1.687)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	738.836	424.382

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro ("CPC 32"), os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ano de realização	Consolidado	
	Montante a realizar	
	31/12/2013	31/12/2012
2013	-	93.489
2014	73.890	95.264
2015	90.581	69.801
2016	56.637	95.106
2017	57.066	79.255
2018 a 2020	171.274	130.788
2021 a 2023	289.388	152.329
Total	738.836	716.032

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização de créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros do Grupo Endesa.

A partir de 2001, com o ingresso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) a controlada CDSA passou a apurar o imposto de renda e contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido.

O imposto diferido ativo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$9.633 sobre o valor da remuneração do capital de terceiros aplicado nas imobilizações em curso, diferido nos termos da Portaria DNAEE 250/85, o qual foi transferido da CELG

por ocasião da cisão que originou a controlada CDSA. O saldo desse imposto de renda diferido foi mantido no ativo com base em projeções de resultados futuros, positivos, elaboradas pela Administração da controlada CDSA, o qual poderá, a partir do término do REFIS que está previsto para 2015, vir a ser deduzido na apuração do lucro real em exercícios futuros por montante suficiente para garantir a realização desse ativo.

O imposto diferido passivo da controlada CDSA está registrado no valor de R\$82.710, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da controlada CDSA. O saldo deste passivo será realizado a partir de 2015, quando a controlada CDSA passará a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS.

14. Benefício fiscal - ágio incorporado (Consolidado)

Ágio de incorporação da controladora

O ágio é oriundo da operação de incorporação que a controlada COELCE realizou em sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999, sendo fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada, conforme determinação da Resolução da ANEEL nº 269, de 15 de setembro de 1999.

O saldo acumulado será amortizado conforme demonstrado abaixo:

Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização	Ano	Fator de amortização
2014	0,03333	2019	0,02140	2024	0,01374
2015	0,03051	2020	0,01958	2025	0,01257
2016	0,02792	2021	0,01792	2026	0,01151
2017	0,02555	2022	0,01640	2027	0,01053
2018	0,02338	2023	0,01501	-	-

Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente deveria ficar registrado em conta de patrimônio líquido da controlada COELCE (reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por entender que apenas esta parcela possui substância econômica.

Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com a ANEEL, a controlada COELCE, para a substituição do mecanismo de desdobramento e resgate de ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de *covenants* financeiros com instituições financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício

nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembleia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da controlada COELCE de cumprir as recomendações do órgão regulador.

Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da controlada COELCE para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício.

A Administração da Companhia procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da controlada COELCE para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio.

Em abril de 2005, foi constituída uma provisão sobre o ágio a amortizar em contra-partida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada COELCE, conforme determina a Instrução CVM nº 349/2001.

	31/12/2013	Consolidado 31/12/2012
Benefício fiscal - ágio incorporado		
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização do ágio	(559.198)	(530.938)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	286.052	267.401
Saldo	73.449	83.058
Circulante	8.793	9.609
Não circulante	64.656	73.449
Reserva de capital	31/12/2013	31/12/2012
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

Com a adoção do novo procedimento, em 30 de abril de 2005, a reserva de ágio registrada no patrimônio líquido da Companhia foi reduzida em R\$ 429.365, com efeito de R\$ 242.976 para a controlada COELCE.

15. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Alienação de bens e direitos	-	-	1.509	1.656
Assistência médica a aposentados	-	-	6.422	5.990
Convênios de arrecadação	-	-	35.433	32.267
Consumidores - serviços prestados	-	-	69.923	61.379
Gastos a reembolsar - consumidores	-	-	3.496	3.403
Gastos a reembolsar - iluminação pública	-	-	2.795	2.796
Sindicato	-	-	5.658	5.658
Serviços a terceiros	-	-	4.475	5.220
Serviços em curso	-	-	145.829	100.902
Cheques devolvidos	-	-	845	768
Créditos de fornecedores	-	-	5.844	6.039
Adiantamentos a empregados	1.043	599	6.798	6.399
Adiantamentos a fornecedores	-	-	6.428	12.182
Revenda de material	-	-	-	3.787
Despesas de novos negócios	10.492	4.814	10.492	4.814
Estoques	-	-	3.627	2.714
Despesas pagas antecipadamente	-	-	15.246	7.054
Outros	8.464	4.774	37.395	24.972
Provisão para perda na realização de outros créditos	-	-	(20.851)	(26.763)
Total	19.999	10.187	341.364	261.237
Circulante	19.999	10.187	339.240	259.374
Não circulante	-	-	2.124	1.863

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Consolidado	
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(31.930)
Reversão	5.167
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(26.763)
Adição	(2.167)
Baixa	8.079
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(20.851)

16. Investimentos

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia:

Controladora						
31/12/2013						
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Ampla Investimentos	-	-	-	-	-	7.791
Ampla Energia	46,89%	1.298.230	2.480.825	5.712.410	3.849.432	515.059
Investluz	-	-	-	-	-	29.724
COELCE	58,87%	442.946	1.566.323	3.371.127	2.849.743	156.556
CIEN	100,00%	285.045	532.705	1.072.342	256.961	53.205
CGTF	100,00%	151.936	693.415	975.276	703.239	175.821
CDSA	99,61%	64.340	760.193	897.642	481.262	337.573
Prátil	99,99%	1.000	6.837	25.581	27.536	6.450
Fazenda Nova	99,95%	1.839	(1.794)	410	-	(1.013)

Controladora						
31/12/2012						
	% Participação direta	Capital social	Patrimônio líquido	Ativo	Receita líquida	Lucro (prejuízo) do exercício
Ampla Investimentos	46,89%	120.000	254.832	439.423	-	57.946
Ampla Energia	46,89%	998.230	2.052.826	5.229.122	3.690.989	493.376
Investluz	63,57%	954.619	1.134.472	1.223.392	-	207.985
COELCE	2,27%	442.946	1.560.330	3.560.488	2.893.720	420.000
CIEN	100,00%	285.045	529.417	1.120.751	263.142	68.606
CGTF	100,00%	151.936	608.193	870.394	524.556	144.736
CDSA	99,61%	289.340	1.030.616	1.194.059	584.143	374.904
Prátil	99,99%	1.000	6.583	14.773	22.401	6.142
Fazenda Nova	99,95%	1.839	(781)	164	-	(152)

A seguir, são apresentadas as movimentações dos investimentos:

	Investimento 31/12/2012	Efeito incorporação	Adição	Equivalência patrimonial
Ampla Investimentos	119.476	(123.256)	-	3.653
Ampla Energia	962.570	-	-	241.511
Investluz	721.184	(740.552)	-	18.895
COELCE	35.419	852.895	-	56.709
CIEN	529.417	-	-	53.205
CGTF	608.193	-	-	175.821
CDSA	1.026.597	-	-	336.256
Prátil	6.605	-	-	6.449
Fazenda Nova	1.317	-	6	(1.012)
Enel Green Power I (a)	50	-	-	-
Enel Green Power II (a)	50	-	-	-
Consórcio Tapajós (a)	2.324	-	4.154	-
Total	4.013.202	(10.913)	4.160	891.487

	Investimento 31/12/2011	Adição (baixa)	Equivalência patrimonial	Dividendos
Ampla Investimentos	104.925	(1.125)	26.959	(6.403)
Ampla Energia	766.997	-	231.344	(54.944)
Investluz	724.977	-	132.216	(117.846)
COELCE	33.392	-	9.534	(6.361)
CIEN	460.731	-	68.606	-
CGTF	606.026	-	144.736	(142.987)
CDSA	1.118.454	-	373.442	(465.299)
Prátil	4.422	-	6.141	(3.958)
Fazenda Nova	1.694	-	(377)	-
Enel Green Power I (a)	50	-	-	-
Enel Green Power II (a)	50	-	-	-
Consórcio Tapajós	-	2.324	-	-
Total	3.821.718	1.199	992.601	(797.798)

(a) Em 31 de dezembro de 2013 ,o saldo do investimento no consolidado é de R\$ 6.578 (R\$ 100 em 2012)

	Ajuste acumulado			Resultado abrangente	Investimento
	Dividendos	de conversão	Redução de capital	em controladas	31/12/2013
Ampla Investimentos	-	-	-	127	-
Ampla Energia	(75.702)	-	-	34.880	1.163.259
Investluz	-	-	-	473	-
COELCE	(16.799)	-	-	(6.130)	922.094
CIEN	(51.741)	1.824	-	-	532.705
CGTF	(91.041)	-	-	442	693.415
CDSA	(381.502)	-	(224.123)	-	757.228
Prátil	(6.218)	-	-	-	6.836
Fazenda Nova	-	-	-	-	311
Enel Green Power I (a)	-	-	-	-	50
Enel Green Power II (a)	-	-	-	-	50
Consórcio Tapajós (a)	-	-	-	-	6.478
Total	(623.003)	1.824	(224.123)	29.792	4.082.426

	Ajuste acumulado		Resultado abrangente	Investimento
	de conversão	Integralização de capital	em controladas	31/12/2012
Ampla Investimentos	-	-	(4.880)	119.476
Ampla Energia	-	-	19.173	962.570
Investluz	-	-	(18.163)	721.184
COELCE	-	-	(1.146)	35.419
CIEN	80	-	-	529.417
CGTF	-	-	418	608.193
CDSA	-	-	-	1.026.597
Prátil	-	-	-	6.605
Fazenda Nova	-	-	-	1.317
Enel Green Power I (a)	-	-	-	50
Enel Green Power II (a)	-	-	-	50
Consórcio Tapajós	-	-	-	2.324
Total	80	-	(4.598)	4.013.202

(a) Em 31 de dezembro de 2013 ,o saldo do investimento no consolidado é de R\$ 6.578 (R\$ 100 em 2012)

17. Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à parcela dos investimentos realizados e não amortizados pelas controladas Ampla Energia e COELCE até o final de suas respectivas concessões classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente decorrente da aplicação das ICPC 01 e ICPC 17 e da OCPC 05.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) está assim demonstrada:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2011	765.516
Transferências do ativo intangível	385.586
Receita financeira - ativo indenizável	487.517
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.638.619
Transferências do ativo intangível	170.312
Receita financeira - ativo indenizável	205.165
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.014.096

A concessão de distribuição das controladas Ampla Energia e COELCE não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Valor Novo de Reposição – Lei nº 12.783/13

Em 11 de janeiro de 2013, foi promulgada a Lei nº 12.783 (“Lei nº 12.783/13”) que tornou definitiva a Medida Provisória nº 579 de 11 de setembro de 2012 (“MP nº 579/12”), que dispunha sobre a prorrogação e licitação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

De acordo com este normativo legal, o cálculo do valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, deve utilizar como base a metodologia de VNR, conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

18. Imobilizado

	Controladora			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Administração				
Terrenos	350	-	350	350
Edificações	1.771	(463)	1.308	1.407
Máquinas e equipamentos	2.025	(1.078)	947	1.005
Veículos	1.498	(1.253)	245	454
Móveis e utensílios	3.952	(3.253)	699	1.090
Total imobilizado em serviço	9.596	(6.047)	3.549	4.306
Em curso				
Administração	1.169	-	1.169	108
Total do imobilizado em curso	1.169	-	1.169	108
Total do imobilizado	10.765	(6.047)	4.718	4.414

	Taxa anual de depreciação	31/12/2013		31/12/2012	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Transmissão	24,69%				
Terrenos		1.076	-	1.076	1.076
Edificações		84.651	(47.435)	37.216	40.351
Máquinas e equipamentos		1.204.945	(632.439)	572.506	628.560
Veículos		1.927	(1.390)	537	679
Móveis e utensílios		557	(196)	361	384
Distribuição	4,70%				
Máquinas e equipamentos		48.628	(33.775)	14.853	14.149
Móveis e utensílios		22.901	(13.993)	8.908	7.290
Bens de renda		10.640	(8.038)	2.602	2.783
Geração	24,67%				
Terrenos		2.194	-	2.194	2.194
Reservatórios		241.472	(153.426)	88.046	92.947
Edificações		113.620	(81.745)	31.875	34.437
Máquinas e equipamentos		2.837.911	(1.886.427)	951.484	1.005.806
Veículos		1.358	(1.139)	219	270
Móveis e utensílios		11.764	(10.466)	1.298	2.010
Comercialização	10,00%				
Máquinas e equipamentos		8.184	(5.988)	2.196	5.621
Móveis e utensílios		7.760	(3.490)	4.270	4.360
Administração	10,70%				
Terrenos		374	-	374	374
Edificações		4.128	(1.556)	2.572	2.752
Máquinas e equipamentos		65.455	(50.971)	14.484	8.129
Veículos		1.935	(1.593)	342	589
Móveis e utensílios		28.185	(24.575)	3.610	4.565
Total imobilizado em serviço		4.699.665	(2.958.642)	1.741.023	1.859.326
Em curso					
Geração		132.872	-	132.872	72.428
Transmissão		65.794	-	65.794	35.640
Distribuição		9.880	-	9.880	10.532
Comercialização		5.484	-	5.484	5.638
Administração		35.199	-	35.199	23.133
Total imobilizado em curso		249.229	-	249.229	147.371
Total do imobilizado		4.948.894	(2.958.642)	1.990.252	2.006.697

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	Controladora				Total
	Em serviço		Valor líquido	Em curso	
	Custo	Depreciação acumulada		Custo	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	9.591	(4.074)	5.517	-	5.517
Transferências	-	-	-	-	-
Adições	3	-	3	108	111
Baixas	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(1.214)	(1.214)	-	(1.214)
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	9.594	(5.288)	4.306	108	4.414
Transferências	107	-	107	(107)	-
Adições	-	-	-	1.168	1.168
Baixas	(105)	73	(32)	-	(32)
Depreciação	-	(832)	(832)	-	(832)
Efeito de conversão de controlada no exterior	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	9.596	(6.047)	3.549	1.169	4.718

	Consolidado				Total
	Custo	Em serviço	Valor líquido	Em curso	
		Depreciação acumulada		Custo	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.672.991	(2.639.528)	2.033.463	106.022	2.139.485
			-		-
Transferências	7.693	-	7.693	(7.693)	-
Adições	44	-	44	49.042	49.086
Baixas	(10.417)	1.736	(8.681)	-	(8.681)
Depreciação	-	(171.544)	(171.544)	-	(171.544)
Efeito de conversão de controlada no exterior	(3.359)	1.710	(1.649)	-	(1.649)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.666.952	(2.807.626)	1.859.326	147.371	2.006.697
Transferências	40.805	-	40.805	(40.805)	-
Adições	1.356	-	1.356	143.071	144.427
Baixas	(167)	73	(94)	(408)	(502)
Depreciação	-	(156.274)	(156.274)	-	(156.274)
Efeito de conversão de controlada no exterior	(9.281)	5.185	(4.096)	-	(4.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.699.665	(2.958.642)	1.741.023	249.229	1.990.252

O ativo imobilizado do Grupo Endesa é composto, basicamente, pelos saldos dispostos nas controladas CGTF, CDSA e CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas.

CGTF

O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto é de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001, a partir da data desta resolução. De acordo com o mesmo artigo 5º da referida Resolução, tal prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. Os bens que compõem o ativo imobilizado da CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização.

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	Taxa anual de depreciação (%)
Geração	
Caldeira	4,00%
Chaminé	4,00%
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Equipamentos gerais de informática	16,67%
Veículos	14,29%

O imobilizado da controlada CDSA está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, com base em taxas definidas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que a controlada CDSA sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada CDSA e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes

	Taxa anual de depreciação (%)
Geração	
Equipamento do ciclo térmico	4,55%
Estrutura suporte de equipamentos	3,13%
Gerador	3,33%
Painel e mesa de comando	3,57%
Reservatório, barragem e adutora	2,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Turbogerador	4,00%
Administração	
Equipamento geral	6,25%
Equipamentos gerais de informática	16,67%
Veículos	14,29%

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada de acordo com as taxas ANEEL.

Conforme termos das Portarias nº 210 e nº 211 da ANEEL, é estabelecido que ao término do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à transmissão de energia elétrica, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 474, de 07 de fevereiro de 2012, são as seguintes:

	Taxa anual de depreciação (%)
Transmissão	
Banco de capacitores	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Conversor de frequência	6,67%
Estrutura (poste, torre)	2,70%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Reator (resistor)	2,78%
Transformador de força	2,86%
Transformador de serviços auxiliares	3,33%
Administração	
Equipamentos gerais	6,25%
Veículos	14,29%

19. Intangível

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Controladora				
	31/12/2013			31/12/2012	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Ágio atribuído a concessão (a)	435.755	(212.855)	-	222.900	-
Em curso					
Outros	4.352	-	-	4.352	9.251
Total	440.107	(212.855)	-	227.252	9.251

(a) Referem-se aos valores incorporados da controlada Investluz, os quais encontram-se descritos na Nota 1.

	Vida útil	Consolidado				
		31/12/2013			31/12/2012	
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço	6%					
Direito de uso da concessão		7.742.272	(3.422.977)	(835.958)	3.483.337	3.506.760
Software		228.587	(166.731)	-	61.856	25.171
(-) Provisão para redução de recuperabilidade		(21.930)	11.011	-	(10.919)	-
Ágio atribuído a concessão		435.755	(212.855)	-	222.900	247.620
Goodwill		2.104	-	-	2.104	2.104
Marcas e patentes		401	(264)	-	137	203
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.046.756	-	(269.834)	776.922	758.678
Software		66.183	-	-	66.183	49.434
Outros		4.352	-	-	4.352	9.251
Total		9.504.480	(3.791.816)	(1.105.792)	4.606.872	4.599.221

O ativo intangível em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Controladora					
	Em serviço		Em curso		Total	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido		
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-	-	
Adições	-	-	-	9.251	9.251	
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	-	-	9.251	9.251	
Baixas	-	-	-	(745)	(745)	
Reclassificações	-	-	-	(4.154)	(4.154)	
Amortização do ágio	-	(18.540)	(18.540)	-	(18.540)	
Resultado de incorporação (a)	435.755	(194.315)	241.440	-	241.440	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	435.755	(212.855)	222.900	4.352	227.252	

(a) Referem-se aos valores incorporados da controlada Investluz, os quais encontram-se descritos na Nota 1.

Consolidado								
	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização	Obrigações	Valor	Custo	Obrigações	Valor	Total
		acumulada	especiais	líquido		especiais	líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.205.690	(3.184.943)	(898.822)	4.121.925	746.149	(159.480)	586.669	4.708.594
Adições	10.173	(1.495)	-	8.678	674.756	(90.820)	583.936	592.614
Baixas	(19.318)	14.332	-	(4.986)	-	-	-	(4.986)
Amortização	-	(354.910)	43.524	(311.386)	-	-	-	(311.386)
Transferências	368.066	-	(14.824)	353.242	(368.066)	14.824	(353.242)	-
Efeito de conversão de controladas								
no exterior	(201)	172	-	(29)	-	-	-	(29)
Transferências ativo indenizável	(385.586)	-	-	(385.586)	-	-	-	(385.586)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	8.178.824	(3.526.844)	(870.122)	3.781.858	1.052.839	(235.476)	817.363	4.599.221
Adições	-	-	-	-	738.016	(39.318)	698.698	698.698
Baixas	(267.395)	149.042	-	(118.353)	(849)	-	(849)	(119.202)
Amortização	-	(425.511)	39.124	(386.387)	-	-	-	(386.387)
Reclassificações	-	-	-	-	(4.154)	-	(4.154)	(4.154)
Transferências	668.561	-	(4.960)	663.601	(668.561)	4.960	(663.601)	-
Transferências ativo indenizável	(170.312)	-	-	(170.312)	-	-	-	(170.312)
Efeito de conversão de controladas								
no exterior	(559)	486	-	(73)	-	-	-	(73)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	(21.930)	11.011	-	(10.919)	-	-	-	(10.919)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	8.387.189	(3.791.816)	(835.958)	3.759.415	1.117.291	(269.834)	847.457	4.606.872

A ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável e adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração entende que a amortização do ativo intangível de uso da concessão deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007-SFF/ANEEL, de 27 de junho de 2007, que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,43% a.a. e 3,98% nas controladas Ampla Energia e COELCE, respectivamente.

Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro de indenização e retirado do seu ativo, de forma que fique evidente a contabilização dos ativos pertencentes à União, que ficaram, durante o contrato de concessão, sob administração da concessionária.

O Grupo Endesa avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos ("CPC 01").

Resolução Normativa ANEEL nº367/09

Em agosto de 2013, a controlada COELCE implementou a Resolução Normativa ANEEL nº 367/09 ("Resolução nº 367/09"), de 2 de junho de 2009, que teve como principal objetivo efetuar a componetização de determinados itens do ativo fixo de modo a refletir as especificações requeridas pela ANEEL.

Como consequência da referida implementação, a controlada COELCE registrou no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 33.918 referente à perdas relativas à desativação de bens decorrentes de inventário físico realizado no contexto da adoção da Resolução nº 367/09, tendo sido ainda constituída provisão para perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$ 10.919 correspondente à determinados itens do ativo fixo para os quais não foi alocado valor novo de reposição, resultando na falta de expectativa de considerá-los no cálculo da base de remuneração.

A Resolução nº 367/09, não foi implementada pela controlada Ampla Energia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme requerido pelo Ofício nº 43/2013-SFF/ANEEL. A expectativa da Administração é de que referida resolução seja efetivamente implementada no decorrer do trimestre a findar-se em 31 de março de 2014. Com base em sua melhor avaliação, a Administração entende que a não implementação da Resolução nº 367/09 representa um risco bastante remoto de autuação por parte da ANEEL, considerando as disposições constantes na Resolução Normativa ANEEL nº 63, de 12 de maio de 2004.

20. Fornecedores

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Partes relacionadas (b)	10.636	6.304
Materiais e serviços	18.262	21.544
Total	28.898	27.848
	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento e transporte de energia		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	120.053	41.703
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	24.172	20.239
Geração e Transmissão S.A. - CEMIG	6.243	5.042
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A- ELETRONORTE	7.987	9.127
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	-	23.114
Companhia Energética de São Paulo - CESP	12.766	15.633
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR	93.412	134.167
Contrato de uso do sistema de distribuição – LIGHT	8.460	17.442
Cotas de garantia física	14.573	-
Decreto nº 7.945/13 - recursos CDE (a)	26.424	-
Eletrobras Termonuclear S/A – Eletronuclear	10.218	-
Diferencial Eletronuclear	39.458	-
Encargo de uso da rede	20.314	52.316
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	4.100	39.756
Furnas Centrais Elétricas S.A.	17.135	35.969
Geradoras - Energia Livre	5.602	5.177
Itaipu (Eletrobras)	60.727	52.105
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	6.748	19.300
Petrobras	17.456	16.099
Partes relacionadas (b)	136.578	127.882
Outros	39.853	47.082
Materiais e serviços	321.628	261.562
Total	993.907	923.715
Circulante	847.571	796.962
Não circulante	146.336	126.753

(b) O valor de R\$ 26.424 corresponde aos custos recuperáveis através dos recursos da CDE, relacionados (i) aos Encargos de Serviços do Sistema - ESS; (ii) ao risco hidrológico; e (iii) à exposição involuntária limitada ao montante não atendido pela alocação de cotas, e se referem aos ajuste das competências de abril a agosto e competência de novembro e dezembro de 2013. A recuperação desses valores está previsto no Decreto 7.945/13 conforme comentado na Nota 4 (Decreto ANEEL nº 7.945/13).

(c) Os termos e condições envolvendo partes relacionadas, se encontram descritos na Nota 28.

21. Empréstimos e financiamentos

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são:

	Consolidado					
	Encargos de dívida			Principal		
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Moeda estrangeira						
União Federal - Bônus de Capitalização (a)	3	7	163	284	-	142
União Federal - Bônus de Desconto (a)	8	8	-	-	2.673	2.332
União Federal - Bônus ao Par (a)	49	44	-	-	3.831	3.342
IFC - A (b)	185	182	12.570	10.208	43.589	48.989
IFC - B (b)	(29)	-	19.745	16.075	21.157	35.680
IFC - C (b)	82	67	-	-	16.399	14.305
Total moeda estrangeira	298	308	32.478	26.567	87.649	104.790
Moeda nacional						
Eletróbrás (c)	13	15	11.177	13.338	68.315	74.858
União Federal - Lei 8.727 (Caixa Econômica Federal) (d)	1	3	76	287	-	76
União Federal - Lei 8.727 (Eletróbrás) (d)	25	114	3.092	11.008	-	2.931
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	2	10	936	5.343	-	891
Banco do Nordeste - FNE (e)	412	455	61.315	33.667	90.259	151.574
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (f)	171	337	49.106	49.106	-	49.106
BNDES FINAME 2012-2013 (g)	46	-	2.061	-	35.031	-
BNDES FINEM 2012-2013 A (g)	244	-	6.480	-	71.278	-
BNDES FINEM 2012-2013 B (g)	273	-	6.480	-	71.278	-
BNDES PEC (h)	-	9	-	2.328	-	-
BNDES (Finame) (j)	3	7	1.884	2.214	-	1.884
BNDES (Capex 2011) (k)	265	280	10.139	10.210	65.904	75.942
BNDES (Capex 2011) (k)	278	341	19.305	19.324	67.568	86.846
BNDES (Capex 2011) (k)	311	379	19.305	19.324	67.568	86.846
BNDES (Capex 2012-2013) (l)	91	-	4.149	-	69.836	-
BNDES (Capex 2012-2013) (l)	440	-	11.706	-	128.768	-
BNDES (Capex 2012-2013) (l)	495	-	11.706	-	128.768	-
Eletróbras (m)	3	3	2.940	2.940	13.865	16.804
Eletróbras (n)	2	2	2.650	536	9.917	10.169
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (o)	-	795	-	20.000	-	-
Banco do Brasil S.A (p)	-	612	-	100.000	-	-
Banco do Brasil S.A (p)	1.142	-	-	-	100.000	-
Banco do Brasil S.A (p)	251	-	-	-	30.000	-
Total moeda nacional	4.468	3.362	224.507	289.625	1.018.355	557.927
Custos de transação	-	-	(193)	(285)	-	(193)
Total moeda nacional líquido dos custos de transação	4.468	3.362	224.314	289.340	1.018.355	557.734
Total sem efeito das operações de swap	4.766	3.670	256.792	315.907	1.106.004	662.524
Resultado das operações de swap	93	110	-	-	7.452	14.809
Total de empréstimos e financiamentos	4.859	3.780	256.792	315.907	1.113.456	677.333

Bancos	Início	Vencimento	Tipo de		Encargos financeiros
			amortização	Garantias	
União Federal - Bônus de Capitalização (a)	15/08/1997	10/04/2014	Semestral	Recebíveis e Conta Reserva	USD + 8,2% a.a.
União Federal - Bônus de Desconto (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal - Bônus ao Par (a)	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e Conta Reserva	USD + 6,2% a.a.
IFC - A (b)	22/02/2005	15/12/2017	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 7,89% a.a.
IFC - B (b)	22/02/2005	15/12/2015	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + Libor + 2,25% a.a.
IFC - C (b)	11/04/2006	15/12/2019	Semestral	Conta reserva e imobilizado	USD + 11,96% a.a.
Eletrobras (c)	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,95% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (
Caixa Econômica Federal) (d)	30/06/1994	01/03/2014	Mensal	Recebíveis	TR + 10,028% a.a.
União Federal - Lei 8.727 (Eletrobrás) (d)	30/06/1994	01/03/2014	Mensal	Recebíveis	IGPM + 10,028% a.a.
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar)	23/01/2007	18/02/2014	Mensal	Fiança Bancária	TJLP + 4,5% a.a.
Banco do Nordeste – FNE (e)	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Fiança Bancária e Conta Reserva	10% a.a.
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (f)	28/04/2008	15/12/2014	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 3,7% a.a.
BNDES FINAME 2012-2013 (g)	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	3,00% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 A (g)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM 2012-2013 B (g)	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 3,8% a.a.
Working Capital Santander (i)	30/09/2013	27/06/2014	Mensal	Recebíveis	CDI + 1,8% a.a.
BNDES (Finame) (j)	15/01/2010	15/10/2014	Mensal	Fiança Bancária	4,5%
BNDES (Capex 2011) (k)	15/08/2011	15/06/2021	Mensal	Recebíveis	-
BNDES (Capex 2011) (k)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,96%
BNDES (Capex 2011) (k)	15/08/2011	15/06/2018	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,96%
BNDES (Capex 2012-2013) (l)	16/08/2013	15/05/2023	Mensal	Recebíveis	3,0%
BNDES (Capex 2012-2013) (l)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,80%
BNDES (Capex 2012-2013) (l)	16/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,80%
Eletrobras (m)	23/11/2006	30/06/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,0%
Eletrobras (n)	20/09/2011	30/09/2018	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	7,0%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (o)	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Banco do Brasil S.A (p)	19/11/2013	14/11/2019	Anual	-	107% CDI
Banco do Brasil S.A (p)	29/11/2013	25/11/2019	Anual	-	107% CDI
Conta Garantida Santander (o)	19/05/2011	16/05/2014	Variável	-	CDI + 1,80%
Conta Garantida Banco Itaú S.A (o)	21/12/2011	23/12/2014	Mensal	-	-
Conta Garantida Banco Bradesco (o)	09/10/2013	07/04/2014	Mensal	-	CDI + 2,30%

(a) União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) - dívida de médio e longo prazo (DMLPs) - Confissão de dívida a União Federal em 15 de agosto de 1997. O contrato está dividido em 7 (sete) subcréditos (três deles já liquidados), remunerados a base de variação cambial (dólares norte-americanos).

(b) IFC - International Finance Corporation: A controlada CGTF possui apenas um contrato de financiamento de longo prazo, celebrado em 2006 no valor de US\$130.000 mil. Esse contrato, constituído na modalidade de project finance está dividido em 3 tranches (IFC-A, IFC-B e IFC-C com vencimentos em dezembro de 2017, 2015 e 2019, respectivamente).

- (c) Eletrobras - Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica - Luz para Todos, do Ministério das Minas e Energia - MME, com recursos originários da RGR e CDE.
- (d) União Federal - Lei 8.727- Cessão de crédito, que fez a Eletrobras e a Caixa Econômica Federal à União Federal.
- (e) Banco do Nordeste do Brasil - Programa de incentivo as fontes alternativas de energia (Proinfra) - A controlada COELCE celebrou contrato com o Banco do Nordeste do Brasil para o financiamento de inversões fixas, através de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)/Proinfra.
- (f) BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da controlada COELCE contratado em 28 de abril de 2008, no montante de R\$330.000, junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A companhia captou 74% do total do contrato.
- (g) BNDES FINAME/FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2012/2013 da Companhia contratado em 28 de junho de 2013, no montante total de R\$ 217.185, através de sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. Até 31 de dezembro de 2013 havia sido liberado pelo BNDES 89% do total, ou seja, o valor de R\$ 192.698.
- (h) BNDES PEC: Empréstimo captado devido à necessidade de capital de giro da controlada COELCE. Esse contrato foi liquidado em janeiro de 2013.
- (i) Contratos contraídos devido à necessidade de capital de giro da controlada COELCE.
- (j) BNDES Finame: Financiamento contratado pela controlada Ampla Energia junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- (k) BNDES Capex 2011: Financiamento, no montante total de R\$ 331.397, para o plano de investimento 2010/2011 da controlada Ampla Energia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 79% do valor contratado.
- (l) BNDES Capex: 2012/2013: Financiamento, no montante de R\$450.171, para o plano de investimento 2012/2013 da controlada Ampla Energia, contrato junto ao sindicato liderado pelo Itaú, como repasse de recursos de BNDES. Até 30 setembro de 2013 a controlada Ampla Energia havia sacado 79% do valor contratado.
- (m) Eletrobras – Empréstimo contratado pela controlada Ampla Energia para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- (n) Eletrobras – Empréstimo contratado pela controlada Ampla Energia para cobertura financeira dos custos das obras de reconstrução da rede de distribuição e subtransmissão da Região Serrana do Rio de Janeiro, que foram afetadas devido às chuvas no 1º trimestre de 2011. Esta operação tem recursos originários da RGR.
- (o) Contratos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da controlada Ampla Energia.
- (p) Cédula de Crédito Bancário Banco do Brasil: Empréstimo com vencimento em novembro de 2019, na modalidade de Crédito Agrário destinados ao apoio financeiro da controlada Ampla Energia na utilização de amortização de dívidas anteriores.
- Conforme mencionado na Nota 11, a controlada CGTF mantinha aplicação financeira retida no montante de R\$28.383 em 31 de dezembro de 2013 (R\$24.521 em 2012) vinculada a parcela de curto prazo do contrato com o IFC. A controlada CGTF ainda mantém como garantia seus ativos fixos e uma carta fiança no valor de R\$488.358 e R\$36.000, respectivamente.

Nas operações de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e nas operações de capital de giro as controladas COELCE e Ampla Energia comprometeram-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2013:

Banco	Obrigações especiais financeiras	Índice
BNDES/FINEM	Endividamento financeiro líquido/LAJIDA (máximo)	3,5
BNDES/FINEM	Endividamento financeiro líquido/Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,6
BNDES	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,5
BNDES	Dívida financeira líquida/(PL + dívida financeira líquida) (máximo)	0,6
Capital de giro	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	3,5
Capital de giro	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,0

LAJIDA/EBITDA - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação amortização.

O principal dos empréstimos e financiamentos não circulante, excluindo os efeitos das operações de *swap* contratados e dos custos de captação, tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

Ano	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	209.219
2015	206.578	116.167
2016	189.481	101.202
2017	233.081	101.279
2018	196.661	66.689
Após 2018	280.203	68.161
Total	1.106.004	662.717

Conforme determinado no contrato de financiamento a controlada CGTF mantém contratos de *swap* com objetivo de proteger parte da dívida de efeitos cambiais e de taxa de juros e proteção contra o risco da variação das taxas de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos indexados ao dólar norte-americano. Os contratos de *swap* estão apresentados conforme quadro na Nota 23.

Variação das moedas/indexadores da dívida acumulados no ano até a posição de 31 de dezembro de 2013 e 2012, respectivamente:

Moeda/Indexador	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Dólar norte-americano	14,64%	8,94%
INPC	5,56%	6,20%
IPCA	5,91%	5,84%
IGP-M	5,51%	7,82%
TJLP	5,00%	5,75%
CDI	8,06%	8,40%
TR	0,19%	0,29%
Libor	0,43%	0,69%

Mutação de empréstimos e financiamentos, sem os efeitos dos custos de transação:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Em 31 de dezembro de 2011	587.996	725.126	50.365	137.622	1.501.109
Captações	-	124.956	-	-	124.956
Encargos provisionados	98.984	-	9.139	-	108.123
Encargos pagos	(106.056)	-	(19.061)	-	(125.117)
Variação monetária e cambial	-	1.714	2.781	12.659	17.154
Transferências	293.869	(293.869)	28.446	(28.446)	-
Resultado <i>swap</i>	-	-	(781)	(2.236)	(3.017)
Amortizações	(581.806)	-	(43.904)	-	(625.710)
Em 31 de dezembro de 2012	292.987	557.927	26.985	119.599	997.498
Captações	-	717.557	-	-	717.557
Encargos provisionados	71.489	-	8.167	-	79.656
Encargos pagos	(70.384)	-	(8.550)	-	(78.934)
Variação monetária e cambial	-	636	4.951	13.288	18.875
Transferências	257.765	(257.765)	30.429	(30.429)	-
Resultado <i>swap</i>	-	-	(17)	(7.357)	(7.374)
Amortizações	(322.882)	-	(29.096)	-	(351.978)
Em 31 de dezembro de 2013	228.975	1.018.355	32.869	95.101	1.375.300

22. Debêntures

Descrição	Companhias	Consolidado					
		31/12/2013			31/12/2012		
		Principal		Principal		Principal	
		Encargos	Circulante	Não circulante	Encargos	Circulante	Não circulante
1ª série - 3ª emissão	COELCE	2.219	-	104.000	1.679	-	104.000
1ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	490	-	117.000	328	-	117.000
1ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	411	-	100.000	274	-	100.000
2ª série - 2ª emissão	COELCE	-	-	-	4.175	62.214	62.214
2ª série - 3ª emissão	COELCE	4.698	-	334.764	4.353	-	316.280
2ª série - 5ª emissão	Ampla Energia	-	-	-	459	53.519	107.038
2ª série - 6ª emissão	Ampla Energia	8.972	-	209.480	8.290	-	197.913
2ª série - 7ª emissão	Ampla Energia	10.683	-	327.093	9.872	-	309.031
(-) Custo a amortizar		-	(1.736)	(3.853)	-	(2.191)	(6.183)
Total sem efeito das operações de <i>swap</i>		27.473	(1.736)	1.188.484	29.430	113.542	1.307.293
Resultado das operações de <i>swap</i>		-	(322)	(19.719)	-	310	2.758
Total de debêntures		27.473	(2.058)	1.168.765	29.430	113.852	1.310.051

Mutação de debêntures:

			Consolidado
	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	388.529	973.221	1.361.750
Captações	-	400.000	400.000
Encargos provisionados	118.635	-	118.635
Encargos pagos	(120.822)	-	(120.822)
Transferências de prazos	117.245	(117.245)	-
Variação monetária	-	52.702	52.702
Amortização do principal	(360.779)	-	(360.779)
Transferência custo de transação	(2.191)	2.191	-
Apropriação do custo de transação	2.356	304	2.660
Custo da transação	-	(3.880)	(3.880)
Resultado das operações de <i>swap</i>	309	2.758	3.067
Saldos em 31 de dezembro de 2012	143.282	1.310.051	1.453.333
Encargos provisionados	107.148	-	107.148
Encargos pagos	(109.106)	-	(109.106)
Transferências de prazos	180.520	(180.520)	-
Variação monetária	-	59.380	59.380
Amortização do principal	(296.251)	-	(296.251)
Transferência custo de transação	(2.010)	2.010	-
Apropriação do custo de transação	2.465	320	2.785
Resultado das operações de <i>swap</i>	(633)	(22.476)	(23.109)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	25.415	1.168.765	1.194.180

Características das emissões:

COELCE

Características	3ª emissão - 1ª série	3ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografia	Quirografia
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.400 debêntures simples	29.600 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de outubro de 2011	15 de outubro de 2011
Vencimento inicial	15 de outubro de 2015	15 de outubro de 2016
Vencimento final	15 de outubro de 2016	15 de outubro de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 0,97% a.a.	6,85% a.a.
Exigibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortizações	Em duas parcelas Anuais	Em três parcelas anuais
Data das amortizações	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

3ª Emissão

A 3ª emissão de debêntures foi realizada em 15 de outubro de 2011, com 40.000 (quarenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, no montante total de R\$ 400.000, colocadas através de oferta pública de distribuição. A primeira série foi emitida com 10.400 (dez mil e quatrocentos) debêntures, sem correção

monetária, com remuneração em CDI mais 0,97% a.a., exigíveis semestralmente e amortizadas em 02 (duas) parcelas anuais em 15 de outubro de 2015 e 2016. A segunda série foi emitida com 29.600 (vinte e nove mil e seiscentos) debêntures, com correção monetária pela variação do IPCA, com remuneração de 6,85% a.a., exigíveis anualmente e amortizadas em 03 (três) parcelas anuais em 15 de outubro de 2016, 2017 e 2018.

Ampla Energia

Característica	5ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10
Data de emissão	15 de dezembro de 2009
Vencimento inicial	15 de dezembro de 2013
Vencimento final	15 de dezembro de 2015
Atualização monetária	IPCA
Repactuação	Não haverá
Remuneração	IPCA + 8,30% a.a.
Exibibilidade de juros	Anual
Amortização programada	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2013, 2014 e 2015

Característica	6ª emissão - 1ª série	6ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	11.700 debêntures simples	18.300 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2011	15 de junho de 2011
Vencimento inicial	15 de junho de 2015	15 de junho de 2016
Vencimento final	15 de junho de 2016	15 de junho de 2018
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,20% a.a.	IPCA + 7,90% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2015 e 2016	2016, 2017 e 2018

Característica	7ª emissão - 1ª série	7ª emissão - 2ª série
Conversibilidade	Debêntures simples, não conversíveis em ações	Debêntures simples, não conversíveis em ações
Espécie	Quirografária	Quirografária
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados
Quantidade de títulos	10.000 debêntures simples	30.000 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	15 de junho de 2012	15 de junho de 2012
Vencimento inicial	15 de junho de 2016	15 de junho de 2017
Vencimento final	15 de junho de 2017	15 de junho de 2019
Atualização monetária	Sem atualização	IPCA
Repactuação	Não haverá	Não haverá
Remuneração	CDI + 1,02% a.a.	IPCA + 6,00% a.a.
Exibibilidade de juros	Semestral	Anual
Amortização programada	Em duas parcelas anuais	Em três parcelas anuais
Data de amortização	2016 e 2017	2017, 2018 e 2019

5ª Emissão

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries no montante total de R\$ 250.000. A segunda série foi resgatada antecipadamente no dia 25 de setembro de 2013 encerrando assim esta emissão.

6ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia.

7ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de abril de 2012, foi aprovada a 7ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da controlada Ampla Energia. A operação possui swap para 100% da tranche em CDI.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, as controladas COELCE e Ampla Energia estão sujeitas à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2013, as controladas Ampla Energia e COELCE cumpriram com a manutenção dos índices abaixo na avaliação da Administração:

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Índice
3ª emissão - COELCE	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,50
3ª emissão - COELCE	EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75
5ª emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
6ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
6ª Emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50
7ª Emissão - Ampla Energia	Dívida financeira líquida/EBITDA (máximo)	2,70
7ª Emissão - Ampla Energia	EBITDA/Despesas financeiras líquidas (mínimo)	2,50

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
1ª série - 3ª emissão - COELCE	52.000	52.000	-	-	-	104.000
2ª série - 3ª emissão - COELCE	-	111.578	111.578	111.608	-	334.764
1ª série - 6ª emissão - Ampla Energia	58.500	58.500	-	-	-	117.000
2ª série - 6ª emissão - Ampla Energia	-	69.827	69.827	69.826	-	209.480
1ª série - 7ª emissão - Ampla Energia	-	50.000	50.000	-	-	100.000
2ª série - 7ª emissão - Ampla Energia	-	-	109.030	109.030	109.033	327.093
(-) Custo de transação	(1.418)	(1.190)	(858)	(387)	-	(3.853)
Total a amortizar	109.082	340.715	339.577	290.077	109.033	1.188.484

23. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

O Grupo Endesa possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Em seguida, um quadro de análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso a variação da taxa de câmbio de 2013 fosse igual a esperada para 2014, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&FBOVESPA:

31/12/2013	Efeitos		
	Aumento em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Dólares norte-americanos	9,27%	(8.351)	(8.351)

Fatores de risco

a) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado.

A tabela abaixo apresenta os valores contábeis dos passivos em moeda estrangeira que não estão protegidos por instrumentos de swap cambial:

	Passivo	
	31/12/2013	31/12/2012
Dólares norte-americanos	90.067	92.983

b) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo Endesa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, o Grupo Endesa prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Com finalidade de evitar riscos com variações nos índices de mercado, os empréstimos indexados a taxas variáveis, tiveram suas taxas fixadas através de contrato de swap, para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. O ajuste a débito e a crédito dessa operação está registrado na demonstração do resultado

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado do Grupo caso as variações nas taxas de juros de 2013 fossem iguais as esperadas para 2014, segundo projeções baseadas na curva futura da BM&FBOVESPA:

		Consolidado	
		Efeitos	
31/12/2013	Aumento/redução em pontos base	No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	(0,80%)	(1.386)	(1.386)
Libor (6 meses)	0,17%	(1)	(1)
IPCA	0,36%	469	469
IGPM	0,73%	9	9
Total		(909)	(909)

c) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado pelas controladas como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, além da política de cobrança e de corte de fornecimento para consumidores inadimplentes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração do Grupo, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

d) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

e) Risco de vencimento antecipado

Algumas controladas possuem contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico financeiros em determinados níveis (*covenants* financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente, e não limitam a capacidade

de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Grupo Endesa está em patamares abaixo do limite estipulado pelos *covenants* financeiros.

f) Gestão do risco de capital

O Grupo Endesa administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 21 e 22, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados na Notas 5 e 6) e pelo patrimônio líquido do Grupo.

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Dívida	2.569.287	2.450.353
Caixa e equivalente de caixa + títulos e valores mobiliários	(1.832.528)	(1.429.955)
Dívida líquida (a)	736.759	1.020.398
Patrimônio líquido (b)	7.137.960	6.945.246
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	9%	13%

(a) A dívida líquida é representada pelo saldo total dos empréstimos e financiamentos e debêntures, incluindo as parcelas do passivo circulante e não circulante, deduzidos os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. Vide maiores detalhes nas Notas 5, 6, 21 e 22.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas constituídas pela Companhia.

A controlada COELCE realizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 operações de contratos futuros de juros. Essas operações foram utilizadas exclusivamente na gestão dos recursos da renda fixa, com objetivo realizar operações de proteção dos títulos detidos à vista, efetuar operações de posicionamento em taxas de juros e trocar de indexadores dos títulos detidos à vista. As estratégias nos mercados futuros são consideradas no conjunto de todos os ativos que fazem parte da carteira, ou seja, seus resultados individuais visam contribuir para a obtenção do resultado global da parcela de renda fixa, estabelecido na política de investimentos.

g) Risco de liquidez

A liquidez do Grupo Endesa é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e partes relacionadas em moeda estrangeira do Grupo Endesa que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetados (inclui juros e principal):

	Consolidado					
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2013						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	8.873	20.451	111.342	364.722	138.188	643.576
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	10.363	29.021	161.126	690.579	196.642	1.087.731
Debêntures	-	-	96.284	1.356.495	117.689	1.570.468
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	-	-	-	-	-	-
	19.236	49.472	368.752	2.411.796	452.519	3.301.775
31 de dezembro de 2012						
Empréstimos e financiamentos pré-fixados	6.307	14.476	86.085	362.775	124.016	593.659
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	34.092	21.715	220.885	280.990	27.704	585.386
Debêntures	-	-	225.525	1.270.146	418.153	1.913.824
Empréstimos com partes relacionadas em moeda nacional	-	-	362.090	-	-	362.090
	40.399	36.191	894.585	1.913.911	569.873	3.454.959

Em seguida, as tabelas apresentam os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de *hedge* que também estão contemplados nos fluxos de caixa das controladoras Ampla Energia, COELCE e CGTF:

	Consolidado					
	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2013						
Swaps de moeda			4.172	3.599		7.771
Swaps de taxa de juros	-	-	(2.365)	(5.015)	-	(7.380)
	-	-	1.807	(1.416)	-	391
31 de dezembro de 2012						
Swaps de moeda			5.085	8.647		13.732
Swaps de taxa de juros	-	-	8.206	14.364	-	22.570
	-	-	13.291	23.011	-	36.302

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, o Grupo utiliza como opção de curto prazo as contas garantidas que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos exercícios de 2013 e 2012 quanto à utilização das contas:

Conta garantida	31/12/2013	31/12/2012
Contratada	350.000	325.000

Valorização dos instrumentos financeiros

Na determinação do valor justo dos empréstimos e financiamentos, a Administração da Companhia utilizou fluxos de caixa futuros descontados a taxas consideradas adequadas para realização de novas operações no mercado. Com relação ao valor justo das debêntures foram consideradas as cotações negociadas no mercado secundário.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Os saldos contábeis e valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2013 e me 2012 são demonstrados abaixo:

						Controladora			
						31/12/2013		31/12/2012	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo			
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	673.787	673.787	302.845	302.845			
Ouros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	524.463	524.463	357.839	357.839			
Passivo									
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	28.898	28.898	21.544	21.544			

						Consolidado			
						31/12/2013		31/12/2012	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo			
Ativo									
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	1.096.850	1.096.850	814.805	814.805			
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	735.678	735.678	615.150	615.150			
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	116.993	116.993	115.153	115.153			
Consumidores, concessionários e permissionários, líquido	Empréstimos e recebíveis	2	1.179.537	1.263.657	1.246.412	1.246.412			
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	2.014.096	2.014.096	1.638.619	1.638.619			
Passivo									
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	1.247.137	1.233.193	850.436	849.629			
Debêntures em moeda nacional	Empréstimos e recebíveis	2	1.214.221	1.214.221	1.450.265	1.405.416			
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Empréstimos e recebíveis	2	120.425	135.132	131.665	149.805			
Instrumentos financeiros derivativos	Empréstimos e recebíveis	2	(12.496)	(12.496)	17.987	17.987			
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	993.907	1.166.391	795.833	795.833			

Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (*swap*) de 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
COELCE			
<i>Swap</i> DI x HSBC Bank Brasil S.A.	230	(6.548)	(6.778)
CGTF			
<i>Swap</i> Libor x Pré (Santander)	880	873	(7)
<i>Swap</i> Libor x IGPM (Citibank)	7.734	6.672	(1.062)
Ampla Energia			
<i>Swap</i> DI x HSBC Bank Brasil S.A.	31	(7.224)	7.193
<i>Swap</i> DI x HSBC Bank Brasil S.A.	64	(6.125)	6.062
Total	8.939	(12.352)	5.408

A estimativa do valor de mercado das operações de *swaps* foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na posição de 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia detinha operações de *swap*, conforme demonstrado abaixo:

COELCE

Contraparte	Data do contrato	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				31/12/2013	31/12/2012
			CDI + 0,97% a.a.		
HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	17/10/2016	9.43%	(6.548)	637

Contraparte	Descrição	Valor justo		Efeito acumulado até 31/12/2013		Efeito acumulado até 31/12/2012	
		31/12/2013	31/12/2012	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/pago
	(+) Ativo	103.870	108.167	-	-	-	-
	(-) Passivo	97.322	108.804	-	-	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	(=) Ajuste	6.548	(637)	6.548	-	-	(637)

Ampla Energia

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				31/12/2013	31/12/2012
			CDI + 1,02% a.a.		
HSBC Bank Brasil S.A.	03/09/2012	16/06/2017	10,05% a.a.	(7.224)	1.891
			CDI + 1,20% a.a.		
HSBC Bank Brasil S.A.	08/11/2012	16/06/2016	9,59% a.a.	(6.125)	540

Contraparte	Descrição	Valor justo		Efeito acumulado até 31/12/2013		Efeito acumulado até 31/12/2012	
		31/12/2013	31/12/2012	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/pago	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/pago
	Contratos de <i>swaps</i>						
	(+) Ativo	98.994	103.991	-	-	-	-
	(-) Passivo	91.770	105.882	-	-	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	(=) Ajuste	7.224	(1.891)	7.224	-	-	(1.891)
	(+) Ativo	115.201	121.243	-	-	-	-
HSBC Bank Brasil S.A.	(-) Passivo	109.076	121.784	-	-	-	-
	(=) Ajuste	6.125	(541)	6.125	-	-	(541)

CGTF

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência			
				Moeda Estrangeira		Moeda local	
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			Libor				
Banco Santander Brasil S.A.	15/06/2006	15/12/2015	5,4% (a/360) a.a.	5.961	8.647	13.965	17.670
			Libor + 2,25%				
Banco Citibank	20/03/2007	15/12/2015	IGPM + 9,77%	6.807	9.874	15.946	20.177
				12.768	18.521	29.911	37.847

Contraparte	Descrição	Valor justo		Efeito acumulado até 31/12/2013		Efeito acumulado até 31/12/2012	
		31/12/2013	31/12/2012	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago	Valor a receber/ recebido	Valor a pagar/ pago
			Contratos de swaps				
Banco Santander Brasil S.A.	(+) Ativo	14.036	17.835	-	-	-	-
	(-) Passivo	14.909	19.378	-	-	-	-
	(=) Ajuste	(873)	(1.543)	-	(873)	-	(1.543)
Banco Citibank	(+) Ativo	16.322	20.846	-	-	-	-
	(-) Passivo	22.994	34.222	-	-	-	-
	(=) Ajuste	(6.672)	(13.376)	-	(6.672)	-	(13.376)
		(7.545)	(14.919)	-	(7.545)	-	(14.919)

24. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
ICMS	-	-	72.540	80.383
Imposto de Renda e Contribuição Social	3.002	-	112.558	57.639
Imposto Sobre Serviços – ISS	81	105	3.268	3.178
Programa de Integração Social - PIS	761	110	8.260	10.264
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	481	464	36.146	44.826
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (retido na fonte)	-	-	1.852	2.045
Contribuições sociais	-	-	6.160	6.280
Outros tributos e contribuições	590	2.155	10.509	11.032
Total	4.915	2.834	251.293	215.647

25. Taxas regulamentares

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	10.389
Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.945	14.338
Reserva Global de Reversão - RGR	11.475	38.596
Encargo de Energia Reserva - EER	-	1.999
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hidrúcos - CFURH	2.507	3.836
Encargos ex-isolados	57	3.028
Taxa de fiscalização	2.067	2.066
Encargos emergenciais	2.467	2.465
Total	21.518	76.717

O saldo da reserva global de reversão se refere à provisão dos valores a serem pagos a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, calculados à base de 2,5% sobre o imobilizado, limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

26. Programas de pesquisa, desenvolvimento e de eficiência energética

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	36.058	48.342	42.475	18.321
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	58.756	27.044	57.976	13.970
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	559	-	820	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(55)	-	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	(80)	-	39	-
Total	95.238	75.386	101.310	32.291

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 504, de 14 de agosto de 2012 e nº 556, de 02 de julho de 2013 aprovam o Manual do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética – PROPEE, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE, respectivamente. As principais mudanças provenientes do novo manual e procedimento são: Aprovação dos Procedimentos do

Programa de Eficiência Energética – PROPEE, contendo os procedimentos para elaboração, envio, avaliação inicial e final e encerramento dos respectivos projetos; a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; o envio, pelo Sistema de Gestão, dos relatórios final, de medição e verificação e de auditoria contábil e financeira; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento.

As controladas COELCE, Ampla Energia, CIEN, CGTF e CDSA contabilizam as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

27. Parcelamento de tributos

A movimentação dos saldos de parcelamento de tributos está demonstrada a seguir:

	Consolidado								
	PAES	REFIS IV Federal	REFIS ICMS	REFIS INSS	REFERJ	Auto IRPJ/CSLL	ICMS	REFIS IR	Total
Saldos em									
31 de dezembro de 2011	15.148	21.180	6.304	12.657	2.279	8.422	30.191	15.480	111.661
(-) Pagamentos	(4.507)	(3.649)	(4.712)	(6.676)	(664)	(4.157)	(16.086)	(7.290)	(47.741)
(+) Atualizações	1.183	1.265	1.002	264	102	598	1.980	371	6.765
Saldos em									
31 de dezembro de 2012	11.824	18.796	2.594	6.245	1.717	4.863	16.085	8.561	70.685
Circulante	4.730	1.588	2.594	6.245	711	3.504	16.085	5.335	40.792
Não circulante	7.094	17.208	-	-	1.006	1.359	-	3.226	29.893
Consolidado									
	PAES	REFIS IV Federal	REFIS ICMS	REFIS INSS	REFERJ	Auto IRPJ/CSLL	ICMS	REFIS IR	Total
Saldos em									
31 de dezembro de 2012	11.824	18.796	2.594	6.245	1.717	4.863	16.085	8.561	70.685
(+) Adições	-	-	4.237	-	-	-	-	-	4.237
(-) Pagamentos	(4.786)	(2.799)	(3.441)	(6.890)	(752)	(4.750)	(17.014)	(6.320)	(46.752)
(+) Atualizações	756	1.802	424	1.134	163	101	929	129	5.438
Saldos em									
31 de dezembro de 2013	7.794	17.799	3.814	489	1.128	214	-	2.370	33.608
Circulante	5.196	1.643	3.814	489	752	214	-	2.370	14.478
Não circulante	2.598	16.156	-	-	376	-	-	-	19.130

28. Partes relacionadas

A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

		Controladora								
		31/12/2013				31/12/2012				
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo Circulante (*)	Receita (despesa)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receita (despesa)
CIEN	(d)	Mútuo	295.400	-	-	27.017	348.967	-	-	21.421
Ampla Investimentos	(c)	Mútuo	-	-	-	3.002	167.143	-	-	18.150
CTM	(e)	Mútuo	-	12.522	-	1.699	-	7.518	-	828
TESA	(e)	Mútuo	-	7.476	-	1.012	-	4.274	-	441
Fazenda Nova	(g)	Conta corrente (*)	2.122	-	-	-	864	-	-	-
ICT - Serviçós Informáticos Ltda.	(h)	Prestação de serviço	-	-	8.806	(2.494)	-	-	6.304	(3.414)
Enel Energy Europe	(i)	Prestação de serviço	-	-	41	(28)	-	-	-	-
Enel Ingegneria e Innovazione	(j)	Prestação de serviço	-	-	1.789	(1.789)	-	-	-	-
			297.522	19.998	10.636	28.419	516.974	11.792	6.304	37.426

		Consolidado										
		31/12/2013				31/12/2012						
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo não circulante (*)	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
Enersis S.A.	(a.1)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	235	2	99	-	-
Fundação COELCE de Seguridade Social – FAELCE	(b.1) e	Plano de pensão	-	84.506	(7.406)	606	-	-	-	64.849	(5.684)	574
	(b.2)	Confissão de dívida	-	12.824	-	-	-	-	12.098	6.049	-	-
Fundação Brasiletros	(b.3)	Plano de pensão	-	-	393.339	(46.715)	-	-	-	480.896	(50.069)	-
CEMSA - Comercializadora del Mercosulr S.A.	(f)	Transporte de energia (*)	86.541	-	87.737	24.675	-	86.539	-	87.757	9.824	-
Endesa Costanera S.A.	(f)	Transporte de energia (*)	33.285	-	33.267	9.072	-	33.701	-	33.720	3.336	-
Enel Energy Europe	(i)	Prestação de serviço (*)	-	3.382	-	(3.208)	-	-	-	-	-	-
Enel Ingegneria e Innovazione	(j)	Prestação de serviço (*)	-	1.789	-	(1.789)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda		Prestação de serviço (*)	-	1.597	-	-	-	-	-	-	-	-
ICT - Serviçós Informáticos Ltda.	(h)	Prestação de serviço (*)	-	8.806	-	(2.494)	-	-	6.304	-	(3.414)	-
			119.826	28.398	598.849	(27.865)	606	120.475	18.404	673.370	(46.007)	574
Total plano de pensão		Plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		Confissão de dívida	-	(12.824)	(477.845)	-	-	(12.098)	(551.794)	-	-	-
Partes relacionadas			119.826	15.574	121.004	(27.865)	606	120.475	6.306	121.576	(46.007)	574

* Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 7 e 20)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Prestação de serviços

a.1) *Enersis*

A controlada Ampla Energia não possui contas a pagar com a empresa Enersis em 31 de dezembro de 2013 (R\$99 em 2012).

b) Obrigações com plano de pensão

b.1) *Contrato de dívida - FAELCE*

A controlada COELCE é patrocinadora do fundo de pensão administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE.

Em 30 de junho de 1999, a subsidiária controlada COELCE celebrou com a FAELCE um contrato tendo por objeto a consolidação da dívida no valor de R\$46.600, correspondendo os saldos devedores dos termos de compromisso firmados em 31 de dezembro de 1992, em 23 de maio de 1996 e em 31 de janeiro de 1997.

Em 30 de junho de 2007, foi assinado um terceiro aditivo com o valor da dívida atualizada em R\$62.200, conforme Resolução CGPC no 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, com prazo para pagamento total de 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2013 a subsidiária controlada COELCE amortizou 13 parcelas, permanecendo um saldo devedor de R\$12.824 (R\$18.147 em 2012).

Em garantia da operação, a controlada COELCE cedeu à FAELCE os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representados pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizadas. A FAELCE poderá sacar da conta corrente bancária da controlada COELCE, até o montante das parcelas da dívida vencidas e não pagas, após 45 dias da verificação da inadimplência da controlada COELCE, se lhe convier.

b.2) *Plano de Pensão - FAELCE*

A controlada COELCE, como mantenedora da FAELCE, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira da FAELCE e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida".

O total de gastos em 31 de dezembro de 2013 foi R\$ 8.012 (R\$ 6.258 em 2012) sendo R\$ 7.406 (R\$ 5.684 em 2012) como despesa operacional do resultado da Companhia e R\$ 606 (R\$ 574 em 2012) capitalizados ao ativo intangível.

O saldo em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 84.506 (R\$ 64.849 em 2012) corresponde ao valor da contribuição da controlada COELCE (patrocinadora) aos planos de pensão, vide Nota 32.

b.3) *Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS*

A controlada Ampla Energia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da controlada, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a controlada Ampla Energia oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária, indicada pela BRASILETROS.

O total de despesas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi R\$46.715 (R\$50.069 em 2012).

c) Ampla Investimentos

Em 21 de novembro de 2013, a Companhia incorporou a Ampla Investimentos, a valores contábeis, com data-base 31 de março de 2013. Sendo assim o resultado apresentado acima refere-se ao período de três meses findo em 31 de março de 2013 no valor de R\$ 3.002.

d) CIEN

A Endesa Brasil possui empréstimo com a sua controlada CIEN no montante atualizado de R\$295.400 (R\$348.967 em 2012), com o vencimento em 19 de março de 2014. O empréstimo é indexado pela variação do CDI, acrescido de juros de 0,67% a.a.

e) CTM e TESA

Os mútuos com a controlada Indireta TESA são em dólares norte-americanos e possuem encargos financeiros indexados a taxa Libor, com spread médio de 3,50% a.a. Estes contratos possuem vencimentos firmados para março de 2014.

Os mútuos com a CTM são em dólares norte-americanos são indexados a taxa Libor, com spread médio de 3,50% a.a. Estes contratos possuem vencimentos firmados para março de 2014.

f) CEMSA - Comercializadora del Mercosur S.A. e Endesa Costanera S.A.

O saldo a pagar à CEMSA e Costanera no montante de R\$121.005 em 31 de dezembro de 2013 (R\$121.477 em 2012) originou-se em virtude da compra de energia para revenda no mercado brasileiro em anos anteriores. Os saldos são atualizados, em uma base mensal, incluindo as variações cambiais, uma vez que o contrato foi firmado em dólares norte-americanos.

g) Fazenda Nova

A Companhia mantém um conta corrente com a Eólica Fazenda Nova referente a despesas realizadas por esta, a qual se encontra em fase pré-operacional.

Esse conta corrente totalizou um montante de R\$2.122 no ativo em 31 de dezembro de 2013 (R\$864 em 2012).

h) ICT- Serviçós Informáticos Ltda

A companhia mantém contrato com a ICT referente a serviços profissionais em consultoria e gestão de informática.

Esse contrato totalizou um montante de R\$2.494 como custo de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$3.414 em 31 em 2012), e o correspondente passivo de R\$8.806 em 31 de dezembro de 2013 (R\$6.304 em 2012).

i) Enel Energy Europe

A companhia mantém contrato com a Enel Energy referente a serviços de licenciamento, implementação e manutenção de software.

Esse contrato totalizou um montante de R\$28 como custo de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e o correspondente passivo de R\$41 em 31 de dezembro de 2013.

O grupo Endesa totalizou um montante de R\$ 3.208 como custo de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e o correspondente passivo de R\$ 3.382 em 31 de dezembro de 2013.

j) Enel Ingegneria e Innovazione

A companhia mantém contrato com a Enel Ingegneria e Innovazione referente a execução de projetos de inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento.

Esse contrato totalizou um montante de R\$1.789 como custo de serviço no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e o correspondente passivo de R\$1.789 em 31 de dezembro de 2013.

Remuneração da Administração

A remuneração total dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$10.397 (R\$12.217 em 2012), as quais são benefícios de curto prazo. A remuneração dos administradores somada às remunerações pelas controladas, no exercício de 2013 foi de R\$ 34.411 (R\$31.745 em 2012).

29. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para o Grupo.

Provisões com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrando a movimentação das provisões para contingências nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

Descrição	Controladora			
	31/12/2011	Adições (reversões)	Atualização monetária	31/12/2012
Cíveis (b)	-	81	24	105
Total	-	81	24	105

Descrição	Controladora			
	Saldo em 31/12/2012	Adições (reversões) Incorporação	Atualização monetárias	31/12/2013
Trabalhistas (a)	-	897	4	901
Cíveis (b)	105	-	10	115
Fiscais (c)	-	26.474	209	26.683
Total	105	27.371	223	27.699

Descrição	Consolidado					
	31/12/2011	Adições/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Transferências	31/12/2012
Trabalhistas (a)	173.664	4.759	12.423	(9.893)	-	180.953
Cíveis (b)	382.374	32.868	45.695	(74.536)	(101.851)	284.550
Fiscais (c)	77.039	1.771	9.917	(20.135)	-	68.592
Ambientais	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	636.077	39.398	68.035	(104.564)	(101.851)	537.095

Descrição	Consolidado					
	31/12/2012	Adições/ reversões	Atualização monetária	Pagamentos	Atualizações monetárias Incorporação	31/12/2013
Trabalhistas (a)	180.953	4.545	12.624	(12.513)	-	185.609
Cíveis (b)	284.550	45.119	48.827	(68.144)	-	310.352
Fiscais (c)	68.592	(1.562)	3.614	(1.406)	-	69.238
Ambientais	3.000	-	-	-	-	3.000
Total	537.095	48.102	65.065	(82.063)	-	568.199

a) Riscos trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com as controladas bem como equiparação em direitos aos empregados desta.

b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumeirista, nos quais as controladas são ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de indenização por acidentes com energia elétrica, ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais.

O restante do valor constante na provisão subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

A controlada COELCE é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nº 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Durante o exercício de 2012, o processo da controlada Ampla Energia que se encontrava em aberto com a Enertrade foi concluído de forma irrevogável e irretratável, resultando na reversão integral da provisão que estava constituída, impactando o resultado consolidado da Companhia em R\$101.851.

c) Riscos fiscais

Endesa Brasil (auto de infração oriundo da incorporação da Investluz)

Autos de Infração PIS/Cofins

Em 21 de dezembro de 2006 a Secretaria da Receita Federal lavrou dois autos de infração para a cobrança de PIS e Cofins sobre juros sobre capital próprio e outras receitas financeiras, auferidas no período de 2001 a 2005. Em primeira instância administrativa os autos de infração foram julgados parcialmente procedentes (improcedentes apenas no que se refere às receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98).

A incorporada Investluz apresentou recurso e aguarda decisão de segunda instância administrativa. Diante dos fatos e da jurisprudência administrativa, a empresa efetuou a provisão da parcela dos autos de infração considerada com probabilidade de perda provável (valores relativos ao PIS e à Cofins incidentes sobre os juros sobre capital próprio recebidos após a vigência das Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente). O valor provisionado em dezembro de 2013 corresponde a R\$ 18.409 para a Cofins e R\$ 8.204 para o PIS.

A parcela remanescente dos autos de infração considerada com probabilidade de perda possível corresponde a R\$ 18.479 para a Cofins e R\$2.614 para o PIS (receitas financeiras auferidas durante a vigência da Lei nº 9.718/98 e após a vigência do Decreto nº 5.164/2004).

Controlada COELCE

controlada COELCE concluiu o pagamento de um parcelamento de COFINS junto à SRF em 2000, sendo que o parcelamento era em 80 parcelas e foi efetuado o pagamento de 6 parcelas a mais. Considerando o pagamento a maior, a controlada COELCE efetuou a compensação desse suposto crédito com débitos de COFINS. Na análise do processo, ficou demonstrado que houve uma retificação do valor inicialmente declarado no

pedido de compensação e que assim o valor total pago pela controlada COELCE (nas 86 parcelas) correspondia à dívida retificada. Dessa forma, a SRF entendeu que a compensação efetuada não procedia. O processo administrativo ainda está em curso, no qual a controlada COELCE está alegando basicamente o desconhecimento da retificação do valor declarado e a decadência do excesso resultante da retificação. No entanto, diante dos fatos, a controlada COELCE entendeu por bem alterar a probabilidade de perda para provável e efetuar sua provisão. Em 31 de dezembro de 2013 o valor envolvido é de R\$2.562.

Controlada Ampla Energia

ICMS - Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$10.154 (R\$9.241 em 2012). A controlada Ampla Energia apresentou defesa (embargos à execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia possui dois Autos de Infração lavrados pelo Estado para cobrar débitos relativos ao período de dezembro/96 a novembro/98 e novembro/1998 a março/1999, sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da Companhia. A administração decidiu, após diligências realizadas em 2012, constituir provisões equivalentes a 40% e 20%, respectivamente, das autuações fiscais, isto é, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$ 5.744 (valor total do auto de R\$ 14.361), e de R\$ 371 (valor total do auto R\$ 1.857). Veja informações adicionais relacionadas a esta contingência no item de contingências com risco possível.

Controlada CDSA

Compensação de débitos de CSLL e IRPJ

A Companhia efetuou compensação em 2005 de débitos de CSLL e IRPJ devidos por ajuste anual do ano 2000. De acordo com a Receita Federal, o direito creditório não é suficiente para pagar o valor devido uma vez que a Companhia não calculou corretamente os juros no pagamento efetuado em 2001 e não incluiu juros nem multa na compensação efetuada em 2005.

Em sua defesa, a Companhia argumenta que seu crédito é suficiente. Entretanto, tendo em vista os erros formais no procedimento de compensação, a Companhia optou por constituir provisão no valor atualizado de R\$2.660.

A Companhia apresentou impugnação em primeira instância administrativa que foi julgada improcedente em 30 de novembro de 2011. Após a decisão foi apresentado Recurso Voluntário, que, em 04 de outubro de 2012 foi julgado contra a Companhia. Em 30 de abril de 2013 a Companhia apresentou embargos de declaração que foi rejeitado. Em 22 de novembro de 2013 os autos foram encaminhados à Delegacia da Receita Federal de Goiânia para Revisão de Ofício.

Contingências ambientais

A provisão constituída no montante de R\$3.000 refere-se à ação judicial ambiental movida em 2001 pelo Ministério Público do Estado de Goiás, em trâmite na Comarca de Cachoeira Dourada, contra a Companhia, por alegados danos supostamente causados pela instalação da barragem onde foi construída a usina hidroelétrica de Cachoeira Dourada.

Foi proferida decisão favorável à Companhia em primeira instância, que foi reformada pelo Tribunal de Justiça, o qual determinou a realização de perícia para apuração de eventuais danos. A Companhia interpôs recurso especial contra a decisão.

Os assessores jurídicos, conservadoramente, opinaram pela constituição de provisão, à vista do caso específico, e levando em conta a experiência profissional em casos assemelhados envolvendo danos ambientais com solução negociada junto ao Ministério Público.

Contingências com risco possível

O Grupo Endesa possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível, as quais totalizam aproximadamente R\$ 8.603.000 em 31 de dezembro de 2013 (R\$7.440.000 em 2012).

a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, reintegração, responsabilidade subsidiária e solidária, diferenças salariais, verbas rescisórias, dano moral e material, acidente de trabalho, etc.

b) Riscos cíveis

A situação jurídica das controladas engloba processos de natureza cível, nos quais a é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

Controlada CIEN

Tractebel

A Tractebel ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento, pela controlada CIEN, do “Contrato de Compra e Venda de 300MW de Potencia firme e energia associada proveniente da Argentina” firmado em 20 de outubro de 1999, entre a controlada CIEN e Centrais Geradoras do Sul do Brasil S. A (Gerasul) sendo a Tractebel a sua sucessora.

Na ação, a Tractebel pede a condenação da controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de MMR\$ 117, além de penalidades supostamente aplicáveis por indisponibilidade de “potencia firme e energia associada”, cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, a Tractebel ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Tractebel, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi

um fato alheio à vontade da controlada CIEN e fora de seu controle. A controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes, o processo foi encaminhado para análise do juiz. Aguardamos o início da fase de produção de provas.

Furnas

Furnas ajuizou ação ordinária alegando suposto descumprimento pela controlada CIEN do “Contrato de Potencia Firme com Energia Associada”, celebrado em 5 de maio de 1998, para aquisição de 700 MW provenientes da Argentina. Na ação, Furnas pede a condenação da controlada CIEN ao pagamento de multa rescisória no montante estimado de MMR\$ 520 e pagamento de ressarcimento e penalidades cujos valores seriam apurados em fase de liquidação de sentença e não podem ser estimados no momento. Na ação, Furnas ignorou a existência da notória crise na Argentina, ocorrida a partir de 2005, os seus efeitos sobre o referido contrato e das reiteradas manifestações das competentes autoridades brasileiras que liberaram a controlada CIEN, e seus clientes, incluída a própria Furnas, de penalidades regulatórias, por reconhecer que a crise na Argentina foi um fato alheio à vontade da controlada CIEN e fora de seu controle. A controlada CIEN contestou a ação invocando evento de força maior impeditivo de cumprimento das obrigações do contrato. Após sucessivas manifestações das partes e produção das provas cabíveis, aguarda-se o julgamento da ação.

c) Riscos fiscais

Controlada COELCE

ICMS - Termo de acordo 035/91

A controlada COELCE celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decendial. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98.

Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou quatro autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$18.555. A controlada COELCE apresentou recurso (embargos de declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os autos de infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. Em 09 de julho de 2012 o recurso foi julgado improcedente, mas foi determinado que os processos fossem baixados em diligência para que fosse realizada a imputação dos pagamentos realizados até o presente momento e para que a controlada COELCE seja intimada para pagar o valor residual se existir.

ICMS - Base cadastral de consumidores isentos e imunes e não tributáveis

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$12.634 no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A controlada COELCE impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Em 16 de fevereiro de 2007, foi lavrado auto de infração com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$4.371, referente ao ano de 2002, no qual se aguarda decisão de 1ª instância administrativa.

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$4.196, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. A controlada COELCE impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 5 de novembro de 2008. A controlada COELCE recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa.

Adicionalmente, a controlada COELCE recebeu em 2011 e em 2012 autos de infração relativos aos exercícios de 2006 e 2007, respectivamente, no valor atualizado de R\$21.100. Em 19 de julho de 2011 a Companhia apresentou sua defesa referente ao exercício de 2006 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. A controlada COELCE apresentou defesa em relação ao exercício de 2007 em 24 de janeiro de 2013 e aguarda julgamento.

ICMS - Transferência de créditos

Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante atualizado de R\$1.719. Em 9 de março de 2007 foi proferida sentença favorável à controlada. A Fazenda Estadual apresentou recurso (apelação), que está pendente de julgamento.

Em 6 de maio de 2005, a controlada COELCE ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante atualizado de R\$2.004. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS - Cancelamento de faturas

Em 29 de novembro de 2006, a controlada COELCE recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$24.838, pelo cancelamento de faturas emitidas anteriormente com erros sem a comprovação que as operações anteriormente foram tributadas. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa, a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 16 de fevereiro de 2007, a controlada COELCE recebeu um auto de infração no valor atualizado de R\$29.608, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2002. O auto foi julgado procedente em 1ª instância administrativa e a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda julgamento.

Em 18 de fevereiro de 2013, a controlada COELCE recebeu outro auto de infração no valor atualizado de R\$ 18.989, relativo ao exercício de 2008. A controlada Coelce apresentará defesa.

ISS - Município de Fortaleza

A controlada COELCE ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS incidentes sobre: (i) prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia; (ii) serviço de locação de bens móveis e (iii) ausência de retenção do ISS na fonte, relativas ao período de julho/98 a janeiro/00, que totalizam o valor de R\$5.061. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância judicial.

Não obstante a controlada COELCE tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, para as quais a controlada COELCE apresentou defesa (exceção de pré-executividade) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Em 19 de julho de 2007, a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$1.453, sobre o mesmo tema. A controlada COELCE apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Aguarda-se decisão de segunda instância.

O Município de Fortaleza ajuizou três execuções fiscais, que perfazem o montante de R\$26.281 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A Companhia aguarda decisão de segunda instância judicial em dois processos. Em 2012 foi proferida decisão em uma das execuções fiscais, julgando improcedente o recurso apresentado pela Fazenda e em razão disto a Fazenda apresentou recurso especial, que não foi aceito. Diante disto, a Fazenda apresentou agravo ao STJ e aguarda-se julgamento.

Em 19 de julho de 2007, a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$3.104, referente a serviços prestados em outros Municípios cujo imposto foi recolhido no respectivo local da prestação. A controlada COELCE apresentou impugnação e, após a decisão desfavorável, recurso voluntário. Foi realizada perícia e aguarda-se decisão de segunda instância administrativa

Em 07 de maio de 2010 a controlada COELCE recebeu auto de infração no valor atualizado de R\$1.127, relativo ao exercício de 2007. A controlada COELCE apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

A controlada COELCE recebeu 4 autos de infração em 26 de setembro 2012 no valor atualizado de R\$9.871, relativo ao exercício de 2008. A controlada COELCE apresentou defesa administrativa e aguarda decisão de 1ª instância.

ISS - Município de Iguatu

O município de Iguatu ajuizou execução fiscal, no valor atualizado de R\$2.852, por débitos de ISS relativos ao período de 2004 a 2008, cobrados face à existência de diferenças entre as declarações apresentadas pela controlada COELCE. A controlada COELCE apresentou embargos à execução, que aguarda julgamento.

ICMS - Estorno de crédito - consumidor baixa renda

O Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 2 de outubro de 2009, no valor atualizado de R\$ 24.345, para a cobrança de ICMS no exercício de 2005 em virtude do estorno insuficiente de créditos de ICMS por vendas não tributáveis a consumidores classificados como “baixa renda”. A controlada COELCE apresentou defesa. Foi proferida decisão administrativa desfavorável e em 7 de outubro de 2010 a controlada COELCE apresentou recurso. Em 27 de junho de 2011 foi proferida decisão de segunda instância administrativa que confirmou a decisão de primeira instância, que declarou procedente o auto de infração. A controlada COELCE apresentou recurso especial. Em 11 de julho de 2012 a controlada COELCE recebeu decisão desfavorável negando provimento ao recurso especial, em consequência, a Companhia apresentou ação cautelar de caução para antecipação do oferecimento de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa. Tal ação teve a medida liminar deferida em 28 de agosto de 2012. Em 13 de setembro de 2012, o Estado do Ceará apresentou embargos de declaração em face da decisão liminar concedida. A controlada COELCE apresentou resposta aos embargos e aguarda decisão.

Adicionalmente, em 17 de junho de 2011, a controlada COELCE recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2006, no valor de atualizado R\$ 20.020. Em 19 de julho de 2011, a Companhia apresentou sua defesa onde a decisão não foi favorável. Em 25 de maio de 2012, a Companhia apresentou recurso voluntário e foi negado provimento. A controlada COELCE foi intimação da decisão e, em

consequência, apresentou ação cautelar de caução para antecipação do oferecimento de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa, que aguarda decisão.

Em 21 de dezembro de 2012, a controlada COELCE recebeu auto de infração, sobre o mesmo tema, relativo ao exercício de 2007, no valor atualizado de R\$22.259. A controlada COELCE irá apresentar defesa em 1ª instância em 24 de janeiro de 2013 e aguarda julgamento.

Em 18 de dezembro de 2012, a controlada COELCE recebeu outro auto de infração, relativo ao exercício de 2008, no valor atualizado de R\$ 12.192. A controlada COELCE apresentou defesa em 1ª instância em 24 de janeiro de 2013 e aguarda julgamento.

PIS/IRPJ - Autos de infração

Trata-se de dois Autos de infração para a cobrança de PIS e IRPJ relativos ao primeiro, segundo e terceiro trimestres do exercício de 1998 diante do não recolhimento apontado pela auditoria interna da Fazenda Nacional, em revisão das declarações apresentadas. A controlada COELCE apresentou defesa, que foi julgada parcialmente procedente. Em 16 de outubro de 2008, a controlada COELCE apresentou recurso. Em 28 de junho de 2012, a Companhia foi intimada da decisão referente à cobrança de PIS que julgou procedente o recurso apresentado e extinguiu a cobrança. A controlada COELCE permanece aguardando o julgamento do recurso apresentado no auto de infração de IRPJ. O valor envolvido atualizado é de R\$1.925.

CSLL/IRPJ - Execução fiscal

Em 19 de Janeiro de 2009, a União Federal apresentou execução fiscal para cobrar débitos de CSLL e IRPJ. Em 15 de abril de 2009, a Companhia apresentou embargos à execução. Em 2 de junho de 2011 foi proferida sentença parcialmente procedente, declarando extinto o processo em relação a duas Certidões de Dívida Ativa ("CDA"), sem resolução de mérito, mas mantendo a cobrança de uma CDA. A União apresentou recurso de apelação. A Companhia apresentou recurso (embargos de declaração) que não foram acolhidos, razão pela qual apresentou recurso de apelação em 14 de novembro de 2012. Em 27 de fevereiro de 2013, foi proferida decisão em favor da controlada COELCE determinando que a União expeça a certidão positiva de

débito com efeito de negativa em favor da Companhia, bem como suspender o registro do débito no CADIN.

Após, a União deverá se manifestar sobre a Apelação apresentada pela controlada COELCE. A decisão de 2ª instância foi favorável à apelação da Fazenda Nacional, mas exclusivamente para anular a sentença e determinar o retorno da Execução à 1ª instância, onde deve aguardar, suspensa, o julgamento definitivo nos autos dos embargos à execução. O valor atualizado é de R\$ 18.481.

ICMS em determinadas operações

Em 17 de junho de 2011, a controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS oriundos de operações na modalidade "COELCE Plus" sem a emissão da documentação fiscal durante o exercício de 2006. A controlada COELCE apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011 e em 10 de julho de 2012 foi intimada de decisão que julgou o auto de infração procedente. Em 16 de agosto de 2012 a controlada COELCE apresentou recurso e aguarda decisão de 2ª instância. O valor atualizado é de R\$1.720.

Em 30 de maio de 2012, a controlada COELCE recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema relativo ao exercício de 2007. A controlada COELCE apresentou sua defesa em 29 de junho de 2012 e aguarda decisão de 1ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$5.738.

Em 01 de agosto de 2012, a controlada COELCE recebeu auto de infração sobre o mesmo tema, referente à operação realizada em abril de 2007. A defesa foi apresentada em 31 de agosto de 2012 e a controlada aguarda decisão de 1ª instância. O valor atualizado é de R\$384.

Adicionalmente, em 01 de outubro de 2012, a controlada COELCE recebeu auto de infração relativo ao exercício de 2008, no valor atualizado de R\$ 4.672. A defesa foi apresentada pela controlada COELCE, sendo o auto julgado improcedente. A Fazenda apresentou recurso, aguarda-se decisão de 2ª instância.

ICMS - Energia adquirida para consumo próprio

Em 17 de junho de 2011, a controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos à energia elétrica consumida pela própria empresa durante o exercício de 2006. A controlada COELCE apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011. Em 10 de outubro de

2011, a controlada COELCE recebeu decisão que julgou o auto procedente. A decisão foi mantida em 2ª instância e a controlada COELCE apresentou recurso especial que foi aceito. O recurso apresentado foi julgado parcialmente procedente, reduzindo uma parte do valor do auto de infração. A controlada COELCE seguirá discutindo o tema na esfera judicial. O valor atualizado é de R\$ 1.443.

Em 01 de agosto de 2012, a controlada COELCE recebeu um auto de infração relativo ao mesmo tema, referente ao exercício de 2007. Em 31 de agosto de 2012, a controlada COELCE apresentou sua defesa. Decisão de primeira instância desfavorável. A controlada COELCE irá apresentar recurso à segunda instância. O valor atualizado é de R\$ 2.362.

Em 18 de dezembro de 2013, a controlada COELCE recebeu outro auto de infração, referente ao exercício de 2008. A controlada COELCE irá apresentar defesa. O valor atualizado é de atualizado é de R\$ 2.651

ICMS - Diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais

Em 17 de junho de 2011, a controlada COELCE recebeu um auto de infração para exigir débitos de ICMS relativos a supostas diferenças entre os valores contabilizados e os valores informados nas declarações fiscais.

A controlada COELCE apresentou sua defesa em 19 de julho de 2011, mas o auto foi julgado improcedente em 1ª instância administrativa. A controlada COELCE apresentou Recurso Voluntario e aguarda decisão de 2ª instância administrativa. O valor atualizado é de R\$1.926.

Em 18 de dezembro de 2013, a controlada COELCE recebeu um auto de infração sobre o mesmo tema, referente ao exercício de 2008. A Companhia irá apresentar defesa. O valor atualizado é de R\$ 5.133.

COFINS - Anulatória

Em 17 de setembro de 2012, a controlada COELCE apresentou Ação Anulatória visando suspender a exigibilidade de crédito cobrado pela Fazenda a título de COFINS por entender que tais créditos encontram-se extintos por compensação, bem como estariam alcançados pela decadência. A controlada COELCE aguarda decisão de primeira instância. O valor atualizado é de R\$ 1.026.

A controlada COELCE, além dos processos descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de CSLL, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total de R\$ 7.019.

IR - Diferenças entre declarações

A Companhia foi autuada por erros formais no preenchimento das suas declarações. Após decisão de primeira instância administrativa desfavorável, a Companhia apresentou recurso a segunda instância que aguarda julgamento. O valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 5.782.

Controlada Ampla Energia

Imposto de renda retido na fonte - Emissão de Fixed Rate Notes (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte - IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de Fixed Rate Notes (FRN) emitidos pela controlada Ampla Energia em 1998. Em decisão de 2ª instância a Companhia obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do recurso especial apresentado pela Fazenda. Em 21 de dezembro de 2012, a controlada Ampla Energia foi intimada da decisão da Câmara Superior de Recursos Fiscais que julgou procedente o Auto de Infração. Em 28 de dezembro de 2012 foram apresentados embargos de declaração. Os embargos apresentados pela Companhia não foram aceitos. Em consequência, a controlada Ampla Energia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com efeitos de negativa e seguirá discutindo o tema através de ação judicial.

O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$846.944 (R\$819.886 em 2012).

COFINS - Auto de Infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A controlada Ampla Energia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A controlada Ampla Energia apresentou

recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à não tributação da receita de venda de energia no período de final de dezembro a março de 2002, correspondente ao prazo de 90 dias para aplicação de norma que altere contribuição social, previsto na Constitucional Federal. A Fazenda e a controlada Ampla Energia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24 de agosto de 2009 foi apresentado pela controlada Ampla Energia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do recurso especial apresentado. O agravo foi julgado contra a controlada Ampla Energia e em 05 de maio de 2010. O recurso especial apresentado pela Fazenda teve provimento negado, mantendo-se a decisão de segunda instância que afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras (70MR\$). Consequentemente, restou decidido contra a controlada Ampla Energia a não tributação da receita de venda de energia no período de final de dez/2001 a mar/2002. Para esta parte a controlada Ampla Energia seguirá discutindo o tema através de ação judicial. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 113.591 (R\$ 179.434 em 2012).

ICMS - Prazo de recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a controlada foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso. Em 26 de agosto de 2010, recebida intimação comunicando que o Conselho de Contribuintes decidiu contra a controlada Ampla Energia o recurso administrativo apresentado. Em 1 de novembro de 2010 a controlada Ampla Energia apresentou recurso ao Conselho Pleno que foi julgado em 9 de maio 2012 de forma desfavorável a Companhia. Em 30 de agosto de 2012, a controlada Ampla Energia tomou ciência da decisão do Conselho Pleno e apresentou recurso ao Secretário de Fazenda que aguarda julgamento. Não obstante o recurso apresentado ao Secretário, os autos de infração foram inscritos em dívida ativa em 1º de novembro de 2012. Em consequência, a controlada Ampla Energia apresentou ação cautelar de caução para antecipação de garantia visando a obtenção de Certidão Positiva com

efeitos de negativa e obteve medida liminar. O Estado do Rio de Janeiro apresentou recurso questionando a garantia apresentada, o qual foi julgado procedente. A controlada Ampla Energia recorreu dessa decisão. Em razão da decisão desfavorável que não aceitou o seguro garantia, a controlada Ampla Energia substituiu a garantia por fiança bancária. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013, é de R\$ 232.348 (R\$ 210.400 em 2012).

ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A controlada Ampla Energia possui 4 Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro de 1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999, julho de 1997 a outubro de 1998 e janeiro de 2007 a dezembro de 2011, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e/ou sob o argumento de que os bens adquiridos para o ativo fixo não estavam relacionados à atividade fim da controlada Ampla Energia. Em relação ao primeiro auto de infração a controlada Ampla Energia obteve decisão de segunda instância parcialmente favorável. Em 05/04/2013, a controlada Ampla Energia apresentou recurso ao Conselho Pleno. Para o 2º auto de infração a controlada Ampla Energia obteve decisão de segunda instância favorável e foi apresentado recurso ao Conselho Pleno pela Fazenda Pública que aguarda decisão. Para o terceiro aguarda inscrição em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro para prosseguir com a discussão na esfera judicial e em relação ao quarto auto, a controlada Ampla Energia apresentou sua impugnação em setembro de 2012 e aguarda julgamento, em julgamento ocorrido em fevereiro de 2013 foi determinada a conversão do julgamento em diligência para reapuração dos valores objeto do auto de infração excluindo-se os créditos indevidamente glosados. Aguarda-se julgamento após o término da diligência.

Os valores atualizados dos 4 autos em 31 de dezembro de 2013 montam, respectivamente, R\$ 8.617 (valor total do auto R\$ 14.361), R\$ 1.485 (valor total do auto R\$ 1.857), R\$ 24.695 e R\$ 50.138 (R\$ 6.946, R\$ 1.776, R\$ 22.124 e R\$ 47.390 respectivamente em 2012). Em relação aos dois primeiros autos de infração, a administração, baseada na opinião legal dos advogados externos, decidiu constituir provisão no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013,

de, respectivamente, R\$ 5.744 e R\$ 371, equivalente a 40% e 20% das autuações por entender que a probabilidade de perda destes percentuais é provável, conforme informação constante dos riscos prováveis. . A parcela restante (equivalente a 60% e 80%, respectivamente) foi avaliada como possível.

Adicionalmente, a controlada Ampla Energia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de novembro/98 a março/99 lavrado sob o argumento de que a controlada Ampla Energia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$17.498 (R\$15.931 em 2012). Em 22 de agosto de 2011 foi proferida a sentença de primeira instância que julgou improcedente o pedido feito pela controlada Ampla Energia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração apresentados pela controlada Ampla Energia.

ICMS - Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a controlada Ampla Energia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A controlada Ampla Energia aguarda decisão de segunda instância administrativa. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$17.387 (R\$16.236 em 2012).

ICMS - Saída de bens para reparação

A controlada Ampla Energia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 31 de dezembro de 2013 de R\$12.939 e R\$14.024 (R\$11.774 e R\$12.785 em 2012), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. Em relação aos dois processos, a Companhia aguarda julgamento do recurso de apelação apresentado após sentença desfavorável.

ICMS - Comparação entre informes gerenciais e livros fiscais

A controlada Ampla Energia ajuizou ação anulatória para desconstituir auto de infração para cobrar supostos débitos de ICMS no período de dez/2000 a out/2001 decorrentes

de diferenças verificadas após a comparação entre os informes gerenciais e os livros fiscais. Após a realização da perícia contábil, aguarda-se decisão de primeira instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$5.034 (R\$4.592 em 2012).

ICMS - Cancelamentos de meses anteriores

A controlada Ampla Energia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes de diferenças verificadas entre o Livro de saída do ICMS e o Convênio 30. Tais diferenças decorrem de equívoco no preenchimento do Livro de saída em relação às faturas canceladas dentro do próprio mês ou em meses anteriores. A controlada Ampla Energia apresentou sua impugnação em setembro de 2012, sob o argumento de que o equívoco não ocasionou recolhimento a menor de imposto. Em fevereiro de 2013, houve decisão de primeira instância administrativa negando provimento à impugnação. Foi apresentado recurso ao Conselho de Contribuintes e aguarda-se julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 26.059 (R\$ 23.931 em 2012).

ICMS e ICMS-FECP - Isentos e não tributáveis

A controlada Ampla Energia recebeu auto de infração em agosto de 2012 para cobrar supostos débitos de ICMS decorrentes da não tributação de clientes que não deveriam, de acordo com a fiscalização, estar classificados como isentos ou não tributáveis. A grande maioria das faturas que supostamente estavam sem o ICMS já tinham sido tributadas em meses anteriores, pois eram refaturamentos de meses anteriores. A Companhia apresentou sua impugnação em setembro de 2012. Houve realização de diligência em março de 2013 e em abril de 2013 a Companhia apresentou sua resposta ao resultado da diligência. Em junho de 2013 houve julgamento de primeira instância decidindo pela nulidade do auto de infração. Aguarda-se decisão de segunda instância. O valor envolvido neste processo, atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 6.105 (R\$ 5.771 em 2012).

Taxa de uso de solo

A controlada Ampla Energia possui sete execuções fiscais que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Rio Bonito e Rio

das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$28.015 (R\$74.043 em 2012). No processo referente ao ano de 2002, a controlada Ampla Energia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em 6 Execuções Fiscais.

Na execução fiscal proposta pelo Município de Niterói referente ao ano de 2009 após decisão de primeira e segunda instâncias favoráveis à Companhia, o Município de Niterói apresentou recurso aos tribunais superiores que aguardam julgamento.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a controlada Ampla Energia auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$9.854 (R\$9.522 em 2012), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A controlada Ampla Energia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a controlada Ampla Energia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 31 de dezembro de 2013 de R\$1.616 (R\$1.524 em 2012), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a controlada Ampla Energia apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de empacamento

Em 01 de junho de 2009, a controlada Ampla Energia ajuizou em face do Município de Niterói, Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de taxa de empacamento e exigência de licença municipal prévia para que a controlada Ampla Energia possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor estimado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$6.250 (R\$6.250 em 2012). Em maio de 2010, a controlada Ampla Energia

apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Em agosto de 2012 acolheu-se a preliminar do recurso apresentado pelo Município para anular a sentença em razão da falta de intimação dele par impugnar os Embargos de declaração apostos pela controlada Ampla Energia. Acórdão publicado em janeiro de 2013. Em 24/01/2013 foram apresentados embargos de declaração que aguardam julgamento.

A controlada Ampla Energia, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas de IR, PIS, COFINS, ICMS, IPTU e ISS no valor total até 31 de dezembro de 2013 de R\$6.213 (R\$ 4.820 em 2012).

Controlada CDSA

Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa

A Receita Federal do Brasil autuou a controlada CDSA em função de compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A Controlada CDSA recebeu parte do saldo da base negativa da contribuição social (CSLL) por ocasião da sua constituição através da cisão parcial da CELG, na proporção do patrimônio vertida na referida cisão, quando então obteve o direito a compensar com a contribuição devida dos exercícios posteriores (1998 e 1999).

A controlada CDSA ajuizou ação declaratória com pedido de depósito do valor integral do débito para discutir judicialmente a matéria. Em 11 de setembro de 2004, foi proferida decisão julgando improcedente o pedido. Foi apresentado recurso de apelação e em 24 de abril de 2012 foi negado provimento ao recurso. A controlada CDSA apresentou embargos de declaração, que também foi negado provimento em 11 de junho de 2013.

Em 29 de outubro de 2013, a controlada CDSA apresentou recurso especial e aguarda julgamento. O valor atualizado do processo é de R\$16.609 (R\$16.094 em dezembro de 2012).

A controlada CDSA, além dos processos acima descritos, possui ainda outros de menor valor que envolvem temas fiscais no valor total de R\$734 em 31 de dezembro de 2013.

Controlada CGTF

II e IPI - Grupo Eletrogêneo

A controlada CGTF ajuizou duas ações judiciais (declaratória e declaratória incidental) em fevereiro de 2002 e janeiro de 2003, para assegurar seu direito de classificar como "Grupo Eletrogêneo" as máquinas e os equipamentos importados, com vistas à construção da Usina Termelétrica, sendo esta composta por unidades turbogeradoras a gás e a vapor, incidindo assim o II e o IPI à alíquota de 0%.

A controlada CGTF obteve a tutela antecipada, mediante apresentação de garantia ao Juízo por meio de depósito judicial, contabilizado, que corresponde ao montante atualizado de R\$80.704 em 2013 (R\$78.049 em 2012). Na ação principal, foi proferida decisão de 1ª instância favorável à CGTF em 29 de setembro de 2008. Por consequência, a Fazenda Nacional apresentou recurso de apelação e em maio de 2010 foi publicado acórdão que o julgou improcedente. Referido acórdão transitou em julgado em julho de 2010, tornando a decisão favorável a controlada CGTF definitiva.

Na ação incidental, a controlada CGTF foi intimada em setembro de 2004 de decisão de 1ª instância judicial que julgou o pedido da companhia procedente. Em face dessa decisão, a União Federal apresentou recurso de apelação, sendo que em setembro de 2009 foi proferida decisão de 2ª instância confirmando a decisão de 1ª instância favorável à controlada CGTF. Em novembro de 2009 a Fazenda Nacional apresentou recurso (embargos de declaração) e em janeiro de 2010 foi publicada decisão que não aceitou o referido recurso.

A Fazenda apresentou recurso especial, que foi inadmitido em decisão publicada em 22 de junho de 2011. Contra a referida decisão, a Fazenda apresentou recurso (agravo). Em 13 de dezembro de 2012 foi publicada decisão que não conheceu do recurso apresentado pela Fazenda. Em 20 de dezembro de 2012 a Fazenda Nacional apresentou Agravo regimental em face dessa decisão que aguarda julgamento.

PIS e COFINS

A controlada CGTF foi autuada pela Receita Federal do Brasil por divergências entre os montantes de PIS e COFINS declarados e os montantes escriturados nos períodos de

novembro de 2003 e de fevereiro a novembro de 2004. A controlada CGTF apresentou recurso (embargos de declaração) face à decisão do Conselho de Contribuintes e, atualmente, aguarda seu julgamento. O valor atualizado do auto de infração é de R\$67.926 (R\$64.983 em 2012).

Controlada CIEN

PIS/COFINS

A Fazenda Nacional ajuizou duas execuções fiscais para a cobrança de débitos de PIS e COFINS, objeto de processos de compensação realizados pela controlada CIEN, nos valores atualizados de R\$1.008 e R\$3.932.

Na primeira execução, a controlada CIEN apresentou defesa (embargos à execução). A Fazenda Nacional cancelou de ofício um dos débitos cobrados, razão pela qual o valor da contingência foi reduzido. Em 03 de outubro de 2011, foi publicada sentença julgando improcedentes os embargos apresentados pela controlada CIEN. Em 18 de outubro de 2011, a controlada CIEN apresentou recurso de apelação, e aguarda decisão de segunda instância.

Na segunda execução, a controlada CIEN apresentou defesa (embargos à execução). Em sentença de primeira instância judicial publicada em 14 de dezembro de 2012 foi reconhecida a nulidade de parte das Certidões de Dívida Ativa envolvidas na execução fiscal, o que reduziu o valor de R\$5.941 para R\$3.790. A Companhia apresentará recurso à segunda instância judicial em relação às CDAs remanescentes.

IRPJ/CSLL

A Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2008 para cobrar débitos de IRPJ e CSLL referentes a pagamento a menor durante o ano de 2003, no valor de R\$26.188, corrigido pela SELIC. A controlada CIEN aderiu ao parcelamento para pagar o valor parcial do Auto, e impugnou parcela relativa à cobrança de multa isolada no mês de dezembro de 2003, no montante de R\$6.040. Com relação à parcela impugnada, em 31 de março de 2011 a controlada CIEN foi intimada de decisão de primeiro grau administrativo que considerou improcedente o recurso apresentado. Em 02 de maio de 2011, a controlada CIEN apresentou recurso voluntário e aguarda decisão de segunda instância administrativa. O montante impugnado atualizado é de R\$8.527.

ICMS - Diferencial de alíquota

Em janeiro de 2008, o Estado do Rio Grande do Sul ajuizou Execução Fiscal no valor de R\$15.734, para cobrar o diferencial de alíquota incidente, nos meses de fevereiro, março e abril de 2001, sobre mercadorias importadas pelo estabelecimento matriz da controlada CIEN, localizado no Rio de Janeiro, e por ele transferidas para a filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul, destinadas à fabricação e montagem da estação conversora de energia elétrica no Município de Garruchos. Em junho de 2010 foi proferida decisão de 1º grau desfavorável à controlada CIEN, na qual os Embargos foram julgados improcedentes. A controlada CIEN apresentou recurso de apelação, que em dezembro de 2010 foi julgado procedente. Em 17 de janeiro de 2011, a Fazenda apresentou recurso (embargos de declaração) que foi julgado improcedente. Em 15 de abril de 2011 a fazenda apresentou recurso especial. Em 30 de agosto de 2011 foi proferida decisão que negou seguimento ao recurso especial apresentado. A Fazenda apresentou novo recurso (agravo) que aguarda julgamento.

A Companhia apresentou Mandado de Segurança com objetivo de ser reconhecido o direito da Companhia ao não

recolhimento do diferencial de alíquotas de ICMS incidente nas operações de aquisição de equipamentos destinados ao ativo fixo da controlada CIEN. O valor atualizado envolvido, R\$1.456, este processo encontra-se depositado.

Em razão da Companhia ter aderido ao Programa Ajustar (refinanciamento e parcelamento de dívidas do Estado) a discussão atualmente limita-se ao levantamento do depósito efetuado relativos aos anos de 2001 e 2002.

Em 06 de junho de 2011, a Companhia apresentou pedido de levantamento do depósito judicial que aguarda julgamento.

ICMS - Venda interestadual de energia

Em março de 2011 a controlada CIEN recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará para cobrar o ICMS incidente sobre as vendas interestaduais de energia a consumidores industriais. A controlada apresentou defesa na esfera administrativa e foi reconhecida e ilegitimidade passiva da controlada CIEN, julgando o auto de infração nulo. Por este motivo, não há mais contingência a reportar neste caso.

30. Patrimônio Líquido

a) Capital social

As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2013 está sendo representada por 178.692.925 ações ordinárias sem valor nominal (170.877.378 em 2012).

A distribuição da participação dos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é a seguinte:

	31/12/2013		31/12/2012	
	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital	Quantidade de ações ordinárias	% de participação no capital
Empresa Nacional de Electricidad S.A.	60.299.607	33,75	60.299.607	35,29
Cono Sur Participaciones S.A.	-	-	47.354.669	27,71
Enersis S.A.	87.200.363	48,80	36.677.243	21,47
Chilectra S.A.	9.275.291	5,19	7.742.714	4,53
Chilectra Inversud S.A.	10.342.306	5,79	7.227.787	4,23
Edegel S.A.	6.957.053	3,89	6.957.053	4,07
	174.074.620	97,42	166.259.073	97,30
Ações em tesouraria	4.618.298	2,58	4.618.298	2,70
Conselheiros	7	-	7	-
Outros	4.618.305	2,58	4.618.305	2,70
Total	178.692.925	100,00	170.877.378	100,00

O aumento de capital de R\$139.170, correspondente a 7.815.547 ações ordinárias emitidas pela companhia em 2013, é resultado da incorporação da Ampla Investimentos, conforme mencionado na Nota 1, quando as ações ordinárias remanescentes detidas por outros acionistas não controladores, foram adquiridas pela companhia.

Antes da incorporação, a Ampla Investimentos possuía como acionistas Chilectra Inversud S.A., Chilectra S.A. e Enersis S.A. com um percentual total de 52,94% enquanto os demais 47,06% pertenciam a companhia.

Na data da referida transação o patrimônio líquido da Ampla Investimentos totalizava R\$ 262.862. A companhia efetuou a liquidação da transação através da emissão de 7.815.547 ações ordinárias, correspondentes a R\$139.170, as quais foram convertidas em um aumento de participação de Chilectra Inversud S.A., Chilectra S.A. e Enersis S.A.

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

A partir de 2012, a Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei nº 6.404/76 uma vez que a soma da sua reserva de capital mais a reserva legal excedeu a 30% do capital social.

c) Reforço de capital de giro

Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia, o lucro remanescente após distribuição de dividendos será destinada a formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. O montante total de reforço de capital de giro não poderá exercer o valor do capital social subscrito.

Conforme apresentado na nota abaixo, em 31 de dezembro de 2013 a Companhia destinou o valor de R\$116.552 (R\$48.914 em 2012) para constituição da reserva de capital de giro.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios está assim composta.

	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	910.247
(+) Depreciação do ativo imobilizado (custo atribuído)	37.676
Lucro ajustado	947.923
Dividendos mínimos obrigatórios	236.981
Dividendo adicional proposto	616.152
	94.790
Ganho atuarial	21.762
Reserva de lucro - reserva reforço de capital de giro	116.552

Por deliberação da Assembleia Geral Ordinária realizada em 3 de abril de 2013, foram aprovados dividendos no montante de R\$ 1.006.545, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Do valor total distribuído naquela data, foram pagos em 30 de dezembro de 2013 o valor de R\$481.997, permanecendo em aberto o montante de R\$524.541 em 31 de dezembro de 2013, os quais foram liquidados em sua totalidade em 02 de janeiro de 2014.

e) Reserva de capital

Em 2005, os acionistas aumentaram o capital da Companhia através do aporte dos investimentos nas atuais controladas. Esses aumentos de capital foram segregados em capital integralizado e reserva de capital - Ágio pelo valor que excedia o valor atribuído ao capital.

f) Outros resultados abrangentes

f.1) Outros resultados abrangente - ganhos e perdas atuariais

Em conformidade com o CPC 33 que determina que os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica sejam reconhecidos em

outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2013 o saldo líquido de ganhos atuariais na rubrica de outros resultados abrangentes no valor de R\$ 49.984 (R\$7.574 em 2012).

f.2) Outros resultados abrangentes - efeitos de variação cambial sobre controladas no exterior

Em conformidade com o CPC 02 que determina que os efeitos de variações cambiais sobre investimentos no exterior sejam reconhecidos em outros resultados abrangentes, a Companhia reconheceu em 31 de dezembro de 2013 o valor de R\$1.824 (R\$80 em 2012) decorrente da conversão

das demonstrações financeiras de controladas no exterior, Companhia de Transmisión Del Mercosul S.A. - CTM e Transportadora de Energia S.A. - TESA.

f.3) Outros resultados abrangentes - ganho e perdas sobre hedge de fluxo de caixa

Em conformidade com o CPC 38 que determina que a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa devem ser reconhecidas diretamente no patrimônio em outros resultados abrangentes, a Companhia em 31 de dezembro de 2013 reconheceu o valor líquido de R\$15.550 (R\$1.607 em 2012) na rubrica de outros resultados abrangentes.

31. Compromissos

Os principais compromissos do Grupo relacionados a contrato de longo prazo, são como segue:

Controlada COELCE

COELCE	Vigência até	2014	2015	2016	2017	após 2017	Total
Endesa Fortaleza-CGTF	2023	554.093	576.256	599.307	623.279	4.286.826	6.639.761
Proinfa	2025	55.425	57.642	59.948	62.346	597.447	832.808
Eólica - Wobben	2018	6.041	4.079	1.108	1.155	603	12.986
1ºLEE - Produto 2005	2012	-	-	-	-	-	-
1ºLEE - Produto 2006	2013	155.217	161.426	168.343	174.598	771.621	1.431.205
1ºLEE - Produto 2007	2014	44.096	45.860	47.825	49.602	279.559	466.942
2ºLEE - Produto 2008	2015	36.111	37.555	39.164	40.620	280.331	433.781
4ºLEE - Produto 2009	2016	17.787	18.498	19.291	20.008	164.483	240.067
1ºLEN - Produto 2008	2037	35.541	36.821	38.196	39.440	300.056	450.054
1ºLEN - Produto 2009	2038	42.449	43.955	45.596	47.081	374.358	553.439
1ºLEN - Produto 2010	2039	126.460	131.143	136.041	140.470	2.821.445	3.355.559
2ºLEN - Produto 2009	2038	64.250	66.470	68.952	71.197	1.582.214	1.853.083
3ºLEN - Produto 2011	2040	97.211	100.568	104.324	107.720	2.325.214	2.735.037
5ºLEE - Produto 2007	2014	918	950	985	1.017	5.296	9.166
4ºLEN - Produto 2010	2024	14.536	15.039	15.601	16.109	122.299	183.584
5ºLEN - Produto 2012	2041	130.092	134.550	139.575	144.119	2.718.189	3.266.525
Leilão Santo Antônio -Produto 2012	2041	30.193	47.093	50.884	52.775	2.146.592	2.327.537
Leilão Jirau - Produto 2013	2042	9.634	14.024	17.377	18.023	781.122	840.180
6ºLEN - Produto 2011	2025	5.226	5.435	5.668	5.879	56.372	78.580
7ºLEN - Produto 2013	2042	24.574	25.557	28.616	29.680	433.620	542.047
Leilão Belo Monte	2044	-	3.116	54.092	150.078	7.661.690	7.868.976
10º Leilão de Energia Nova	2045	-	18.766	19.570	20.297	994.620	1.053.253
11º Len - Produto 2015	2044	-	35.864	37.400	38.790	1.900.866	2.012.920
12º LEN Produto 2014	2043	93.391	108.068	112.699	116.887	3.028.080	3.459.125
Angra 1 e 2		54.220	56.389	58.805	60.990	198.191	428.595
Cota		70.426	73.243	76.383	79.220	257.429	556.701
Total		1.667.891	1.818.367	1.945.750	2.111.380	34.088.523	41.631.911

EE - Leilão de Energia Existente.

LEN - Leilão de Energia Nova

Controlada Ampla Energia

	Vigência até	2014	2015	2016	2017	após 2017	Total
Angra	2032	57.966	60.918	63.391	65.952	1.382.262	1.630.489
Bilateral	2022	50.980	53.839	56.488	58.920	337.918	558.145
CCGF	2032	98.740	103.769	108.322	112.344	2.356.634	2.779.809
ITAIPU	2023	254.608	261.858	258.504	254.134	1.561.853	2.590.957
Proinfa	2030	63.979	67.237	69.967	72.794	1.265.720	1.539.697
CCEAR 2006	2013	-	-	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	42.676	-	-	-	-	42.676
CCEAR 2008 - Energia Existente	2015	50.810	53.324	-	-	-	104.134
CCEAR 2008 - Energia Nova	2037	2.168	2.274	2.377	2.465	77.079	86.363
CCEAR 2008 - Energia Nova	2022	19.163	20.100	20.999	21.791	123.089	205.142
CCEAR 2009 - Energia Existente	2016	47.196	49.603	51.875	-	-	148.674
CCEAR 2009 - Energia Nova	2038	27.226	28.561	29.854	30.968	1.039.858	1.156.467
CCEAR 2009 - Energia Nova (A-3)	2023	38.240	40.110	41.903	43.484	300.875	464.612
CCEAR 2010 - Energia Nova	2039	48.473	50.849	53.152	55.135	1.984.189	2.191.798
CCEAR 2010 - Energia Nova	2024	59.417	62.322	65.108	67.565	557.086	811.498
CCEAR 2011 - Energia Nova	2040	25.666	26.924	28.143	29.193	1.124.026	1.233.952
CCEAR 2011 - Energia Nova	2025	30.783	32.288	33.731	35.004	336.794	468.600
CCEAR 2012 - Energia Nova	2041	61.291	60.437	46.465	48.199	1.981.579	2.197.971
CCEAR 2012 - Energia Nova	2026	87.133	91.393	95.478	99.081	1.095.256	1.468.341
CCEAR 2013 - Energia Nova	2042	29.919	27.025	18.612	19.308	846.228	941.092
CCEAR 2013 - Energia Nova	2027	137.050	143.750	150.173	155.843	1.955.049	2.541.865
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2045	-	-	2.739	2.841	149.645	155.225
CCEAR 2016 - Energia Nova (A-5)	2035	-	-	18.263	18.952	509.687	546.902
CCEAR 2017 - Energia Nova (A-5)	2036	-	-	-	9.321	270.641	279.962
		1.233.484	1.236.581	1.215.544	1.203.294	19.255.468	24.144.371

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2013 que foram homologados pela ANEEL.

Controlada CDSA

A controlada CDSA mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos CCARs (contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado).

	2014	2015	2016	2017	após 2017	Total
Suprimento de energia	459.660	473.515	481.581	503.441	3.464.323	5.382.520

Controlada CGTF

A CGTF mantém compromissos de suprimento de energia firmados junto à parte relacionada COELCE, com a qual possui um contrato exclusivo de suprimento de energia de longo prazo.

	2014	2015	2016	2017	após 2017	Total
Suprimento de energia	543.302	566.756	588.142	610.307	4.222.251	6.530.758

32. Obrigações com benefícios pós-emprego

Controlada Ampla Energia

A controlada Ampla Energia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada Ampla Energia, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 31 de dezembro de 2013, no montante de R\$393.339 (R\$480.896 em 2012), corresponde à totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Os planos administrados pela controlada Ampla Energia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A controlada Ampla Energia reconheceu inicialmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$118.221 apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 1º de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 5,08% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

c) Plano de Assistência Médica dos Aposentados (PAMA)

A controlada Ampla Energia tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

O plano é administrado pela Unimed Leste Fluminense e é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

– Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custeio cobrado de funcionário é determinado pela empresa em função de tabela contendo 3 faixas etárias, cobrado por grupo familiar ou agregados. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.

– Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, sendo as contribuições per capita estruturadas por faixa etária.

– Aposentados PDI - grupo de aposentados e seus dependentes que gozam do benefício de permanência no plano, sendo seu custeio determinado de acordo com as mesmas regras aplicadas aos empregados, ou seja, tabela de contribuições contendo 3 faixas etárias, cobrados por grupo familiar ou agregado no plano.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

A controlada Ampla Energia mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, àqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria.

Terão direito o benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Ampla Energia.

Controlada COELCE

A controlada COELCE é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem

fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada COELCE, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

Para o Plano CD a Companhia contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”. Além disso, o plano oferece benefícios de risco, como invalidez e morte, os quais custeados no âmbito da Faelce em regime de repartição. Para atendimento ao CPC 33, referida parcela é avaliada como benefício definido.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

O plano BD tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdencial da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

- Complementação de aposentadoria por invalidez
- Complementação de aposentadoria por tempo de contribuição
- Complementação de aposentadoria por idade
- Complementação de aposentadoria especial
- Complementação de auxílio reclusão
- Complementação de pensão por morte
- Complementação de abono anual

O cálculo matemático relativo aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o método da unidade de crédito projetada.

Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme resolução CGPC nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições:

- Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. Até 31 de dezembro de 2013, a companhia realizou 13 parcelas de amortizações, ficando um saldo de R\$12.824 (R\$18.147 em 2012).
- Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC.
- Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC.

c) Plano de Assistência Médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano, é parcialmente coberto pela empresa.
- Observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei 9.656.
- Aposentados Lei 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

As controladas Ampla Energia e COELCE o reconhecem os ganhos e perdas atuariais imediatamente no exercício em que ocorrerem em "outros resultados abrangentes".

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	(1.169.274)	(1.064.274)	(964.017)	(716.283)	(2.133.291)	(1.780.557)
Custo dos serviços correntes	(1.515)	(85)	(7.848)	(5.718)	(9.363)	(5.803)
Custo dos juros	(110.392)	(107.623)	(91.449)	(72.631)	(201.841)	(180.254)
Contribuições de participantes do plano	(27)	(29)	-	-	(27)	(29)
Benefícios pagos pelo plano	80.561	76.773	63.320	49.709	143.881	126.482
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	267.162	(74.037)	182.132	(219.094)	449.294	(293.131)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do exercício	(933.485)	(1.169.275)	(817.862)	(964.017)	(1.751.347)	(2.133.292)

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	688.378	539.810	1.006.903	740.786	1.695.281	1.280.596
Contribuições recebidas de participantes do plano	27	29	4.956	4.522	4.983	4.551
Contribuições recebidas do empregador	40.963	34.013	21.715	21.634	62.678	55.647
Benefícios pagos pelo plano	(15.369)	(22.251)	33.673	26.372	18.304	4,121
Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	(173.853)	136.778	(156.376)	213.590	(330.229)	350.368
Valor justo dos ativos do plano ao final do exercício	540.146	688.379	910.871	1.006.904	1.451.017	1.695.283

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Valor presente das obrigações atuariais	(933.485)	(1.169.275)	(817.862)	(964.017)	(1.751.347)	(2.133.292)
Valor justo dos ativos	540.146	688.379	910.871	1.006.904	1.451.017	1.695.283
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(393.339)	(480.896)	93.009	42.887	(300.330)	(438.009)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo		-	(177.515)	(107.736)	(177.515)	(107.736)
Ativo/(passivo atuarial líquido) (*)	(393.339)	(480.896)	(84.506)	(64.849)	(477.845)	(545.745)
Dívida contratada		-	(12.824)	(18.147)	(12.824)	(18.147)
Ativo/(passivo atuarial líquido apurado)	(393.339)	(480.896)	(97.330)	(82.996)	(490.669)	(563.892)

(*) O valor referente a Ampla Energia contempla o saldo da dívida contratado.

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo do serviço corrente bruto	1.542	114	7.848	5.718	9.390	5.832
Contribuições de participante	(27)	(29)	(4.956)	(4.522)	(4.983)	(4.551)
Custo do serviço líquido	1.515	85	2.892	1.196	4.407	1.281
Juros líquidos sobre benefício definido passivo/(ativo)	48.817	49.984	11.965	(7.798)	60.782	42.186
Total reconhecido na DRE	50.332	50.069	14.857	(6.602)	65.189	43.467

Percentagem que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Renda fixa	356.306	496.613	690.238	770.068	1.046.544	1.266.681
Renda variável	119.613	108.321	118.159	117.769	237.772	226.090
Investimentos imobiliários	47.025	53.367	63.586	73.455	110.611	126.822
Outros	17.202	30.078	38.888	45.612	56.090	75.689
Total do valor justo dos ativos do plano	540.146	688.379	910.871	1.006.904	1.451.017	1.695.282

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
(Ganho)/Perda sobre obrigações atuariais	(267.162)	74.037	(182.132)	219.094	(449.294)	293.131
(Ganho)/Perda sobre os ativos	173.853	(136.779)	156.376	(213.590)	330.229	(350.369)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	-	(5.261)	59.222	80.333	59.222	75.072
Varição no ajuste para reconhecimento de dívida	-	-	(5.323)	(16.926)	(5.323)	(16.926)
Efeito aplicação - CPC 33 (R1)	(3.617)	3.617	(6.951)	6.951	(10.568)	10.568
Montante reconhecido no exercício em ORA	(96.926)	(64.386)	21.192	75.862	(75.734)	11.476

Retorno real dos ativos dos planos

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Retorno esperado sobre os ativos do plano	65.192	54.522	96.993	76.081	162.185	130.603
Ganho (perda) atuarial sobre os ativos do plano	(173.853)	136.778	(156.376)	213.590	(330.229)	350.368
Retorno real sobre os ativos dos planos	(108.661)	191.300	(59.383)	289.671	(168.044)	480.971

Valores atuariais para o exercício corrente e o anterior

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Obrigação de benefício definido	(933.485)	(1.169.275)	(817.862)	(964.017)	(1.751.347)	(2.133.292)
Ativos do plano	540.146	688.379	910.871	1.006.904	1.451.017	1.695.283
Superávit (déficit)	(393.339)	(480.896)	93.009	42.887	(300.330)	(438.009)
Ajustes de experiências sobre os passivos do plano	267.162	(74.037)	182.132	(219.094)	449.294	(293.131)
Ajustes de experiências sobre os ativos do plano	(173.853)	136.778	(156.376)	213.590	(330.229)	350.368

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

	Ampla Energia		COELCE		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do exercício	-	4.761	107.735	24.798	107.735	29.559
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	-	500	10.558	2.604	10.558	3.104
Varição no teto de ativo não reconhecido no exercício corrente	-	(5.261)	59.222	80.333	59.222	75.072
Efeito do teto de ativo não reconhecido ao final do exercício	-	-	177.515	107.735	177.515	107.735

A Companhia registrou despesas com plano de contribuição definida o montante de R\$ 6.301 em 2013 (R\$ 3.187 em 2012).

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Principais premissas atuariais	Ampla Energia					COELCE		
	PCA	PACV	PAMA	FGTS	BD	CD	Plano de saúde	FGTS
Taxa de desconto	12,35%	12,39%	12,44%	11,95%	9,80%	9,80%	9,80%	9,80%
Taxa do crescimento salarial	7,61%	7,61%	N/A	7,61%	7,61%	7,61%	N/A	7,61%
Taxa de inflação esperada	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%	5,50%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	5,50%	5,50%	N/A	N/A	5,50%	5,50%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	N/A	N/A	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49(+6)	AT-49(+6)	AT-49(+6)	N/A	AT-49(+6)	AT-49(+6)	AT-49(+6)	N/A

Para avaliação atuarial do exercício de 2013, foi adotada premissa de crescimento dos custos médicos (inflação médica) de 8,66% a.a. (3,00% a.a. em termos reais). No exercício anterior, essa premissa assumia característica decrescente, variando de 11,57% a.a. (5,75% a.a. em termos reais) no primeiro ano de projeção, atingindo o valor de 6,51% a.a. (0,95% a.a. em termos reais) para 2023 em diante.

Para projeção dos custos, foi adotada premissa de crescimento dos custos em função da idade (*aging fator*) de 3,00% a.a. (3,00% a.a. em 2012). Foi adotada premissa de crescimento real das contribuições ao plano de saúde em 1,50% a.a. em 2013 (3,00% a.a. em 2012). Foi adotada a premissa de que todos os participantes farão opção por permanecer no plano de saúde na aposentadoria.

Para os saldos acumulados no FGTS foi adotada a premissa de rentabilidade real nula.

33. Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	935.525	1.011.419	1.666.211	2.035.605
Alíquota nominal (34%)*	318.079	343.882	566.512	692.106
Adições permanentes				
Participações nos lucros (administradores)	1.635	-	5.260	2.573
Bônus diretoria	-	-	280	-
Amortização de Ágio nas Aquisições de Inv. Aval. Pelo PL	2.101	-	2.101	-
Taxa CTM e TESA - Subst. Tributária	-	-	13.748	9.186
Doações	116	-	1.266	783
Benefícios indiretos	-	-	-	30
Multas indedutíveis	-	-	1.682	7.041
Atualização financeiras sobre as contingências (*)	-	-	-	953
Depreciação Lei 8.200	-	-	381	196
Despesa depreciação não dedutível	-	-	11.532	-
Perdas	-	-	1.745	8.715
Perdas com clientes - reversão PCLD	-	-	-	4.738
Doações não dedutíveis	-	-	675	838
Outras adições	-	-	4.986	-
	3.852	-	43.656	35.053

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Exclusões permanentes				
Amortização do ágio e reversão da provisão	-	-	5.368	(3.570)
Efeito tributário da equivalência patrimonial	(295.924)	(335.981)	-	-
Efeito líquido de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(94.446)	(104.835)
	(295.924)	(335.981)	(89.078)	(108.405)
Deduções permanentes				
Lucro da exploração	-	-	(100.091)	(65.147)
Incentivo fiscal do PAT	-	-	(2.463)	(1.778)
Incentivo fiscal cultural	(125)	-	(3.989)	-
Incentivo fiscal desportivo	-	-	(569)	-
Adicional do IRPJ	(24)	-	(336)	-
Ajustes de períodos anteriores	-	-	(218)	(312)
	(149)	-	(107.666)	(67.237)
Outros				
Diferença em controladas no exterior	-	-	(5.405)	(4.204)
Outros	(580)	(299)	4.550	18.324
	(580)	(299)	(855)	14.120
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25.278	7.602	496.337	383.909
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	(32.856)	204.196
Incentivo fiscal	-	-	(50.911)	(23.136)
Alíquota efetiva	25.278	7.602	412.570	564.969

* O imposto de renda foi apurado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social a 9%.

As bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social da controlada CDSA foram apuradas mediante a aplicação dos percentuais de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta, segundo as regras de apuração pelo regime de lucro presumido, adotado por esta controlada CDSA, conforme liberalidade garantida pela Lei 9.964, de 10 de abril de 2000, para aqueles contribuintes que ingressaram ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS.

34. Receita Líquida

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Consolidado					
	Nº de consumidores		MWh			
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fornecimento faturado	(não auditado)		(não auditado)			
Residencial	3.533.559	3.392.641	6.815.980	6.397.620	3.396.112	3.535.034
Residencial baixa renda	1.235.736	1.211.463	1.421.776	1.286.522	327.980	329.415
Industrial	10.687	10.639	2.170.713	2.253.541	751.589	872.263
Comércio, serviços e outras	321.887	316.011	4.034.480	3.912.323	1.789.662	1.953.408
Rural	513.003	487.940	1.449.190	1.353.037	282.092	295.526
Poder público	46.331	45.162	1.095.538	1.023.873	464.434	488.161
Iluminação pública	3.503	3.395	808.202	780.139	221.574	239.000
Serviços públicos	10.751	10.350	770.263	742.515	196.863	211.933
Receita de ultrapassagem demanda e excedente de reativos	-	-	-	-	(18.722)	(19.444)
	5.675.457	5.477.601	18.566.142	17.749.570	7.411.584	7.905.296
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(36.572)	59.042
Consumidores, concessionários e permissionários					7.375.012	7.964.338
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	695.619	878.232
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	252.997	328.903
Energia elétrica de curto prazo	-	-	-	-	1.891	100.624
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	68	43	-	-	82.040	118.557
Receita de ultrapassagem demanda e exced de reativos - clientes livres	-	-	-	-	(89)	(2)
Subvenção CDE - desconto tarifário	-	-	-	-	217.730	-
Disponibilidade da rede elétrica	13	13	432.427	418.978	182.657	252.127
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	-	-	-	-	270.485	264.404
Disponibilização da rede de transmissão com partes relacionadas	-	-	-	-	15.794	18.260
Receita de construção	-	-	-	-	698.047	572.735
Outras receitas	-	-	-	-	206.795	170.488
Receita operacional bruta					9.998.978	10.668.666
(-) Deduções da receita						
ICMS	-	-	-	-	(1.827.592)	(2.136.963)
PIS	-	-	-	-	(84.168)	(97.093)
COFINS	-	-	-	-	(327.781)	(440.955)
ISS	-	-	-	-	(3.996)	(2.979)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	1.973	(125.956)
Subvenções CCC/CDE	-	-	-	-	(39.480)	(270.988)
P&D e eficiência energética	-	-	-	-	(74.281)	(69.511)
Encargo ex-isolados	-	-	-	-	(188)	(9.636)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	-	-	-	-	(7.710)	(29.500)
Total de deduções de receita	-	-	-	-	(2.363.223)	(3.183.581)
Total	5.675.538	5.477.657	18.998.569	18.168.548	7.635.755	7.485.085

35. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	31/12/2013			Controladora 31/12/2012
	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(26.653)	-	(26.653)	(22.884)
Material	(176)	-	(176)	(40)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	-	-	-	-
Serviços de terceiros	(4.424)	-	(4.424)	(12.627)
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	-	-
Encargos do uso do sistema de transmissão	-	-	-	-
Encargos dos serviços de sistema	-	-	-	-
Custos na desativação de bens	-	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	-
Baixa de inventário físico – Resolução 367	-	-	-	-
Provisões para perdas de estoques	-	-	-	-
Depreciação e amortização	(832)	-	(832)	(1.213)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	-	-	-	-
PCLD clientes	-	-	-	-
Taxa de fiscalização da ANEEL	-	-	-	-
Custo de construção	-	-	-	-
Provisão para contingências	-	-	-	(81)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	(18.540)	(18.540)	-
Resultado de equivalência patrimonial	891.487	-	891.487	992.601
Outros custos/despesas operacionais	(4.025)	(8.764)	(12.789)	(1.629)
	855.377	(27.304)	828.073	954.127

	31/12/2013		31/12/2012			
	Custo do serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(241.409)	(3.585)	(134.544)	-	(379.538)	(366.776)
Material	(21.668)	(5.854)	(3.832)	-	(31.354)	(29.942)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(233.648)	-	-	-	(233.648)	(127.420)
Serviços de terceiros	(394.878)	(20.543)	(130.342)	-	(545.763)	(525.003)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.837.970)	-	-	-	(2.837.970)	(2.599.878)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(321.758)	-	-	-	(321.758)	(610.898)
Encargos dos serviços de sistema	(25.858)	-	-	-	(25.858)	(53.328)
Custos na desativação de bens	(82.393)	-	(11.694)	-	(94.087)	(75.482)
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	-	(10.919)	(10.919)	-
Baixa de inventário físico – Resolução 367	-	-	-	(33.918)	(33.918)	-
Provisões para perdas de estoques	-	-	-	(7.570)	(7.570)	-
Depreciação e amortização	(505.055)	-	(12.886)	-	(517.941)	(455.916)
Compensação financeira ou utilização de recursos hídricos	(11.336)	-	-	-	(11.336)	(18.305)
PCLD clientes	-	(98.419)	-	-	(98.419)	(98.970)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(10.115)	-	-	(4.770)	(14.885)	(15.602)
Custo de construção	(698.047)	-	-	-	(698.047)	(572.735)
Provisão para contingências	-	-	(48.102)	-	(48.102)	62.453
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	(24.720)	(24.720)	(27.013)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
Outros custos/despesas operacionais	(36.215)	(388)	(32.710)	(8.645)	(77.958)	(96.139)
	(5.420.350)	(128.789)	(374.110)	(90.542)	(6.013.791)	(5.610.954)

Segue abaixo a composição do saldo de energia elétrica comprada para revenda:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
FURNAS Centrais Elétricas S.A.	(106.011)	(148.120)
Itaipu Binacional	(261.628)	(234.519)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A.	(71.627)	(39.706)
EDP Energias do Brasil S.A.	(2.789)	-
Tradenergy Empresa de Comercialização de Energia	(2.330)	-
Energest S.A.	(5.052)	-
Diferencial Eletronuclear	(46.445)	-
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	(109.178)	-
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	(53.269)	(98.926)
Companhia Energética de São Paulo - CESP	(61.451)	(70.937)
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	(264.863)	(64.131)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	(40.736)	(46.601)
Copel Geração S.A. – COPEL	(30.485)	(45.562)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	(51.020)	(43.586)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	(249.085)	(160.232)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(684.892)	(693.277)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas - PROINFA	(114.614)	(95.580)
Quatiara	(3.478)	-
Safira	(5.888)	-
Tractebel Energia S.A	(17.051)	(34.517)
Contratos por disponibilidade (*)	(362.526)	(282.660)
Cotas de garantia física	(171.152)	-
(-) Recuperação despesa compra energia	83.341	-
Risco hidrológico	(20.939)	-
(-) Recuperação despesa risco hidrológico	20.939	-
Exposição involuntária	(296.109)	-
(-) Recuperação despesa exposição involuntária	199.171	-
MCSO - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	(75.246)	(215.697)
Outros	(33.557)	(325.827)
	(2.837.970)	(2.599.878)

(*) Contratação de disponibilidade da usina para geração de energia elétrica quando necessário.

36. Resultado financeiro

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	65.181	15.901
Transações com partes relacionadas	40.672	39.963
Outras receitas financeiras	1.756	965
Total da receita financeira	107.609	56.829
Despesa financeira		
Encargos de dívidas	-	(190)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(223)	(24)
Outras despesas financeiras	(887)	(198)
Total da despesa financeira	(1.110)	(412)
Variação cambial ativa	4.022	1.965
Variação cambial passiva	(3.069)	(1.090)
Total da variação cambial, líquida	953	875
Resultado financeiro	107.452	57.292
		Consolidado
	31/12/2013	31/12/2012
Receita financeira		
Renda de aplicações financeiras	151.565	120.075
Multas e acréscimos moratórios	89.915	96.447
Receita financeira - ativo indenizável	205.165	487.517
Correção depósitos judiciais	31.491	4.585
Encargo de fundo de pensão	-	7.798
Atualização crédito PIS e COFINS	100.671	-
Atualização monetária – CELG	2.891	11.530
Outras receitas financeiras	29.895	39.827
Total da receita financeira	611.593	767.779
Despesa financeira		
Variações monetárias	(16.043)	(16.459)
Encargos de dívidas	(79.656)	(108.123)
Atualização de impostos e multas	(8.216)	(9.044)
Atualização financeira de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(65.065)	(68.035)
Encargo de fundo de pensão	(50.214)	(49.984)
Juros debêntures	(107.148)	(118.635)
Variações monetárias debêntures	(59.380)	(52.702)
Indenizações DIC/FIC	(33.875)	(23.112)
Perda swap	(3.936)	(5.656)
Correção prog. efec. energética e P & D	(1.609)	(2.377)
IOF e IOC	(6.076)	(3.505)
Multas	(42.859)	(65.157)
Atualização financeira	-	(24.197)
Atualização diferencial eletruclear	(8.495)	-
Atualização CPC 33 - R1	(10.568)	-
Outras despesas financeiras	(56.446)	(60.394)
Total da despesa financeira	(549.586)	(607.380)
Variação cambial ativa	105.620	76.621
Variação cambial passiva	(123.380)	(75.546)
Total da variação cambial, líquida	(17.760)	1.075
Resultado financeiro	44.247	161.474

37. Participação nos resultados

A Companhia e suas controladas implantaram o programa de participação dos empregados nos resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação no exercício de 2013 foi de R\$3.811 (R\$3.619 em 2012). A participação da Companhia somada às controladas, no exercício de 2013, foi de R\$34.419 (R\$31.228 em 2012).

38. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço do Grupo estão segurados por uma apólice de risco operacional do Grupo Endesa, com o valor em risco para danos materiais no montante de R\$5.131.246 com um limite de cobertura para lucros cessantes de R\$7.530.355 e um limite geral de indenização, por sinistro, no montante de R\$112.925 para as empresas de distribuição, e R\$1.129.250 para as demais empresas. O Grupo também contrata um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$451.700 por sinistro ou agregado anual para o primeiro risco e no valor limite de R\$1.129.250 por sinistro ou agregado anual para o segundo risco. Ambos os programas têm validade no período compreendido de 01 de novembro de 2013 a 31 de outubro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2013, as controladas da Endesa Brasil possuíam as seguintes coberturas de seguros.

As especificações por modalidade de risco e data de vigência estão demonstradas a seguir:

Risco operacional

Controladas	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
AMPLA ENERGIA	01/11/2013	31/10/2014	1.013.914	112.925
CDSA	01/11/2013	31/10/2014	1.447.652	1.129.250
CIEN	01/11/2013	31/10/2014	1.226.380	1.129.250
CGTF	01/11/2013	31/10/2014	691.730	1.129.250
COELCE	01/11/2013	31/10/2014	751.570	112.925

Responsabilidade civil

Controladas	Data de vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
AMPLA ENERGIA	01/11/2013	31/10/2014	n/a	451.700
CDSA	01/11/2013	31/10/2014	n/a	451.700
CIEN	01/11/2013	31/10/2014	n/a	451.700
CGTF	01/11/2013	31/10/2014	n/a	451.700
COELCE	01/11/2013	31/10/2014	n/a	451.700

39. Outras informações

Medida Provisória nº 627/2013

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 ("IN 1.397") e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 ("MP 627") que: revoga o Regime Tributário de Transição ("RTT") a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

O Grupo preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP 627. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. O Grupo aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

40. Evento subsequente

Em 14 de janeiro de 2014, a controlada COELCE publicou na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") fato relevante informando na referida data que sua acionista controladora indireta, ENERSIS S.A., sociedade anônima chilena de capital aberto com sede na Cidade de Santiago, República do Chile, na Calle Santa Rosa, n.º 76, inscrita na Superintendência de Valores y Seguros do Chile sob o n.º 175 ("Ofertante"), em reunião de seu Conselho de Administração realizada nesta data, aprovou a realização de, juntamente com o BANCO ITAÚ BBA S.A., na qualidade de instituição intermediária ("Instituição Intermediária"), Oferta Pública Voluntária para Aquisição de Ações ("OPA Voluntária"), nos termos da CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 361/02").

A Ofertante, conforme informado à controlada COELCE, estará disposta a adquirir, durante a OPA Voluntária, até a totalidade das Ações Ordinárias ("Ações Ordinárias"), Ações Preferenciais Classe "A" ("Ações Preferenciais A"), e Ações Preferenciais Classe "B" ("Ações Preferenciais B") de emissão da Companhia e em circulação no mercado (em conjunto, tais Ações Ordinárias, Ações Preferenciais A e Ações Preferenciais B, "Ações Objeto da OPA"), que correspondem, na data deste fato relevante a: (i) 3.086.975 (três milhões, oitenta e seis mil, novecentas e setenta e cinco) Ações Ordinárias, representativas de, aproximadamente, 6,422% do total de Ações Ordinárias de emissão da controlada COELCE e 3,965% do capital

social total da controlada COELCE; (ii) 26.454.018 (vinte e seis milhões, quatrocentas e cinquenta e quatro mil e dezoito) Ações Preferenciais A, representativas de, aproximadamente, 93,634% do total de Ações Preferenciais A de emissão da controlada COELCE e 33,978% do capital social total da controlada COELCE; e (iii) 1.534.662 (um milhão, quinhentas e trinta e quatro mil, seiscentas e sessenta e duas) Ações Preferenciais B, representativas de 100% do total de Ações Preferenciais B de emissão da controlada COELCE e 1,971% do capital social total da controlada COELCE.

O preço oferecido pela Ofertante aos acionistas titulares das Ações Objeto da OPA é de R\$49,00 (quarenta e nove reais) por cada Ação Objeto da OPA, exclusivamente em dinheiro, em moeda corrente nacional ("Preço de Aquisição"). O Preço de Aquisição representa, de acordo com as informações fornecidas pela Ofertante, um prêmio de 20,1% sobre o preço médio ponderado de cotação das Ações Preferenciais A na BM&FBOVESPA no fechamento dos 30 pregões anteriores a 13 de janeiro de 2014 (inclusive).

O leilão da OPA Voluntária ocorreu o dia 17 de Fevereiro de 2014, com início às 16h00 (GMT- 3). De acordo com os resultados, sua controladora indireta, Enersis S.A. foi capaz de adicionar um 15,13 % do capital da COELCE, passando a deter indiretamente um 74% das Ações.

De acordo com a regulamentação brasileira, a oferta será estendida em 90 dias apenas para detentores de Ações Ordinárias, devido que esta série chegou aos dois terços das Ações. Isto, obrigatório conforme o regulamentos que estipula quando uma OPA alcançado mais de dois terços das Ações, a OPA será automaticamente prorrogado por 90 dias, enquanto, se alcançado apenas um terço, mas sob dois terços serão comprados pro-rata equivalente um terço de títulos. Sob esta figura, deve-se comprar todos os títulos oferecidos.

No entanto, a série de Ações Ordinárias representam apenas 3,965 % do capital total da COELCE, e Enersis S.A. já possui 3,81%. Portanto, sob este novo processo, a controladora indireta, Enersis S.A., pode aumentar a sua participação apenas em 0,15%.

O processo vai terminar em 90 dias, a partir de 17 Fevereiro de 2014, em conformidade com os termos do aviso e regulamentação da CVM.



Endesa Brasil é uma empresa do Grupo Enel